

Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas



Fonte: Site da CM de Vendas Novas

Volume VI | Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

PARTE I - INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	13
1. INTRODUÇÃO	15
2. ENQUADRAMENTO	16
2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	16
2.2. O PDM EM VIGOR HISTÓRICO, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO	18
2.3. CONTEXTO ESTRATÉGICO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	19
2.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo	23
2.3.2. Estratégia para Vendas Novas 2020	32
2.3.3. Outros instrumentos de planeamento municipal.....	35
PARTE II - DOMÍNIO BIOFÍSICO E AMBIENTAL	45
3. GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA, CLIMA E RECURSOS HÍDRICOS	47
3.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA	47
3.2. GEOLOGIA	47
3.3. HIDROGEOLOGIA.....	50
3.4. CLIMA	51
3.5. RECURSOS HÍDRICOS.....	53
4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E MORFOLOGIA DA PAISAGEM	57
4.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA	57
4.2. ANÁLISE FISIAGRÁFICA	57
4.2.1. Hipsometria	57
4.2.2. Declives	59
4.2.3. Exposições das vertentes	61
4.2.4. Uso do Solo	62
4.3. PAISAGEM E ESTRUTURA ECOLÓGICA	67
4.3.1. Paisagem	67
4.3.2. Estrutura Ecológica	73
5. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	80
5.1. ENQUADRAMENTO	80
5.2. FLORA E VEGETAÇÃO – MÉTODOS	81
5.3. FAUNA – MÉTODOS.....	82

5.4. RESULTADOS.....	83
5.4.1. Flora e Vegetação	83
5.4.2. Fauna	99
5.5. RECOMENDAÇÕES	108
6. QUALIDADE AMBIENTAL	109
6.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	109
6.2. QUALIDADE DO AR	109
6.3. QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA	110
6.4. QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	111
6.5. GESTÃO DE RESÍDUOS.....	112
7. RISCOS.....	114
7.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA	114
7.2. RISCOS NATURAIS	117
7.2.1. Meteorologia adversa.....	117
7.2.2. Cheias e Inundações.....	118
7.2.3. Sismos.....	119
7.2.4. Movimentos de Massa em Vertentes	119
7.3. RISCOS MISTOS	120
7.3.1. Incêndios Florestais	120
7.3.2. Degradação e contaminação de aquíferos	123
7.4. RISCOS TECNOLÓGICOS.....	124
7.4.1. Acidentes graves de transportes.....	124
7.4.2. Incêndios Urbanos	127
7.4.3. Colapso de túneis, pontes ou viadutos	128
7.4.4. Rutura de barragens	128
7.4.5. Acidentes industriais	128
7.4.6. Acidentes em locais com elevada concentração populacional	129
PARTE III - DOMÍNIO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL	131
8. ANÁLISE SÓCIO ECONÓMICA	133
8.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	133
8.2. SOCIO DEMOGRAFIA.....	133
8.2.1. Evolução e distribuição da população.....	133
8.2.2. Componentes do crescimento da população.....	134



8.2.3. Estrutura etária.....	137
8.3. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS NO HORIZONTE DE 2040	140
8.3.1. Nota Metodológica	140
8.3.2. Análise Prospetiva das Componentes Demográficas Naturais	141
8.3.3. Cenários de Evolução Demográfica.....	145
8.3.4. Notas conclusivas às Projeções Demográficas	149
8.4. QUADRO SOCIOECONÓMICO	152
8.4.1. Nível Educacional da População	152
8.4.2. População Ativa e Desemprego.....	153
8.4.3. Estrutura do Emprego	155
8.4.4. Poder de Compra	156
8.5. ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	158
8.5.1. Estrutura Empresarial.....	158
8.5.2. Turismo	166
9. PATRIMÓNIO CULTURAL	175
9.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	175
9.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	176
9.3. HISTÓRIA DO CONCELHO E PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO.....	177
9.4. NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS.....	180
PARTE IV – DOMÍNIO EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	181
10. ACESSIBILIDADE, TRANSPORTES E MOBILIDADE	183
10.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	183
10.2. REDE RODOVIÁRIA	183
10.3. TRANSPORTES PÚBLICOS RODOVIÁRIOS.....	185
10.4. REDE FERROVIÁRIA E TRANSPORTES PÚBLICOS FERROVIÁRIOS	187
10.5. MOBILIDADE SUAVE	189
10.6. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	189
11. EQUIPAMENTOS COLETIVOS	192
11.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA.....	192
11.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO.....	193
11.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	196
11.4. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL.....	197

11.5.	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA.....	200
11.6.	EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER.....	200
11.7.	EQUIPAMENTOS DE DESPORTO	202
11.8.	OUTROS EQUIPAMENTOS	205
12.	INFRAESTRUTURAS	207
12.1.	INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA	207
12.2.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	207
12.3.	SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	209
12.4.	SISTEMA DE RECOLHA E ENCAMINHAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS	212
PARTE V – DOMÍNIO URBANO.....		215
13.	DINÂMICA URBANA E POVOAMENTO	217
13.1.	INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA.....	217
13.2.	PARQUE HABITACIONAL	217
13.2.1.	Evolução do edificado	217
13.2.2.	Evolução dos alojamentos	218
13.3.	DINÂMICA CONSTRUTIVA	219
14.	AVALIAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS DO PDM EM VIGOR.....	224
14.1.	INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA	224
14.2.	CONCRETIZAÇÃO DO SOLO URBANO DO PDM EM VIGOR.....	225
14.3.	UNIDADES DE PLANEAMENTO DO PDM	226
15.	SISTEMA URBANO – ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA	229
15.1.	INTRODUÇÃO.....	229
15.2.	A CIDADE	229
15.3.	ESTRATÉGIA	230
PARTE VI - DIAGNÓSTICO INTEGRADO E PROPOSTA PRELIMINAR ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA		233
16.	DIAGNÓSTICO E PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTRATÉGIA.....	235
16.1.	NOTA METODOLÓGICA	235
16.2.	DIAGNÓSTICO SETORIAL.....	236
16.3.	QUADRO ESTRATÉGICO GLOBAL DE INTERVENÇÃO	240
16.4.	ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA PARA O FUTURO MODELO TERRITORIAL	240



PARTE VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ANEXOS.....	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
ANEXOS.....	246
ANEXO I – TÁXONES COM OCORRÊNCIA CONFIRMADA NA ÁREA DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS, OBSERVADOS DURANTE OS TRABALHOS DE CAMPO OU REFERENCIADOS EM PORTO M., E.PORTELA-PEREIRA, A.CLEMENTE, A.CARRAPETO, M.RAPOSO, A.J.PEREIRA, J.FARMINHÃO, R.CARAÇA, P.ARSÉNIO, C.VILA-VIÇOSA, C.T.GOMES, S.MENDES. 2022.	246
ANEXO II – QUADROS AUXILIARES À PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA NO HORIZONTE 2040	254
Anexo II.1 – Cenário Natural para o Município de Vendas Novas e respetivas freguesias	254
Anexo II.2 – Cenário Natural para o Município de Vendas Novas, por sexo e grupo etário	254
Anexo II.3 – Cenário Migratório II para o Município de Vendas Novas e respetivas freguesias...	255
Anexo II.4 – Cenário Migratório II para o Município de Vendas Novas, por sexo e grupo etário ..	255
Anexo II.5 – Cenário Migratório III para o Município de Vendas Novas e respetivas freguesias ..	256
Anexo II.6 – Cenário Migratório III para o Município de Vendas Novas, por sexo e grupo etário .	256

FIGURAS

Figura 2.1 Enquadramento territorial do município de Vendas Novas	16
Figura 2.2 Enquadramento do município de Vendas Novas no PRN2000.....	18
Figura 2.3 Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e Litoral	26
Figura 2.4 Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos	27
Figura 2.5 Sistema da Base Económica Regional.....	28
Figura 2.6 Subsistema das Atividades	29
Figura 2.7 Sistema da Base Económica Regional.....	30
Figura 2.8 Planta de Implantação: 2.ª Alteração do PP do Parque Industrial de Vendas Novas..	36
Figura 2.9 Planta de Implantação do PP de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas	38
Figura 2.10 Planta de Zonamento do PU de Landeira	40
Figura 2.11 Limite da ARU do município de Vendas Novas	42
Figura 3.1 Estrato da carta geológica á escala 1:50.000.....	49
Figura 3.2 Hidrogeologia	50
Figura 3.3 Classificação climática de Koppen	51
Figura 3.4 Valores médios anuais de escoamento.....	54
Figura 3.5 Localização do município de Vendas Novas nas RH do Tejo e Sado e Mira	55
Figura 3.6 Principais rios e ribeiras que atravessam o território de Vendas Novas	56
Figura 4.1 Hipsometria.....	58
Figura 4.2 Linhas de Fecho e de Talvegue do Município de Vendas Novas	59
Figura 4.3 Declives.....	60
Figura 4.4 Exposição de vertentes.....	62
Figura 4.5 Evolução do uso do solo no município de Vendas Novas – comparação da COS 1995, 2007, 2015 e 2018 (Nível I).....	62

Figura 4.6 Uso do solo no município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V)	65
Figura 4.7 Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental	69
Figura 4.8 Extrato da carta Síntese do PROF que inclui as áreas florestais sensíveis e os Corredores ecológicos inseridos no Município de Vendas Novas.....	75
Figura 4.9 Corredores ecológicos do PROF inseridos no Município de Vendas Novas – sobreposição com rede hidrográfica	76
Figura 4.10 Extrato da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e do Litoral do PROT Alentejo	78
Figura 5.1 Áreas Classificadas abrangidas pelo território do concelho de Vendas Novas	80
Figura 5.2 Percursos efetuados durante os levantamentos de fauna	82
Figura 5.3 Exemplos de azinhal e comunidades associadas	88
Figura 5.4 Exemplo do habitat 2260	90
Figura 5.5 Exemplo de montado	90
Figura 5.6 Exemplo do habitat 92A0pt3.....	91
Figura 5.7 Exemplo do habitat 91B0.....	92
Figura 5.8 Exemplos de habitats ripícolas	93
Figura 5.9 Exemplos de matos higrófilos.....	95
Figura 5.10 Biótopos existentes na área do concelho de Vendas Novas tendo como referência a COS-2018	106
Figura 5.11 Detalhe dos biótopos existentes na área do concelho de Vendas Novas – espaços agro-florestais e floresta.....	107
Figura 6.1 Localização pontos de recolha de resíduos	113
Figura 7.1 Articulação dos conceitos fundamentais	115
Figura 7.2 Perigosidade de risco de incêndio do município de Vendas Novas.....	121
Figura 7.3 Áreas ardidas do município de Vendas Novas (1999-2019).....	123
Figura 7.4 Extrato do Mapa do Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos do PROT Alentejo.	124
Figura 8.2 Pirâmides etárias da população residente no Munic. de Vendas Novas (2001-2021).....	139
Figura 8.3 População residente, por os grandes grupos etários, para Vendas Novas, em 2021	144
Figura 8.4 Cenário Natural para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040	145
Figura 8.5 Cenário Migratório I para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040	147
Figura 8.6 Cenário Migratório II para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040	148
Figura 8.7 Cenário Migratório III para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040	149
Figura 8.7 Recursos patrimoniais com potencial turístico no Município de Vendas Novas	168
Figura 8.8 Percursos pedestres e cicláveis no Município de Vendas Novas	174
Figura 9.1 Localização aproximada do território do atual concelho de Vendas Novas sobre o mapa de Portugal durante a Idade Glaciar Würm recente e sobre o mapa das rias flandrianas da Estremadura e Ribatejo (cerca de 3000 a.C.).	177
Figura 10.1 Rede Rodoviária Nacional e Municipal no concelho de Vendas Novas.....	184
Figura 10.2 Horários da Rede de Transportes “Mais Perto”	186
Figura 10.3 Rede Ferroviária que serve o concelho de Vendas Novas – Linha do Alentejo	187
Figura 10.4 Traçado da Linha do Alentejo	188
Figura 12.1 Rede de abastecimento de água no concelho de Vendas Novas	208
Figura 12.2 Rede de saneamento de águas residuais no concelho de Vendas Novas	210
Figura 12.3 Sistema de recolha e encaminhamento de águas pluviais no Município Vendas N.	213
Figura 15.1 Esquema da dinâmica urbana da cidade de Vendas Novas	230



Figura 15.2 Delimitação potencial da UOPG Parque VN, integrando os 2 PP e a interação com a cidade central	232
Figura 16.1 Esquema Global do Diagnóstico Integrado	236

GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Posicionamento do município de Vendas Novas no contexto dos municípios da NUTS III – Alentejo Central – superfície e população residente (2021)	17
Gráfico 3.1 Temperatura do ar, normais climatológicas (1971-2010) para a Estação de Setúbal	52
Gráfico 3.2 Gráfico termopluviométrico: normais de precipitação e temperatura de Setúbal, 1970-2010	53
Gráfico 4.1 Distribuição do Uso do Solo – COS 2018, Nível I	64
Gráfico 7.1 Distribuição das classes de perigosidade de risco de incêndio no município de Vendas Novas	121
Gráfico 7.2 Índice de gravidade, 2014-2018	125
Gráfico 8.1 Evolução do número de nados-vivos, óbitos e saldo natural de 1999 a 2021	135
Gráfico 8.2 Evolução das Taxas Brutas de Fecundidade Geral para o Município de Vendas Novas (‰)	143
Gráfico 8.3 Síntese da Projeção Demográfica para o horizonte 2021-2040, para o Município de Vendas Novas	150
Gráfico 8.4 Pirâmide etária calculada para os cenários de evolução para o Município de Vendas Novas, em 2040	151
Gráfico 8.5 Evolução da população residente por níveis de ensino, no município	152
Gráfico 8.6 População residente no Município de Vendas Novas, por nível de escolaridade (2021)	152
Gráfico 8.7 Proporção da população residente com ensino superior completo, 2021	153
Gráfico 8.8 Taxa de atividade, 2001, 2011 e 2021	154
Gráfico 8.9 Evolução do número de desempregados, entre 2011 e 2022 (mês de referência: julho*)	155
Gráfico 8.10 Ganhos médios mensais (2011-2020) (€)	157
Gráfico 8.11 Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (2011-2020) (%)	157
Gráfico 8.12 Poder de compra per capita entre 2004 e 2019	158
Gráfico 8.13 Variação das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios no período 2009-2019	160
Gráfico 8.14 Evolução do número de hóspedes e dormidas em estabelecimento de alojamento turístico no concelho de Vendas Novas, 2017-2021	169
Gráfico 8.15 Estada média (n.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico no Município de Vendas Novas	170
Gráfico 11.1 N.º de alunos inscritos nas escolas do concelho de Vendas Novas, entre 1999/2000 e 2018/2019	195
Gráfico 12.1 Evolução da proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, 2011 e 2019	207
Gráfico 12.2 Evolução da proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, 2011 e 2018	211

Gráfico 13.1 Edifícios concluídos – construção nova e ampliação, alteração e reconstrução – entre 1999 e 2019	219
Gráfico 13.2 Distribuição dos fogos licenciados em construções novas por freguesia, no período 1999-2019	223

QUADROS

Quadro 2.1 Planos e Programas.....	20
Quadro 4.1 Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 1995, 2004, 2015 e 2018	63
Quadro 4.1 Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V)	66
Quadro 5.1 Lista das espécies RELAPE	96
Quadro 5.2 Lista das espécies de mamíferos de ocorrência confirmada no âmbito do presente trabalho (a negrito) e potencial, respectivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral et al., 2005), regime legal de proteção e biótopos.....	99
Quadro 5.3 Lista das espécies de aves de ocorrência confirmada no âmbito do presente trabalho (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral et al., 2005), regime legal de proteção, estatuto fenol	100
Quadro 5.4 Lista das espécies de répteis e anfíbios de ocorrência confirmada no âmbito do presente trabalho (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral et al., 2005), regime legal de proteção e biótopos onde ocorrem	105
Quadro 6.1 Emissões atmosféricas anuais por setor no Município de Vendas Novas, 2017	109
Quadro 6.2 Caracterização das massas de água superficiais do Município de Vendas Novas .	110
Quadro 6.3 Qualidade da água	112
Quadro 6.4 Recolha de resíduos sólidos urbanos	112
Quadro 6.5 Recolha de resíduos sólidos urbanos	112
Quadro 7.1 Identificação de riscos no concelho de Vendas Novas	116
Quadro 7.2 Extensão das áreas ardidas no município de Vendas Novas	122
Quadro 7.3 Acidentes de viação com vítimas no concelho de Vendas Novas, 2014-2019	125
Quadro 8.1 População Residente em 2001, 2011, 2021 e variação da população residente	134
Quadro 8.2 Densidade Populacional, 2001, 2011 e 2021	134
Quadro 8.3 Indicadores de natalidade, fecundidade e mortalidade, 2011 e 2020 (estimativas).	135
Quadro 8.4 Saldo natural e saldo migratório, 1999-2020	136
Quadro 8.5 Índice de envelhecimento 2001, 2011 e 2021	137
Quadro 8.6 Estrutura Etária em 2021, e variação entre grupos etários, 2011- 2021	138
Quadro 8.7 Taxa de masculinidade (2011 e 2021).....	139
Quadro 8.8 Tábua de Mortalidade calculadas para as mulheres, para o Município de Vendas Novas, em 2021, por grupos etários quinquenais.....	141
Quadro 8.9 Tábua de Mortalidade calculadas para os homens, para o Município de Vendas Novas, em 2021, por grupos etários quinquenais.....	142
Quadro 8.10 Taxas de Fecundidade Geral estimadas para o Município de Vendas Novas, no horizonte da Projeção Demográfica para o Cenário Natural e para o Cenário Migratório I (‰) ...	143
Quadro 8.11 População desempregada e taxa de desemprego, 2001 e 2021	154
Quadro 8.12 População empregada por setor de atividade em 2001 e 2021, e variação 2001-2021	156
Quadro 8.13 Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios agrupados por Setor de Atividade, em 2019.....	159



Quadro 8.14 Distribuição das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por CAE, em 2019.....	162
Quadro 8.15 Empreendimentos Turísticos e estabelecimentos de Alojamento Local no Município de Vendas Novas (setembro de 2022)	170
Quadro 8.16 Agentes de Animação Turística (estabelec) no Município de Vendas Novas	171
Quadro 8.17 Eventos culturais, festas e romarias no Município de Vendas Novas	172
Quadro 8.18 Estabelecimentos de restauração e bebidas no Município de Vendas Novas	173
Quadro 10.1 Ligações da Rodoviária do Alentejo entre as localidades do concelho e a sede de concelho	185
Quadro 11.1 Equipamentos do Domínio Educação.....	194
Quadro 11.2 Equipamentos do Domínio Saúde	196
Quadro 11.3 Equipamentos do Domínio Solidariedade e Segurança Social e respetiva capacidade/utentes	197
Quadro 11.4 Equipamentos do Domínio Cultura e Lazer	201
Quadro 11.5 Equipamentos do Domínio Desporto	203
Quadro 11.6 Outros Equipamentos	206
Quadro 12.1 Indicadores-resumo da avaliação de desempenho das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água (2021)	209
Quadro 12.2 Indicadores-resumo da avaliação de desempenho das entidades gestoras do sistema de saneamento de águas residuais (2021).....	211
Quadro 13.1 Edifícios em 2001, 2011, e 2021 e variação.....	217
Quadro 13.2 Edifícios por época de construção, em 2021.....	218
Quadro 13.3 Alojamentos familiares clássicos em 2001, 2011 e 2021	218
Quadro 13.4 Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação em 2021	219
Quadro 13.5 Edifícios concluídos, % construção nova face ao total de edifícios concluídos – entre 1999 e 2019	221
Quadro 13.6 Fogos e edifícios licenciados em construções novas e nº de fogos por edifício entre 1999 e 2019	222
Quadro 14.1 Grau de ocupação dos perímetros urbanos do município de Vendas Novas	225
Quadro 14.2 Unidades de planeamento definidas no PDM em vigor.....	227

INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Câmara Municipal de Vendas Novas
Referência do Projeto	P075 – Revisão do Plano Diretor Municipal
Descrição do Documento	Volume I - Relatório de Caracterização e Diagnóstico
Fase	3 – Estudos de Caracterização e Diagnóstico
Versão	Versão Final
Referência do Ficheiro	P075_PDM_F3_ECD.docx
N.º de Páginas	256
Autores	RR Planning
Outras Contribuições	Arquipélago Arquitetos, Mãe d'Água, Carla Fernandes
Diretor de Projeto	Romana Rocha
Data	30 de dezembro de 2024 (versão de 28 de novembro de 2023)

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Fase	Data	Descrição
Preliminar	1	22-12-2020	
a)	1	23-02-2021	Incorpora o desenvolvimento de alguns temas em falta e dos contributos decorrentes das sessões públicas realizadas nos meses de dezembro a fevereiro.
b)	1	03-05-2021	Corresponde à versão consolidada dos ECD para envio para a PCGT
c)	1	25-05-2021	Versão revista pela CMVN
	3	28-11-2023	Atualizado com os Censos de 2021 e com sugestões das entidades da CC Incluído o capítulo da Conservação da Natureza Incluídas as Projeções Demográficas
VF		30-11-2024	Feita a ressalva de que os valores entre censos não refletem a verdadeira dinâmica de crescimento populacional que se verifica em Vendas Novas.



PARTE I - INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

Esta página foi deixada em branco propositadamente



1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Vendas Novas foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/99, de 29 de outubro, tendo sido alterado por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) através do Aviso n.º 25679/2010, de 9 de dezembro de 2010.

A Câmara Municipal deliberou em 8 de julho de 2020 iniciar o procedimento de Revisão do PDM de Vendas Novas, conforme a publicação do Aviso n.º 12994/2020, de 3 de setembro. Este procedimento foi antecedido pela elaboração do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Vendas Novas, aprovado em reunião de Câmara de 24 de junho de 2020 e pela Assembleia Municipal em 30 de junho de 2020, que aponta para a necessidade de se dar início ao processo de revisão do PDM de Vendas Novas

Uma das principais questões que apontam para a revisão do PDM deriva da necessidade de adequação ao novo quadro legal, entretanto produzido. Trata-se da publicação da Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, da entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e ainda pela publicação do Decreto Regulamentar que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do Solo Rústico e do Solo Urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

O presente documento constitui o Relatório de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM, estando organizado nas seguintes Partes:

- Parte I – Introdução e Enquadramento: que inclui o presente subcapítulo, e onde se apresenta o enquadramento territorial do Município bem como a apresentação dos instrumentos de gestão territorial e de estratégia incidentes no Município, incluindo o PDM em vigor.
- Parte II – Domínio Biofísico e Ambiental: que abrange os temas geologia, hidrogeologia, clima e recursos hídricos; análise fisiográfica, uso do solo, paisagem e estrutura ecológica, qualidade ambiental e riscos;
- Parte III – Domínio Socioeconómico e Cultural: que inclui a estrutura demográfica, quadro socioeconómico, atividades económicas e património cultural;
- Parte IV – Domínio Equipamentos e Infraestruturas: consiste na caracterização dos Equipamentos Coletivos, das Acessibilidades e Transportes e das Infraestruturas;
- Parte V – Domínio Urbano: abrange a caracterização do parque habitacional, da dinâmica urbanística e construtiva e do sistema urbano;
- Parte VI – Diagnóstico Integrado: que foca o diagnóstico setorial e aponta uma proposta preliminar dos elementos de estratégia da revisão do PDM.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O município de Vendas Novas situa-se na Região Alentejo (NUTS II), a oeste da NUTS III – Alentejo Central (Figura 2.1).

Encontra-se delimitado a Nascente, pelo Município de Montemor-o-Novo, a Sul pelo Município de Alcácer do Sal (NUTS III – Alentejo Litoral), e a Poente pelos Municípios de Montijo e Palmela (NUTS III – Área Metropolitana de Lisboa) (Figura 2.1) e Planta 14.

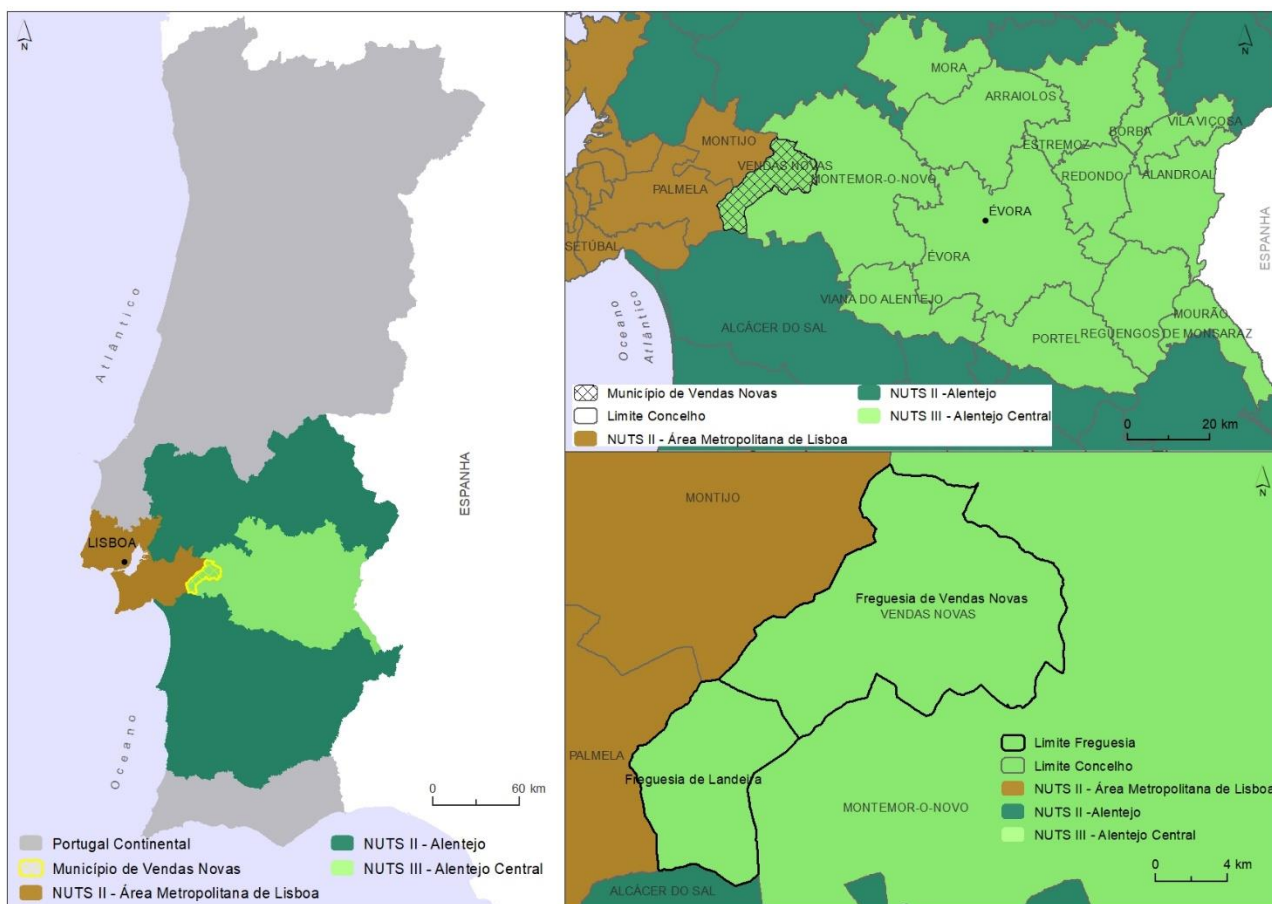
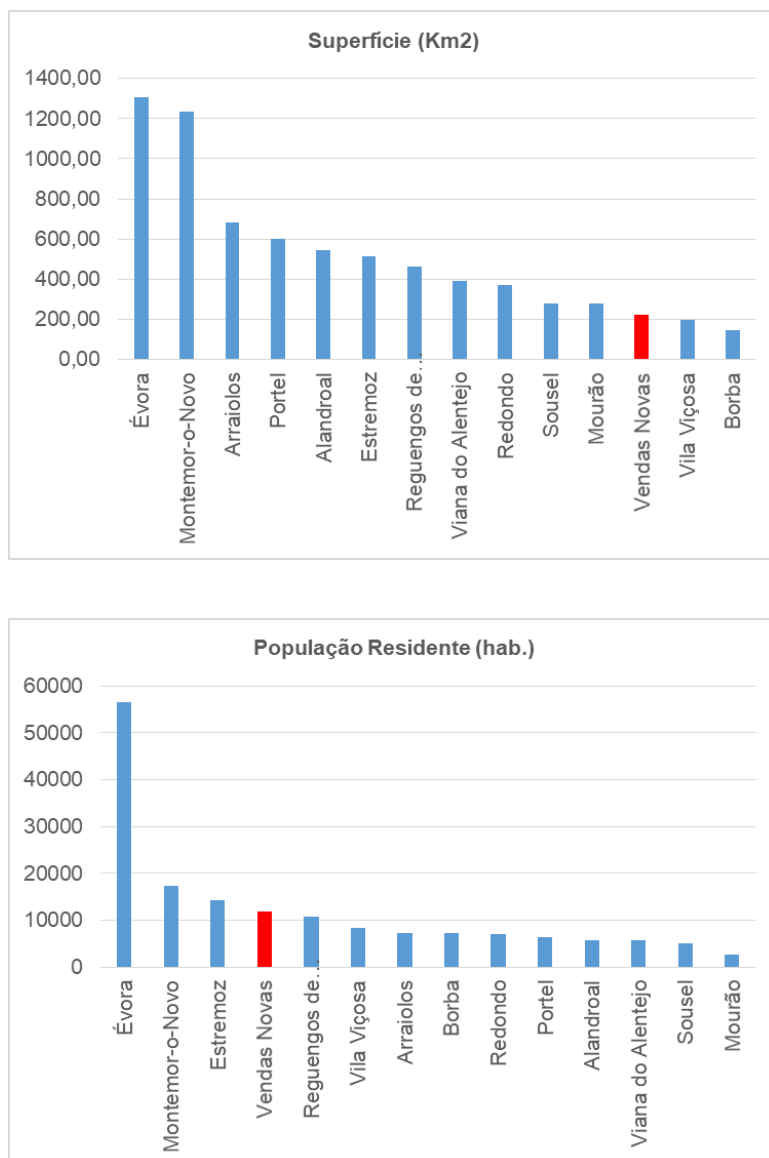


Figura 2.1 | Enquadramento territorial do município de Vendas Novas

Com 11.245 habitantes (Censos 2021), o município de Vendas Novas é o 4.º Município do Alentejo Central em termos de dimensão populacional, mas é dos menores em termos de área geográfica, com 222,39 km², apenas ultrapassando os municípios de Vila Viçosa e Borba (Gráfico 2.1).



Gráfico 2.1 | Posicionamento do município de Vendas Novas no contexto dos municípios da NUTS III – Alentejo Central – superfície e população residente (2021)



Fonte: INE – Dados Estatísticos, Censos.

O município é constituído por apenas duas freguesias – Landeira e Vendas Novas, concentrando esta última cerca de 94% da população residente.

A cidade de Vendas Novas situa-se a 50 km de Évora, 45 km de Setúbal e 70 km de Lisboa. Apresenta assim uma localização privilegiada próxima da área metropolitana de Lisboa e relativamente central em termos logísticos, beneficiando de um conjunto de eixos viários de importância estratégica, nomeadamente o eixo rodoviário internacional, entre Lisboa e Madrid, proporcionado pela autoestrada A6, a ligação a Sul (Algarve) e a Norte (Santarém) pela A13, o eixo ferroviário eletrificado proporcionado pela linha de Vendas Novas que faz a ligação Lisboa-Évora e ligação entre Setil (Linha do Norte) e a estação de Vendas Novas e Évora (Linha do Alentejo),

Figura 2.2 | Enquadramento do município de Vendas Novas no PRN2000

Tal como mencionado no capítulo introdutório, o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas foi aprovado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/99, de 29 de outubro (publicado no *Diário da República* n.º 253, 1.ª série B), tendo sido posteriormente alterado por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, através do Aviso n.º 25679/2010, de 9 de dezembro (publicado pelo *Diário da República* n.º 237, 2.ª série, visando a remoção das incompatibilidades relacionadas com a edificabilidade (artigo 19.º).

- “Apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho através de uma utilização racional dos recursos do território, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações;
- Promover uma gestão dos recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação pretendida.”

- Elementos fundamentais:
 - Regulamento
 - Planta de ordenamento do concelho
 - Plantas de ordenamento dos aglomerados urbanos
 - Planta atualizada dos condicionantes



- Elementos complementares:
 - Relatório
 - Planta de enquadramento
- Elementos anexos:
 - Estudos de caracterização física, social, económica e urbanística.
 - Planta da situação existente.

Assinala-se a ausência de um Programa de Execução entre os elementos do PDM.

2.3. CONTEXTO ESTRATÉGICO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Desde a publicação do PDM em 1999, e especialmente nos últimos anos, assistiu-se a uma importante alteração no enquadramento legislativo do Ordenamento do Território, e à aprovação de novos instrumentos de gestão territorial. Esta dinâmica é acompanhada por uma revolução no contexto estratégico que serve de enquadramento aos mesmos instrumentos de gestão territorial, e que se traduz na aprovação de um conjunto de planos e programas de natureza diversa.

A abordagem aos planos e programas desenvolvida no presente capítulo, tem em consideração o enquadramento legal atual, designadamente:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (adiante designado de LBGPPSOTU);
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);
- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Os Planos e Programas considerados são listados no Quadro 2.1, com referência ao ano de publicação, sendo organizado em Instrumentos de Gestão Territorial e Planos e Programas Estratégicos, de âmbito supramunicipal ou municipal.

Quadro 2.1 | Planos e Programas

Instrumentos de Gestão Territorial*	Legislação
Âmbito nacional e regional	
Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Primeira revisão	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto
Plano Nacional da Água (PNA)	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Sado e Mira (RH6) / Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT) - Revisão	Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro
Plano Rodoviário Nacional (PRN) – 2ª alteração	Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto
Âmbito municipal	
Planos Municipais de Ordenamento do Território	
Plano Diretor Municipal (PDM) de Vendas Novas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/99, de 29 de outubro alterado pelo Aviso n.º 25679/2010, de 9 de dezembro (publicado pelo
Plano de Pormenor de Entrada Sul (PPES) – Parque da Cidade de Vendas Novas	Aviso n.º 23436/2010, de 11 de novembro alterado pelo Aviso n.º 8617/2016, de 8 de julho
Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas (PPPIVN)	Portaria n.º 156/94, de 18 de março alterado pela Portaria n.º 21/97, de 7 de janeiro e do Aviso n.º 7206/2015, de 29 de junho
Plano de Urbanização da Landeira (PUL)	Aviso n.º 1031/2012, de 23 de janeiro
Plano de Urbanização de Vendas Novas (PUVN)	Em elaboração
Planos e Programas Estratégicos	Ano
Âmbito supramunicipal	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6.B/2015, de 4 de fevereiro



Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio
Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)	Despacho Conjunto do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, N.º 8277/2007, de 9 de Maio de 2007
Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais	Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto
Plano Nacional de Gestão de Resíduos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, de 16 de março
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos+ (PERSU 2020+)	Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho
Programa de Ação Nacional para Combate à Desertificação (PANCD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central (PIAAC – AC)	2018
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho
Âmbito municipal	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	Aprovado pela Assembleia Municipal em 28 de fevereiro de 2020
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)	Aprovado 25-03-2015

Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade de Vendas Novas	Aviso n.º 19196/2018, de 20 de dezembro
Plano Municipal do Ambiente (PMA) e Projecto de Recuperação Ecológica e Paisagística das Ribeiras da Landeira e da Marateca (PREPRLM)	2003
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Vendas Novas	2015
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) de Vendas Novas	2015
Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (PAES) (no âmbito da adesão do Município de Vendas Novas ao Pacto de Autarcas)	2011
Agenda 21 Local de Vendas Novas	2011
Estratégia 2020	Em atualização

* São Identificados como Instrumentos de Gestão Territorial os que se encontram listados no Sistema Nacional de Gestão Territorial (SNIT), consultado em

http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/igt_em_vigor__snit_/acesso_simples/

De acordo com o RJGT, o sistema de gestão territorial organiza-se, num quadro de interação coordenada, em quatro âmbitos, para os quais são aqui identificados os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que incidem no município de Vendas Novas¹:

- O âmbito nacional e regional – é concretizado através do programa nacional da política de ordenamento do território, dos programas setoriais e dos programas especiais. O município de Vendas Novas é abrangido, portanto, pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), pelo Plano Nacional da Água (PNA), pelos Planos de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) e do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT), pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) e pelo Plano Rodoviário Nacional (PRN).
- O âmbito intermunicipal – é concretizado através de programas intermunicipais, plano diretor intermunicipal, planos de urbanização intermunicipais, e dos planos de pormenor intermunicipais. Contudo, o âmbito intermunicipal não se encontra representado entre os IGT aplicáveis ao município de Vendas Novas.
- O âmbito municipal – é concretizado através do plano diretor municipal, planos de urbanização e planos de pormenor. O Plano Diretor Municipal em vigor será apresentado no Capítulo 3, assim como os restantes planos municipais de ordenamento do território (PMOT) em vigor – o Plano de Pormenor (PP) de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas, o Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, e o Plano de Urbanização da Landeira.

A descrição destes Planos consta do Relatório de Definição de Âmbito, apresentando-se de seguida apenas as orientações principais decorrentes do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, da Estratégia para Vendas Novas 2020 e dos outros planos municipais de ordenamento do território em vigor ou em elaboração no município. Pela sua relevância sintetiza-se igualmente as propostas para ARU e do PEDU de Vendas Novas.

¹ Levantamento efetuado com base no SNIT – Sistema Nacional de Informação Territorial, que inclui todos os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor que se encontram registados ou depositados na DGT - Direção Geral do Território.



2.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo foi publicado em Diário da República em 2 de agosto de 2010 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, tendo sido posteriormente republicado em 1 de outubro do mesmo ano, através da Declaração de Retificação n.º 30-A/2010. Tal Plano Regional emana orientações estratégicas para a elaboração dos PDM, para além de revogar todos os Planos Regionais de Ordenamento do Território então em eficácia.

De entre os instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos com uma natureza estratégica e vocacionados para a definição das grandes opções com relevância para a organização do território, a Lei identifica os planos regionais de ordenamento do território (PROT). Os PROT definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais do ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território.

O PROT-Alentejo define as linhas de orientação quer em matéria de opções estratégicas regionais, quer no Modelo de Ordenamento do Território regional a considerar.

O PROT apresenta as seguintes opções estratégicas de base territorial:

“1. Integração Territorial e Abertura ao Exterior

- Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a competitividade das redes de infraestruturas de transporte e promovendo a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial, por forma a dotar a região de condições de elevada qualidade de atração de empresas e de desenvolvimento empresarial;
- Promover a internacionalização da região, através da consolidação da conectividade urbana externa, do desenvolvimento de serviços avançados e de uma aposta urbana diferenciadora;
- Afirmar em termos europeus e internacionais os recursos naturais e a paisagem, em prol de uma maior integração territorial e de uma estratégia de construção de redes;

2. Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural

- Cumprir as metas ambientais, garantindo a manutenção e valorização da biodiversidade através de uma integração sólida entre a gestão dos sistemas naturais, em especial nas áreas classificadas para a conservação da natureza, e as oportunidades que se oferecem às atividades produtivas;
- Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais
- Prevenir os fatores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos impactes e controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, incluindo a proteção da rede hidrográfica e dos aquíferos e uma política de uso eficiente da água;
- Valorizar e ordenar o Litoral potenciando o seu valor ambiental e económico à escala regional e nacional;

- Assegurar uma gestão eficaz dos resíduos no que se refere à reciclagem multimaterial, valorização orgânica, incineração, com recuperação de energia, e confinamento técnico;

3. *Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional*

- Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos ampliando e qualificando as respetivas cadeias de valor, e consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas emergentes diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional;
- Desenvolver o modelo de produção agroflorestal e agroindustrial com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis, promovendo a diversificação e valorização das produções e tornando operativa a multifuncionalidade dos sistemas agro-silvo-pastoris e do património agrícola e rural;
- Aumentar a atratividade das áreas rurais, com base na multifuncionalidade da agricultura e na melhoria global da qualidade de vida;
- Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na Região;
- Promover a constituição de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo regional e às dinâmicas económicas regionais, fomentadora da competitividade empresarial e respondendo aos desafios da modernização e qualificação da base económica regional.

4. *Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural*

- Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, capazes de articular redes regionais, de promover a sua integração funcional e de gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica.
- Estruturar redes de centros urbanos sub-regionais assentes na concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, capazes de sustentar a coesão territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada.
- Garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes através da regeneração e valorização urbanística e da potenciação dos valores patrimoniais existentes.
- Articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial.
- Promover o acesso às redes e ao uso das TIC, nomeadamente por parte das empresas e dos serviços públicos, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e uma maior coesão territorial.”

O Modelo Territorial regional estabelecido pelo PROT oferece uma configuração espacial prospetiva do Alentejo, integrando como componentes territoriais estruturantes, o sistema urbano, a estrutura regional de proteção e valorização ambiental, as atividades económicas e as infraestruturas e as principais redes de conectividade regional.

Do Modelo Territorial destacam-se um conjunto de aspetos fundamentais a enquadrar na estratégia proposta para o município de Vendas Novas:



- “(...) o posicionamento da região Alentejo no contexto das relações inter-regionais no espaço nacional (...)”, destacando-se neste contexto a posição fronteiriça entre o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa.
- “a função dos centros urbanos locais - sedes concelhias - no suporte da coesão territorial e na constituição de pólos de desenvolvimento social e de actividades económicas de âmbito local (actividades económicas em espaços de baixa densidade) e de pequenas economias de natureza residencial.”
- “(...) o papel estruturante das fileiras agro-florestais, nomeadamente no que se refere à exploração e valorização do sistema de exploração de povoamentos de azinheira e sobreiro em montado e da indústria da cortiça,”
- (...) a edificabilidade nos aglomerados urbanos e o desenvolvimento urbano compacto, funcional e economicamente diversificado, que evita expansões urbanas indiscriminadas e consumo de solo e de recursos naturais, no sentido da preservação da paisagem urbana do Alentejo.”
- O sistema de acessibilidades que “contempla ainda um conjunto de corredores de nível regional/sub-regional com uma função complementar dos corredores de nível nacional, garantindo uma maior acessibilidade entre a maioria das sedes concelhias e os centros urbanos regionais e articulando todos os espaços e centros principais da base económica regional.”

O Modelo Territorial para o Alentejo organiza-se em quatro sistemas estruturantes:

- Sistema Ambiental e Riscos;
- Sistema da Base Económica Regional;
- Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial;
- Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional.

1. Sistema Ambiental e Riscos

O sistema ambiental e de riscos subdivide-se:

- Subsistema Ambiental.
- Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

O subsistema ambiental engloba os recursos hídricos, a qualidade do ar, a gestão dos resíduos, o litoral, as unidades de paisagem e a estrutura regional de proteção e valorização ambiental.

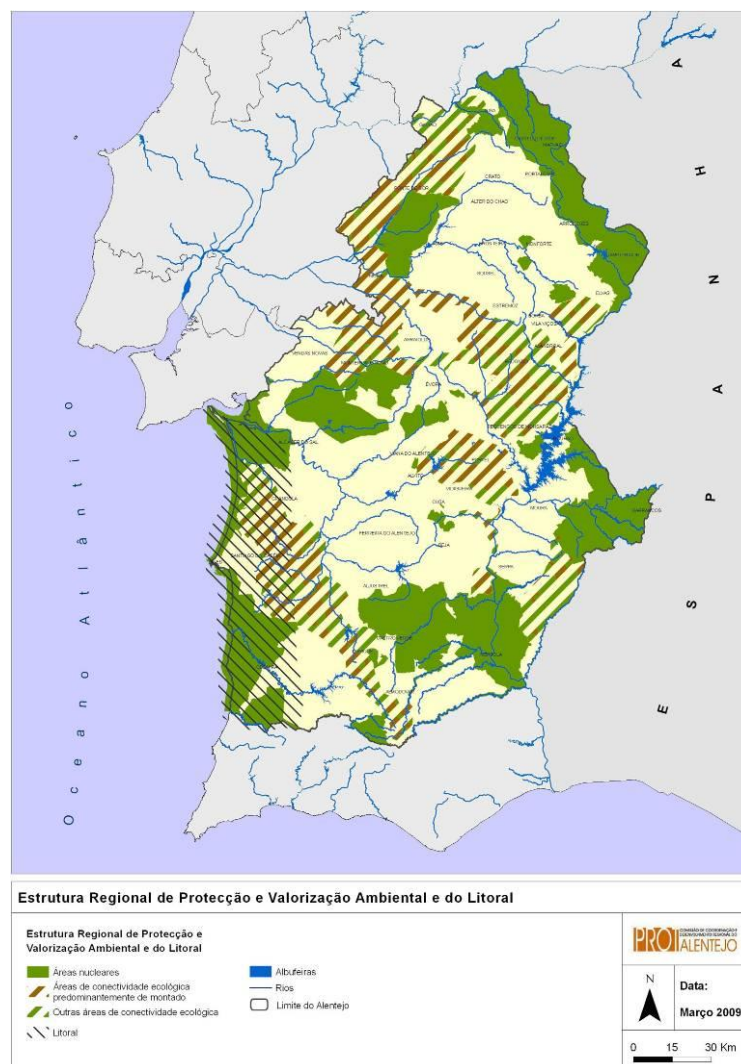
Relativamente ao subsistema ambiental destaca-se definição e delimitação da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), cujo principal objetivo é garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos. Dada a identidade e a paisagem regional, esta estrutura deve assegurar a perenidade dos sistemas humanizados.

A ERPVA, que se identifica na Figura seguinte “(..) assenta, pois, nas áreas classificadas para a conservação da natureza e da biodiversidade de importância nacional e internacional - áreas nucleares.” A conectividade entre as áreas nucleares é estabelecida através de áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos constituídos pela rede hidrográfica, pelas dunas e

arribas costeiras, sapais e outras zonas húmidas, matos naturais ou seminaturais e por alguns habitats.

Por fim, refere-se que nas áreas classificadas como ERPVA “ (...) *deverá ser dada prioridade à preservação das áreas naturais, contributos determinantes para os padrões e processos da paisagem, e à manutenção dos sistemas agrícolas ou florestais e, de uma forma geral, dos sistemas mediterrânicos tradicionais, ou ao restabelecimento ecológico.*”

O município de Vendas Novas apenas se encontra classificado numa pequena parte (cerca de 3%) como ERPVA - área nuclear, por corresponder a Rede Natura.



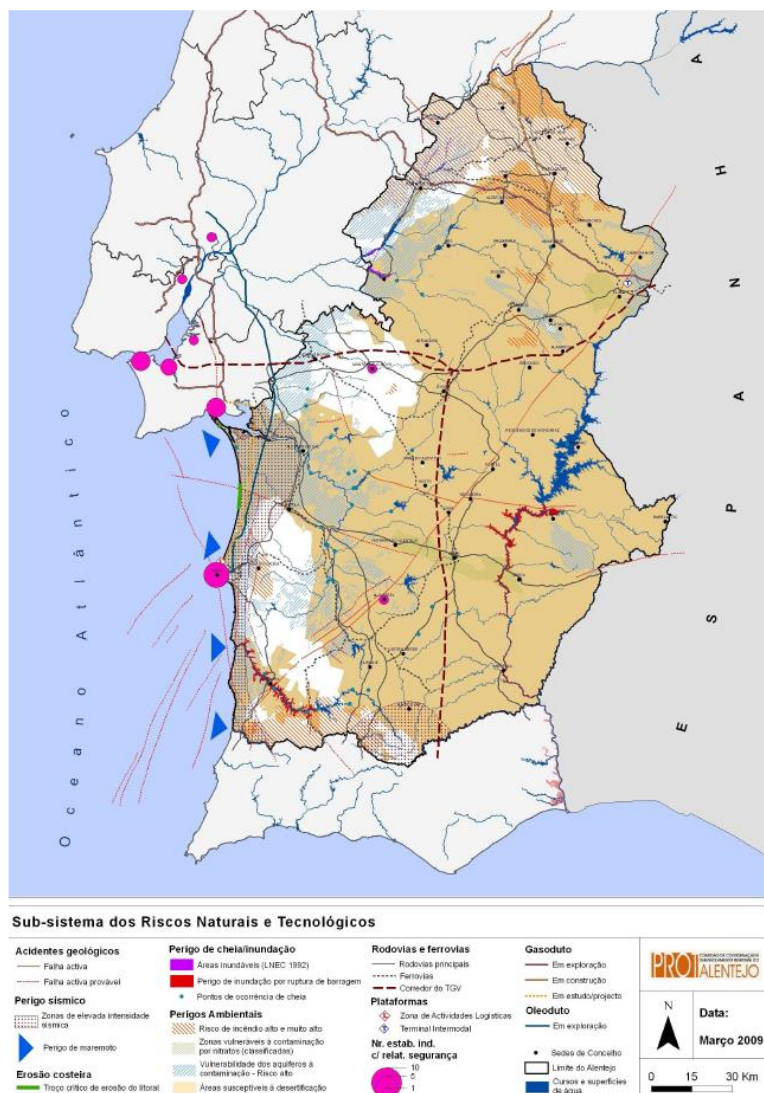
Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.3 | Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e Litoral

O subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos contempla as preocupações associadas aos riscos de desertificação, de secas e cheias, as alterações ao ciclo hidrológico, o risco de incêndio e o risco sísmico e o risco associado ao transporte de materiais perigosos.



Neste subsistema, que está representado na Figura seguinte, verifica-se que, do conjunto de riscos naturais e tecnológicos representados no município de Vendas Novas, destaca-se o risco (alto) de vulnerabilidade de aquíferos à contaminação, verificando-se em contrapartida que não constitui uma zona suscetível à desertificação (como acontece com grande parte da Região Alentejo).



Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.4 | Subsistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos

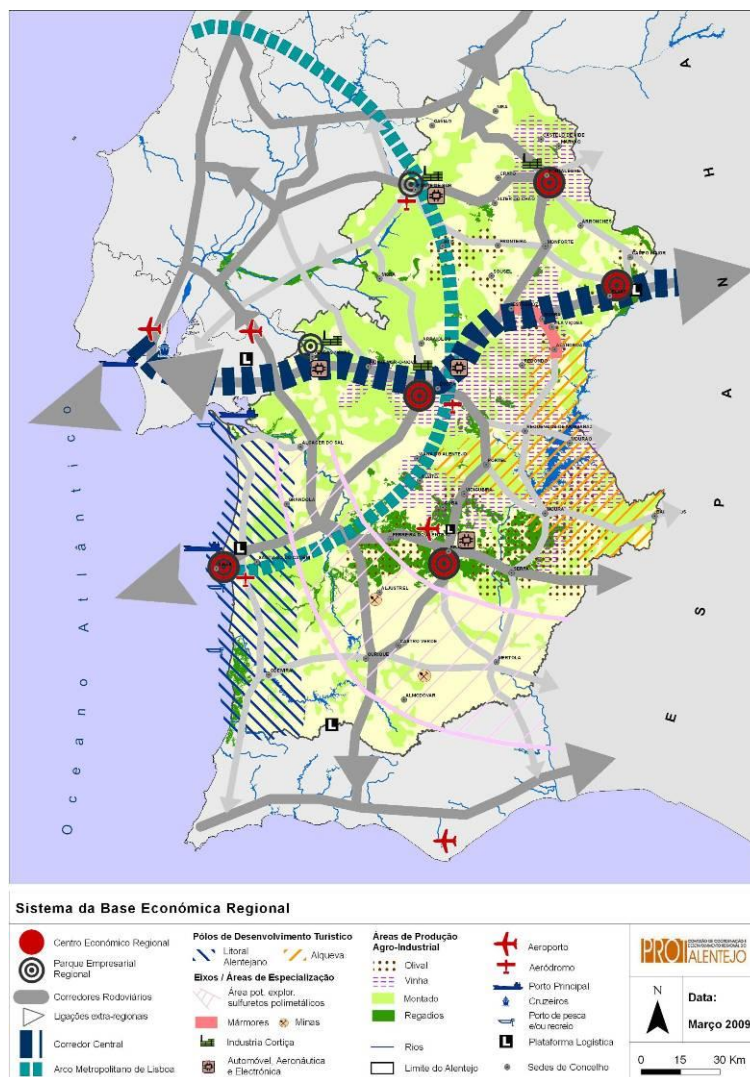
2. Sistema da Base Económica Regional

Este sistema procura realçar as componentes e estruturas territoriais que suportam e articulam as atividades económicas regionais, tendo sido tomados como elementos orientadores os seguintes princípios:

- Valorização da diversidade interna regional.
- Reforço da valorização económica dos recursos produtivos endógenos.

- Afirmção de uma nova relação urbano-rural.
- Reforço da integração económica regional no contexto ibérico e europeu.

O Sistema da Base Económica Regional, que se apresenta na Figura seguinte, compreende um conjunto de componentes estruturantes, destacando-se a localização do município de Vendas Novas no Corredor Central que liga Lisboa a Espanha. Destaca-se ainda a presença de um Parque Empresarial Regional e da área de especialização “Automóvel, Aeronáutica e Eletrónica”.

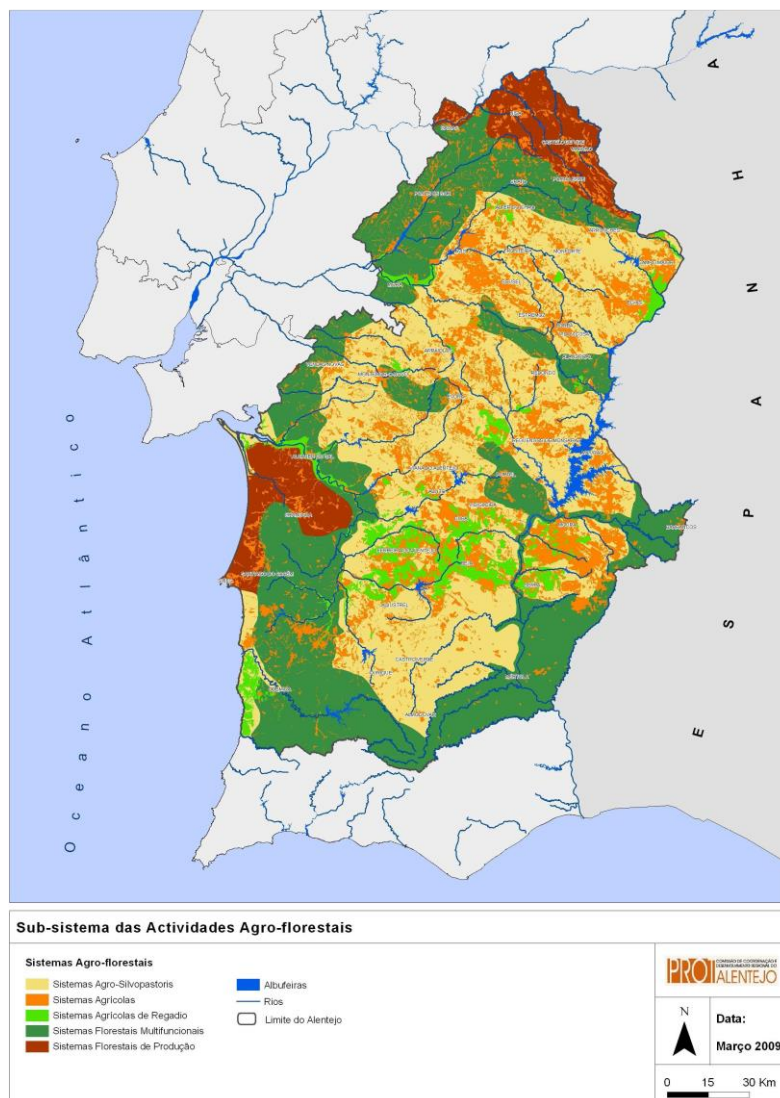


Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.5 | Sistema da Base Económica Regional

Este sistema incorpora ainda o Subsistema das Atividades Agroflorestais, que considera várias tipologias de sistemas de especialização agroflorestal, apresentando o município de Vendas Novas forte representatividade em Sistemas Florestais Multifuncionais.





Fonte: 2010, CCDD Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.6 | Subsistema das Atividades

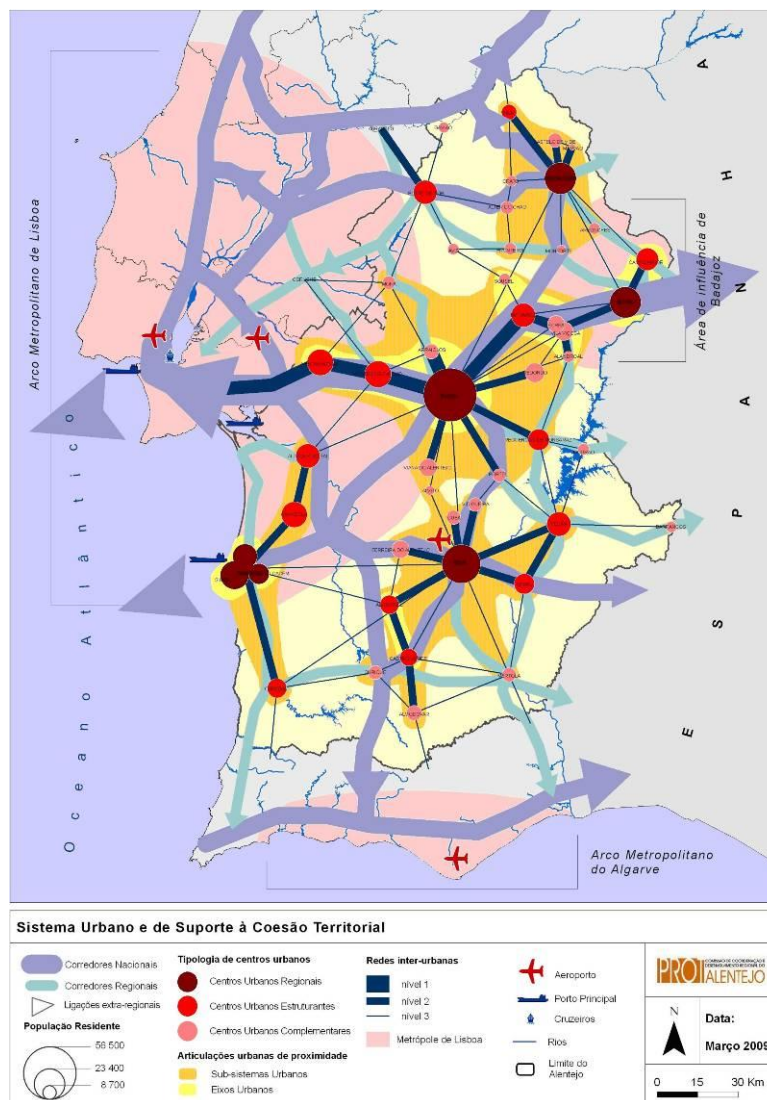
Dever-se-á ainda ressaltar, no âmbito das orientações para o sector do turismo, que o PROTA estabelece um nível máximo de Intensidade Turística por sub-região, definido através de uma relação ponderada entre o número de camas turísticas e o número de habitantes residentes (para Vendas Novas está previsto um número máximo de 4728 camas).

3. Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial

Este sistema organiza-se em torno dos seguintes elementos:

- Um conjunto de corredores e polaridades regionais, que desenvolvem posicionamentos competitivos diferenciados;
- Uma tipologia de centros urbanos, que estrutura a malha e diferencia as funcionalidades urbanas;

- e um grupo de subsistemas urbanos, que suportam a coesão territorial, que se apresentam na Figura seguinte:



Fonte: 2010, CCDR Alentejo. Versão final aprovada em Conselho de Ministros <http://prot.ccdr-a.gov.pt/>

Figura 2.7 | Sistema da Base Económica Regional

Este sistema desenvolve-se em torno de um conjunto de elementos que se descrevem de seguida.

A. Corredores e polaridades regionais: são definidos em termos transversais e longitudinais consistindo em corredores que é necessário consolidar, de forma a construir uma malha urbana fortemente comunicante e difusora de desenvolvimento.

B. Tipologia de centros urbanos: tal como já mencionado na descrição do modelo territorial, o sistema urbano regional policêntrico assenta numa estrutura urbana organizada em torno de uma tipologia de centros urbanos: Centros Urbanos Regionais (CUR); Centros Urbanos Estruturantes (CUE), a que corresponde Vendas Novas; e Centros Urbanos Complementares (CUC). Os Centros Urbanos Estruturantes (CUE) desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas.



C. Subsistemas urbanos: Face à dimensão territorial da Região, considera o PROT que é no âmbito dos relacionamentos de proximidade que se registam as relações mais fortes, pelo que a consolidação do sistema urbano policêntrico assenta num conjunto de subsistemas urbanos regionais e em eixos urbanos de proximidade, designadamente: no subsistema urbano do Litoral Alentejano; no subsistema urbano do Norte Alentejano; no subsistema urbano do Alentejo Central e no subsistema urbano do Baixo Alentejo.

É no subsistema urbano do Alentejo Central que se insere o município de Vendas Novas, subsistema urbano que evidencia uma forte amarração, estruturada também por Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz, e ainda por Évora.

4. Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional

Este sistema estrutura-se em torno de 3 subsistemas:

A. Subsistema de infraestruturas terrestres: é composto pelas infraestruturas de nível nacional e europeu e pelas infraestruturas de nível regional/sub-regional

B. Subsistema de infraestruturas aeroportuárias: neste subsistema é mencionado com destaque o aeroporto de Beja para a captação de fluxos turísticos e os aeródromos de Évora e Ponte Sôr.

C. Subsistema de infraestruturas portuárias.

Síntese do Modelo Territorial

A concretização dos objetivos específicos e a implementação do Modelo Territorial descrito anteriormente baseia-se na aplicação de um conjunto de normas orientadoras, concretizadas por sistemas e desagregadas por Normas Gerais e Normas Específicas.

As normas específicas de natureza operacional subdividem-se em orientações para os seguintes sistemas e sectores:

- Sistema Ambiental e de Riscos:
 - Recursos naturais;
 - Litoral;
 - ERPVA;
 - Riscos naturais e tecnológicos.
- Sistema de Base Económica Regional:
 - Atividades Agroflorestais;
 - Zonas de Potencial Aproveitamento de Recursos Geológicos;
 - Sistema regional de logística empresarial;
 - Energia;
 - Desenvolvimento turístico;
 - Rede regional de ciência, tecnologia e inovação;
- Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial

- Estruturação urbana.
- Planeamento urbano, urbanização e edificação.
- Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional
- Sistema de Transportes de Mobilidade Regional
- Rede Rodoviária
- Rede Ferroviária
- Sistema Aeroportuário
- Infraestruturas Portuárias e Navegabilidade Fluvial
- Ciclovias
- Tecnologias de Informação e de Comunicação

Tendo em conta a extensão do relatório do PROT, considera-se não ser de transcrever para o presente relatório a totalidade das normas gerais e específicas do PROT, que serão contudo consideradas na fase seguinte da revisão do PDM, como é o caso da aplicação da área mínima de 4 ha para a edificação isolada em solo rural.

2.3.2. Estratégia para Vendas Novas 2020

A Estratégia para Vendas Novas 2020 decorre da Visão integradora das diversas políticas sectoriais, que o município dispõe e que se traduz no objetivo fundamental de tornar Vendas Novas, um concelho mais amigo do ambiente, mais resiliente, atrativo para o investimento e para novos moradores, oferecendo qualidade de vida e oportunidades para seus cidadãos.

Para concretizar esta visão foram definidos cinco grandes objetivos, aos quais estão associados um conjunto de intervenções integradas:

Objetivo 1 - Requalificação Urbana e Ambiental

Clara aposta na reabilitação Urbana e ambiental, através de intervenções integradas de requalificação do espaço público, reabilitação do património edificado, e redesenho da cidade, empregando uma abordagem holística ao planeamento urbano que considere todos os aspetos, designadamente qualificação ambiental e adaptação às alterações climáticas, considerando aspetos como vegetação, água, permeabilidade do solo, mobilidade, bem como desenvolvimento económico e equidade social.

São objetivos da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vendas Novas:

- Reabilitar a cidade, aumentar a coesão social, rejuvenescer o centro, atrair e fixar mais habitantes para a área central da cidade;
- Captar mais empresas e mais emprego, criar mais serviços e comércio de proximidade. Revitalização do tecido económico na área central da cidade, nomeadamente através da oferta de incentivos específicos à reabilitação dos estabelecimentos comerciais;
- Incentivar a reabilitação urbana, consolidar e requalificar a malha da cidade existente, através da criação de estímulos à reabilitação urbana por parte dos proprietários de edifícios ou frações, nomeadamente incentivos e apoios de natureza financeira e fiscal;



- Reocupar e reutilizar o edificado existente, compactar a cidade consolidada aumentando a qualidade ambiental e a eficiência energética
- Reabilitar, preservar e valorizar os principais elementos do património histórico e arquitetónico da cidade;
- Requalificar o espaço público e o ambiente urbano através da concretização de um conjunto de ações estruturantes suportadas em investimento público;
- Animar e revitalizar económica, social e culturalmente a cidade consolidada, através da criação de espaços de produção e fruição cultural, e da criação de um sistema de incentivos à instalação de empresas e profissionais artísticos, culturais e criativos;
- Melhoria das respostas públicas às significativas carências existentes no domínio habitacional para os grupos sociais mais desfavorecidos;
- Promover a mobilidade sustentável, nomeadamente através da melhoria das condições de mobilidade urbana, designadamente no que respeita à promoção da utilização dos modos suaves de deslocação e à eliminação de barreiras arquitetónicas, potenciando o desenvolvimento de um espaço urbano inclusivo.
- Incentivar a eficiência ambiental, aumentando a resiliência da cidade aos fenómenos extremos.

Objetivo 2 - Mobilidade Urbana Sustentável

Vendas Novas tem vindo a definir uma estratégia coesa para a mobilidade sustentável, através de medidas para restringir o uso de carros e priorizar a mobilidade por modos suaves, nomeadamente através da:

- a) Qualificação dos percursos pedonais e cicláveis, de modo que as deslocações em modos suaves se possam efetuar em condições de conforto.
- b) Criar uma rede estruturante de percursos acessíveis, confortáveis, enquadrada na estrutura verde urbana.
- c) Redução do número de veículos motorizados que circulam na cidade, controlando a oferta de estacionamento (parques pagos, etc.).
- d) Aumento da oferta de estacionamento para residentes no centro da cidade.

Objetivo 3 - Desenvolvimento Económico e Eco-Inovação

O concelho tem de ser pensado de modo a que desenho urbano, planeamento, desenvolvimento económico, equidade social e qualificação ambiental sejam analisados de forma integrada, e sejam integradas nas diversas políticas sectoriais.

O objetivo é tornar Vendas Novas uma cidade mais qualificada e atrativa para o investimento. Nesse sentido, destacam-se aqui algumas medidas:

- a) Captar mais empresas e mais empregos – atrair investimento;
- b) Apoiar e potenciar investimentos na área da economia circular;
- c) Requalificação do Parque Industrial, e intervenção no mesmo para concorrer com os Parques Empresariais vizinhas. Aumento do índice de implantação, edificabilidade e cêrcea, garantindo

ainda assim, uma percentagem de área permeável arborizada. Este aumento da edificabilidade da área do PI, permite não só dar resposta às necessidades das empresas já instaladas, como tornar mais atrativos os terrenos para fixação de novas empresas;

- d) Apoiar as iniciativas espontâneas de reutilização dos espaços industriais abandonados;
- e) Em 2017, foi criada a StartUP Alentejo®, que constitui uma incubadora de empresas multissetorial com enfoque em projetos criativos e inovadores, localizada na malha urbana da cidade de Vendas Novas, no entanto, há que reforçar a atratividade da start-up Alentejo;
- f) Projeto de Urbanismo Comercial com o comércio tradicional, no seguimento de uma intervenção de Requalificação Urbana, de modo a tornar mais atrativo o espaço público;
- g) Permitir a fixação de empresas em qualquer local da cidade – cidade multifuncional (desde que com atividades compatíveis com a envolvente);
- h) Criação de Oficinas/ateliers de artesanato: Olaria, Cestaria, Tapeçaria – com design inovador; através de Programas de Formação Cofinanciados e Programas de Estágios profissionais – em parceria com Universidades e uma Associação de Desenvolvimento Local.

Objetivo 4 - Incentivar a eficiência ambiental

No âmbito deste objetivo são propostas as seguintes medidas:

- a) Integrar a estratégia de adaptação às alterações climáticas elaborada ao nível intermunicipal nos Instrumentos de Gestão do Território;
- b) Proteger e melhorar as áreas naturais, e proporcionar espaços recreativos ao ar livre de qualidade aos cidadãos;
- c) Criação de um sistema de incentivos à melhoria ambiental da cidade;
- d) Aumentar a recolha seletiva dos resíduos (caminhar no sentido de se fazer recolha de resíduos para compostagem);
- e) Incentivar a utilização de águas recicladas para rega, lavagens e autoclismos;
- f) Aumentar as áreas verdes, procurando continuidade, criando uma estrutura verde urbana. É essencial o aumento da presença de verde e da área permeável na cidade, nomeadamente no espaço público, nos interiores de quarteirões e nos lotes privados.
- g) Criar incentivos à eficiência energética do edificado, e à reciclagem de materiais em obra;
- h) Incentivos à reutilização dos edifícios.

Objetivo 5 - Reforçar a atratividade da cidade

No âmbito deste objetivo são propostas as seguintes medidas:

- a) Reforçar e desenvolver o programa de Requalificação Urbana da Cidade de modo a tornar o centro mais atrativo para o investimento;
- b) Regeneração do espaço público, com clara aposta na requalificação ambiental, criando uma nova identidade para a cidade, tornando-se referência de boas práticas a nível nacional.
- c) Atrair mais habitantes para o Centro da Cidade;
- d) Criar um programa de habitação para arrendamento a custos controlados para jovens e famílias carenciadas;



- e) Potenciar a criação de habitação inovadora no centro: habitações flexíveis, amigas do ambiente, eficientes, que possam conjugar habitação com local de trabalho, que possam tirar partido da proximidade a Lisboa para atrair mais residentes.
- f) Estacionamento para residentes.
- g) Ambiente urbano saudável – ruído e qualidade do ar.
- h) Maior compactação da cidade – alterar índices urbanísticos do PDM. Alteração dos índices referentes à densidade populacional, e densidade de fogos por ha.
- i) Redução da capacidade construtiva nas zonas mais periféricas do perímetro urbano.

Muitas destas intervenções e medidas encontram-se já concretizadas, e deverão integrar a estratégia de Revisão do PDM, outras encontram-se por concretizar, e importa também avaliar a pertinência da sua integração.

2.3.3. Outros instrumentos de planeamento municipal

2.3.3.1. Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas

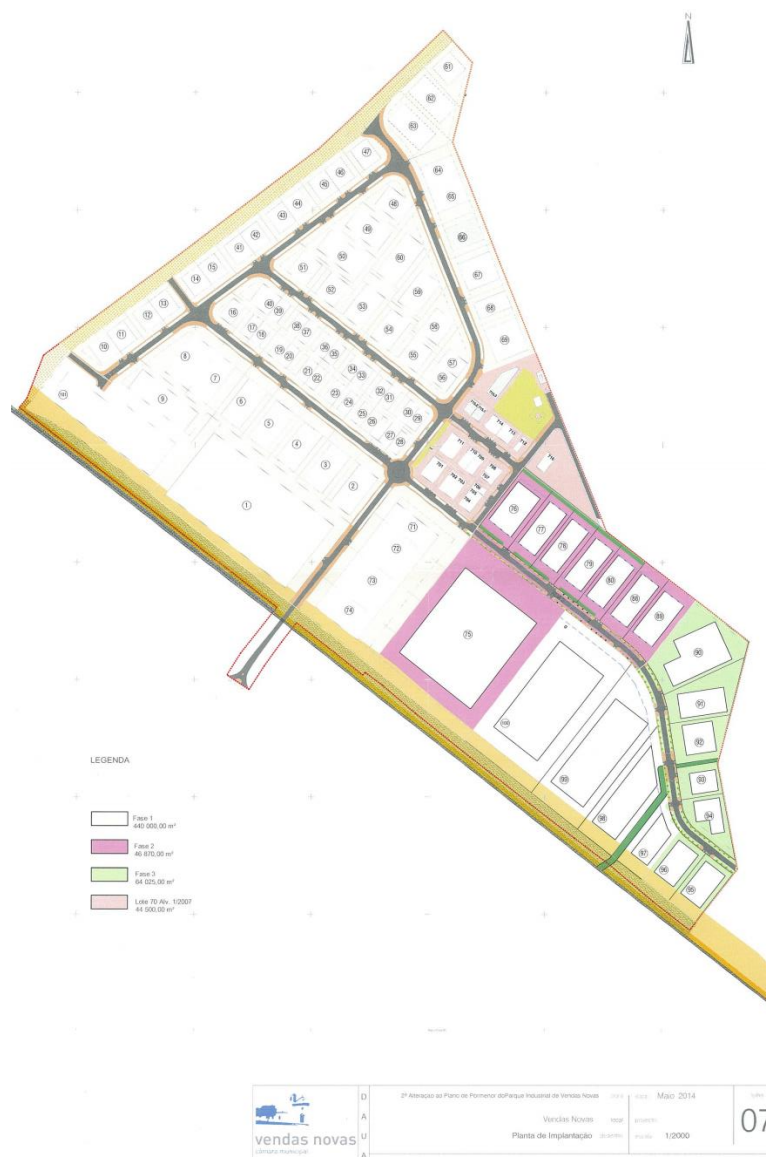
O Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas foi aprovado pela Portaria n.º 156/94, de 18 de março, sendo, portanto, anterior à aprovação do PDM em vigor. O Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas seria objeto de duas alterações, através da Portaria n.º 21/97, de 7 de janeiro e do Aviso n.º 7206/2015, de 29 de junho, tendo atualmente *“como objetivo criar condições para a instalação de estabelecimentos industriais, bem como atividades logísticas, comerciais ou de serviços complementares e compatíveis com o uso industrial dominante”*

O Plano de Pormenor, cuja planta de implantação referente à 2.ª Alteração se apresenta na Figura 2.8, tem 101 lotes e uma área total de 792.464,00 m², distribuídos do seguinte modo:

- Fase 1 – 440 000,00 m²
- Fase 2 – 46870,00 m²
- Fase 3 – 64 025,00 m²
- Lote 70 Alv. 1/2007 – 44 500,00 m²

Entretanto surge a necessidade de reavaliar as propostas do PP no sentido de o mesmo vir a dar resposta às necessidades das empresas, equacionando-se desde já a necessidade de redução dos preços dos terrenos, o aumento do índice de implantação, e de edificabilidade garantindo, no entanto, uma área livre ajardinada/arborizada não impermeabilizada.

O objetivo é dar resposta à necessidade de expansão de muitas empresas atualmente a laborar no Parque Industrial, que necessitam de expandir as suas instalações em áreas adjacentes, não sendo operacional prever a expansão para outros locais. Assim, urge aumentar o índice de implantação, permitindo dar resposta às empresas já existentes. Outra questão prende-se com a necessidade de permitir um aumento do número de pisos, e altura das edificações, de modo a melhor aproveitar o solo já urbanizado. Pretende-se assim, numa primeira fase dar resposta às necessidades das indústrias existentes, mas também à procura dentro do perímetro do PP do Parque Industrial, só avançando para uma situação de expansão, quando todo o Parque estiver efetivamente ocupado.



Fonte: CMVN

Figura 2.8 | Planta de Implantação: 2.ª Alteração do PP do Parque Industrial de Vendas Novas

2.3.3.2. Plano de Pormenor (PP) de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas

O Plano de Pormenor (PP) de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas foi inicialmente aprovado pelo Aviso n.º 23436/2010, de 11 de novembro, tendo sido alterado pelo Aviso n.º 8617/2016, de 8 de julho. Este PP procede à redelimitação e alteração dos usos da UP6 (prevista no PDM em vigor), visa a constituição de um Parque de Exposições, Feiras e Mercados, e prevê o aumento do perímetro urbano de Vendas Novas. São objetivos de acordo com o artigo 2.º:

- “a) a alteração parcial dos usos na área actualmente definida como UP6 no Plano Director Municipal de Vendas Novas, com redelimitação desta unidade, prevendo-se a possibilidade de construção de edificações destinadas a habitação, comércio, serviços e estabelecimento hoteleiro;



- *b) a alteração dos usos da área hoje destinada no Plano Director Municipal de Vendas Novas a parque de campismo, afectando-a a Parque de Exposições, Feiras e Mercados;*
- *c) o alargamento do perímetro urbano da cidade de Vendas Novas e a consequente reclassificação do solo rural em urbano, com vista à criação do equipamento de utilização coletiva mencionado na alínea anterior e do Parque de Lazer Urbano.”*

A área total das parcelas que constituem o PP corresponde a 57.618,1 m².



LEGENDA :

PARCELAMENTO E EDIFICAÇÃO

PARCELAS E EDIFICAÇÕES NOVAS

- limite e identificação de parcela (P) e de fracção de parcela (FP)
- polígono base de implantação de edificação nova
- área livre de parcela
- edificação principal destinada a habitação unifamiliar
- edificação principal destinada a comércio/ serviços
- edificação principal destinada a habitação colectiva e comércio/ serviços
- edificação principal destinada a estabelecimento hoteleiro
- edificação secundária destinada a anexo

PARCELAS E EDIFICAÇÕES EXISTENTES

- parcela e edificação existente a manter
- implantação de edificação existente
- parcela e edificação existente a eliminar e demolir

MODELAÇÃO DE TERRENO

- cota de projecto
- cota existente

EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS EXTERIORES

EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

- limite e identificação de parcela de equipamento de utilização colectiva
- polígono base de implantação de edificação de equipamento de utilização colectiva
- simulação de ocupação da área livre de parcela
- EQ01** - expansão do conjunto desportivo existente - construção de um polidesportivo descoberto, dois campos de ténis e um campo multusos
- EQ02** - conclusão do Estádio Municipal - construção de bancada, serviços de apoio e balneários
- EQ03** - consolidação do complexo de piscinas municipais (construção de piscina coberta de 25 m)
- EQ04** - ampliação/ requalificação do pavilhão gimnodesportivo
- EQ05** - Parque de Exposições, Feiras e Mercados

EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA EXISTENTES

- limite e identificação de parcela existente de equipamento de utilização colectiva
- implantação de edificação de equipamento de utilização colectiva existente a manter e reabilitar
- EQ06** - Posto de Turismo Municipal
- EQ07** - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Vendas Novas (inclui Pequeno Campo de Jogos)
- EQ08** - Escola Secundária de Vendas Novas (inclui Pequeno Campo de Jogos)
- EQ09** - Mercado Municipal
- EQ10** - Estação Central de Camionagem
- EQ11** - Escola Particular - Colégio Laura Vicuña (inclui Pequeno Campo de Jogos e Pista de Corrida)

ESPAÇOS EXTERIORES

- verde de valorização urbana
- verde equipado - parque de lazer urbano
- linha de água a requalificar
- "Chafariz Real" a requalificar
- conjunto edificado a reabilitar como equipamento de apoio ao Parque de Lazer Urbano
- alinhamento arbóreo

CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO

CIRCULAÇÃO

- circulação automóvel
- eixo de via
- circulação pedonal
- percurso ciclável

ESTACIONAMENTO

- estacionamento público de ligeiros - nº de lugares
- acesso automóvel à parcela
- acesso automóvel à parcela para cargas e descargas

Fonte: CMVN

Figura 2.9 | Planta de Implantação do PP de Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas



2.3.3.3. Plano de Urbanização da Landeira

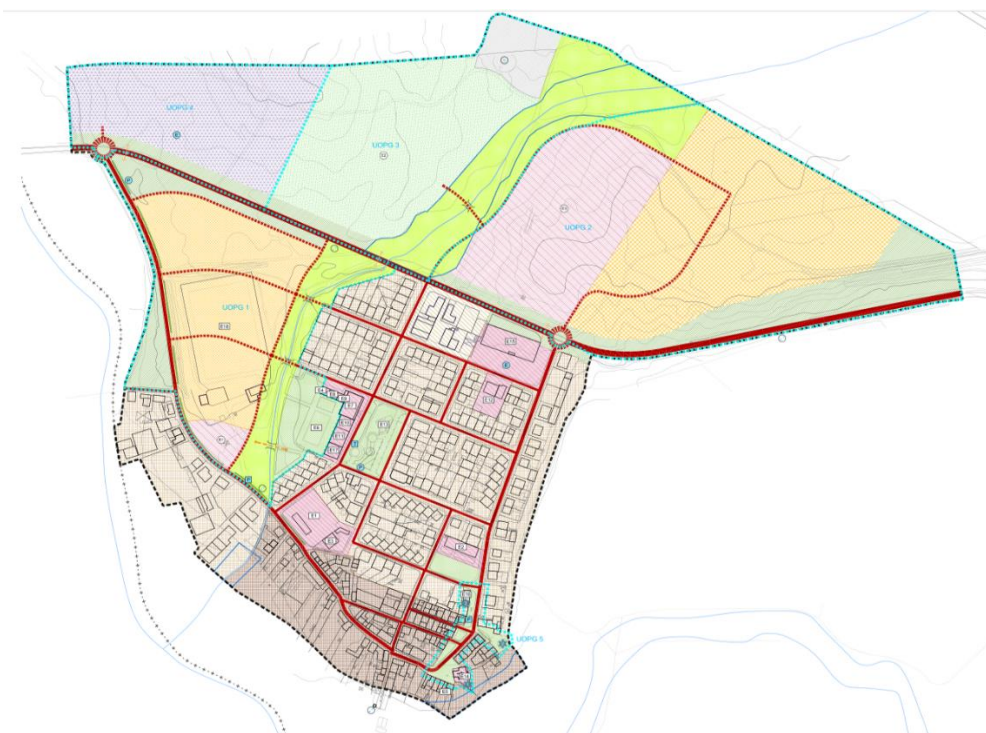
O Plano de Urbanização de Landeira, aprovado pelo Aviso n.º 1031/2012, de 23 de janeiro, não se encontrava previsto nas Unidades de Planeamento do PDM em vigor, e corresponde a todo o perímetro urbano de Landeira, ou seja, a 44,63 ha.

Constituem objetivos do Plano de Urbanização (Artigo 4.º):

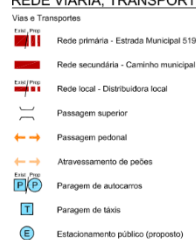
- a) Requalificar a estrutura urbana e racionalizar e programar o crescimento urbano;*
- b) Dotar o aglomerado de uma rede de equipamentos que dê resposta às carências detectadas;*
- c) Prever a criação de novos postos de trabalho e captar novos investimentos;*
- d) Definir uma estrutura ecológica urbana, valorizando as potencialidades ambientais existentes e a integração harmoniosa nos espaços naturais envolventes;*
- e) Proporcionar à população de diferentes tipologias de zonas verdes de utilização colectiva;*
- f) Estruturar o sistema viário, como opção de qualificação e funcionalidade urbana;*
- g) Beneficiar as infraestruturas urbanas existentes e definir uma rede capaz de dar uma resposta adequada ao desenvolvimento urbano previsto;*
- h) Preservar, recuperar e proteger os valores culturais existentes;*
- i) Definir Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que promovam a execução do plano;*
- j) Definir um quadro normativo que permita a correcta gestão dos espaços definidos.”*

Este Plano de Urbanização delimita 5 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, para as quais deveria ser devolvido um instrumento definidor da organização espacial (mas estes instrumentos não foram concretizados):

- a) UOPG1 — Expansão Poente da Landeira;*
- b) UOPG2 — Expansão Norte da Landeira;*
- c) UOPG3 — Parque Urbano Desportivo;*
- d) UOPG4 — Plataforma Logística e Empresarial;*
- e) UOPG5 — Espaço Público a Qualificar.”*



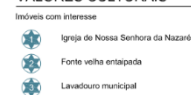
REDE VIÁRIA, TRANSPORTES E ESTACIONAMENTO



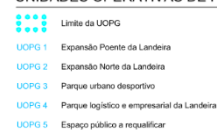
INFRAESTRUTURAS



VALORES CULTURAIS



UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO



ZONAS INUNDÁVEIS



INTERVENÇÕES ESPECÍFICAS



Fonte: CMVN

Figura 2.10 | Planta de Zonamento do PU de Landeira

Interessa na Revisão do PDM ponderar as propostas não concretizadas dos planos municipais de ordenamento do território, e a sua integração na nova proposta.



2.3.3.4. Plano de Urbanização de Vendas Novas

Encontra-se em elaboração o Plano de Urbanização de Vendas Novas, previsto no PDM em vigor, cuja decisão de elaboração foi deliberada em reunião da Câmara Municipal de 9 de dezembro de 2015 e publicada em Diário da República pelo Aviso n.º 506/2016, de 18 de janeiro.

De acordo com o n.º 2 da referida Deliberação, o PU visa a *“harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intra e intergeracional na ocupação e utilização do território, assegurando a qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico às gerações presentes e futuras, de acordo com os objetivos abaixo identificados; em conformidade com o disposto na Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo:*

- *Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais;*
- *Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, criando níveis adequados de densidade urbana que impeçam a degradação do centro urbano, e o desequilíbrio da organização económica e social;*
- *Organizar o território de modo a conter a expansão urbana, e aumentar a resiliência aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos da erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética;*
- *Evitar a contaminação do solo, água e ar, eliminando ou minorando os efeitos das substâncias poluentes, a fim de garantir a salvaguarda da saúde humana e ambiente;*
- *Salvaguardar e valorizar a identidade do território;*
- *Regenerar, reabilitar e modernizar o centro urbano, valorizando o património natural, cultural e paisagístico;*
- *Promover a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada”.*

2.3.3.5. Delimitação da ARU de Vendas Novas

Encontra-se delimitada a área de reabilitação urbana de Vendas Novas (2018), apresentada na Figura em baixo, num total de 162 ha, para a qual é definido um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação.

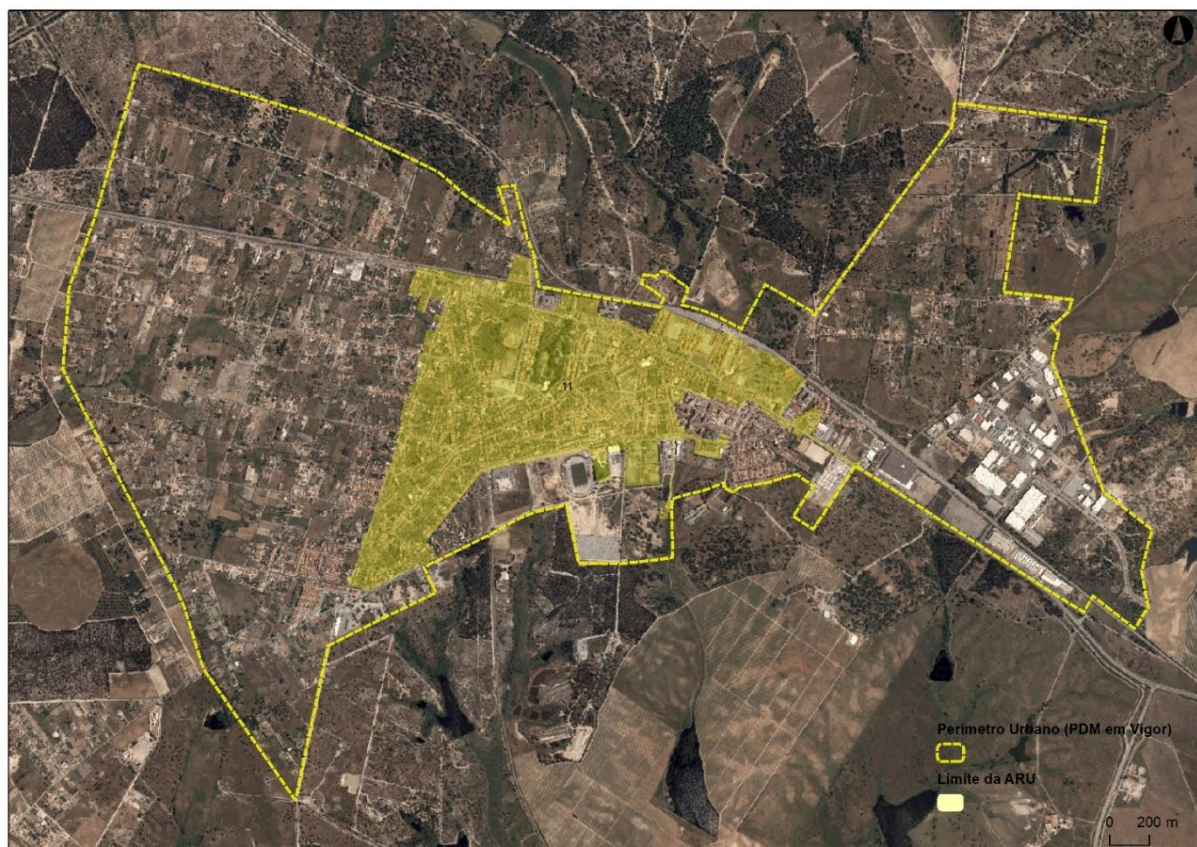


Figura 2.11 | Limite da ARU do município de Vendas Novas

Fonte: CMVN

De acordo com o relatório da delimitação da ARU de Vendas Novas, além dos objetivos definidos no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, foram definidos os seguintes objetivos específicos para a ARU de Vendas Novas:

- Reabilitar a cidade, aumentar a coesão social, rejuvenescer o centro, atrair e fixar mais habitantes para a área central da cidade;
- Captar mais empresas e mais emprego, criar mais serviços e comércio de proximidade. Revitalização do tecido económico na área central da cidade, nomeadamente através da oferta de incentivos específicos à reabilitação dos estabelecimentos comerciais;
- Incentivar a reabilitação urbana, consolidar e requalificar a malha da cidade existente, através da criação de estímulos à reabilitação urbana por parte dos proprietários de edifícios ou frações, nomeadamente incentivos e apoios de natureza financeira e fiscal;
- Reocupar e reutilizar o edificado existente, compactar a cidade consolidada aumentando a qualidade ambiental e a eficiência energética
- Reabilitar, preservar e valorizar os principais elementos do património histórico e arquitetónico da cidade;
- Requalificar o espaço público e o ambiente urbano através da concretização de um conjunto de ações estruturantes suportadas em investimento público;



- Animar e revitalizar económica, social e culturalmente a cidade consolidada, através da criação de espaços de produção e fruição cultural, e da criação de um sistema de incentivos à instalação de empresas e profissionais artísticos, culturais e criativos;
- Melhoria das respostas públicas às significativas carências existentes no domínio habitacional para os grupos sociais mais desfavorecidos;
- Promover a mobilidade sustentável, nomeadamente através da melhoria das condições de mobilidade urbana, designadamente no que respeita à promoção da utilização dos modos suaves de deslocação e à eliminação de barreiras arquitetónicas, potenciando o desenvolvimento de um espaço urbano inclusivo.
- Incentivar a eficiência ambiental, aumentando a resiliência da cidade aos fenómenos extremos.

Ainda de acordo com o Relatório da Delimitação da ARU “A operação de reabilitação urbana incidirá sobre todo o núcleo consolidado da cidade, e deverá passar, não só pelo incentivo à iniciativa privada na reabilitação do edificado residencial e afeto a atividades económicas, mas também, em grande medida, pela realização de diversas ações estruturantes de reabilitação do espaço público, das infraestruturas urbanas, dos espaços verdes de utilização coletiva, equipamentos públicos e o património histórico e arquitetónico.

Considera-se que esta componente terá duplo resultado: regeneração do núcleo consolidado através de intervenções no espaço público dotando-o de melhores condições de conforto e qualidade ambiental e paisagística e, impulsionando os privados a intervir no espaço construído privado. O espaço público e os equipamentos coletivos são encarados como elementos urbanos estruturantes, motores de urbanidade, os quais têm um papel crucial na estruturação da cidade. No entanto esta qualificação deve ser acompanhada pela qualificação do espaço privado (construído ou não). Neste sentido, ao intervir no espaço público e nos equipamentos, espera-se conseguir impulsionar a ação privada, alavancada pelos incentivos fiscais e pela possibilidade de recorrer aos Instrumentos Financeiros disponíveis no presente quadro comunitário.

Esta estratégia deve assumir o espaço público como forma de garantir a coesão e articulação do parque habitacional e dos diversos usos inerentes à vida urbana, servindo de suporte à habitação qualificada, integrada no tecido urbano preexistente, adotando assim um modelo mais sustentável, equilibrado, acessível a todos, com oferta diversificada dirigida a grupos sociais e etários específicos.

As intervenções de regeneração urbana deverão garantir um modelo habitacional mais flexível e atrativo, adaptável às variações de oferta e procura, com uma melhoria generalizada da qualidade dos alojamentos, e uma relação proporcional e equilibrada entre espaço público e espaço construído, com serviços e comércio de proximidade, de forma a atrair e fixar população jovem e convergir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. No modelo regeneração urbana a implementar é essencial a valorização das unidades de vizinhança com equipamentos, comércio e serviços de proximidade e a articulação do parque habitacional com o desenvolvimento sustentável, com promoção da utilização de modos suaves de mobilidade, utilização racional dos meios de transporte motorizados, e com garantia de mobilidade universal”.

Face ao exposto, a reabilitação urbana deve ser encarada com uma das orientações estratégicas para a revisão do PDM de Vendas Novas.

2.3.3.6. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Vendas Novas

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Vendas Novas, de 2015, integra as seguintes componentes, visando a candidatura no âmbito do Portugal 2020:

- Plano de Ação de Regeneração Urbana
- Plano de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas
- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (apresentado no Anexo seguinte).

A visão definida pelo PEDU é a seguinte: *“a afirmação da polarização de VN e dos seus fatores de diferenciação, com enfoque no seu núcleo consolidado, estruturado como espaço multifuncional, fundamental para a coesão municipal”*.

O objetivo global *“é o robustecimento da competitividade de Vendas Novas e o impulso de processos de transformação, impressos através da melhoria dos padrões de urbanidade (que incluem a qualificação do espaço público e reforço da oferta funcional), da melhoria das condições de habitabilidade das comunidades desfavorecidas, do incremento da inovação e cultura, e da consolidação de um modelo ambientalmente sustentável”*.

Constituem objetivos estratégicos:

- *“OE1: Alavancar processos de regeneração urbana, que ultrapassam a transformação espacial e incluem também as várias dimensões sociais, económicas e culturais, através da implementação de projetos que gerem benefícios diretos na qualidade de vida da população e que induzam dinâmicas de transformação urbana e social.*
- *OE2: Afirmação dos fatores de diferenciação, que envolve o desenvolvimento do conhecimento e da inovação com base nas tecnologias artesanais e nos produtos endógenos como a cortiço, paralelamente ao aprofundamento e valorização da cultura local.*
- *OE3: Reforçar as conexões e a mobilidade, num sistema articulado e eficiente, com melhoria da capacidade de resposta (sobretudo nas relações urbano-rurais) e menor impacto ambiental.*
- *OE4: Consolidar a multifuncionalidade numa ótica de diversificação da oferta que sustente o desenvolvimento social e de partilha e troca, animado e diverso.”*



PARTE II - DOMÍNIO BIOFÍSICO E AMBIENTAL

Esta página foi deixada em branco propositadamente



3. GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA, CLIMA E RECURSOS HÍDRICOS

3.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

Neste capítulo é elaborada uma apresentação analítica da geologia, hidrogeologia, clima e recursos hídricos, elementos base territoriais fulcrais para posterior proposta de plano. Assim, foram consultados o LNEG (1989) e o sítio do SNIRH, para a base geológica e hidrogeológica, respetivamente, bem como o sítio do IPMA e respetivas normais climáticas, e a metodologia de Köppen, constante em Kottek, M., 2006. Ainda foi utilizada informação disponibilizada pela APA e pelo Sniamb, relativas a recursos hídricos.

Uma análise mais detalhada destas componentes é apresentada nos volumes relativos à Memória da delimitação da Reserva Ecológica, que detalham a caracterização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos bem como da geologia.

3.2. GEOLOGIA

Para a análise geológica do concelho de Vendas Novas foram utilizadas três cartas geológicas à escala 1:50 000, bem como as respetivas notícias explicativas das folhas 35-C, 35-D e 39-A. Apresenta-se de seguida uma análise resumida das principais formações geológicas encontradas no concelho.

Em termos geoestruturais, o concelho de Vendas Novas está, em grande parte, situado nas designadas Bacias Sedimentares do Tejo e Sado, com exceção de uma pequena área a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas caracterizada pelas unidades estruturais de Zona de Ossa-Morena (ZOM) e Zona Sul Portuguesa (ZSP), estas últimas inseridas no designado Maciço Hespérico, ou substrato hercínico que tem mais de 200 milhões de anos e ocupa mais de dois terços do território de Portugal. O Maciço Hespérico, também conhecido por Maciço Antigo, forma um planalto sobrelevado ao mar, adjacente ao qual se instalaram posteriormente bacias sedimentares, nomeadamente a bacia terciária do Tejo e Sado, que ocupa mais de metade do território em estudo.

Os terrenos têm idades que variam desde o Devónico até ao Quaternário, destacando-se neste último os depósitos de cobertura, de formações metassedimentares cujas litologias se agrupam em: complexo greso-argiloso, argilo-gresoso, cascalheiras, bem como aluviões e depósitos de terraço. Quanto ao substrato hercínico, maioritariamente do período Devónico, o mesmo é caracterizado pela presença, ainda que pequena, de xistos, grauwagues, entre outras formações localizadas a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas, como se pode verificar na Figura 3.1

Assim sendo, grande parte da região abrangida pelo concelho é constituída por duas principais unidades geomorfológicas:

- A que ocupa maior parte do território e se designa de zona mio-pliocénica, caracterizada pela presença do complexo greso-argiloso de Bombel, localizada entre o rio Almansor e a ribeira de Marateca.
- O planalto pliocénico, localizado a Sudoeste da cidade de Vendas Novas, mais perto da margem direita da ribeira de Marateca e que é caracterizado pela presença do complexo greso-argiloso de Pegões.

De seguida descreve-se as principais formações geológicas encontradas neste concelho, aquelas que apresentam maior expressão na área em estudo e são apresentadas do período mais recente para o mais antigo:

Aluviões

Estendem-se ao longo das principais linhas de água que pertencem às seguintes redes hidrográficas:

- Rede Hidrográfica do rio Almansor e seus afluentes
- Rede Hidrográfica da ribeira de Marateca e seus afluentes da margem direita

A espessura das aluviões é variável, podendo em certos casos atingir entre 4 e 10 m. As aluviões são principalmente arenosas. Nos principais vales, tais como o vale do rio Almansor ou da ribeira de Marateca, as aluviões podem apresentar algumas intercalações argilosas ou lodosas.

Depósitos de Terraços

Estão representados ao longo das principais linhas de água do concelho, por areias e cascalheiras de antigos terraços. A norte de Vendas Novas verifica-se em alguns locais ao longo do rio Almansor e na região sul do concelho pode encontrar-se em alguns afluentes da ribeira de Marateca.

Complexo greso-argiloso de Pegões

Os afloramentos deste complexo podem encontrar-se a sudoeste da cidade de Vendas Novas, estendendo-se até próximo da ribeira de Marateca e é constituído por uma mistura de grés argilosos, argilas arenosas, areias amarelo-acastanhadas e areias feldespáticas.

Complexo greso-argiloso de Bombel

Esta formação geológica que ocupa grande parte do concelho é representada por grés argilosos castanho-avermelhados com pequenos seixos e com aspeto de Pliocénico e, mais abaixo, por argilas arenosas acinzentadas, esverdeadas e acastanhadas, por grés argilosos e por algumas areias passando a areolas.

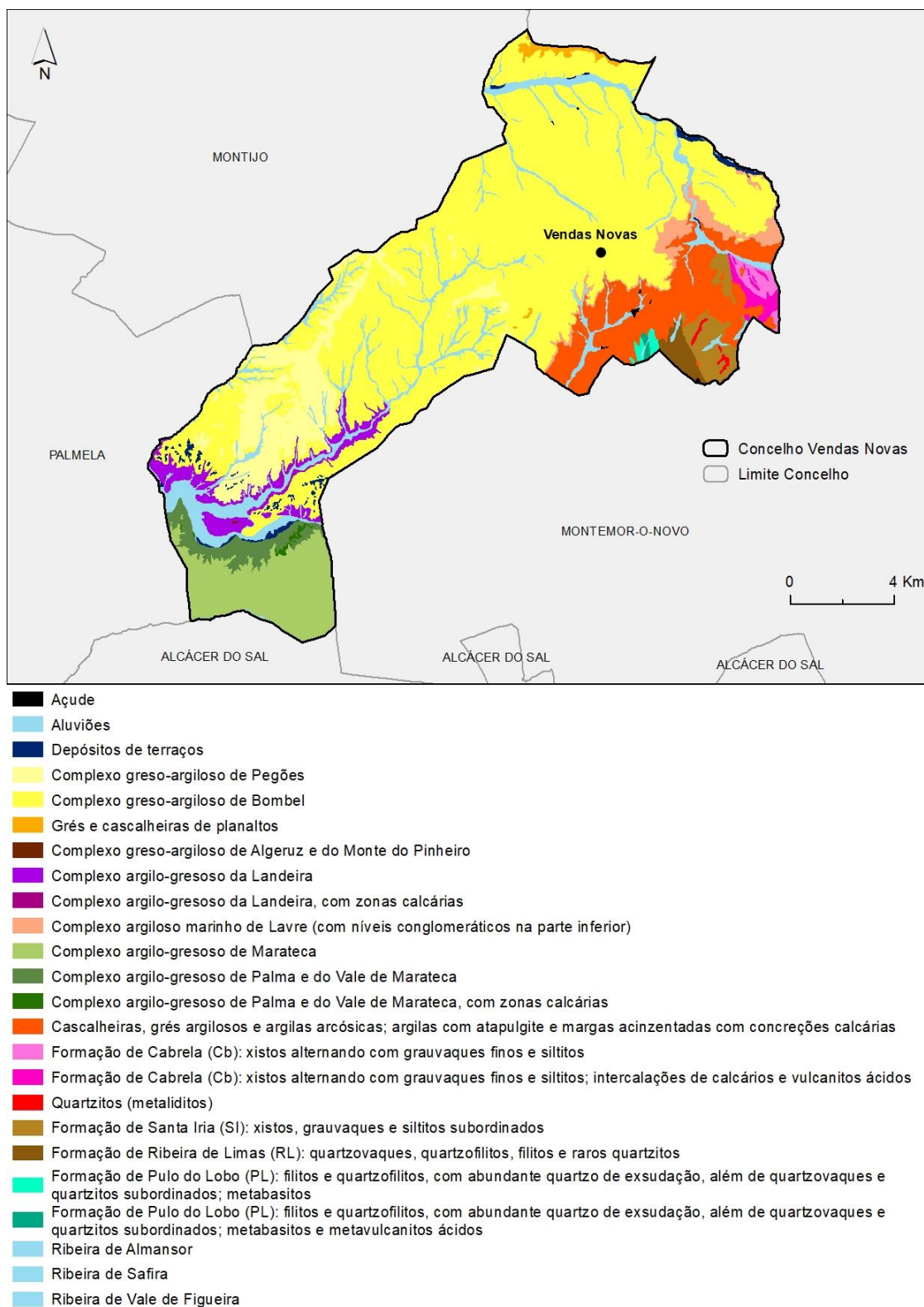
Complexo argilo-gresoso da Landeira

Este complexo ocorre na região sul do concelho de Vendas Novas, aflorando no vale da ribeira de Marateca mas também no vale das bicas

Cascalheiras, grés argilosos e argilas arcóricas com concreções calcárias

Estende-se ao longo do maciço antigo, a sudeste da cidade de Vendas Novas, formando uma auréola que acompanha o bordo oriental da Bacia Terciária do Tejo e Sado. A cerca de 5 km a SE de Vendas Novas, na estrada para Montemor-o-Novo afloram argilas arenosas com muitos seixos.



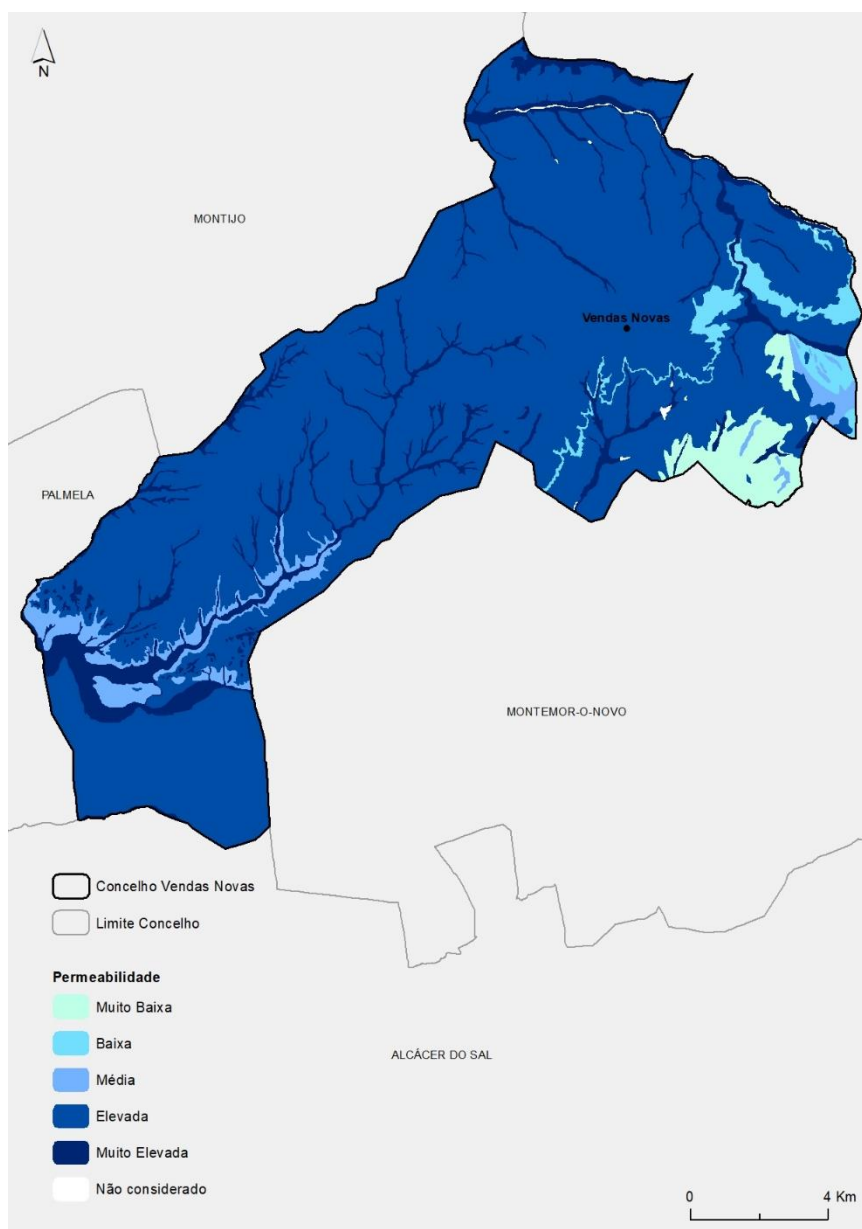


Fonte: LNEG

Figura 3.1 | Estrato da carta geológica á escala 1:50.000

3.3. HIDROGEOLOGIA

O principal fator físico que influencia a infiltração e circulação das águas subterrâneas de uma determinada região é, sem dúvida, a sua geologia. Como foi referido no ponto anterior, o concelho de Vendas Novas é um território que apresenta na sua maioria uma litologia sedimentar, proveniente das Bacias Sedimentares do Tejo e Sado, com a exceção de uma pequena área a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas, representada pelas litologias ígneas e metamórficas.



Fonte: LNEG

Figura 3.2 | Hidrogeologia

O concelho de Vendas Novas é dividido por duas grandes bacias hidrográficas: a norte da cidade de Vendas Novas as águas escoam para a Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, enquanto que a sul as águas escoam para a Bacia do Rio Sado. Do ponto de vista hidrogeológico a situação não é tão simples, uma vez que as bacias hidrogeológicas de ambos os rios estão interligadas por aquíferos



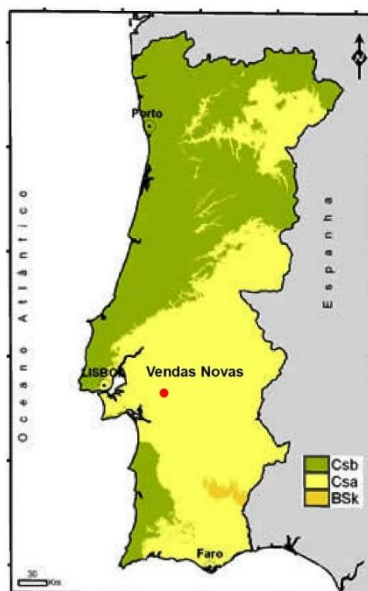
comuns. As rochas sedimentares constituem um sistema aquífero poroso de produtividade elevada como se pode perceber na Figura 3.2, enquanto que as rochas ígneas e metamórficas constituem aquíferos fissurados, neste caso de produtividade baixa.

3.4. CLIMA

O conhecimento do ambiente climático de um país ou região é fundamental para se perceber as suas paisagens e o quadro de vida dos seus habitantes antes de se proceder a uma tentativa de ordenamento sustentado do território. Ainda que o continente português seja um território pequeno face aos vizinhos europeus, não é de todo homogéneo em termos climáticos. Uma vez que se estende em latitude é possível encontrar-se variações climáticas de norte a sul do país mas também do litoral para o interior. Assim, os temas aqui expostos resultam de uma escolha que visa compreender o ambiente climático do território de Vendas Novas, nomeadamente temperatura e precipitação, cuja distribuição espacial e variação no tempo fixam as características do balanço hídrico.

O território de Vendas Novas está claramente inserido na região climática que, segundo a classificação de Koppen é caracterizada por um clima temperado com inverno chuvoso e verão quente e seco (Csa), como se pode verificar na figura seguinte. A classificação climática de Koppen é uma classificação global dos tipos climáticos que considera na sua génese valores médios anuais e mensais de temperatura do ar e precipitação, mas também aspetos fitossociológicos.

Para uma análise mais pormenorizada do clima em Vendas Novas foram utilizados os apuramentos estatísticos das normais climatológicas nesse local, ou seja, o valor médio correspondente a um número de anos suficiente para se poder admitir que ele representa o valor predominante daquele elemento climático no local considerado.



Fonte: Adaptado de IPMA 2020

Figura 3.3 | Classificação climática de Koppen

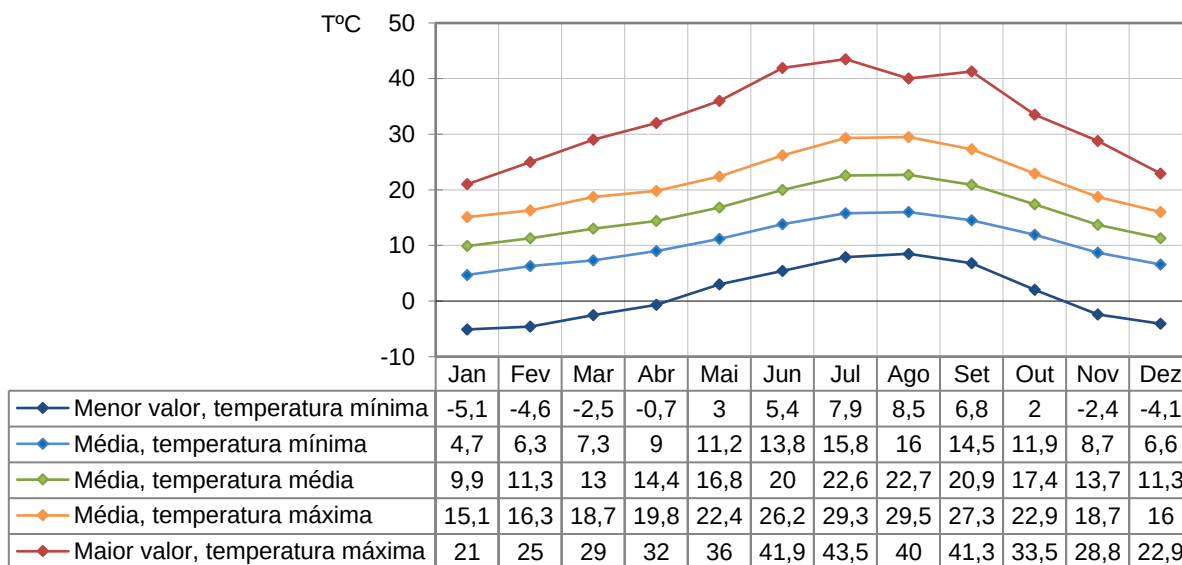
Face à ausência de uma estação climatológica com dados relevantes para a análise da temperatura do ar e precipitação no território de Vendas Novas, foram utilizados os resultados das normais climatológicas de 1971-2010, as últimas disponíveis pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), da estação mais próxima do concelho – Setúbal. Localizada a uma latitude de 38°32'norte e longitude de 08°53' oeste, a estação de Setúbal fica a uma altitude de 35 metros e dista aproximadamente 45km da cidade de Vendas Novas.

Assim, face à análise do gráfico que a seguir se apresenta, é possível perceber o carácter mediterrânico que envolve o clima da região em estudo. A época estival, em que se registam temperaturas médias mensais acima dos 20°C, estende-se de junho a setembro. Nos meses de Inverno, de dezembro a fevereiro, registam-se temperaturas médias entre os 11°C e os 9°C.

A temperatura mais alta verifica-se nos meses de junho, julho e agosto, com o registo do maior valor de temperatura máxima a rondar 43,5°C no mês de julho. A temperatura mais baixa regista-se no mês de janeiro, com um valor a rondar os 5,1°C negativos.

A amplitude térmica anual ronda os 12,8°C, o que comparando com outras regiões do interior alentejano não chega a ser tão acentuada, uma vez que a proximidade atlântica atenua o calor nos meses mais quentes e o frio nos meses mais frios.

Gráfico 3.1 | Temperatura do ar, normais climatológicas (1971-2010) para a Estação de Setúbal



Fonte: IPMA, <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>

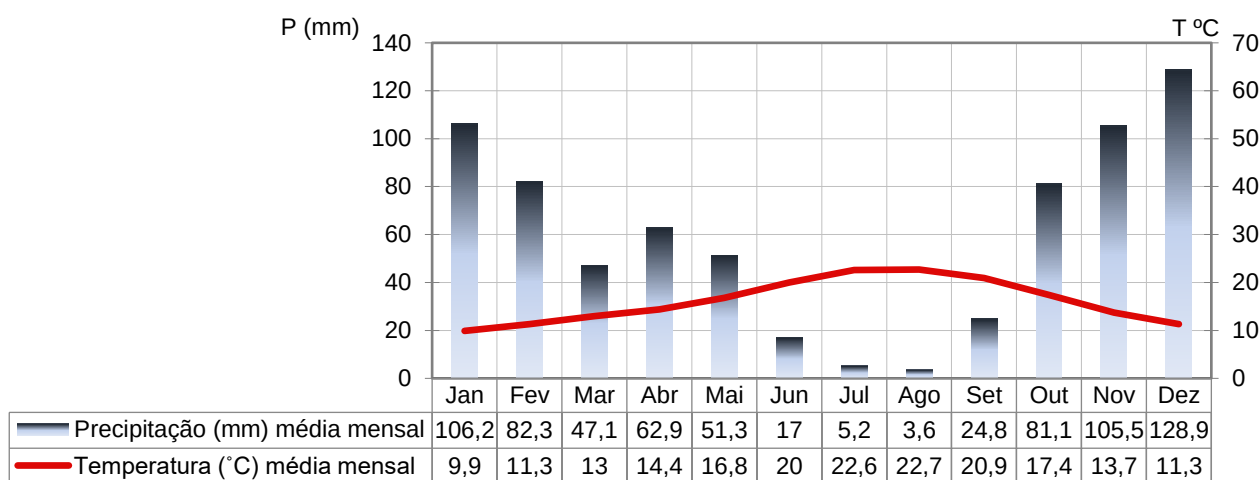
O Gráfico 3.2 representa valores médios mensais de temperatura e precipitação onde se consegue identificar quatro meses vincadamente secos, são eles os meses estivais: junho, julho, agosto e setembro, sendo que junho, julho e agosto apresentam valores abaixo dos 20 mm de precipitação. Os meses mais chuvosos coincidem com os meses de inverno e chegam a ultrapassar os 100 mm mensais de precipitação, são eles: novembro, dezembro e janeiro, sendo dezembro o mês mais chuvoso chegando a registar valores superiores a 120 mm de precipitação.

As principais causas deste comportamento relacionam-se com a influência do Anticiclone dos Açores durante o verão e com a passagem de perturbações frontais na estação mais fria, que induzem respetivamente, menores e maiores precipitações. Os valores pluviométricos são ainda



influenciados pela chegada de ar continental oriundo do interior da Península Ibérica e que, devido à menor humidade, constitui um fator limitante à ocorrência de precipitações abundantes.

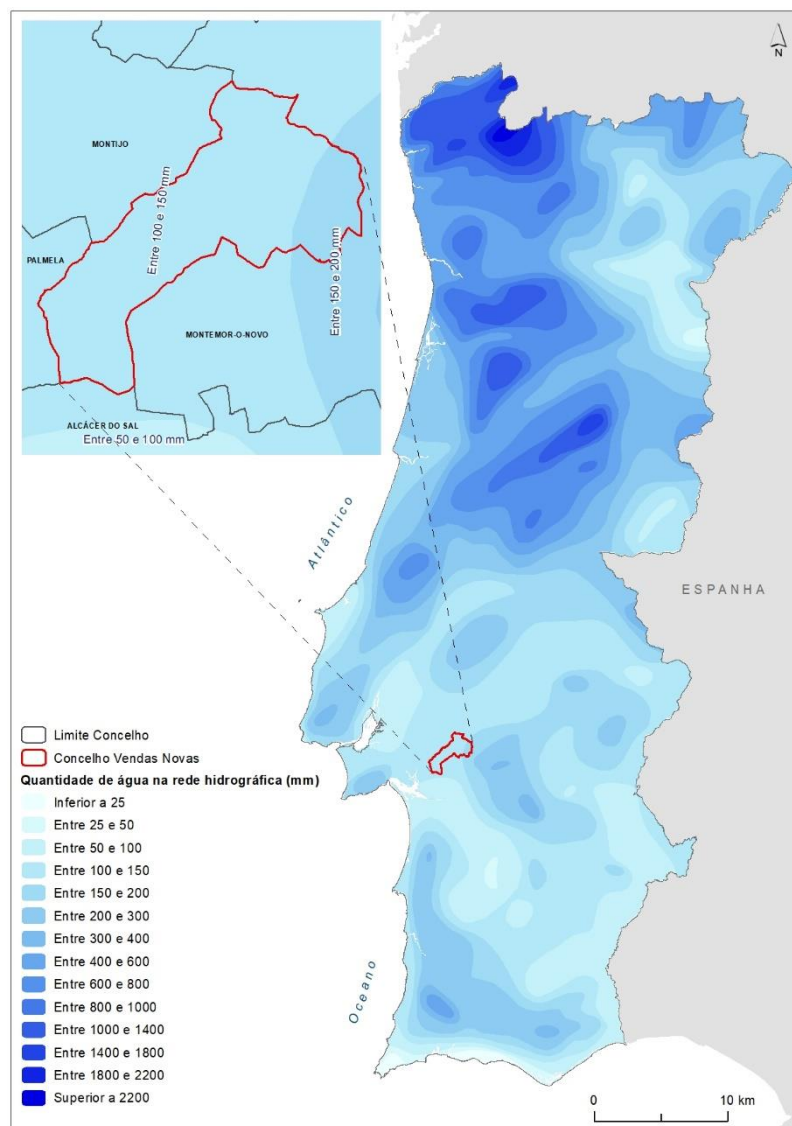
Gráfico 3.2 | Gráfico termopluviométrico: normais de precipitação e temperatura de Setúbal, 1970-2010



Fonte: IPMA, <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>

3.5. RECURSOS HÍDRICOS

No que respeita aos recursos hídricos superficiais, a sua distribuição espacial, em Portugal, mostra grandes contrastes, consequentes da desigual repartição da precipitação, dos contrastes térmicos e de evapotranspiração. Para além de uma desigualdade espacial, a irregularidade temporal também é uma característica hidrológica marcante no território português. De facto, em Portugal, grande parte do escoamento concentra-se no semestre húmido, de outubro a março, enquanto o semestre seco estende-se de abril a setembro e é marcado por uma diminuição do escoamento superficial. O contraste norte-sul também é bastante evidente, verificando-se balanços hídricos positivos nas bacias hidrográficas do norte e negativos nas bacias hidrográficas do sul, sendo a cordilheira central o limite geográfico entre as duas regiões. Na Figura 3.4 pode identificar-se a posição que o concelho de Vendas Novas ocupa face aos valores médios anuais de escoamento para o território continental, ocupando grande parte do território concelhio a faixa entre os 100 e 150 mm.

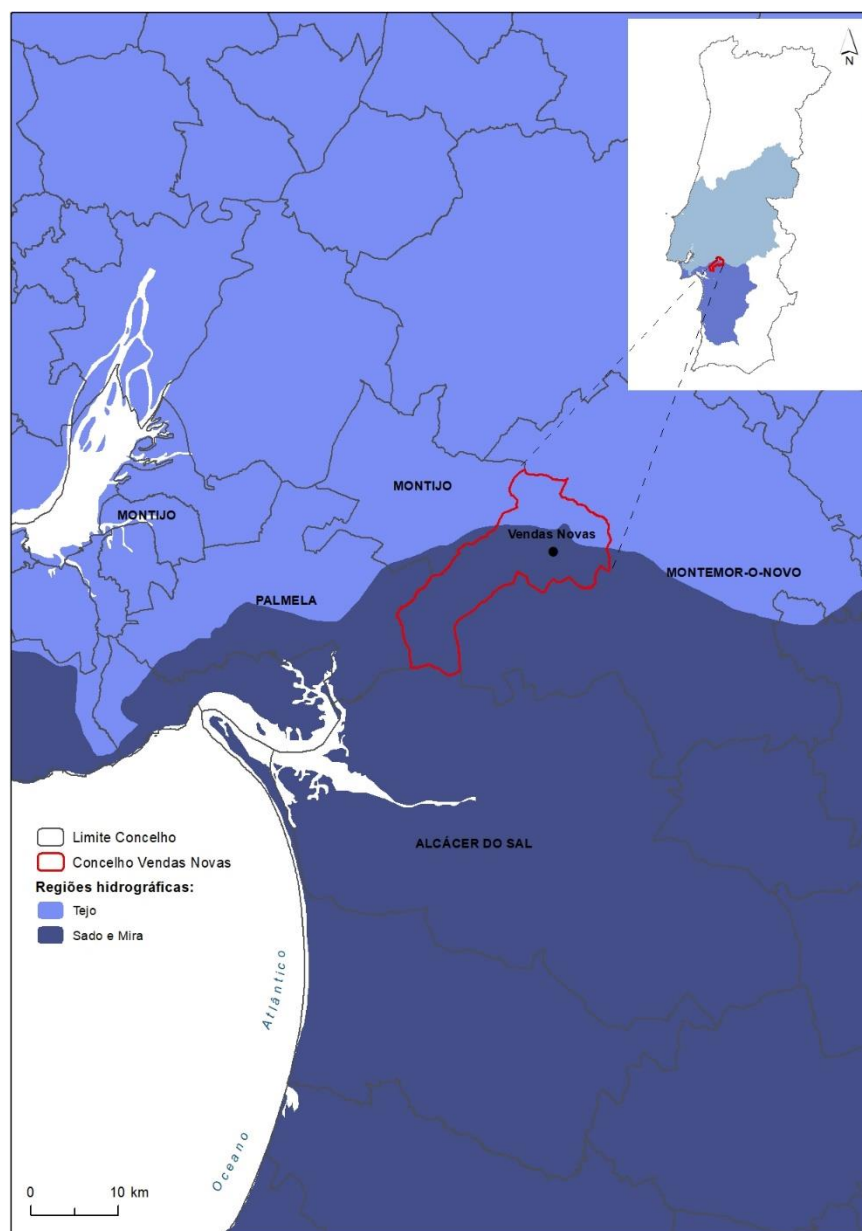


Fonte: SNIAmb, Atlas do Ambiente, 2020

Figura 3.4 | Valores médios anuais de escoamento

Em Portugal, as bacias hidrográficas com maior excesso de água são as do Cávado e Lima, situadas na região noroeste, sendo as de maior escassez as do rio Guadiana e Sado. Como se pode ver na Figura seguinte, o concelho de Vendas Novas está inserido em duas regiões hidrográficas: a do Tejo, que preenche a região a norte da cidade de Vendas Novas e ocupa uma área de 57,36 km², é composta por ribeiras afluentes do rio Almansor, ou ribeira de Canha, este servindo de fronteira física de parte do concelho de Vendas Novas e Montemor-o-Novo. E a região hidrográfica do Sado e Mira que preenche a restante parte do território concelhio e ocupa uma área de 165 km², composta por ribeiras que vão drenar à ribeira da Marateca, ribeira afluente da margem direita do rio Sado.

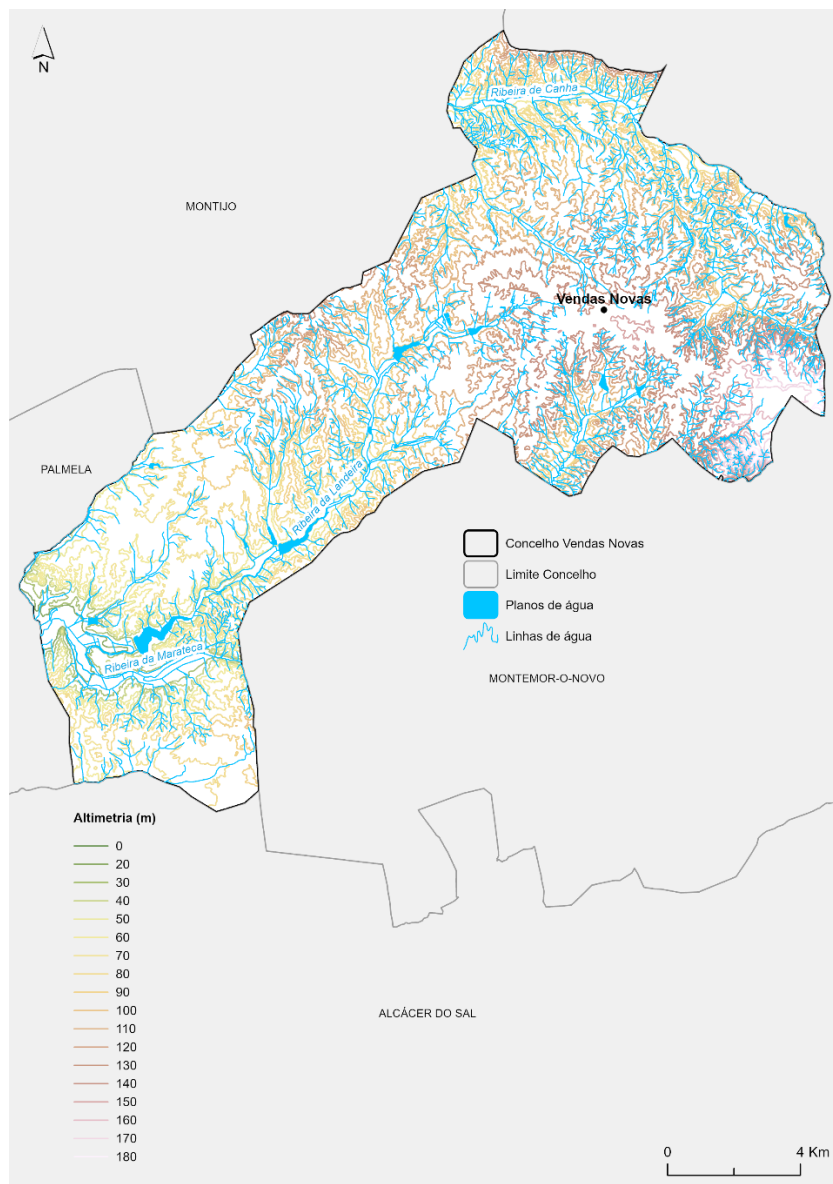




Fonte: SNIAmb, Atlas do Ambiente, 2020

Figura 3.5 | Localização do município de Vendas Novas nas regiões hidrográficas do Tejo e Sado e Mira

Na Figura 3.6 observam-se os principais rios e ribeiras que atravessam o território de Vendas Novas, destacando-se, de sul para norte, três ribeiras de dimensões consideráveis, Ribeira da Marateca, Ribeira da Landeira e Ribeira de Canha, ou Rio Almansor. A rede hidrográfica destas três ribeiras, juntamente com os seus afluentes, preenche na sua maioria a área do concelho.



Fonte: Cartografia de Base, CMVN, 2022.

Figura 3.6 | Principais rios e ribeiras que atravessam o território de Vendas Novas



4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E MORFOLOGIA DA PAISAGEM

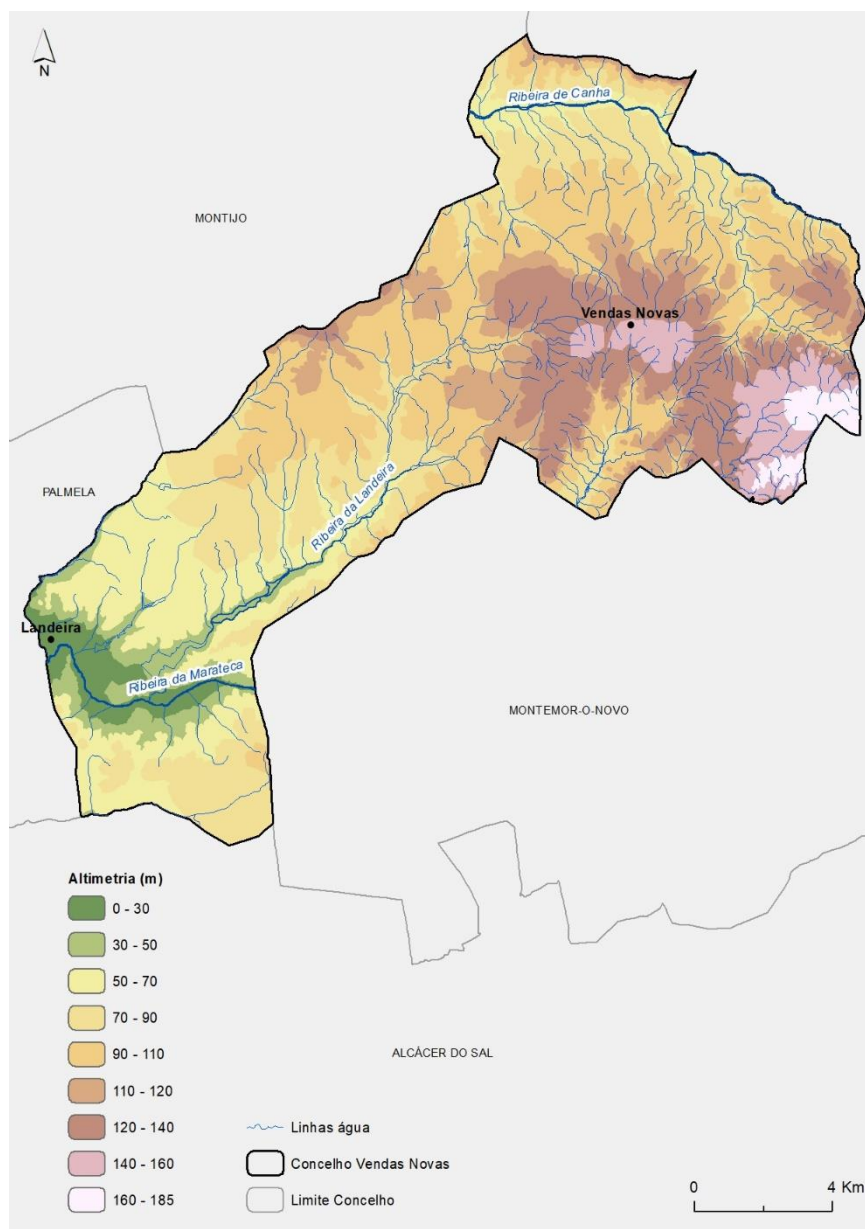
4.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA

A caracterização biofísica e morfologia da paisagem inicia-se pela análise fisiográfica, tendo como base o modelo digital de terreno a partir do qual foram desenvolvidas as cartas hipsométrica, de declives e de exposição de vertentes. Após esta abordagem, a análise centra-se na avaliação do uso do solo entre 1995 e 2018 tendo como base a COS (carta de ocupação do solo) produzida pela DGT. Por fim, identificadas as características morfológicas e de uso do solo, são identificadas as unidades de paisagem, presentes no Município, tendo como base a publicação da ex-DGOTDU (Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental, 2011).

4.2. ANÁLISE FISIOGRÁFICA

4.2.1. Hipsometria

No território de Vendas Novas, como se pode observar na Figura 4.1, não se encontram variações altimétricas muito significativas, os valores de altitude variam entre a cota 0 e os 185 metros de altitude. No entanto, podem individualizar-se duas regiões distintas: A região sul do concelho, nas imediações da localidade de Landeiras e envolvente da Ribeira de Marateca, com cotas de altitude a variar entre os 0 e os 70 metros, e a região a norte, incluindo a cidade de Vendas Novas, a zona limítrofe do concelho, fronteira com Montemor-o-Novo e imediações da estrada nacional em direção à povoação de Silveiras, apresentando cotas que variam entre os 120 e os 185 metros de altitude. Assim, excetuando estas duas regiões, pode verificar-se que grande parte do território de Vendas Novas encontra-se a uma cota que varia entre os 70 e os 110 metros de altitude.



Fonte: cartografia de base

Figura 4.1 | Hipsometria

Na Figura seguinte identificam-se as linhas de fecho e talvegue no território municipal.



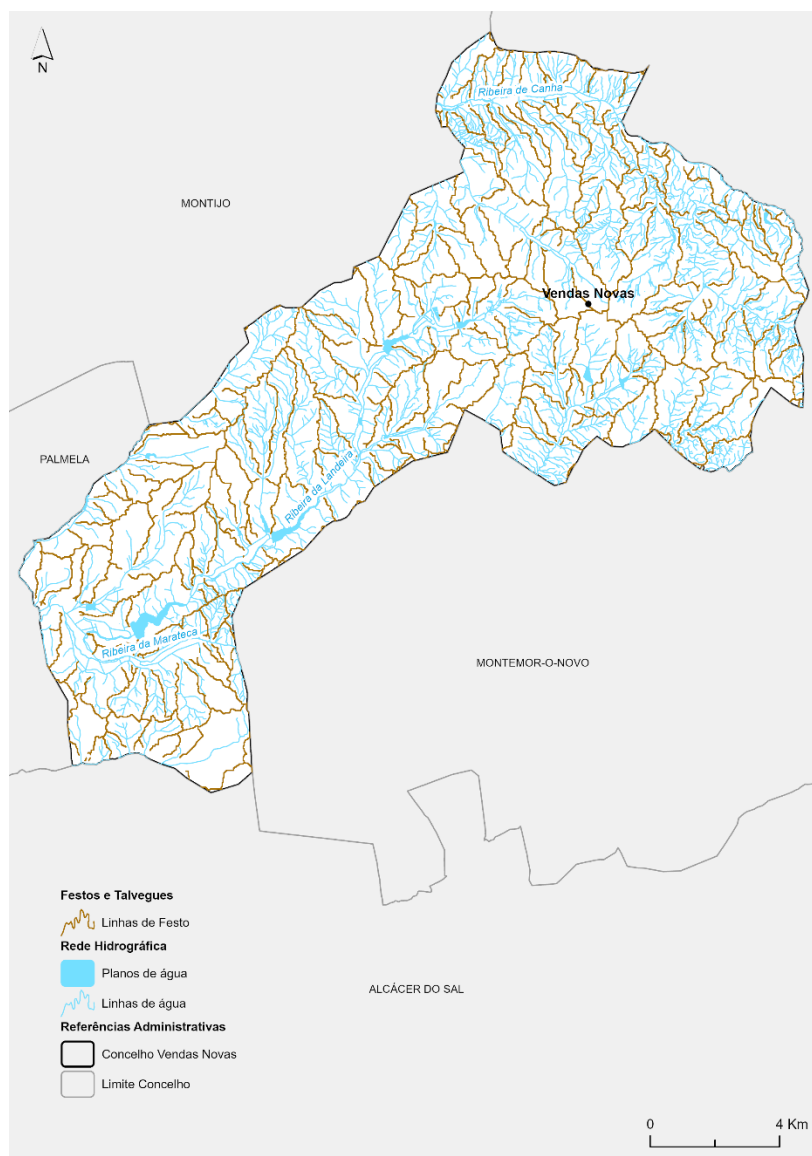
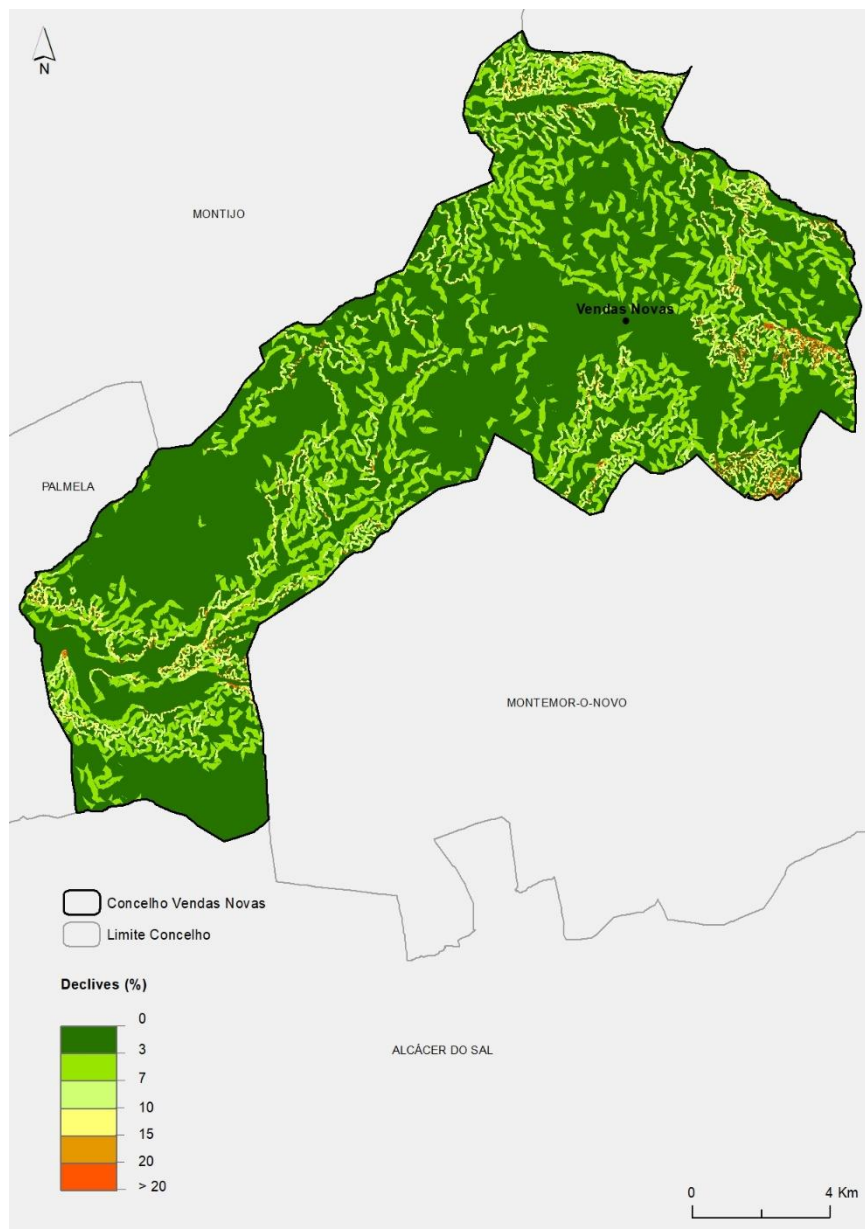


Figura 4.2 | Linhas de Fecho e de Talvegue do Município de Vendas Novas

4.2.2. Declives

Como já referido, o relevo no concelho de Vendas Novas é pouco acidentado. Na Figura 4.2 pode observar-se a realidade predominantemente plana do território, com grande parte do mesmo a apresentar declives na ordem dos 0 a 3%. É nas áreas circundantes às principais ribeiras que se pode observar um declive um pouco mais elevado, ainda assim variando entre os 3 a 7%, evidenciando um pouco mais o vale mas atenuando para o interior. É no setor a Este e Sudeste da cidade de Vendas Novas que se podem observar os declives superiores a 20%.



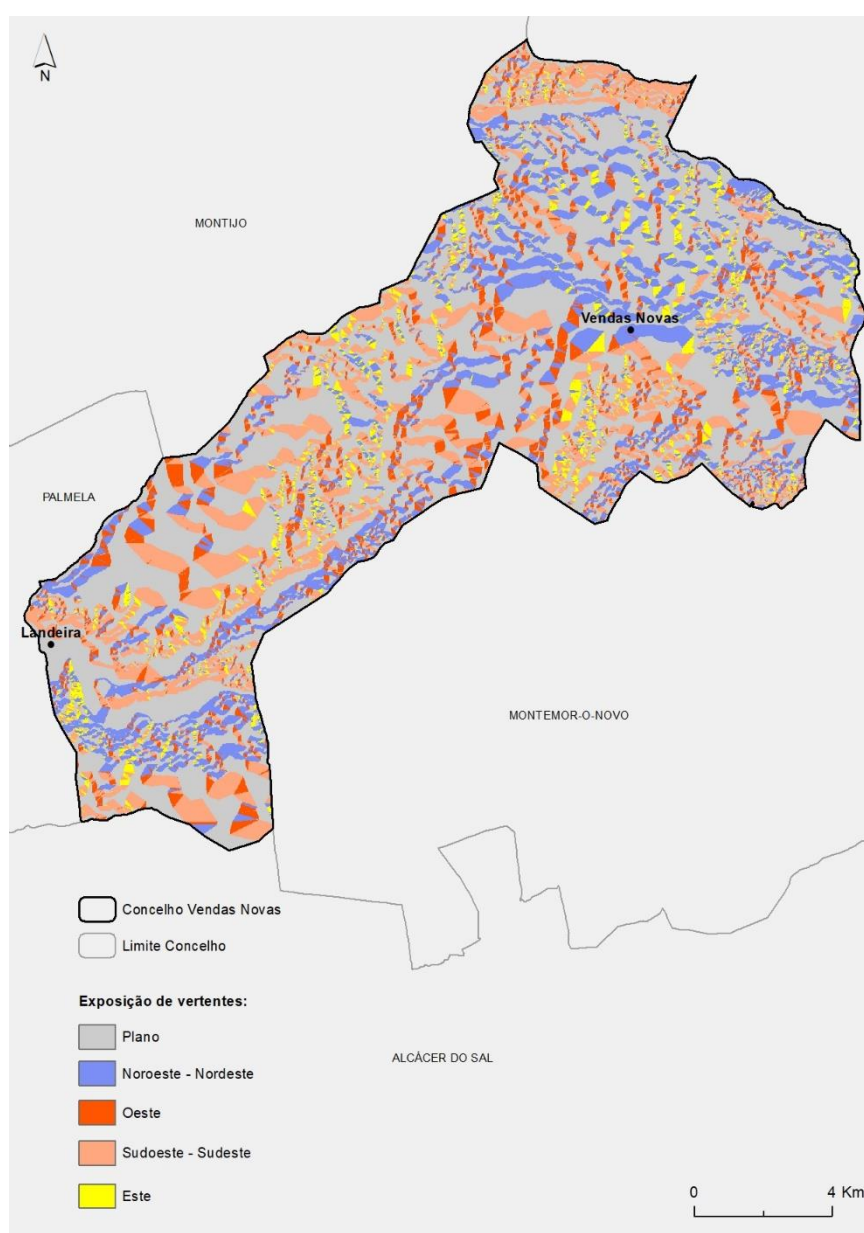
Fonte: cartografia de base

Figura 4.3 | Declives



4.2.3. Exposições das vertentes

No que diz respeito à orientação das encostas, é possível perceber o carácter predominantemente plano do território através da análise da Figura 4.3, sendo essa categoria apresentada a cinzento. Por forma a simplificar a variação de cores e respetiva análise da exposição das encostas optou-se por representar com cores quentes as encostas expostas de Sudoeste a Sudeste e com cores frias as encostas expostas de Noroeste a Nordeste. Assim, pode verificar-se que as encostas mais soalheiras estão localizadas no centro do concelho, sensivelmente entre a localidade de Landeira e a cidade de Vendas Novas, enquanto que as encostas mais umbrias, ou seja, opostas à culminação do sol, se encontram notavelmente localizadas a norte da cidade de Vendas Novas e também a sul de Landeira.

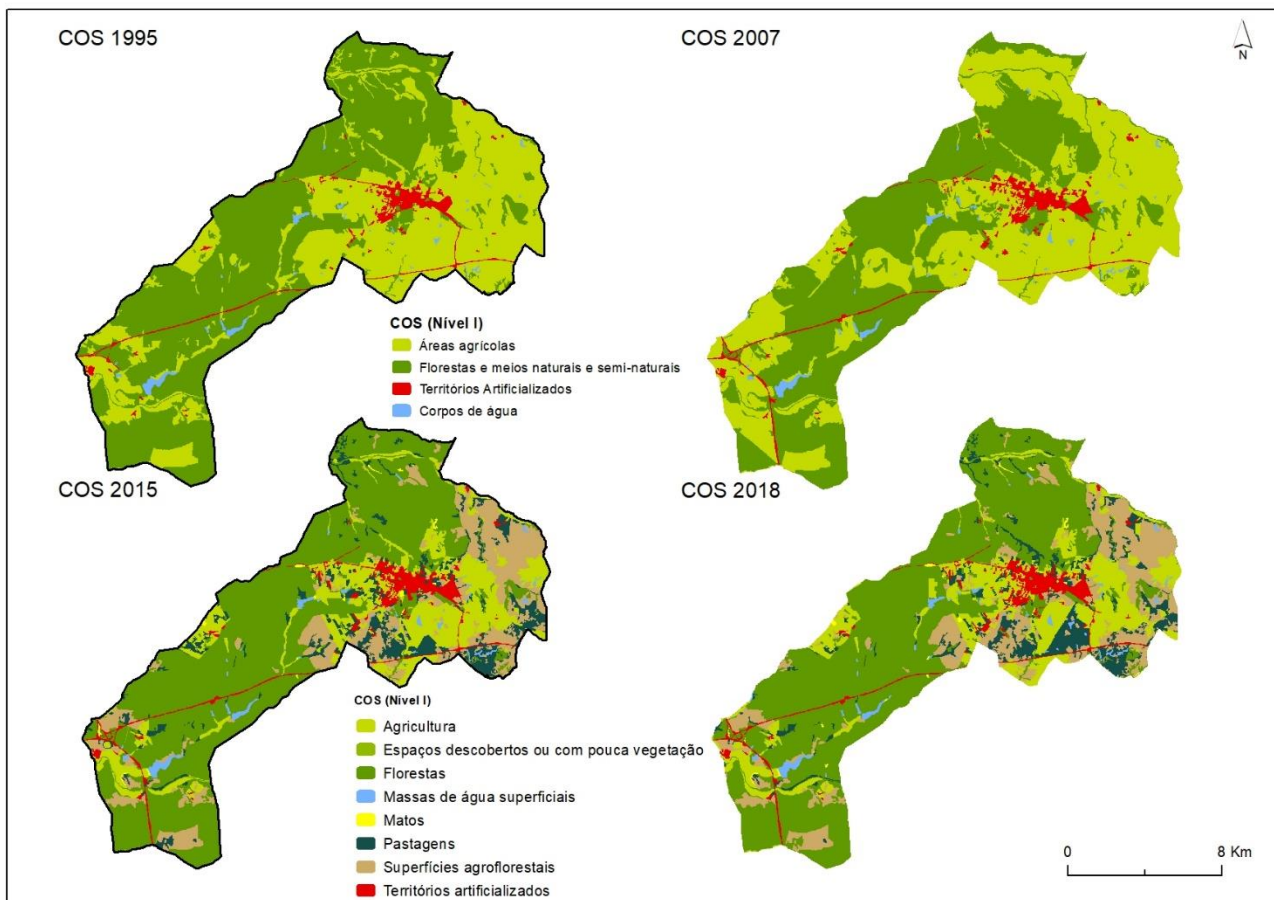


Fonte: cartografia de base

Figura 4.4 | Exposição de vertentes

4.2.4. Uso do Solo

Na Figura 4.4 apresenta-se a síntese da ocupação do solo no território do município de Vendas Novas, tendo em conta a informação constante nas Cartas de Uso e Ocupação do Solo (COS) de 1995, 2007, 2015 e 2018, agrupada pelo código de Nível I. Independentemente das classes de Nível I serem distintas entre os grupos da COS 1995/2007 e da COS 2015/2018, a leitura desta Figura permite destacar algumas tendências de evolução, também representadas no **Error! Reference source not found.** Por questão de comparabilidade entre classes, apresenta-se a variação 1995-2007 e 2015-2018, sem prejuízo de constituírem períodos de dimensão diferente.



Fonte: COS 1995, COS 2007, COS 2015 e COS 2018

Figura 4.5 | Evolução do uso do solo no município de Vendas Novas – comparação da COS 1995, 2007, 2015 e 2018 (Nível I)

Em ambos os períodos, verifica-se uma redução do uso florestal e meios naturais e seminaturais (onde na COS 2015 e 2018 se incluem os Matos):

- As “florestas e meios naturais e seminaturais” diminuíram 15,63% entre 1995 e 2007.
- Entre 2015 e 2018, a área das “florestas” manteve-se semelhante, mas os “Matos” e os “Espaços descobertos ou com vegetação esparsa/ Espaços descobertos ou com pouca vegetação” sofreram uma redução.



As “áreas agrícolas e agro-florestais” apresentam um significativo acréscimo entre 1995 e 2007 (18,75%), e entre 2015 e 2018 mantém-se o acréscimo nos “Sistemas agro-florestais/Superfícies agroflorestais” (4,20%), apesar de um decréscimo da “Agricultura” e das “Pastagens”.

Sobressai um importante acréscimo dos “Territórios artificializados”, especialmente no período 1995-2007 (28,34%), aumentando ainda 1,66% entre 2015-2018, sendo que o aumento dos territórios artificializados entre 1995 e 2018 se situa nos 36,29%.

Quadro 4.1 | Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 1995, 2004, 2015 e 2018

Nomenclatura	Área ocupada (ha)		Variação (%)
	COS 1995	COS 2007	1995-2007
Territórios artificializados	628,9	807,16	28,34
Áreas agrícolas e agro-florestais	9142,16	10856,71	18,75
Florestas e meios naturais e semi-naturais	12267,49	10350,2	-15,63
Corpos de água	200,35	224,8	12,20

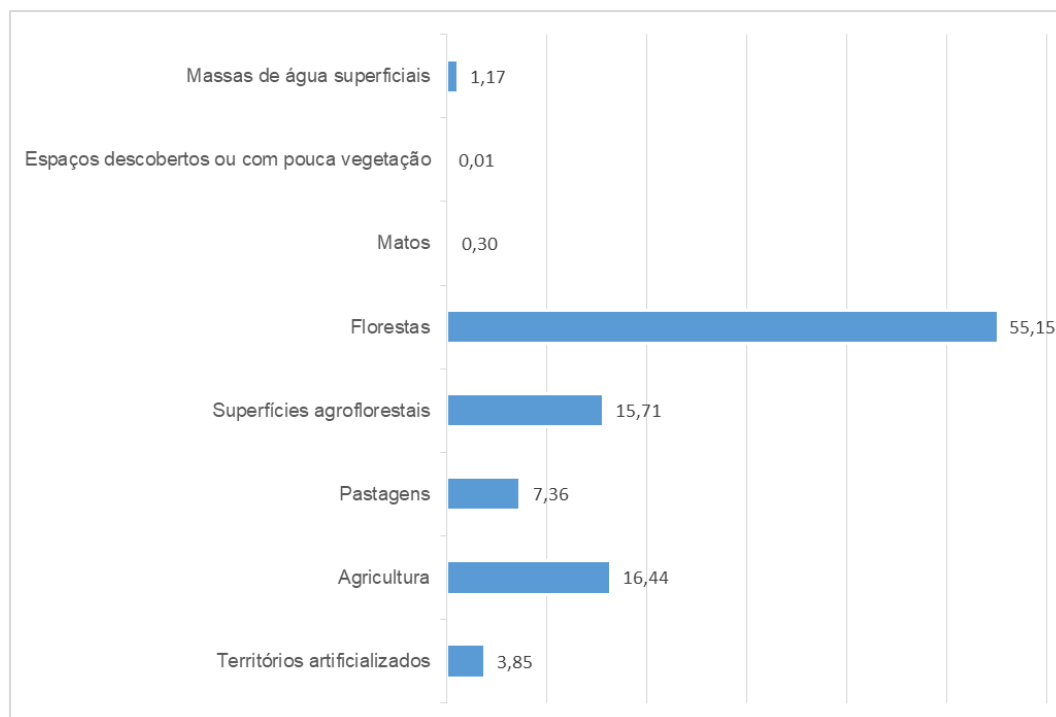
Nomenclatura	Área ocupada (ha)		Variação (%)
	COS 2015	COS 2018	2015-2018
Territórios artificializados	843,18	857,14	1,66
Agricultura	3781,85	3657,17	-3,30
Sistemas agro-florestais/Superfícies agroflorestais	3352,63	3493,44	4,20
Pastagens	1700,68	1637,57	-3,71
Florestas	12233,00	12265,49	0,27
Matos	75,87	65,61	-13,52
Espaços descobertos ou com vegetação esparsa/ Espaços descobertos ou com pouca vegetação	4,70	2,31	-50,85
Corpos de água/ Massas de água superficiais	246,98	260,15	5,33

Nomenclatura	Variação (%)
	1995-2018
Territórios artificializados	36,29

Fonte: COS 1995, 2007, 2015 e 2018

Contudo, verifica-se que os territórios artificializados, mesmo em 2018, representam apenas 3,85% do município (Gráfico 4.1). Por outro lado, em 2018 mais de metade do município (55,15%) corresponde a Florestas (que registaram uma redução entre 1995-2007), e é também relevante a ocupação agrícola – 16,44% de Agricultura, 15,71% de Superfícies agroflorestais

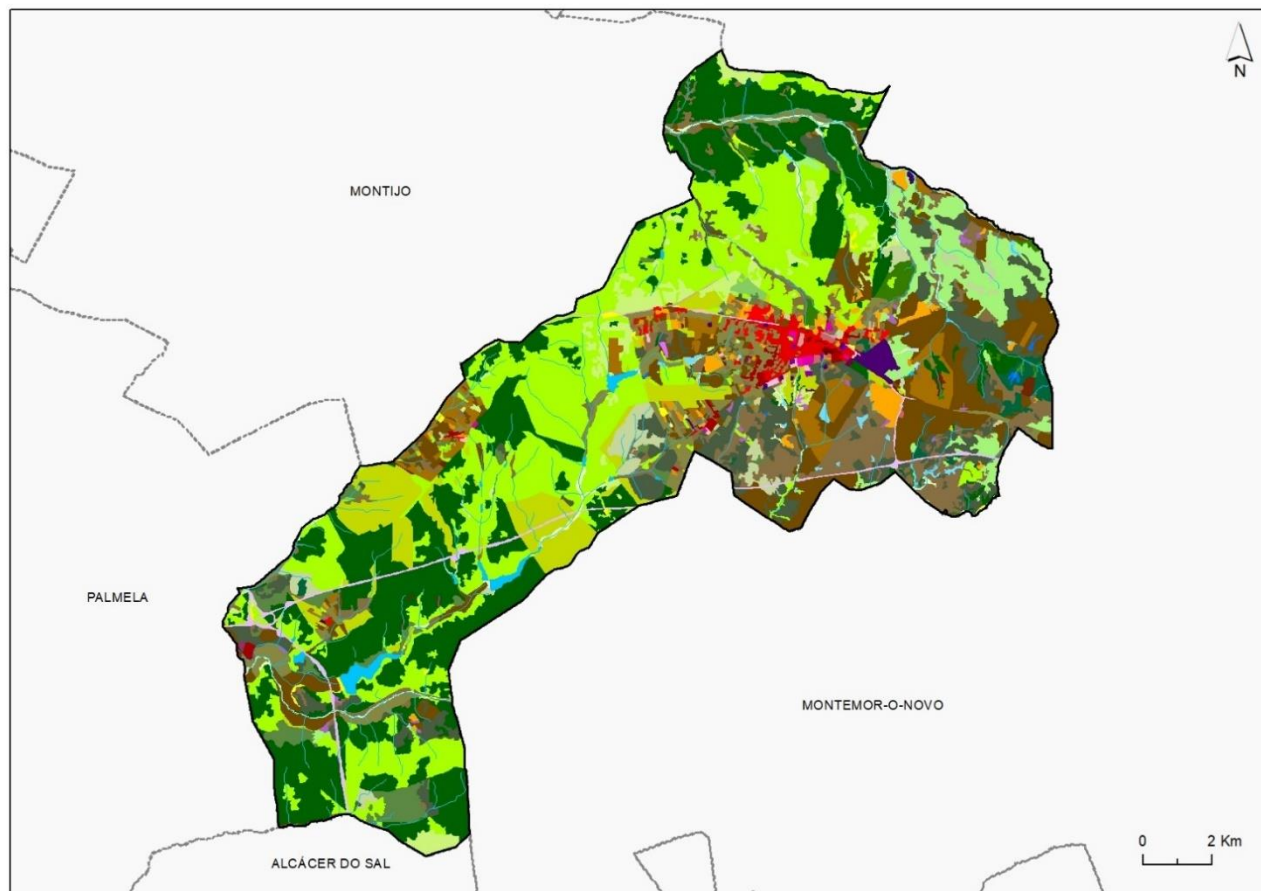
Gráfico 4.1 | Distribuição do Uso do Solo – COS 2018, Nível I



Fonte: COS 2018

Na Figura e Quadro seguintes, é apresentada a distribuição das classes de uso do solo de nível V, esta representação também pode ser analisada através da consulta da Planta 15.





COS 2018 (Nível V)

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Tecido edificado contínuo predominantemente vertical Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal Tecido edificado descontínuo Tecido edificado descontínuo esparsos Áreas de estacionamento e logradouros Espaços vazios sem construção Indústria Comércio Instalações agrícolas Infraestruturas de produção de energia renovável Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais Rede viária e espaços associados Rede ferroviária e espaços associados Pedreiras Lixeiros e Sucatas Áreas em construção Instalações desportivas Equipamentos de lazer Cemitérios Outros equipamentos e instalações turísticas Parques e jardins Culturas temporárias de sequeiro e regadio Arrozais Vinhas Pomares Olivais Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar | <ul style="list-style-type: none"> Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival Mosaicos culturais e parcelares complexos Agricultura com espaços naturais e seminaturais Agricultura protegida e viveiros Pastagens melhoradas Pastagens espontâneas SAF de sobreiro SAF de azinheira SAF de pinheiro manso SAF de outras espécies SAF de sobreiro com azinheira SAF de outras misturas Florestas de sobreiro Florestas de azinheira Florestas de outros carvalhos Florestas de castanheiro Florestas de eucalipto Florestas de outras folhosas Florestas de pinheiro bravo Florestas de pinheiro manso Florestas de outras resinosas Matos Vegetação esparsa Cursos de água naturais Lagos e lagoas interiores artificiais Albufeiras de barragens Albufeiras de represas ou de açudes Charcas |
|--|--|

Fonte: COS 2018

Figura 4.6 | Uso do solo no município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V)

Quadro 4.2 | Ocupação do solo do município de Vendas Novas – COS 2018 (Nível V)

COS 2018 – Nível V	Área	
	ha	%
1.1.1.1 Tecido edificado contínuo predominantemente vertical	10,02	0,05
1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	87,58	0,39
1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	190,81	0,86
1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esperso	63,9	0,29
1.1.3.2 Espaços vazios sem construção	16,2	0,07
1.2.1.1 Indústria	104,33	0,47
1.2.2.1 Comércio	10,75	0,05
1.2.3.1 Instalações agrícolas	53,68	0,24
1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	10,56	0,05
1.4.1.1 Rede viária e espaços associados	236,06	1,06
1.4.1.2 Rede ferroviária e espaços associados	12,17	0,05
1.5.1.2 Pedreiras	6,39	0,03
1.5.3.1 Áreas em construção	4,05	0,02
1.6.1.2 Instalações desportivas	26,05	0,12
1.6.4.1 Cemitérios	3,91	0,02
1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	15,39	0,07
1.7.1.1 Parques e jardins	5,29	0,02
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	1965,86	8,84
2.1.1.2 Arrozais	293,04	1,32
2.2.1.1 Vinhas	572,12	2,57
2.2.2.1 Pomares	59,1	0,27
2.2.3.1 Olivais	256,87	1,16
2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	7,51	0,03
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	498,59	2,24
2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	3,03	0,01
2.4.1.1 Agricultura protegida e viveiros	1,05	0,00
3.1.1.1 Pastagens melhoradas	1573,17	7,07
3.1.2.1 Pastagens espontâneas	64,4	0,29
4.1.1.1 SAF de sobreiro	1588,53	7,14
4.1.1.2 SAF de azinheira	171,56	0,77
4.1.1.4 SAF de pinheiro manso	428,85	1,93
4.1.1.5 SAF de outras espécies	38,12	0,17
4.1.1.6 SAF de sobreiro com azinheira	876,2	3,94
4.1.1.7 SAF de outras misturas	390,18	1,75
5.1.1.1 Florestas de sobreiro	5015,85	22,55
5.1.1.2 Florestas de azinheira	143,07	0,64
5.1.1.5 Florestas de eucalipto	1282,27	5,77



COS 2018 – Nível V		Área	
Classe		ha	%
5.1.1.7 Florestas de outras folhosas		256,55	1,15
5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo		598,48	2,69
5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso		4953,9	22,28
5.1.2.3 Florestas de outras resinosas		15,37	0,07
6.1.1.1 Matos		65,61	0,30
7.1.3.1 Vegetação esparsa		2,31	0,01
9.1.1.1 Cursos de água naturais		0,07	0,00
9.1.2.1 Lagos e lagoas interiores artificiais		15,99	0,07
9.1.2.3 Albufeiras de barragens		159,66	0,72
9.1.2.4 Albufeiras de represas ou de açudes		73,94	0,33
9.1.2.5 Charcas		10,49	0,05

Fonte: COS 2018

4.3. PAISAGEM E ESTRUTURA ECOLÓGICA

4.3.1. Paisagem

Neste capítulo pretende-se caracterizar a paisagem do município de Vendas Novas tendo em conta o objetivo final do plano que consiste na apresentação de propostas concretas no que se refere ao regime de uso e ocupação do solo, bem como no que se refere a eventuais medidas de gestão.

De acordo com as orientações da Direção-Geral do Território (ex-DGOTDU, 2011)² para a incorporação do estudo da paisagem na Revisão do PDM, o mesmo deverá obedecer a três etapas principais: Análise / Diagnóstico, Proposta e Gestão da Paisagem. A identificação e caracterização das unidades de paisagem constitui, assim, o elemento central do estudo da paisagem na Fase 1 da Revisão do PDM (Estudos de Caracterização e Diagnóstico).

Nesta fase os principais aspetos analisados prendem-se com fatores de ordem funcional, estrutural e visual. O fator paisagem é analisado em duas vertentes complementares:

- Componentes da paisagem/ estruturas do território: estruturas morfológicas, estruturas antrópicas e ocupação do território;
- Unidades de paisagem: compreende a definição e caracterização das unidades de paisagem.

Procurou-se que a análise da paisagem não constituísse um simples somatório das diferentes componentes da mesma, mas tivesse como base uma perspetiva integrada dos diferentes fatores.

Estruturas morfológicas e uso do solo

O município apresenta uma topografia pouco acentuada, onde se integram duas linhas de água com algum significado: Ribeira da Marateca e Ribeira da Canha.

² 2011. DGOTDU. A Paisagem da Revisão dos PDM – Orientações para a Implementação da Convenção Europeia da Paisagem no Âmbito Municipal

As estruturas antrópicas compõem-se de elementos que resultam da ação do homem sobre o meio e influenciam, de uma forma positiva ou negativa, a estrutura da paisagem.

Relacionam-se aqui elementos do passado e da atualidade, materializando-se em elementos edificados, elementos patrimoniais, aglomerados populacionais tradicionais, aglomerados populacionais caracterizados pela dispersão e elementos agrícolas e florestais. Relativamente a estes últimos, refere-se que a atividade florestal constituiu uma atividade fulcral no município correspondendo ao uso do solo com maior representatividade no município.

A paisagem do Município de Vendas Novas é assinalada pela presença de um território pouco acidentado com o predomínio de zonas florestais e áreas agrícolas. Estas particularidades encontram-se intimamente associados à própria morfologia do território e ao forte sentimento de perenidade que conferem à paisagem não só um fator de identidade como um fator determinante na equação que resultou no atual uso do solo (Figura 4.5) e na que se pretende projetar para o futuro do território.

Macro Unidades de Paisagem

A análise da paisagem no Município de Vendas de Novas, tem como base o estudo publicado pela DGOTDU em 2004 – Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental.

De acordo com esse estudo, o Município está integrado:

- no grupo de Unidade de Paisagem O – Ribatejo, intersetando a Unidades de Paisagem 86 – Charneca Ribatejana;
- no grupo de Unidade de Paisagem R - Alentejo Central, intersetando a Unidade de Paisagem 99 – Montados e Campos Abertos do Alentejo Central;
- no grupo de Unidade de Paisagem Q – Terras do Sado, intersetando a Unidade de Paisagem 94 – Charneca do Sado e, uma pequena percentagem da Unidade de Paisagem 92 – Areias de Pegões, cuja representatividade não é relevante do conceito da paisagem municipal.



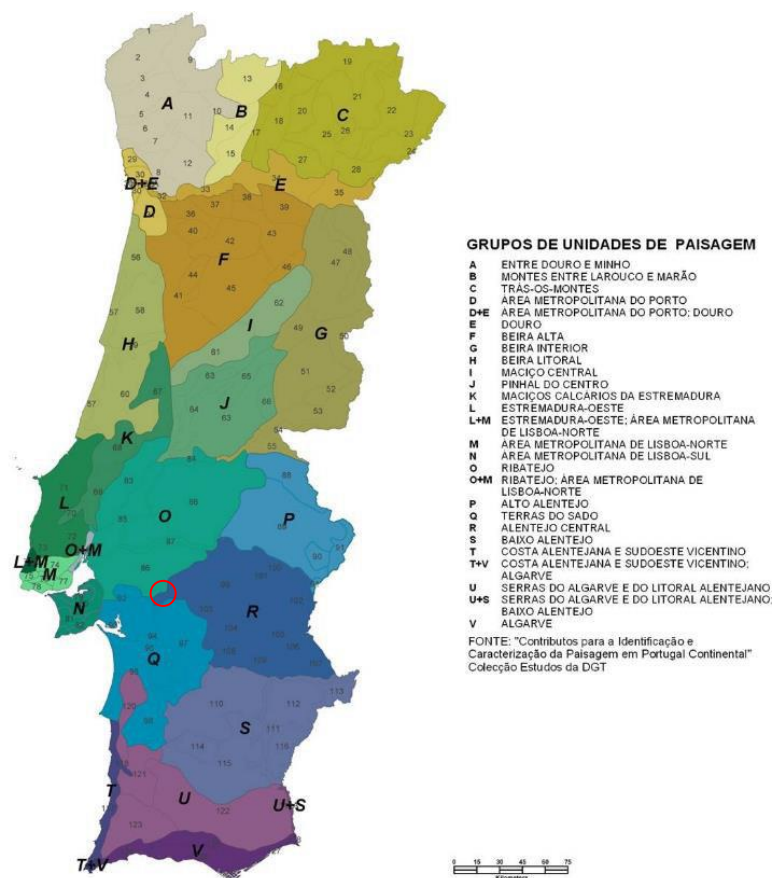


Figura 4.7 | Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental

De acordo com o mencionado estudo, o Ribatejo caracteriza-se “no domínio de baixa altitude, na suavidade do relevo (...), na presença do vale do Tejo e / ou dos seus afluentes”. “A sul / nascente do Tejo, o padrão característico é constituído pelas charnecas dos interflúvios, onde predominam solos de estrutura grosseira e pobres, alternando com os campos férteis dos vales, húmidos e frequentemente regados. Nas imediações dos centros urbanos, fora dos vales de uso agrícola intensivo, surgem manchas de pequenas parcelas com sistemas culturais de sequeiro, as quais são enquadradas, à medida que se afastam dos vales, por grandes propriedades onde dominam igualmente terras de sequeiro.

“Apesar da sua relativa diversidade e dos contrastes presentes, o carácter deste grupo de unidades de paisagem continua bem marcado por um pujança das actividades ligadas ao sector agrícola como quase não se encontra em mais parte nenhuma do país. Este vigor tem expressão não só a nível dos vales ocupados com sistemas mais intensivos de regadio (o milho, o arroz, as hortícolas, a beterraba ou as pastagens), dos sistemas arbóreo-arbustivos (com destaque para a vinha, pomares e olivais) e mesmos florestais (montados de sobreiro, pinhais e eucaliptais) mas, também, das actividades e estruturas que, a montante e a jusante, acompanham a grande qualidade destas produções (comércio de maquinaria e de outros produtos utilizados na agricultura, serviços relacionados com o sector ou unidades de transformação de produtos). A presença de outro tipo de indústria e de serviços, junto aos principais centros urbanos, também contribui para que estas paisagens transmitam a impressão de estarem bem vivas e dinâmicas.”

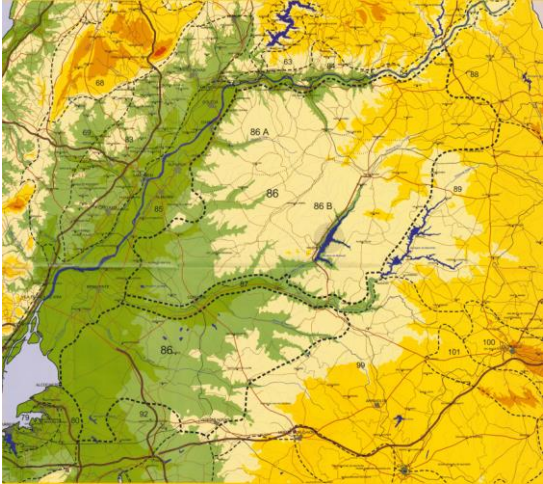
Por seu lado, o Alentejo Central é caracterizado por apresentar uma malha da paisagem bastante larga, estando o Alentejo Central “associado a usos extensivos e ao domínio da grande propriedade: produção de cereais (atualmente em fase de rápida substituição sobretudo por forragens e pastagens), montados (predominante de azinho), pastagens naturais e, mais recentemente, vinhas e eucaliptais. São paisagens de campos vastos e abertos, com enormes variações cromáticas ao longo do ano e sobre os quais incide uma forte luminosidade. Aquelas variações sazonais são reforçadas pelas distintas texturas de uma parte do coberto vegetal (a completa perda da folha nas vinhas e nas árvores ao longo das linhas de água, o ciclo dos cereais, a mudança da folha e afloração das azinheiras e sobreiros), bem como pelos diferentes odores que acompanham as estações do ano.”

É ainda de salientar que este grupo de unidade de paisagem “reúne um conjunto diversificado de recursos que se traduzem nas diferenças de carácter da paisagem. É o caso das formações litológicas e suas repercussões sobre os solos e a sua utilização – aos granitos e afins, identificados pelos blocos que afloram à superfície, correspondem geralmente a planuras ocupadas por sistemas agro-silvo-pastoris ou silvopastoris (montados); aos calcários correspondem áreas privilegiadas para o olival e os xistos, mais secos e com limitadas capacidades de produção, encontram-se cobertos de matos ou de eucaliptais, para além de outros usos mais tradicionais (muitas vezes também de montado).”

Nas unidades de paisagem de Terras do Sado, “o rio Sado surge como um elemento estruturante fundamental, influenciando tanto as características morfológicas como uma boa parte das actividades humanas que aqui se desenvolvem (a área abrangida por este conjunto de unidades corresponde a grande parte da sua bacia hidrográfica).” Este Grupo de Unidade de Paisagem caracteriza-se por ser uma “terra de contrastes entre, por um lado, os vales com campos de arroz, de milho ou outras culturas de regadio e, por outro lado, nas zonas mais secas, os pinhais, montados de sobre e os menos representados sistemas arvenses de sequeiro.”

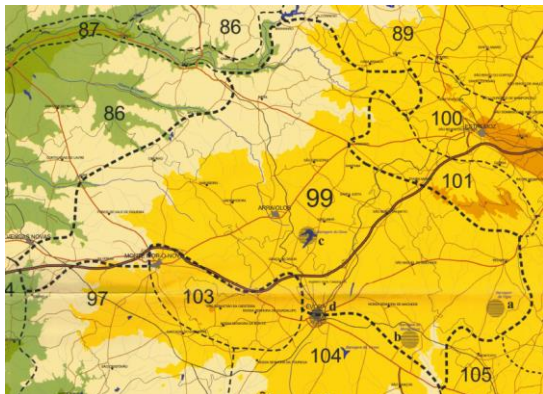
Nos pontos que se seguem detalham-se as Unidades de Paisagem 86, 99 e 94, de acordo com o estipulado em ‘Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental’ (DGOTDU, 2004):



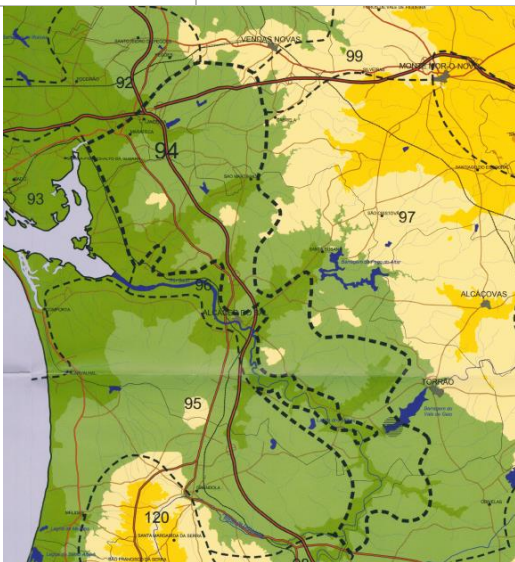
Unidade de Paisagem 86 – Charneca Ribatejana				
Área total	5070 km ²	Área no Município	88,22 km ²	39,6%
		Características gerais relevantes no Município - De acordo com o 'Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental' (DGOTDU, 2004) <i>é no geral uma paisagem tranquila, por vezes monótona, com um relevo ondulado muito suave, a que está associado o montado de sobre.</i> - Trata-se de uma paisagem florestal, cortada por pequenos médios vales. - Apresenta-se com baixa densidade populacional e povoamento concentrado. - <i>Domina a grande propriedade, sobretudo com uma exploração do solo extensiva, tanto ligada ao montado como a plantações extremes (de pinheiros e de eucaliptos) ou, ainda, a povoamentos mistos destas espécies.</i>		
Medidas de Gestão		- Manter o uso diferenciado dos vales, com culturas anuais, pastagens ou mesmo povoamentos florestais que tirassem partido das condições de fertilidade - Prevenir potenciais impactes ambientais sobre os aquíferos - Desenvolver ações de ordenamento e gestão florestal - Promover a manutenção de bosquetes de pinheiro bravo e pinheiro manso - Promover a manutenção de arborizações com exóticas - Implementar um sistema de prevenção, vigilância e combate de fogos florestais - Reduzir as práticas culturais ao mínimo durante a época de nidificação da avifauna - Conservar e recuperar a vegetação ribeirinha		
				

Fonte: Equipa do Plano

Unidade de Paisagem 99 – Montados e Campos Abertos do Alentejo Central

Área total	2 230 km ²	Área no Município	41,24 km ²	18,5%
		Características gerais relevantes no Município - <i>É dominante a planície suavemente ondulada, com usos relativamente extensivos, baseados em sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, com árvores quase sempre presentes, dispersas, em baixa densidade.</i> - <i>Encontram-se dispersos por toda a unidade assentos de lavoura, no geral conjuntos edificados concentrados e localizados em situações paisagísticas interessantes, por vezes rodeados por pequenas áreas de olival, pomar e horta.</i> - <i>Na envolvente dos centros urbanos, e de acordo com a sua dimensão, a paisagem modifica-se drasticamente, surgindo a pequena e média propriedade com construções dispersas, culturas permanentes, hortas e ferragiais.</i> - <i>Auto-estrada (A6) (...) bem integrada na paisagem.</i>		
Medidas de Gestão		- Assegurar uma gestão equilibrada dos recursos hídricos - Recuperar e reutilizar montes abandonadas e habitações em pequenas povoações rurais, evitando a dispersão de habitações		
				
Fonte: Equipa do Plano				



Unidade de Paisagem 94 – Charneca do Sado				
Área total	790 km ²	Área no Município	90,64 km ²	40,7%
		Características gerais relevantes no Município		
		- Regra geral trata-se de uma unidade homogénea de planície arenosa, coberta por montado de sobro e pinheiro manso, com a existência de particularidades onde são identificadas zonas onduladas rasgadas por vales mais ou menos largos. - De acordo com o ‘Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental’ (DGOTDU, 2004)”, esta unidade é caracterizada por baixa densidade populacional que <i>“resulta numa sensação de tranquilidade, nalguns casos de isolamento, tendo em conta que as acessibilidades são, no geral difíceis, e que os usos do solo, essencialmente florestais e silvopastoris, não pressupõem uma presença humana permanente”</i>.		
Medidas de Gestão		- Manter o uso diferenciado dos vales, com culturas anuais, pastagens ou mesmo povoamentos florestais - Proteger e valorizar as linhas de água e a vegetação ribeirinha - Desenvolver ações de ordenamento florestal		
				
Fonte: Equipa do Plano				

4.3.2. Estrutura Ecológica

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) corresponde ao conjunto das áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização

ambiental, paisagística dos espaços rústicos e urbanos. A estrutura ecológica municipal existe em continuidade no solo rústico e no solo urbano. A delimitação da EEM é apresentada no Volume II..

No solo rústico, a estrutura ecológica municipal compreende as áreas de solo afetas à rede fundamental de conservação da natureza no território do município e às outras áreas de solo que sejam selecionadas e delimitadas em função do interesse municipal, nomeadamente por razões de enquadramento, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural.

No interior dos perímetros urbanos, a estrutura ecológica municipal compreende os espaços verdes de utilização coletiva e outros espaços, de natureza pública ou privada, que sejam necessários ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano, nomeadamente no que respeita a:

- Regulação do ciclo hidrológico (preservação da permeabilidade do solo e criação de áreas de retenção, no quadro da prevenção de cheias urbanas);
- Regulação bioclimática da cidade (redução das amplitudes térmicas e manutenção do teor de humidade do ar);
- Melhoria da qualidade do ar (diminuição da concentração da poluição atmosférica nos centros urbanos);
- Conservação da biodiversidade (manutenção de habitats).

Para a aferição dos possíveis elementos a integrar a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) foram usadas como base plantas de caracterização que focam distintos aspetos do Município. São elas o uso do solo, a rede de proteção e valorização ambiental (condicionantes e património natural, paisagístico) e as unidades de paisagem. No entanto, os contributos destes elementos têm pesos diferentes pelo que será necessário estabelecer critérios para assinalar os mais determinantes para a EEM. Nesta primeira fase da elaboração dos estudos entendeu-se fundamental a consulta da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), cujas orientações se encontram definidas no PROT Alentejo, sendo igualmente completada pela análise dos corredores ecológicos estabelecidos no PROF Alentejo (PROF ALT).

PROF ALT – Corredores Ecológicos e Áreas Sensíveis

De acordo com o PROF os “(...) *corredores ecológicos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas, (...)*”

As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas nos documentos do PROF.

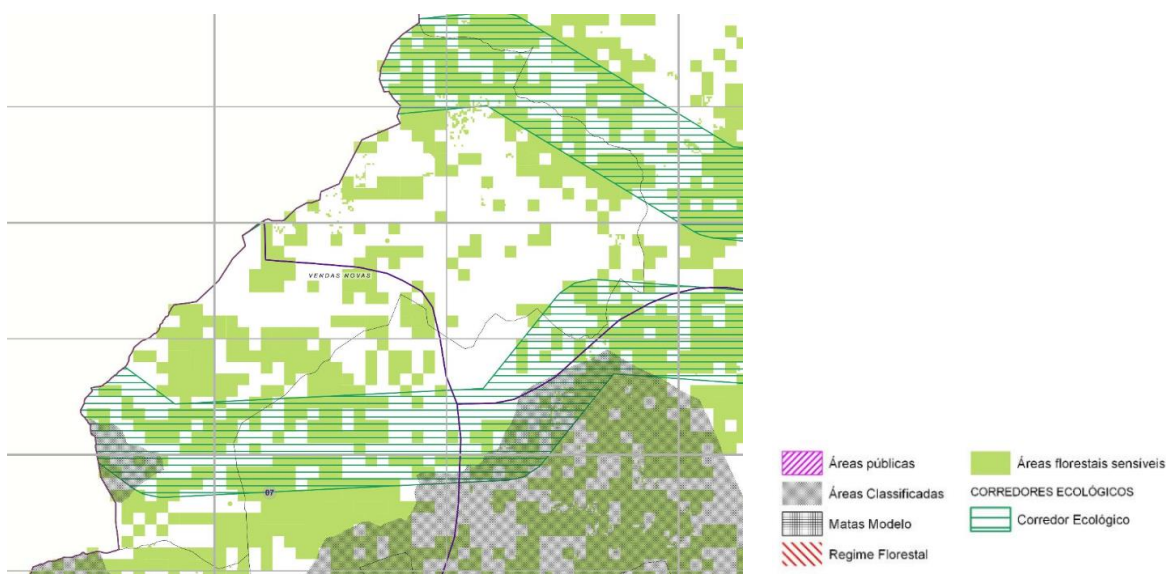
“Os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos planos territoriais municipais (...)”.

O PROF define igualmente os corredores ecológicos como “(...) *as áreas afetas ao planeamento e gestão florestal dedicadas à proteção e conservação da biodiversidade e promoção dos serviços dos ecossistemas que devem contemplar, entre outras, elementos provenientes de:*



- Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera, Sítios Ramsar, IBA (Important Bird Areas) entre outras áreas importantes para a conservação da biodiversidade e do património biofísico;
- Rede hidrográfica, Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Outras áreas importantes para a promoção do conhecimento e da educação ambiental e científica, bem como áreas com funções relevantes de recreio e turismo.”

Os corredores ecológicos definidos para a área do Município de Vendas Novas apresentam-se na Figura seguinte, verificando-se a intersecção de dois corredores no Município – a Norte e a Sul.



Fontes: PROF ALT – Carta Síntese

Figura 4.8 | Extrato da carta Síntese do PROF que inclui as áreas florestais sensíveis e os Corredores ecológicos inseridos no Município de Vendas Novas

Numa análise mais detalhada dos corredores ecológicos do PROF, constata-se que, no município de Vendas Novas os mesmos se encontram associados aos principais cursos de água: a norte à ribeira de Canha e a Sul à Ribeira da Marateca.

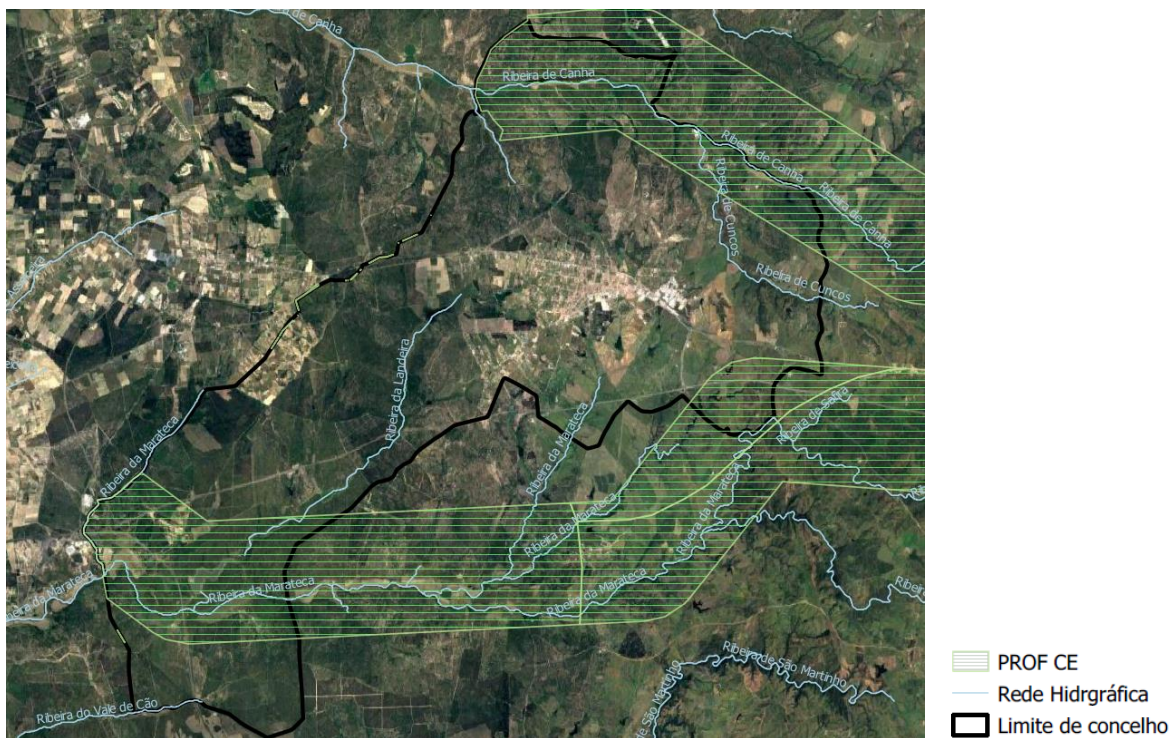


Figura 4.9 | Corredores ecológicos do PROF inseridos no Município de Vendas Novas – sobreposição com rede hidrográfica

No Capítulo E do PROF, aos **corredores ecológicos** são associados um conjunto de Normas Específicas. De seguida apresentam-se as aquelas que se aplicam nas situações em que os corredores ecológicos coincidem com as linhas de água

“ZSCE2³ – Corredores Ecológicos

Os corredores ecológicos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.

(...)

Os corredores ecológicos coincidentes com linhas de água, são dos mais importantes em termos de conectividade, mesmo em áreas urbanas significativamente fragmentadas, permitindo a circulação da fauna e flora ao longo da componente aquática, ou ao longo da galeria ripícola. Para além das servidões e restrições legais aplicáveis, nessas áreas devem ser aplicadas, consoante o tipo de linha de água e a distância à margem da mesma, as seguintes normas relativas à arborização ou rearborização:

a). Linhas de água torrenciais ou temporárias -

a.1). Áreas que distam até 5 m das margens da linha de água torrencial ou temporárias:

- Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
- As ações de (re)arborização deverão ser com recurso a espécies autóctones;

³ ZSCE – Zonas Sensíveis e Corredores Ecológicos



- Não realizar mobilização do solo mecânica e que alterem o perfil da margem.
- a.2). Áreas que distam mais de 5 m a partir da margem da linha de água torrencial ou temporária:
- Assume o estipulado para a SRH respetiva.
- b). Linhas de água permanentes**
- b.1). Áreas que distam até 10 m das margens da linha de água permanente:
- Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
 - As ações de (re) arborizações deverão ser com recurso a espécies autóctones;
 - Não realizar mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.
- b.2). Áreas que distam entre os 10 e os 500 m a partir da margem da linha de água permanente:
- Assume o estipulado para a SRH respetiva;
 - Nas ações de arborização ou rearborização deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20%, relativamente à área da unidade de gestão a intervencionar.
- b.3). Áreas que distam mais de 500 m a partir da margem da linha de água permanente:
- Assume o estipulado para a SRH respetiva;
 - Quando comprovadamente estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000
- c). Todos os corredores ecológicos
- Não deverão ser realizados cortes rasos em áreas contínuas ou contíguas superiores a 25ha."

PROT Alentejo – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental - ERPVA

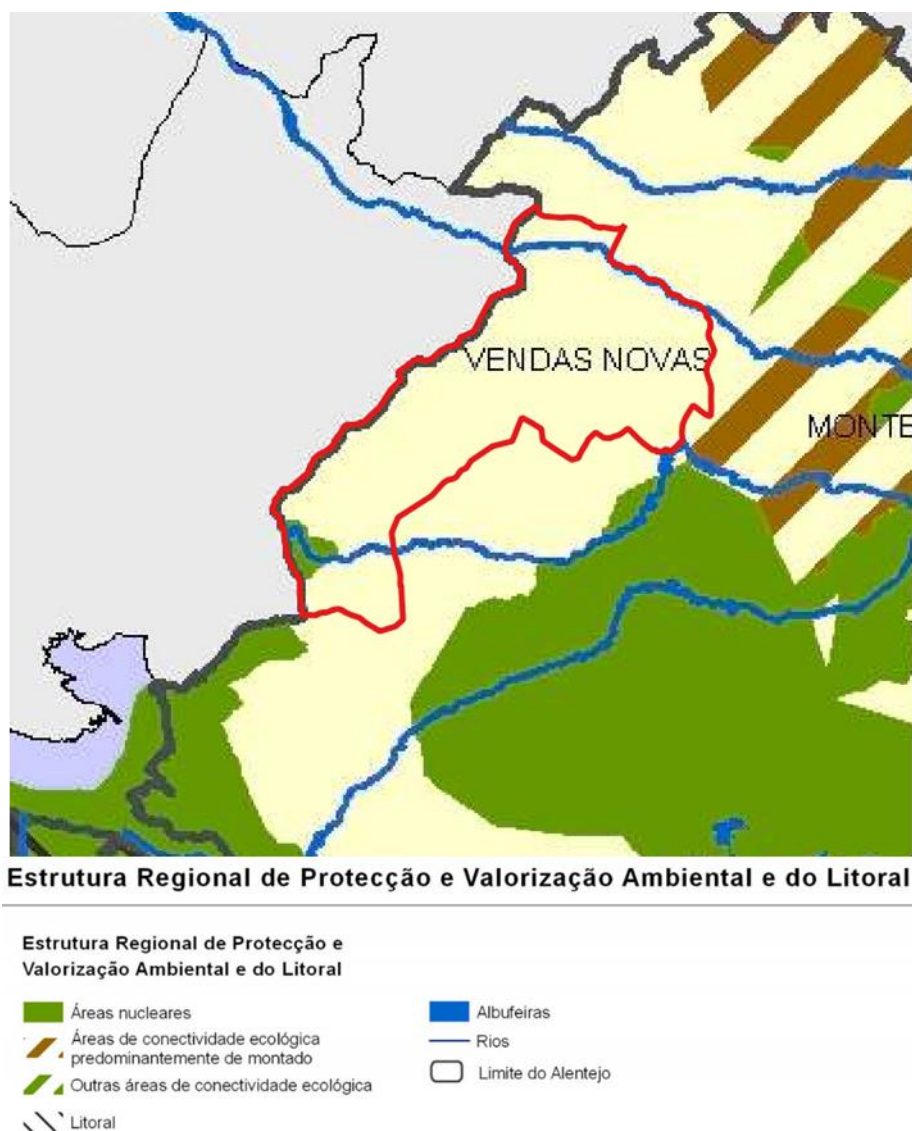
De acordo com as Normas Orientadoras e de Natureza Operacional do PROT Alentejo:

"12 — Cabe aos municípios, no âmbito da elaboração dos PMOT, a identificação da Estrutura Ecológica Municipal, de acordo com o normativo da ERPVA. Assim, os PMOT devem:

- a) *Delimitar as áreas nucleares, em articulação com os municípios envolventes, quando tal se justifique. Estas áreas devem incluir a totalidade ou parte das áreas classificadas, definindo diferentes graus de protecção de acordo com os valores naturais em presença;*
- b) *Delimitar as áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos. Estas áreas devem incluir a rede hidrográfica, os povoamentos de azinhal, de sobreiral e outras formações de quercíneas que, pela sua dimensão e estrutura do povoamento, constituem sistemas equilibrados e estáveis, capazes de desempenhar as funções ecológicas essenciais à manutenção da biodiversidade, dos ciclos da água e dos nutrientes;*
- c) *Delimitar as áreas da estrutura ecológica municipal em solo urbano, que correspondem à estrutura ecológica urbana;*

d) Delimitar as áreas da estrutura ecológica municipal integrando -as em categorias de espaços compatíveis com a protecção dos valores e dos recursos naturais (nomeadamente, agrícolas, florestais e conservação da natureza).”

Na Figura seguinte apresenta-se o extrato da planta da ERPVA do PROT para a área do Município de Vendas Novas.



Fonte: PROT Alentejo

Figura 4.10 | Extrato da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental e do Litoral do PROT Alentejo
No que se refere às **áreas nucleares**, na área abrangida pelo Município de Vendas Novas apenas uma pequena área (cerda de 602 ha, 3% do território do Município) no limite SW é abrangida pelo Sítio Estuário do Sado (PTCON0011). Esta área corresponde à envolvente ao aglomerado de Landeira e às margens da Ribeira da Marateca de acordo com o Plano Setorial de Rede Natura 2000, cerca de 2% deste ZEC insere-se no Município de Vendas Novas. Desta forma e tendo em conta os objetivos das áreas nucleares, esta parcela do território deverá ser analisada e integrada na futura estrutura ecológica municipal.



No que se refere às **Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos**, de acordo com as orientações do PROT Alentejo devem ser identificadas e caracterizadas as áreas com importância estratégica no âmbito dos corredores ecológicos, que deverão integrar a Estrutura Ecológica Municipal, garantindo a inclusão, nomeadamente, das linhas de água e das manchas de montado (azinhal e sobreiral), de bosques mediterrâneos e de matos mais relevantes para garantir a conservação da biodiversidade e a conectividade ecológica dessa estrutura de entre os corredores ecológicos a identificar, destaque desde já para:

- Vale da Ribeira de Canha, onde a associação entre um montado bem conservado com o corredor associado ao vale aluvionar determina uma área de elevado valor, seja em termos concelhios, seja em termos regionais dadas as funções de corredor ecológico assumidas por essa importante linha de água.
- Rede hidrográfica do concelho e respetivos vales e zonas de orla – ao constituem a rede de corredores ecológicos essencial do concelho e determinarem a complementaridade e continuidade ecológica entre os diferentes espaços florestas, agro-florestais e mesmo urbanos e pelo seu enorme potencial recreativo, estas estruturas constituem um dos recursos ecológicos essenciais do concelho, além de apresentarem um claro valor supra concelhio ao articularem espaços classificados com as ZEC de Cabrela e do Estuário do Sado.

5. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

5.1. ENQUADRAMENTO

A área de estudo inclui uma pequena parte da ZEC PTCON0011 Estuário do Sado (Figura 5.4).

Na base da criação desta ZEC esteve a presença de extensas áreas de habitats estuarinos, com uma envolvente constituída por áreas de uso agro-silvo-pastoril de baixa intensidade. Para além dos habitats de sapal e dos habitats dunares (que apenas ocorrem a poente do concelho de Vendas Novas) destaca-se a presença de habitats dulçaquícolas, nomeadamente as charcas distróficas naturais (habitat 3160), os juncais (6420) e as florestas aluviais de freixo e ulmeiro (91F0).

Destas tipologias, apenas está presente na cartografia de habitats desta ZEC realizada em 2019, dentro do concelho de Vendas Novas, o habitat 91E0pt1.

No que respeita à fauna a designação desta ZEC deve-se sobretudo à presença de roaz *Tursiops truncatus*, da savelha (*Alosa fallax*), da lampreia (*Lampetra sp.*), da lontra (*Lutra lutra*) e do rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*). De entre estas espécies apenas a lontra e o rato-de-Cabrera deverão ocorrer na área do concelho de Vendas Novas.

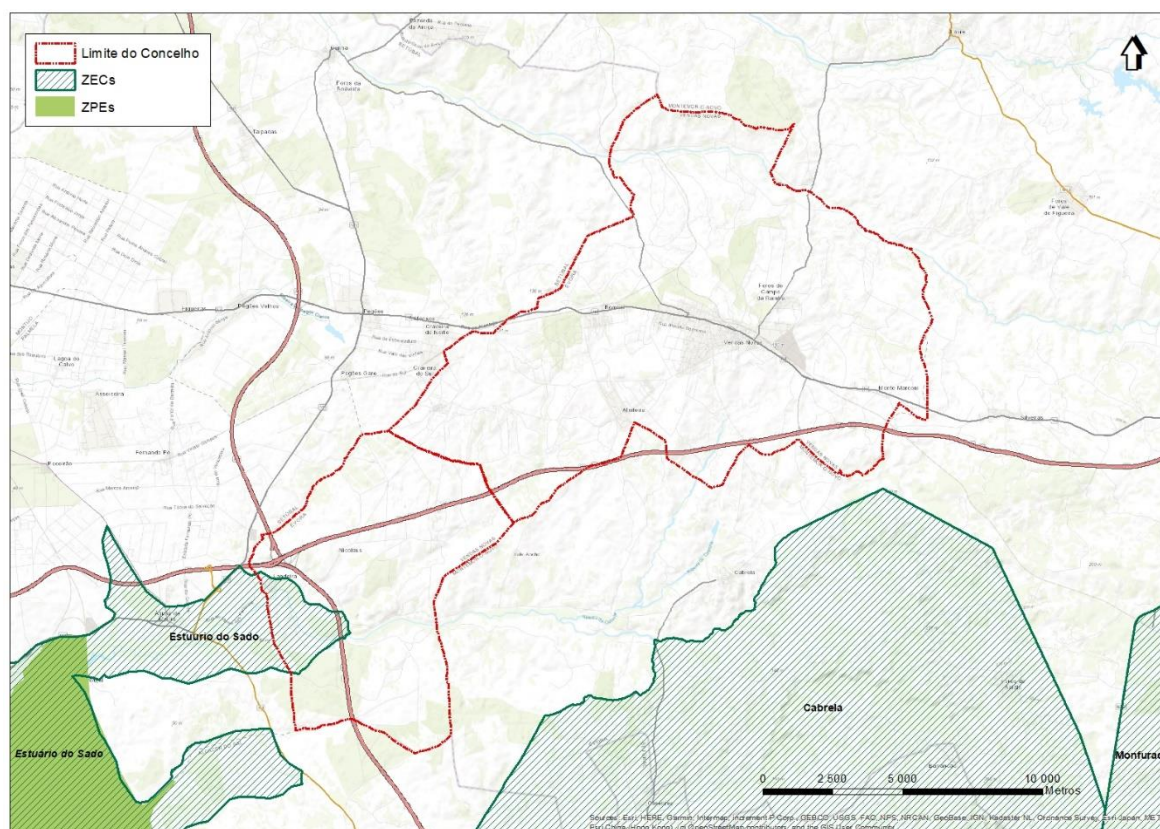


Figura 5.1 | Áreas Classificadas abrangidas pelo território do concelho de Vendas Novas



5.2. FLORA E VEGETAÇÃO – MÉTODOS

O presente capítulo tem por objetivo caracterizar genericamente o concelho de Vendas Novas no que respeita a flora e a vegetação com interesse para conservação da natureza presentes para suporte da Revisão do Plano Diretor Municipal deste concelho, a partir da informação bibliográfica e cartográfica existente.

As principais fontes usadas são a carta de Ocupação do Solo COS2018, a informação georreferenciada disponível no Geocatálogo do ICNF⁴, nomeadamente a informação relativa ao Relatório Nacional de Aplicação da Directiva Habitats (2013-2018)⁵; a informação cartográfica disponível no portal Flora-On⁶ em conjunto com o levantamento realizado para a elaboração da Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental⁷; e a informação de ocorrência de espécies exóticas invasoras disponível na plataforma de informação e ciência-cidadã sobre plantas invasoras em Portugal⁸. Realizou-se algum trabalho de fotointerpretação, para o qual se recorreu a ortofotografia de cor verdadeira e de falsa cor de 2018 e ortofotografia de cor verdadeira de 2020.

A área de estudo considerada é constituída pelo concelho de Vendas Novas, na sua totalidade, considerando-se os limites constantes na CAOP, com referência à escala 1:25 000.

Para a caracterização da área de estudo esta foi visitada nos dias 13 e 14 de abril de 2022; o trabalho de campo foi realizado tendo por base fotografia aérea ortorretificada de 2021. A área em análise foi percorrida de modo sistemático (não extensivo). Procurou-se garantir pelo menos uma visita a todas as tipologias ocupação do solo definidas na cartografia fornecida, assim como a todas as tipologias de vegetação natural com valor de conservação que é expectável encontrar na área de estudo. Esta foi prospectada para deteção dos Habitats da Rede Natura 2000 (*sensu* Directiva 92/43/CEE) aí existentes, assim como para a deteção de espécies RELAPE, de forma reconhecidamente não exaustiva. Procurou-se estabelecer uma relação, preferencialmente biunívoca, entre classes de ocupação do solo, tipologias de vegetação e habitats que permitisse a posteriori, em gabinete, cartografar a vegetação com interesse para conservação das áreas não visitadas durante os trabalhos de campo a partir das bases cartográficas disponíveis.

Os espécimes observados foram identificados no local ou posteriormente, em gabinete, recorrendo a bibliografia especializada. Os critérios taxonómicos e nomenclaturais seguidos foram os de “*Checklist da Flora de Portugal*” (Sequeira *et al.* (coord.), 2011)⁹. A nomenclatura sintaxonómica seguida foi a de “*Vascular plant communities in Portugal (continental, the Azores and Madeira)*” (Costa *et al.*, 2012). Os critérios de identificação dos Habitats são os de “*Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Fichas de caracterização dos Habitats Naturais*” (ALFA – Associação Lusitana de Fitossociologia, 2006).

⁴ <http://geocatalogo.icnf.pt/>

⁵ ICNF (2021). 4º Relatório Nacional de Aplicação da Directiva Habitats (2013-2018). Lisboa.

⁶ Recurso em <http://www.flora-on.pt/>

⁷ Carapeto A., Francisco A., Pereira P., Porto M. (eds.). (2020). Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental. Imprensa Nacional. Lisboa.

⁸ <https://invasoras.pt/>

⁹ Disponível em http://www3.uma.pt/alfa/checklist_flora_pt.html

5.3. FAUNA – MÉTODOS

No âmbito do processo de revisão deste PDM foi efetuada uma visita à área de estudo a 13 de abril de 2022.

Durante a visita ao terreno realizada no âmbito do presente trabalho as observações foram efetuadas em sucessivas paragens ao longo de cerca de 64km de percursos em estradas e caminhos rurais, durante as quais se fez uma procura ativa de espécies e indícios, umas vezes através de incursões no terreno outras apenas com observações a partir do percurso (Figura 5.5).

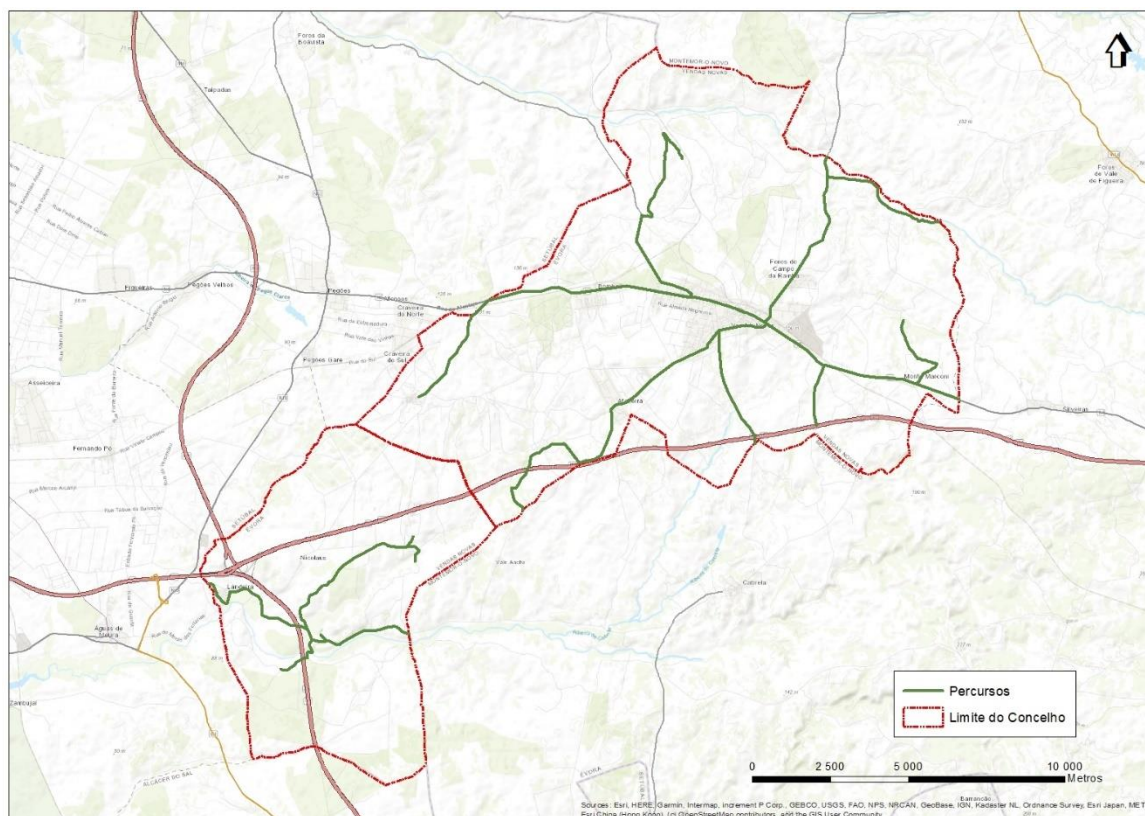


Figura 5.2 | Percursos efetuados durante os levantamentos de fauna

No caso dos mamíferos e répteis, para além das observações diretas, recolheram-se dados a partir de indícios de presença e de prospeções de vítimas de atropelamento nas vias.

Para a caracterização da área de estudo considerou-se também a informação disponível nos Atlas dos diferentes grupos faunísticos (Répteis e Anfíbios, Aves, Mamíferos e Quirópteros) disponíveis no site do ICNF¹⁰.

¹⁰ <http://geocatalogo.icnf.pt/>



5.4. RESULTADOS

5.4.1. Flora e Vegetação

5.4.1.1. Enquadramento Bioclimático e Biogeográfico

A Bioclimatologia é o ramo da Climatologia que procura relacionar o clima com a distribuição dos seres vivos à superfície da Terra; uma classificação bioclimática define tipologias baseadas em parâmetros ou índices bioclimáticos calculados a partir de medições realizadas em estações meteorológicas. Neste documento considerou-se a 'Classificação Bioclimática da Terra'. Esta classificação baseia-se no princípio de que as diferenças em termos de aspeto fisionómico e de composição florística entre diferentes tipos de bosque naturais (e das suas etapas de substituição) estão correlacionadas com variações climáticas, edáficas ou geográficas; o seu objetivo é determinar a relação entre certos valores numéricos de temperatura e precipitação e as áreas de distribuição geográfica de espécies de plantas e de comunidades vegetais (Rivas-Martínez, 1996).

Este sistema de classificação divide o globo em cinco macrobioclimas, dois dos quais – Mediterrânico e Temperado – estão representados em Portugal. Estes dividem-se em bioclimas, dentro dos quais se reconhecem termotipos e ombrotipos, com base, respetivamente, nos regimes térmicos e ômbricos presentes, que correspondem a respostas vegetacionais distintas. Os regimes térmicos são avaliados com base nas temperaturas médias anuais e do mês mais frio; os regimes ômbricos são avaliados com base na precipitação e na temperatura.

O concelho de Vendas Novas situa-se numa área de bioclima Mediterrânico Pluvial Oceânico. Em cotas acima dos 110 m, aproximadamente, o termotipo é Mesomediterrânico Inferior; abaixo destas cotas é Termomediterrânico Superior. O ombrotipo é predominantemente Seco Superior, podendo atingindo-se o ombrotipo Subhúmido Inferior nas cotas altas ao longo do fecho onde se localiza a cidade de Vendas Novas (Mesquita & Sousa, 2009).

A Biogeografia é um ramo da Geografia que tem por objeto a distribuição dos seres vivos na Terra, servindo-se da informação gerada por áreas como a Corologia, a Geologia, a Bioclimatologia e a Fitossociologia. Define um sistema hierárquico em que a Tessela é a unidade fundamental. As tesselas agrupam-se em Mosaicos Tesselares, estes em Distritos, estes em Setores, estes em Províncias, estas em Regiões e estas últimas em Reinos. Cada uma destas unidades pode eventualmente ser subdividida ou agregada (e.g. em Subdistrito, Subsector, Superdistrito, etc.); todas, com exceção da tessela, são por definição espaços geográficos contínuos que têm sempre flora, vegetação, litologia, geomorfologia, pedologia e paleo-história particulares (COSTA *et al.*, 1998).

De acordo com a tipologia biogeográfica mais atualizada de Portugal (Capelo *et al.*, 2021), a área de estudo abrange várias unidades: os Distritos Sadense e Ribatejano (Região Mediterrânica, Sub-região Mediterrânica Ocidental, Província costeira Lusitano-Andaluza Ocidental, Subprovíncia Divisório-Portuguesa, Setor Divisório Português) e o Distrito Alentejano (Região Mediterrânica, Sub-região Mediterrânica Ocidental, Província Mediterrânica Ibérica Ocidental, Subprovíncia Luso-Estremenha, Setor Mariânico).

5.4.1.2. Séries de Vegetação

A aplicação do conceito de Série de Vegetação como unidade geobotânica suscetível de ser usada na interpretação da paisagem vegetal, com vista ao ordenamento do território urbano, rural e natural, tem vindo a ser generalizada. O conhecimento das séries de vegetação que ocorrem num território é fundamental quando se pretende um ordenamento com base em critérios de sustentabilidade ambiental, de modo a garantir a adequação das intervenções em espaços seminaturais, nomeadamente projetos de enquadramento paisagístico de grandes obras, recuperação de áreas degradadas, povoamentos florestais, etc.

A sucessão ecológica é um processo de desenvolvimento do coberto vegetal de determinado local, com o aparecimento e a dominância sucessiva de comunidades distintas, culminando num ecossistema estabilizado, de máxima complexidade e biomassa; a substituição de uma comunidade por outra resulta da modificação do meio pela primeira, que cria as condições ambientais propícias ao desenvolvimento da comunidade seguinte. Estas modificações consistem essencialmente na criação de solo, que se vai tornando progressivamente mais profundo e mais rico em matéria orgânica. O conjunto das comunidades - ou etapas de substituição – que se sucedem ou se combinam em mosaicos num espaço com condições ambientais uniformes é designado por série de vegetação e constitui a vegetação zonal desse local.

A influência de um fator ambiental que se sobrepõe às condições ambientais regionais ocorre por vezes de forma particularmente intensa, em espaços geralmente confinados. Este fenómeno determina o aparecimento de sequências de comunidades permanentes, que podem ser encaradas como sequências de séries com uma única etapa sucessional. É o caso das comunidades submersas dos rios, ou dos escarpados das arribas. Estas comunidades são azonais, uma vez que não dependem diretamente das condições ambientais regionais, mas sim da influência de um fator local específico.

A área do concelho de Vendas Novas abrange maioritariamente duas séries de vegetação, com outras três ocorrendo em menor extensão (Capelo *et al.*, 2007):

- *Asparago aphylli-Quercus suberis sigmetum* (em substratos areníticos):
 - Bosques climáticos dominados por *Quercus suber*: *Asparago aphylli-Quercetum suberis* (bosque incluível no habitat 9330);
 - Medronhal *Bupleuro fruticosi-Arbutetum unedonis* (incluível no habitat 5330pt3);
 - *Nanocarvalho* denso *Erico scopariae-Quercetum lusitanicae* (habitat 5330pt4);
 - Tojal *Erico umbellatae-Ulicetum welwitschiani* (habitat 4030);
 - Prado vivaz *Avenulo sulcatae-Celtietum giganteae* (habitat 6220pt4);
 - Arrelvado anual *Trifolio cherleri-Plantaginetum bellardii*.
- *Aro neglecti-Quercus suberis Sigmetum* (em substratos arenosos (Neto, 2002)):
 - Bosques dominados por sobreiros *Aro neglecti -Quercetum suberis* (habitat 9330);
 - Medronhais *Bupleuro fruticosae-Arbutetum unedonis* (habitat 5330pt3);
 - Matagais dominados por carrasco *Asparago aphylli-Myrtetum communis* (habitat 5330pt6);
 - Matos *Thymo capitellati-Stauracanthetum genistoides* (habitat 2260);



- Prados vivazes dominados por bracejo *Euphorbio transtaganae-Stipetum giganteae* (habitat 6220).

Outras séries podem ocorrer em pequena extensão:

- *Pyro bourgaeanae-Quercu rotundifoliae sigmetum* (nas á de termotipo Mesomediterrânico):
 - Bosque *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae* (habitat 9340pt1);
 - Carrascal *Hyacinthoid hispanicae-Quercetum cocciferae* (habitat 5330pt6);
 - Matos *Retamo sphaerocarphae-Cytisetum bourgaei* (habitat 5330pt2);
- Prado vivaz *Poo bulbosae-Trifolietum subterranei* (que determina a existência dos habitats 6220pt2 e 6310);
- Prado anual *Trifolio cherleri-Plantaginetum belardii* e, em posições extremas de secura, *Paronichio cimosae-Pterocephaletum diandri*.
- *Sanguisorbo hybridae-Quercu suberis sigmetum* (nas zonas mais frescas, de solos profundos ou topograficamente protegidas):
 - Bosque *Sanguisorbo hybridae-Quercetum suberis*, (habitat 9330);
 - Medronhal *Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis* (habitat 5330pt3);
 - Giestal *Retamo sphaerocarphae-Cytisetum bougaei*;
 - Mato *Ulici eriocladi-Cistetum ladaniferi*;
- Prado vivaz *Poo bulbosae-Trifolietum subterranei* (que determina a existência dos habitats 6220pt2 e 6310);
- Prado anual *Trifolio cherleri-Plantaginetum belardii*.

5.4.1.3. Habitats e Formações Vegetais

A área em análise está desde há muito sujeita a uma forte ação antrópica, facto que se traduz no coberto vegetal. As formações naturais com valor de conservação são bastante raras, localizando-se sobretudo ao longo das linhas de água e em zonas ligeiramente depressionárias onde o nível freático está próximo da superfície, onde se desenvolvem flora e vegetação higrófilas. São ainda extensas as áreas de montado, formações vegetais artificiais e com interesse para conservação.

A ocupação atual do solo do concelho de Vendas Novas é constituída maioritariamente por áreas agrícolas, sobretudo nas proximidades das povoações e nas áreas mais planas, montados e florestas abertas de sobreiro e azinheira. Pontualmente há algumas áreas de florestas e matagais com valor de conservação. Os cursos de água são frequentemente acompanhados de faixas ripícolas, que se desenvolvem nas suas margens e nos leitos de cheia, de considerável naturalidade e com valor de conservação.

No anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril (na redação atual) constam os Habitats que merecem proteção especial, no contexto da Rede Natura 2000. A sua cartografia rigorosa só é possível com trabalho de campo intensivo. As tipologias de formações vegetais encontradas nas áreas que foi possível visitar no decorrer do trabalho de campo incluem áreas com interesse para conservação (de espécies e comunidades vegetais). Elaborou-se uma Carta de Formações

Vegetais com Valor de Conservação (ver Planta 17) com base a cartografia de ocupação do solo disponível para o concelho e nas observações realizadas durante os trabalhos de campo, considerando também a informação existente sobre a vegetação natural potencial do concelho. Esta carta resulta da interpretação da cartografia de ocupação do solo e da sua adaptação, por fotointerpretação e dentro das limitações atrás descritas, às tipologias de vegetação relevantes no presente contexto. Inclui cinco tipologias que se descrevem seguidamente de forma sucinta, incluindo a correspondência das mesmas com os habitats definidos no anexo B-I da Directiva Habitats.

Sobreiral e comunidades associadas

Existem no concelho de Vendas Novas algumas manchas de pequena dimensão de mosaicos de sobreirais e suas etapas de substituição, sobretudo medronhais, mas também matos de carvalhiça, que foram delimitadas na cartografia por fotointerpretação sobre áreas de floresta de sobreiro constantes da COS 2018. Estas tipologias enquadram-se, respetivamente, nos habitats 9330, 5330pt3 e 5330pt4. Surgem com maior desenvolvimento em locais com alguma frescura edáfica, ou seja, em zonas de relevo convexo e expostas a norte e no terço inferior das encostas. Estas caracterizam-se como se segue:

- 9330. *Florestas de Quercus suber*: bosques de copado cerrado, dominados por *Quercus suber*, eventualmente co-dominados por outras árvores, com estratos lianóide, arbustivo latifoliado espinhoso e herbáceo vivaz ombrófilos bem desenvolvidos e com intervenção humana reduzida ou nula sob coberto. No sub-bosque são comuns *Smilax aspera*, *Tamus communis*, *Rubia peregrina*, *Rosa sempervirens*, *Brionia dioica*, *Hedera hibernica*, *Viburnum tinus*, *Arbutus unedo*, *Myrtus communis*, *Phillyrea latifolia*, *Ruscus aculeatus*, entre outros.
- 5330pt3. *Medronhais*: matagais dominados por *Arbutus unedo* e *Erica arborea*, de características pré-florestais. Incluem geralmente outros arbustos altos, como *Phillyrea angustifolia*, *Phillyrea latifolia*, *Quercus coccifera*, *Rhamnus oleoides* e *Pistacia lentiscus*. Ocorrem em mosaico com o remanescente dos bosques de sobreiro (habitat anterior), eventualmente também com matos baixos (habitat seguinte) que representam fases avançadas de degradação dos ecossistemas florestais.
- 5330pt4. *Matagais com Quercus lusitanica*: comunidades arbustivas baixas de *Quercus lusitanica*, formando tapetes densos. Ocorrem tipicamente em solos siliciosos compactos, em mosaico com sobreirais mais ou menos abertos (ou montado de sobreiro). Foi observado na área de estudo apenas num local, no norte do concelho, nas encostas da ribeira de Canha.

Azinhal e comunidades associadas

Existem na área do concelho de Vendas Novas algumas manchas de pequena dimensão de azinhal, delimitadas na cartografia por fotointerpretação sobre áreas de floresta de azinheira constantes da COS 2018. São bosquetes dominados por azinheiras, enquadráveis no subtipo 1 do habitat 9340. Teoricamente podem também ocorrer associados a estes bosques matagais com valor de conservação — piornais (habitat 5330pt2) ou carrascais e zambujais (habitat 5330pt6) — mas estes não foram observados durante os trabalhos de campo. Os habitats que podem ocorrer nesta tipologia caracterizam-se do seguinte modo:

- 9340pt1 - *Bosques de Quercus rotundifolia* sobre silicatos: comunidades florestais predominantemente perenifólias, de copado denso e cerrado, dominado por *Quercus rotundifolia*, com estratos lianóide, arbustivo latifoliado e herbáceo vivaz ombrófilo bem desenvolvidos, com escassa intervenção humana recente. Reconhece-se que a maioria das



áreas onde ocorre este habitat estão genericamente muito alteradas, com um grau de alteração antrópica elevado e, como tal, distantes da conformação ideal desta tipologia.

- 5330pt6 - *Carrascais, espargueirais* e matagais afins acidófilos: este é um subtipo que abrange várias tipologias de matagais densos, tipicamente dominados por *Quercus coccifera*, *Olea europaea* var. *sylvestris*, *Pistacia terebinthus*, *Rhamnus alaternus*, etc.
- 5330pt2 - *Piornais de Retama sphaerocarpa*: comunidades microfanerofíticas pouco densas, pauciespecíficas, dominadas por *Retama sphaerocarpa*, subseriais de azinhais. Estes matos são particularmente frequentes em solos agrícolas abandonados dada a natureza estritamente heliófila e o forte carácter pioneiro do piorno.





Figura 5.3 | Exemplos de azinhal e comunidades associadas

Montado

A maior parte da área cartografada corresponde ao sistema agro-silvo-pastoril a que habitualmente se chama montado: uma floresta aberta de sobreiros ou azinheiras com um sobcoberto herbáceo, espontâneo ou não. Para que estas formações sejam classificáveis como habitat 6310, devem corresponder à descrição constante do Plano Sectorial da Rede Natura 2000: “Mosaico de pastagens naturais perenes sob coberto variável, pouco denso, de sobreiros [*Quercus suber*] ou/e azinheiras [*Q. rotundifolia*], associado a um sistema de pastorícia extensiva por ovinos e por vezes incluindo parcialmente sistemas de agricultura arvense extensiva em rotações longas. São dominadas por hemiptófitos cespitosos, principalmente *Poa bulbosa*, *Trifolium sp. pl.* e *Plantago sp. pl.* e mais raramente correspondem a pastagens anuais.”

Na área em análise, os montados observados têm vários tipos de sobcoberto: culturas arvenses de sequeiro, pastagens semeadas e prados anuais geridos como pastagens naturais, mantidas através de um sistema de lavouras periódicas. Os montados com prados geridos como pastagens naturais podem ter valor de conservação, em função do tipo de pastagem presente. Se esta for mantida através de um pastoreio extensivo por gado ovino, com um encabeçamento controlado, desenvolve-se um prado vivaz dominado por *Poa bulbosa* e *Trifolium subterraneum* de elevado valor de conservação, que corresponde ao habitat 6220pt2 e que, em conjugação com o povoamento de sobreiros e azinheiras, conforma o habitat 6310.

A maioria dos montados observados durante o trabalho de campo realizado têm um sobcoberto constituído por comunidades anuais nitrófilas e subnitrófilas (da classe *Stellarietea media*). Estes montados têm baixo valor de conservação, não sendo classificáveis como Habitat 6310. No entanto, admite-se a existência desta tipologia em alguns locais, ainda que não seja possível distingui-los cartograficamente. Mesmo no caso dos montados com baixo valor de conservação, é possível, num



futuro próximo e através de uma gestão adequada, a sua conversão em áreas classificáveis como tal.

Incluíram-se nesta tipologia também as áreas plantadas com sobreiro (reconhecíveis como tal por as árvores estarem dispostas em linhas), mesmo quando com densidades elevadas. Estas correspondem a uma parte muito considerável do concelho de Vendas Novas e, embora sejam formações de baixa naturalidade, podem ter um considerável valor de conservação e albergar alguns táxones de ocorrência restrita.

Por último, importa também referir que, embora os substratos dominantes nas áreas com montado sejam depósitos de cobertura argilo-gresosos, muito pontualmente ocorrem algumas bolsas arenosas onde se desenvolvem matos psamófilos enquadráveis no habitat 2260. Estas bolsas não têm dimensão significativa, surgindo em pequenas manchas no montado.

Os habitats que podem ocorrer nesta tipologia caracterizam-se do seguinte modo:

- 6220pt2. *Malhadais*: Pastos heliófilos constituídos por hemicriptófitos, geófitos, terófitos e caméfitos prostrados, com dominância de *Poa bulbosa*; surgem frequentemente em mosaico com prados anuais e com comunidades subnitrófilas anuais. A sua persistência depende da manutenção de um pastoreio extensivo, sobretudo de ovinos, que deverá ser suspenso ou atenuado entre o final da primavera e as primeiras chuvas outonais de modo a permitir a reprodução de algumas espécies anuais.
- 6310. Montados de *Quercus spp.* de folha perene: como já descrito anteriormente, são formações culturais de origem humana onde se combinam o remanescente arbóreo de um antigo bosque de azinheiras ou sobreiros e uma pastagem cespitosa vivaz associada à pastorícia extensiva de ovinos. No concelho de Vendas Novas, a espécie arbórea dominante é a azinheira, mas há também bastantes montados com sobreiros. O habitat 6310 corresponde a formações culturais de origem antrópica, onde se combinam o remanescente arbóreo de um antigo bosque de azinheiras ou sobreiros e uma pastagem cespitosa vivaz associada à pastorícia extensiva de ovinos.
- 2260. Dunas com vegetação esclerófila da *Cisto-Lavenduletalia*: comunidades arbustivas espinhosas heliófilas, dominadas por *Stauracanthus genistoides*, características de dunas terciárias e de paleodunas. Incluem tipicamente outros arbustos psamófilos, como *Halimium calycinum*, *Ulex australis* subsp. *welwitschianus*, *Halimium halimifolium*, *Thymus capitellatus* (observado durante os trabalhos de campo) e *Armeria rouyana* (não observada).



Figura 5.4 | Exemplo do habitat 2260



Figura 5.5 | Exemplo de montado

Faixa ripícola

A área de estudo apresenta troços de extensão considerável de formações ripícolas arbóreas e arbustivas altas, em estado de conservação bastante variável, que concentram alguns dos valores naturais interessantes do concelho. Nas áreas bem conservadas desenvolvem-se salgueirais



arbustivos altos de *Salix atrocinerea* (habitat 92A0pt3), surgindo frequentemente ladeadas por freixiais higrófilos (habitat 91B0pt1). Por vezes estão também presentes comunidades aquáticas características de habitats dulceaquícolas de águas correntes, enquadráveis no habitat 3260. É frequente também a ocorrência de prados dominados por juncos ou espécies afins, característicos de solos húmidos ou encharcados, enquadráveis no habitat 6420. Os habitats que se encontram nesta tipologia caracterizam-se do seguinte modo:

- 92A0pt3. Salgueirais arbóreos psamófilos de *Salix atrocinerea*: formações dominadas por *Salix atrocinerea* características de solos arenosos nas margens dos cursos de água, geralmente regime permanente. Estas formações surgem por vezes com um desenvolvimento considerável em locais onde o nível freático está próximo da superfície, nem sempre associados a uma linha de água.



Figura 5.6 | Exemplo do habitat 92A0pt3

- 91B0. Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*: bosques edafo-higrófilos não ripícolas de freixo que se desenvolvem tipicamente nos terraços aluviais. São relativamente raros em bom estado de conservação, uma vez que ocupam terrenos húmidos e férteis, de elevada aptidão agrícola, geralmente usados para cultivo.



Figura 5.7 | Exemplo do habitat 91B0

- 6420. Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*: Juncais não halófilos e não nitrófilos de elevado grau de cobertura, dominados por *Scirpoides holoschoenus*, *Juncus acutus* ou *Juncus maritimus*. São ainda frequentes outros hemicriptófitos das famílias das ciperáceas (*Cyperus*, *Schoenus*) e das gramíneas (*Agrostis*, *Holcus*, *Phalaris*, *Poa*).
- 3260. Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*: cursos de água corrente, com águas mais ou menos rápidas ou pontualmente lentas, pouco profundas e oligo-mesotróficas tendencialmente ácidas, com comunidades de macrófitos aquáticos dulceaquícolas. A composição florística destas comunidades é bastante variável, incluindo *Ranunculus penicilatus*, *R. peltatus*, *Lemna giba*, *Azola filiculoides*, *Callitriche sp.*, etc.





Figura 5.8 | Exemplos de habitats ripícolas

Matos higrófilos

Muito pontualmente foram observadas comunidades arbustivas e herbáceas vivazes características de solos encharcados, com dimensão cartografável. É possível que ocorram noutros locais não visitados durante os trabalhos de campo. As tipologias presentes—urzais-tojais higrófilos e prados de *Molinia caerulea*—enquadram-se, respetivamente, nos habitats 4020pt2 e 6410pt1, que se caracterizam como se segue:

- 4020pt2. Urzais-tojais termófilos: urzais-tojais higrófilos, tipicamente dominados por *Erica ciliaris* e *Ulex minor*. No presente caso observou-se a presença de *Genista ancistrocarpa*, *Erica erigena*, *Cirsium welwitchii*, *Euphorbia uliginosa*, *Scilla ramburei*, *Schoenus nigricans*, *Carex demissa*, *Eleocharis multicaulis*, *Potentilla erecta*, etc. Este é um habitat bastante raro e de elevado valor de conservação.
- 6410pt1. Comunidades derivadas de *Molinia caerulea*: comunidades herbáceas perenes dominadas pela gramínea cespitosa *Molinia caerulea*. Foram observadas em mosaico com as comunidades anteriores.





Figura 5.9 | Exemplos de matos higrófilos

5.4.1.4. Flora RELAPE

A Directiva n.º 92/43/CEE, também conhecida por “Directiva Habitats”, constitui aquele que é considerado o principal instrumento legal de proteção e conservação dos habitats naturais da flora selvagem não abrangidos por Áreas de Paisagem Protegida ou Parques Nacionais ou Naturais. Este instrumento tem por objetivo garantir a conservação da biodiversidade das espécies autóctones da flora e fauna e respetivos habitats, atendendo prioritariamente às mais ameaçadas e tomando em consideração as exigências económicas, sociais, culturais e regionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável (Decreto-Lei n.º 226/97 de 27 de agosto).

Portugal fez a transposição da Directiva Habitats para a ordem jurídica interna mediante o Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto. Este foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pela Declaração de Retificação n.º 10-AH/99, de 31 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro. O anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99 (alterado) lista as espécies consideradas de interesse comunitário (descriminando as que são consideradas prioritárias); o anexo B-IV lista as espécies de interesse comunitário que exigem uma proteção rigorosa; e o anexo B-V as espécies de interesse comunitário cuja captura ou colheita na Natureza e exploração podem ser objeto de medidas de gestão.

No que respeita à flora, a área de estudo foi prospetada para deteção de espécies com valor de conservação — habitualmente designadas como ‘espécies RELAPE’ (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção). Consideraram-se como tal as espécies protegidas no âmbito da Rede Natura 2000 listadas nos anexos B-II, B-IV e B-V. Acrescem as espécies listadas no anexo 1 do Decreto-Lei n.º 38/2021, de 31 de Maio, que aprova o regime jurídico aplicável à proteção e à conservação da flora e respetivos habitats naturais das espécies enumeradas na Convenção de Berna, assim como outras espécies reconhecidamente raras e com

interesse para conservação, mas sem estatuto legal de proteção, nomeadamente as listadas como ameaçadas na Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental (Carapeto *et al.*, 2020).

No que respeita à flora, o trabalho de campo foi realizado no início da época propícia à deteção de espécies com floração no início da Primavera, ainda que a dimensão da área em análise não permita uma prospeção sistemática da mesma. Assim, este foi direcionado para a prospeção das espécies reconhecidamente com elevada probabilidade de ocorrência na área do concelho. Nas bases de dados de ocorrência de espécies de flora, nomeadamente na elaborada pelo ICNF relativa ao Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats (2013-2018)¹¹ e na Flora-On¹², há registos de ocorrência de alguns táxones protegidos (na quadrícula de 10 Km de lado em que a área analisada se localiza (Europeia (EEA)) para os primeiros dados; e na área do concelho de Vendas Novas para os segundos, com referência à quadrícula UTM onde está assinalada a sua ocorrência). Estes táxones estão listados no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 | Lista das espécies RELAPE

Táxone	Tipologia de habitat	UTM	Proteção Class. UICN
<i>Agrostis juressi</i>	Turfeiras, prados húmidos e margens de cursos de água.	NC37	VU
<i>Allium ericetorum</i>	Urzais higrófilos em depressões húmidas dunares e turfeiras.	NC37	VU
<i>Armeria rouyana</i>	Matos baixos sublitorais, em substratos arenosos secos.	NC36, NC37	Prioritária do Anexo II, Anexo IV, NT
<i>Carex durieui</i>	Turfeiras e prados húmidos ácidos.	NC37	EN
<i>Carex helodes</i>	Prados húmidos e margens de cursos de água temporários.	NC37	VU
<i>Cheirolophus uliginosus</i>	Matos higrófilos em solos arenosos ou turfosos.	NC37, NC48	NT
<i>Cirsium welwitschii</i>	Matos higrófilos em solos arenosos ou turfosos.	NC37	EN
<i>Euphorbia transtagana</i>	Matos secos em clareiras de sobreirais ou pinhais.	NC36, NC37	Anexo II, Anexo IV, LC
<i>Euphorbia uliginosa</i>	Matos higrófilos em solos arenosos ou turfosos.	NC37, NC48	NT
<i>Genista ancistrocarpa</i>	Matos higrófilos em solos arenosos ou turfosos.	NC37	NT
<i>Halimium umbellatum</i> var. <i>verticillatum</i>	Matos psamófilos.	NC48	Anexo II, Anexo IV, LC
<i>Hyacinthoides vicentino</i> subsp. <i>transtagana</i>	Prados húmidos.	NC48	Anexo II, Anexo IV, LC
<i>Narcissus bulbocodium</i> subsp. <i>bulbocodium</i>	Prados em substrates muito variáveis.	NC58	Anexo V, LC
<i>Rhynchospora modesti-lucennoi</i>	Turfeiras em areias e outros locais húmidos e pantanosos perto do litoral.	NC37	VU
<i>Ruscus aculeatus</i>	Sobcoberto de bosques.	NC36, NC37, NC38, NC47, NC48	Anexo V, LC

¹¹ ICNF (2019). 4º Relatório Nacional de Aplicação da Directiva Habitats (2013-2018). Lisboa. Disponível no Geocatálogo do ICNF, em <http://geocatalogo.icnf.pt/>.

¹² Recurso em <http://www.flora-on.pt/>, incluindo levantamentos realizados no âmbito do projeto Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental.



Táxone	Tipologia de habitat	UTM	Proteção Class. UICN
<i>Salix salviifolia subsp. australis</i>	Formações ripícolas, ao longo das linhas de água.	NC37, NC38, NC48	Anexo II, Anexo IV, LC
<i>Thymus capitellatus</i>	Matos em solos arenosos	NC37, NC47, NC48	Anexo IV, LC
<i>Thymus villosus subsp. villosus</i>	Matos secos em substrates ácidos.	NC37	Anexo IV, LC
<i>Utricularia gibba</i>	Lagoas, charcos temporários e outras zonas húmidas em solos arenosos, perto do litoral.	NC37	VU

- *Agrostis juressi* é uma planta muito rara em Portugal em toda a sua área de distribuição, com poucas populações conhecidas, pelo que foi classificada como 'vulnerável'. Não tem estatuto legal de proteção. Ocorre em urzais higrófilos em depressões húmidas dunares e turfeiras.
- *Allium ericetorum* é também uma espécie rara, com apenas duas populações conhecidas na região do Sado, classificada como 'vulnerável'. Não tem estatuto legal de proteção. Ocorre em turfeiras, prados húmidos e margens de cursos de água.
- *Carex helodes* é uma espécie de prados húmidos e margens de cursos de água temporários. Está classificada como 'vulnerável'. Não tem estatuto legal de proteção.
- *Utricularia gibba* ocorre em lagoas, charcos temporários e outras zonas húmidas em solos arenosos, perto do litoral. Sem estatuto legal de proteção, foi avaliada como 'vulnerável' segundo os critérios IUCN.
- *Rhynchospora modesti-lucennoi* é um táxone de habitats húmidos e pantanosos perto do litoral. Está classificada como 'vulnerável'. Não tem estatuto legal de proteção.
- *Cheirolophus uliginosus*, *Euphorbia uliginosa* e *Genista ancistrocarpa* são também espécies de matos higrófilos em solos arenosos ou turfosos, todas avaliadas como 'quase ameaçada' segundo os critérios IUCN. Nenhuma tem estatuto legal de proteção. Foram observados alguns exemplares de *Euphorbia uliginosa* e *Genista ancistrocarpa* durante os trabalhos de campo, na área cartografada como 'Matos higrófilos'.
- *Carex durieui* é uma espécie de turfeiras e prados húmidos ácidos, classificada como 'em perigo' segundo os critérios IUCN, mas sem estatuto legal de proteção. Ocorre em Portugal entre o Minho e o Baixo Alentejo, mas de modo muito pontual, conhecendo-se apenas quatro localizações — umas das quais no concelho de Vendas Novas.
- *Cirsium welwitschii* tem o mesmo habitat que as espécies anteriores. É uma planta endémica de Portugal continental, com ocorrência conhecida apenas na faixa sublitoral entre o Baixo Vouga e o Sudoeste Alentejano. Foi avaliada como 'em perigo' por ter área de ocupação bastante baixa e uma população severamente fragmentada, acompanhadas por um declínio continuado da área de ocupação, número de localizações e número de indivíduos. Não tem estatuto legal de proteção. Foram observados alguns exemplares desta espécie durante os trabalhos de campo, na área cartografada como 'Matos higrófilos'.
- *Euphorbia transtagana* ocorre em clareiras de matos subseriais de sobreirais. É uma espécie constante dos Anexos II e IV da Diretiva Habitats, mas relativamente comum, pelo que foi avaliado como 'pouco preocupante'.

- *Halimium umbellatum* var. *verticillatum* é uma espécie que ocorre em matos psamófilos. Integra os Anexos II e IV da Diretiva Habitats, mas é relativamente comum, pelo que foi avaliado como ‘pouco preocupante’.
- *Hyacinthoides vicentino* subsp. *trastagana* é um táxone de prados húmidos que ocorre em prados em locais com encharcamento temporário, por vezes na margem de linhas de água. Está incluída nos Anexos II e IV da Diretiva Habitats, mas é uma espécie relativamente comum, pelo que foi avaliado como ‘pouco preocupante’. Foi observada durante os trabalhos de campo num prado húmido na zona norte do concelho.
- *Armeria rouyana* ocorre em matos baixos em areias sublitorais, geralmente em paleodunas. É uma espécie prioritária do Anexo II da Directiva Habitats, constando também do Anexo IV. Foi avaliada como ‘quase ameaçada’.
- *Thymus capitellatus* ocorre em matos sobre dunas estabilizadas. Integra o Anexo IV da Diretiva Habitats, mas é muito comum, pelo que foi avaliado como ‘pouco preocupante’. Foram observados alguns exemplares desta espécie durante os trabalhos de campo, na área cartografada como ‘Montado’.
- *Thymus villosus* subsp. *villosus* ocorre em matos secos sobre substratos ácidos. Integra o Anexo IV da Diretiva Habitats, mas é muito comum, pelo que foi avaliado como ‘pouco preocupante’.
- *Salix salviifolia* subsp. *australis* foi observado pontualmente, provavelmente porque as ribeiras do concelho têm um regime demasiado irregular. É um táxone incluído nos Anexos II e IV da Directiva Habitats, mas muito frequente no sul de Portugal, pelo que foi avaliado como ‘pouco preocupante’.
- *Ruscus aculeatus* e *Narcissus bulbocodium* são espécies bastante comuns, constantes apenas do anexo V da Directiva Habitats. A preservação da primeira está garantida se forem conservados os bosques onde ocorre; a segunda e a terceira ocorrem numa grande variedade de habitats, não se considerando uma espécie sujeita a qualquer tipo de ameaça.

As espécies que ocorrem na área do concelho de Vendas Novas são apresentadas no anexo I. Esta lista foi elaborada com base nas bases de dados acima referidas e em observações de campo.

5.4.1.5. Plantas Invasoras

O Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho, estabelecendo o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção e à introdução na natureza de espécies exóticas da flora e da fauna. Assegura assim a execução a nível nacional do Regulamento (UE) n.º 1143/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativo à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras.

Não se verificou a presença de flora exótica invasora durante os trabalhos de campo realizados. Foi consultada a cartografia disponível em <https://invasoras.pt/pt/mapeamento>, verificando-se que há registo de duas ocorrências na área do concelho de Vendas Novas, ambas de *Arundo donax* na zona ocupada por áreas agrícolas em redor da cidade de Vendas Novas.



5.4.2. Fauna

5.4.2.1. Mamíferos

O conjunto de observações efetuadas no terreno e a informação recolhida permitiram elaborar a lista de espécies de ocorrência potencial que se apresenta no Quadro 5.2.

Quadro 5.2 | Lista das espécies de mamíferos de ocorrência confirmada no âmbito do presente trabalho (a negrito) e potencial, respectivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral et al., 2005), regime legal de proteção e biótopos

Nome científico	Nome vulgar	Livro Vermelho	Directiva Habitats
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro	LC	
<i>Talpa occidentalis</i>	Toupeira	LC	
<i>Crocidura russula</i>	Musaranho-de-dentes-brancos	LC	
<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	Morcego-anão	LC	IV
<i>Pipistrellus kuhli</i>	Morcego-de-Kuhl	LC	IV
<i>Pipistrellus pygmaeus</i>	Morcego-pigmeu	LC	IV
<i>Nyctalus lasiopterus</i>	Morcego-arborícola-gigante	DD	IV
<i>Nyctalus leisleri</i>	Morcego-arborícola-pequeno	DD	IV
<i>Barbastella barbastellus</i>	Morcego-negro	DD	II e IV
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho-bravo	NT	
<i>Lepus granatensis</i>	Lebre	LC	
<i>Microtus cabreræ</i>	Rato-de-Cabrera	VU	II e IV
<i>Microtus lusitanicus</i>	Rato-cego	LC	
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Rato-do-campo	LC	
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana	NA	
<i>Mus domesticus</i>	Rato-caseiro	LC	
<i>Mus spretus</i>	Rato-das-hortas	LC	
<i>Vulpes vulpes</i>	Raposa	LC	
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	LC	
<i>Mustela putorius</i>	Toirão	DD	
<i>Martes foina</i>	Fuinha	LC	
<i>Meles meles</i>	Texugo	LC	
<i>Lutra lutra</i>	Lontra	LC	II e IV
<i>Genetta genetta</i>	Geneta	LC	
<i>Herpestes ichneumon</i>	Sacarrabos	LC	
<i>Ovis aries</i>	Muflão	NA	
<i>Capreolus capreolus</i>	Corço	LC	
<i>Dama dama</i>	Gamo	NA	
<i>Cervus elaphus</i>	Veado	LC	

Nome científico	Nome vulgar	Livro Vermelho	Directiva Habitats
<i>Sus scrofa</i>	Javali	LC	

Estatuto de conservação: NA – Não aplicável, LC – Pouco preocupante, DD – Informação Insuficiente, NT – Quase ameaçada, VU – Vulnerável

Cinco destas trinta espécies estão inseridas no anexo IV da Directiva Habitats (92/43/CEE) que corresponde ao anexo B-IV do DL 140/99 (com a sua redação atual), e três outras estão inseridas nos anexos B-II e B-IV deste mesmo Decreto-Lei.

De entre estas apenas o rato-de-Cabrera apresenta estatuto de ameaça em Portugal, estando classificado como Vulnerável (VU). O coelho-bravo está classificado como Quase Ameaçado. De referir a ainda a ocorrência do toirão e de três morcegos que estão classificados com o estatuto de Insuficientemente Conhecidas (DD).

Para a área do concelho não é conhecido um abrigo de morcegos de importância nacional ou outra, de acordo com informação disponibilizada no sítio do ICNF. De notar, no entanto, que o viaduto da A2 na zona da herdade da Moinhola parece ser utilizado como abrigo de morcegos, pelo menos durante o período de Primavera, de acordo com observações efetuadas no terreno. Não foi possível identificar a espécies, ou espécies, que utilizam o viaduto nesta época do ano.

5.4.2.2. Aves

No Quadro 5.3 listam-se as espécies observadas na área de estudo durante a visita efetuada em abril de 2022 bem como as espécies que poderão ocorrer nesta área tendo em atenção a disponibilidade de biótopos e a distribuição das espécies no território nacional.

No total atribuem-se 116 espécies de aves à área de estudo, sendo que 68 (59%) foram observadas no terreno durante a visita efetuada ao terreno.

Quadro 5.3 | Lista das espécies de aves de ocorrência confirmada no âmbito do presente trabalho (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral *et al.*, 2005), regime legal de proteção, estatuto fenol

Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Directiva Aves	Estatuto Fenológico
<i>Tachybaptus ruficollis</i>	Mergulhão-pequeno	LC		R
<i>Podiceps cristatus</i>	Mergulhão-de-crista	LC		R
<i>Phalacrocorax carbo</i>	Corvo-marinho-de-faces-brancas	LC		R
<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-boieira	LC		R
<i>Egretta garzetta</i>	Garça-branca	LC	I	R
<i>Ardea cinerea</i>	Garça-cinzenta	LC		R
<i>Plegadis falcinellus</i>	Ibis-preto	RE (1)	I	R
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha-branca	LC	I	R
<i>Alopochen aegyptiaca</i>	Ganso-do-Egipto	-		R
<i>Anas platyrhynchos</i>	Pato-real	LC		R



Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Directiva Aves	Estatuto Fenológico
<i>Anas crecca</i>	Marrequinha	LC		I
<i>Anas strepera</i>	Frisada	VU		R
<i>Elanus caeruleus</i>	Peneireiro-cinzento	NT	I	R
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto	LC	I	E
<i>Milvus milvus</i>	Milhafre-real	LC	I	I
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	NT	I	E
<i>Accipiter nisus</i>	Gavião	LC		R
<i>Circus aeruginosus</i>	Águia-sapeira	VU	I	I
<i>Buteo buteo</i>	Águia-de-asa-redonda	LC		R
<i>Aquila fasciata</i>	Águia-de-Bonelli	EN	I	R
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia-calçada	NT	I	E
<i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro-vulgar	LC		R
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz-comum	LC		R
<i>Coturnix coturnix</i>	Codorniz	LC		E
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha-de-água	LC		R
<i>Fulica atra</i>	Galeirão	LC		I
<i>Himantopus himantopus</i>	Perna-longa	LC	I	E
<i>Burhinus oediconemus</i>	Alcaravão	VU	I	R
<i>Charadrius dubius</i>	Borrelho-pequeno-de-coleira	LC		E
<i>Pluvialis apricaria</i>	Tarambola-dourada	LC		I
<i>Vanellus vanellus</i>	Abibe	LC		I
<i>Tringa ochropus</i>	Bique-bique	NT		I
<i>Actitis hypoleucos</i>	Maçarico-das-rochas	VU		I
<i>Larus ridibundus</i>	Guincho	LC		I
<i>Larus fuscus</i>	Gaivota-de-asa-escura	LC		I
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-torcaz	LC		R
<i>Streptopelia decaocto</i>	Rola-turca	LC		R
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola	LC		E
<i>Clamator glandarius</i>	Cuco-rabilongo	VU		E
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco	LC		E
<i>Tyto alba</i>	Coruja-das-torres	LC		R
<i>Otus scops</i>	Mocho-d'orelhas	DD		E
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real	NT		R
<i>Athene noctua</i>	Mocho-galego	LC		R
<i>Strix aluco</i>	Coruja-do-mato	LC		R
<i>Caprimulgus ruficollis</i>	Noitibó-de-nuca-vermelha	VU		E
<i>Apus apus</i>	Andorinhão-preto	LC		E
<i>Apus pallidus</i>	Andorinhão-pálido	LC		E

Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Directiva Aves	Estatuto Fenológico
<i>Apus melba</i>	Andorinhão-real	NT		E
<i>Alcedo atthis</i>	Guarda-rios	LC	I	R
<i>Merops apiaster</i>	Abelharuco	LC		E
<i>Upupa epops</i>	Poupa	LC		R
<i>Jynx torquilla</i>	Torcicolo	DD		E
<i>Picus viridis</i>	Peto-verde	LC		R
<i>Dendrocopos major</i>	Pica-pau-malhado-grande	LC		R
<i>Dendrocopos minor</i>	Pica-pau-malhado-pequeno	LC		R
<i>Galerida cristata</i>	Cotovia-de-poupa	LC		R
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-pequena	LC	I	R
<i>Alauda arvensis</i>	Laverca	LC		I
<i>Ptyonoprogne rupestris</i>	Andorinha-das-rochas	LC		I
<i>Riparia riparia</i>	Andorinha-das-barreiras	LC		E
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-das-chaminés	LC		E
<i>Hirundo daurica</i>	Andorinha-dáurica	LC		E
<i>Delichon urbica</i>	Andorinha-dos-beirais	LC		E
<i>Anthus pratensis</i>	Petinha-dos-prados	LC		I
<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola-cinzenta	LC		I
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola-branca	LC		R
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriça	LC		R
<i>Prunella modularis</i>	Ferreirinha	LC		I
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo	LC		I
<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol	LC		E
<i>Phoenicurus phoenicuros</i>	Rabirruivo-de-testa-branca	LC		E
<i>Phoenicurus ochruros</i>	Rabirruivo-preto	LC		I
<i>Saxicola torquata</i>	Cartaxo-comum	LC		R
<i>Oenanthe hispanica</i>	Chasco-ruivo	VU		E
<i>Tudus merula</i>	Melro-preto	LC		R
<i>Turdus philomelos</i>	Tordo-músico	LC		R
<i>Turdus iliacus</i>	Tordo-ruivo	LC		I
<i>Turdus viscivorus</i>	Tordeia	LC		R
<i>Cettia cetti</i>	Rouxinol-bravo	LC		R
<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha-dos-juncos	LC		R
<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa-poliglota	LC		E
<i>Sylvia undata</i>	Felosa-do-mato	LC	I	R
<i>Sylvia melanocephala</i>	Toutinegra-de-cabeça-preta	LC		R
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra	LC		R
<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosa-comum	LC		I
<i>Phylloscopus ibericus</i>	Felosa-Ibérica	LC		E



Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Directiva Aves	Estatuto Fenológico
<i>Phylloscopus bonelli</i>	Felosa-de-Bonelli	LC		E
<i>Regulus ignicapilla</i>	Estrelinha-real	LC		R
<i>Aegithalos caudatus</i>	Chapim-rabilongo	LC		R
<i>Parus cristatus</i>	Chapim-de-poupa	LC		R
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul	LC		R
<i>Parus major</i>	Chapim-real	LC		R
<i>Sitta europaea</i>	Trepadeira-azul	LC		R
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira-comum	LC		R
<i>Oriolus oriolus</i>	Papa-figos	LC		E
<i>Lanius meridionalis</i>	Picanço-real	LC		R
<i>Lanius senator</i>	Picanço-barreteiro	NT		E
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio	LC		R
<i>Cyanopica cyana</i>	Pega-azul	LC		R
<i>Pica pica</i>	Pega	LC		R
<i>Corvus corone</i>	Gralha-preta	LC		R
<i>Corvus corax</i>	Corvo	NT		R
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto	LC		R
<i>Passer domesticus</i>	Pardal-comum	LC		R
<i>Petronia petronia</i>	Pardal-francês	LC		R
<i>Estrilda astrild</i>	Bico-de-lacre	NA		R
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão	LC		R
<i>Serinus serinus</i>	Chamariz	LC		R
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão	LC		R
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo	LC		R
<i>Carduelis spinus</i>	Lugre	LC		I
<i>Carduelis cannabina</i>	Pintarrôxo	LC		R
<i>Coccothraustes coccothraustes</i>	Bico-grossudo	LC		R
<i>Emberiza cirulus</i>	Escrevedeira	LC		R
<i>Miliaria calandra</i>	Trigueirão	LC		R

Estatuto de conservação: NA – Não aplicável, LC – Pouco preocupante, DD – Informação Insuficiente, NT – Quase ameaçada, VU – Vulnerável, EN – Em perigo, RE – Regionalmente extinta;

Estatuto fenológico: R – Residente, E – Estival, I – Invernante

(1) – Este estatuto deverá ser revisto oportunamente uma vez que a espécie está hoje bem distribuída pelo território nacional e reproduz-se em diversos locais.

De entre as espécies atribuídas à área de estudo 59% serão residentes, 24% serão estivais, 17% serão sobretudo invernantes.

Quinze destas espécies estão inseridas no anexo I da Directiva Aves (79/409/CEE), que corresponde ao anexo A-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril (com a sua redacção atual).

No que respeita ao seu estatuto de conservação em Portugal verifica-se que ocorrem na área de estudo 1 espécie classificada como Regionalmente Extinta (RE), 1 espécie classificada Em Perigo (EN), 7 como Vulneráveis (VU) e 8 como Quase Ameaçadas (NT). De referir ainda a ocorrência de 2 espécies com o estatuto de Insuficientemente Conhecidas (DD).

Ou seja, o território do concelho de Vendas Novas suporta uma comunidade de aves muito diversificada e que inclui um número relevante de espécies com estatuto de ameaça havendo que referir o seguinte:

- **Íbis-preto** – Espécie classificada como regionalmente extinta. O estatuto desta espécie deverá vir a ser oportunamente revisto pois, nos últimos 10 ou 20 anos, a espécie expandiu a sua área de distribuição em Portugal tendo mesmo estabelecido uma população reprodutora distribuída por diversas colónias.
- **Águia-de-Bonelli** – Esta águia está classificada em Portugal como Em Perigo. No Geocatálogo do ICNF não há referência a nenhum local crítico ou muito crítico para aves de rapina dentro do concelho de Vendas Novas, mas durante os trabalhos de campo, foi observado um casal na vizinhança da Malhada do Maçanedo, entre a ribeira da Landeira e a ribeira da Marateca. O local de nidificação deste casal não foi identificado e poderá estar fora dos limites do concelho. No entanto, a zona onde a espécie foi observada deverá ser utilizada como terreno de caça.
- **Frisada** – Espécie classificada como Vulnerável que se reproduz em açudes e albufeiras. Em Vendas Novas estará presente em albufeiras de pequena ou média dimensão.
- **Águia-sapeira** – Esta espécie classificada como Vulnerável que deverá ocorrer no concelho apenas durante o período de Inverno sobretudo nos vales das ribeiras da Landeira e da Marateca.
- **Alcaravão** – Esta espécie Vulnerável deverá estar bem distribuída pelo território do concelho, sobretudo nas zonas mais abertas e nos montados mais abertos. Trata-se de uma espécie que ocorre normalmente com densidades reduzidas.
- **Maçarico-das-rochas** – Esta espécie Vulnerável ocorrerá sobretudo no período de Inverno na orla de açudes e albufeiras. Os seus efetivos serão normalmente reduzidos embora por vezes se possam encontrar pequenos grupos que se juntam para dormir em ilhotas de albufeiras de maiores dimensões.
- **Cuco-rabilongo** – Este cuco, classificado como Vulnerável, ocorrerá um pouco por todo o território do concelho mas sempre com efetivos reduzidos.
- **Noitibó-de-nuca-vermelha** - Esta espécie Vulnerável está normalmente associada a zonas húmidas onde a presença de água potencia a existência de grandes quantidades de insetos noturnos. Na área do concelho poderá estar presente em algumas zonas menos perturbadas da orla de albufeiras e açudes.
- **Chasco-ruivo** – Este chasco está normalmente associado a zonas recentemente lavradas, sejam alqueives ou zonas onde o mato foi removido e o terreno foi posteriormente ripado. No concelho de Vendas Novas a sua presença deve ser apenas pontual.

5.4.2.3. Répteis e Anfíbios

Atribuem-se à área de estudo 9 espécies de anfíbios e 10 de répteis. Nenhuma das espécies apresenta estatuto de ameaça em Portugal (Quadro 5.4).



Quadro 5.4 | Lista das espécies de répteis e anfíbios de ocorrência confirmada no âmbito do presente trabalho (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral et al., 2005), regime legal de proteção e biótopos onde ocorrem

ANFÍBIOS & RÉPTEIS		Livro Vermelho	Directiva Habitats
ANFÍBIOS			
<i>Pleurodeles waltl</i>	Salamandra-de-costas-salientes	LC	
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-de-pintas-amarelas	LC	
<i>Triturus boscai</i>	Tritão-de-ventre-laranja	LC	
<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão-marmorado	LC	IV
<i>Pelobates cultripipes</i>	Sapo-de-unha-negra	LC	IV
<i>Bufo bufo</i>	Sapo-comum	LC	
<i>Hyla arborea</i>	Rela	LC	IV
<i>Hyla meridionalis</i>	Rela-meridional	LC	IV
<i>Rana perezi</i>	Rã-verde	LC	
RÉPTEIS			
<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado-mediterrânico	LC	II, IV
<i>Tarentola mauritanica</i>	Osga	LC	
<i>Blanus cinereus</i>	Cobra-cega	LC	
<i>Lacerta lepida</i>	Lagarto	LC	
<i>Podarcis hispanica</i>	Lagartixa-ibérica	LC	IV
<i>Psammmodromus algirus</i>	Lagartixa-do-mato	LC	
<i>Elaphe scalaris</i>	Cobra-de-escada	LC	
<i>Malpolon monspessulanus</i>	Cobra-rateira	LC	
<i>Natrix natrix</i>	Cobra-de-água-de-colar	LC	
<i>Natrix maura</i>	Cobra-de-água-viperina	LC	

Quatro espécies de anfíbios e um réptil estão inseridas no anexo IV da Directiva Habitats (92/43/CEE) que corresponde ao anexo B-II do DL 140/99 (com a sua redação atual) e um réptil, está inserida simultaneamente nos anexos II e IV desta mesma Directiva, correspondentes aos anexos B-II e B-IV na legislação nacional.

5.4.2.4. Biótopos

Tendo como base a carta de ocupação do solo (COS, 2018) elaborou-se uma carta de biótopos para a fauna (Figura 5.10) analisando-se de seguida a importância de cada um destes biótopos para os diferentes grupos de espécies de fauna.

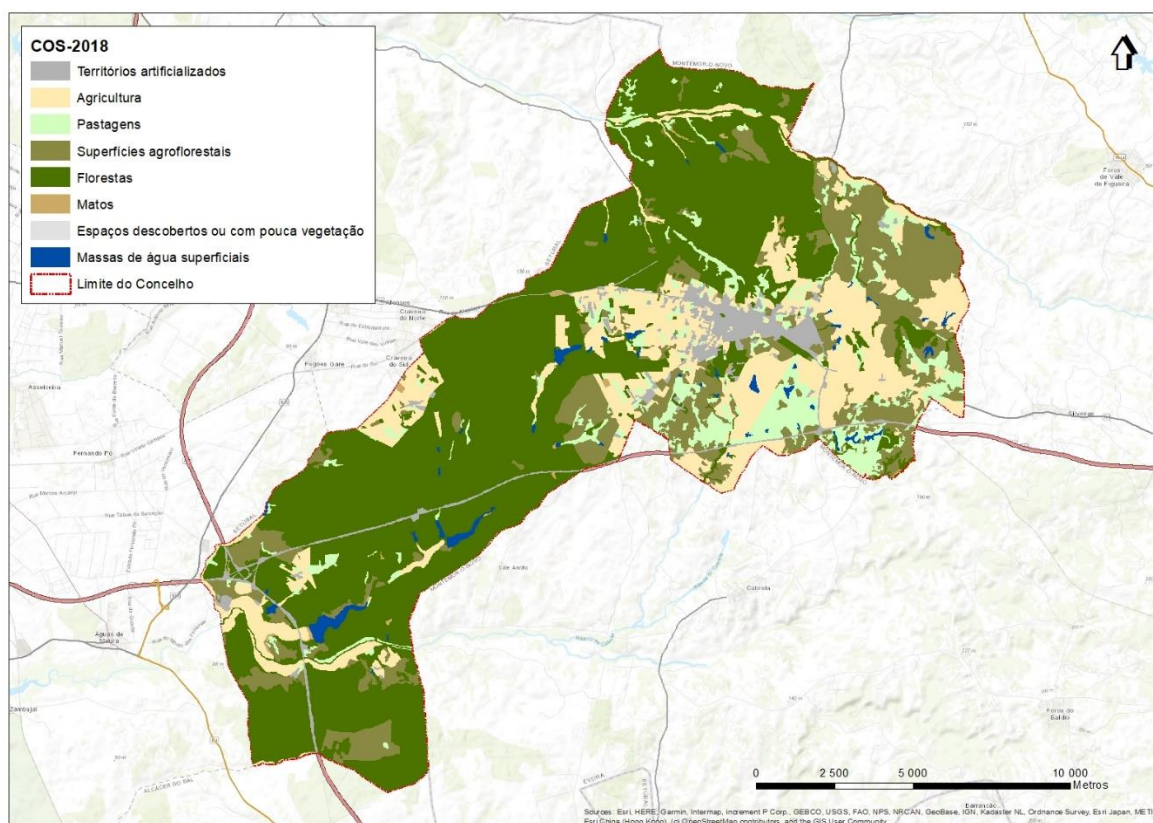


Figura 5.10 | Biótopos existentes na área do concelho de Vendas Novas tendo como referência a COS-2018

Na Figura seguinte (Figura 5.14) discriminam-se os espaços florestais e agro-florestais.



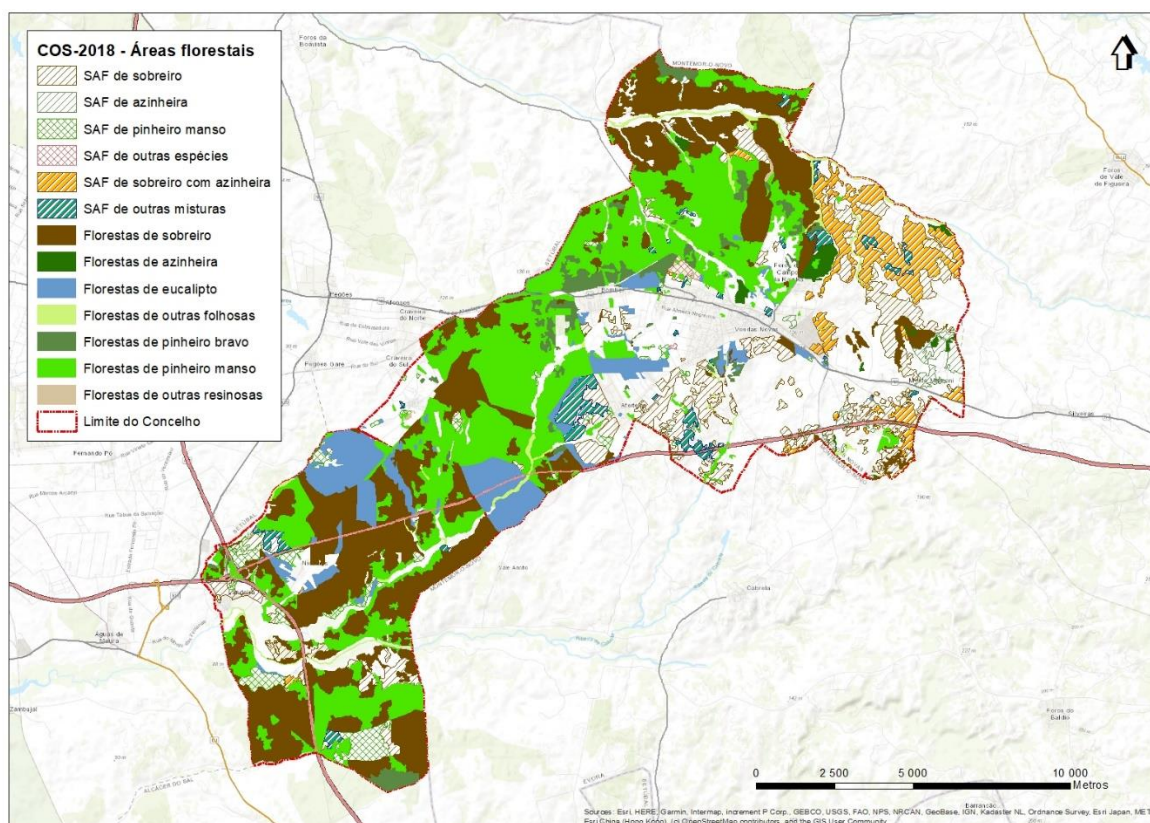


Figura 5.11 | Detalhe dos biótopos existentes na área do concelho de Vendas Novas – espaços agro-florestais e floresta

Agricultura / Culturas temporárias, de sequeiro e regadio, e pastagens

Este biótopo está pouco representado no concelho estando presente sobretudo na zona a Sul da cidade de Vendas Novas. As comunidades de animais que ocorrem neste biótopo não são muito diversificadas mas podem incluir algumas espécies com estatuto de conservação, no contexto nacional ou comunitário, nomeadamente o rato-de-Cabrera, a águia-sapeira e o alcaravão. Nenhuma destas espécies terá na área do concelho populações de relevo no contexto nacional.

Superfícies agroflorestais e florestas autóctones de sobreiro e azinheira

Este biótopo, que ocupa a maior parte da área do concelho de Vendas Novas, inclui a generalidade dos montados bem como os sobreirais e azinhais e os pinhais, sobretudo de pinheiro-manso, existentes na área do concelho.

Este será o biótopo onde a diversidade de espécies animais é mais elevada, particularmente no que se refere aos mamíferos e aves. Algumas das espécies com estatuto de ameaça ou legalmente protegidas no contexto comunitário dependem sobretudo deste biótopo, nomeadamente a águia-de-Bonelli e o cuco-rabilongo.

Galerias ripícolas e planos de água

Neste biótopo incluem-se as galerias ripícolas e os planos de água, nomeadamente as albufeiras, os pequenos açudes.

Neste biótopo a diversidade de fauna é elevada, com particular destaque para o grupo das aves e dos anfíbios. No caso particular dos mamíferos as galerias ripícolas assumem uma importância de relevo para diversas espécies de quirópteros que aqui se alimentam e para a lontra.

5.5. RECOMENDAÇÕES

O concelho de Vendas Novas apresenta algumas áreas de vegetação com interesse para conservação, em particular junto às linhas de água e nas encostas próximas das mesmas; em bolsas de solos arenosos; e genericamente em zonas depressionárias alagadiças. É também nestas áreas que ocorrem os biótopos da maior parte dos táxones identificados como com valor de conservação. É nestes locais que se conservam áreas de maior naturalidade, onde persistem comunidade estruturalmente mais complexas e desenvolvidas e, consequentemente, com menor capacidade de regeneração.

É conhecida a ocorrência de populações de várias espécies raras em Portugal. A sua proteção passa necessariamente por ações especificamente dirigidas aos núcleos de ocorrência destas espécies. Antes de mais, informando a população para a presença destes valores; e, eventualmente, através do estabelecimento de contratos com os proprietários dos terrenos no sentido de manterem a ocupação do solo e a sua gestão nas parcelas com núcleos destas plantas e através da criação de incentivos aos proprietários para manutenção das práticas tradicionais de gestão.

Os locais de ocorrência de flora e de vegetação protegidas e com valor de conservação podem ainda ser alvo de medidas de proteção específicas, eventualmente integradas em planos de ação ao nível nacional ou através da sua integração em áreas protegidas de âmbito municipal.

Parte da área do concelho está ocupada por montados, dos quais uma porção poderá ser incluível no habitat 6310, também com valor de conservação. Devem ser tomadas medidas que garantam a preservação destas áreas, pela promoção de um pastoreio adequado por gado ovino.

No que respeita à fauna é de realçar a diversidade elevada que se regista nas áreas florestais e agro-florestais, nomeadamente naquelas onde domina o sobreiro a azinheira e o pinheiro-manso, sendo importante garantir uma gestão adequada à sua manutenção.

De realçar igualmente a importância das galerias ripícolas para a conservação de diversas espécies animais, nomeadamente mamíferos, aves e anfíbios.



6. QUALIDADE AMBIENTAL

6.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

O presente capítulo diz respeito à caracterização da qualidade ambiental onde são identificados os aspetos caracterizadores dos vários fatores ambientais considerados, da consulta, compilação e tratamento de elementos bibliográficos de diversas especialidades.

Esta caracterização centrou-se em quatro temas principais: a qualidade do ar, a qualidade da água superficial, a qualidade da água para consumo humano e a gestão de resíduos.

6.2. QUALIDADE DO AR

Para a análise da qualidade do ar do concelho de Vendas Novas recorreu-se ao inventário nacional de emissões atmosféricas de 2017, realizado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Com base nesse estudo, as emissões totais anuais relativas ao concelho são apresentadas no Quadro 6.1.

Quadro 6.1 | Emissões atmosféricas anuais por setor no Município de Vendas Novas, 2017

Emissões anuais por setor (2017)	NOx (as NO2) (kt)	NMVOC (kt)	SOx (as SO2) (kt)	NH3 (kt)	PM10 (kt)	CO2 (kt)	CH4 (kt)	N2O (kt)	F-Gases (kt CO2 e)
Produção de Energia	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Combustão na Indústria	0,005	0,022	0,001	0,000	0,001	1,509	0,000	0,000	3,649
Pequenas fontes de Combustão	0,007	0,016	0,001	0,002	0,022	2,411	0,011	0,000	0,000
Emissões fugitivas	0,000	0,002	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Uso de Solventes	0,000	0,072	0,000	0,000	0,067	0,218	0,000	0,000	0,000
Transportes Rodoviários	0,150	0,017	0,000	0,003	0,010	34,631	0,001	0,001	0,000
Logística	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Aviação	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fontes móveis (extra rodoviárias)	0,015	0,001	0,000	0,000	0,001	1,790	0,000	0,001	0,000
Resíduos	0,000	0,001	0,000	0,001	0,000	0,000	0,130	0,001	0,000
Pecuária	0,003	0,046	0,000	0,172	0,011	0,000	0,830	0,004	0,000
Agricultura	0,013	0,020	0,000	0,150	0,006	0,200	0,041	0,030	0,000
Outros	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fontes Naturais	0,003	0,015	0,001	0,001	0,004	2,270	0,012	0,000	0,000
Totais	0,195	0,213	0,004	0,330	0,121	43,029	1,025	0,037	3,649

Fonte: APA, <https://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=150&sub2ref=1408>

Analisando individualmente cada poluente, e começando pelos gases com efeito de estufa (GEE), é possível destacar as emissões de dióxido de carbono (CO₂) provenientes dos transportes

rodoviários com o registo do maior valor no quadro de emissões acima apresentado, nomeadamente 34,634 t/km². Seguindo-se aos transportes rodoviários mas com valores muito abaixo deste, rondando os 2,411 t/km², encontram-se as emissões de pequenas fontes de combustão. Relativamente às emissões de metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), outros GEE, são os resíduos e a agricultura os principais responsáveis pela emissão destes poluentes. No que se refere às emissões de amónia (NH₃) também são a agricultura e pecuária que mais contribuem para a emissão deste poluente, tal como os transportes rodoviários também são o principal incrementador na produção de óxido de azoto (NO_x). Quanto às emissões de compostos orgânicos voláteis (NMVOC) são o uso de solventes os principais responsáveis pelo registo de 0,072 t/km². É na pecuária e agricultura que se registam os maiores valores de amoníaco (NH₃), rondando os 0,172 t/km² e os 0,150 t/km², respetivamente.

6.3. QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA

Como já foi mencionado, o concelho de Vendas Novas é abrangido por duas regiões hidrográficas: a região hidrográfica do Tejo (RH5) e a região hidrográfica do Sado e Mira (RH6). Com o objetivo de caracterizar a qualidade da água superficial do concelho e com o objetivo de melhor perceber as causas das situações mais problemáticas encontradas em termos de incumprimento de parâmetros definidos na legislação ou mesmo no que respeita a situações recorrentes de episódios de poluição, foram consultadas algumas fontes de informação, das quais se destacam os diversos documentos que acompanham o 2º ciclo do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) da Região Hidrográfica do Tejo, mas também do Sado e Mira.

De salientar que, no geral, as massas de água superficiais consideradas no PGRH apresentam uma classificação do estado global de bom. No que toca ao potencial ecológico, três massas de água superficiais, nomeadamente a Ribeira de Canha, a Ribeira do Vale de Cão e Afluente do Rio Sado, foram classificadas com um potencial ecológico medíocre, como se pode verificar no Quadro 6.2.

Quadro 6.2 | Caracterização das massas de água superficiais do Município de Vendas Novas

Região Hidrográfica	Massas de água superficiais (designação/ código)	Apreciações relevantes na caracterização das massas de água do concelho de Vendas Novas	Medidas de mitigação das pressões (do 2º ciclo de planeamento)
RH 5	Ribeira de Canha/ PT05TEJ1097	- Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário - Natureza: natural - Potencial Ecológico: medíocre/ mau	- PTE1P15M04_SUP_RH5 Intervenções nos sistemas de saneamento da ETAR de Canha, concelho de Montijo - PTE1P06M11_RH5 Condicionantes à valorização agrícola de lamas de depuração e efluentes pecuários
	Afluente da Ribeira de Canha/ PT05TEJ1119	- Sem pressões significativas - Natureza: natural - Potencial Ecológico: bom	---
	Ribeira de Cuncos/ PT05TEJ1122	- Sem pressões significativas - Natureza: natural - Potencial Ecológico: bom	---
	Ribeira de Cuncos/ PT05TEJ1132	- Sem pressões significativas - Natureza: natural - Potencial Ecológico: bom	---



Região Hidrográfica	Massas de água superficiais (designação/código)	Apreciações relevantes na caracterização das massas de água do concelho de Vendas Novas	Medidas de mitigação das pressões (do 2º ciclo de planeamento)
RH 6	Ribeira de Safira/ PT06SAD1190	- Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário - Potencial Ecológico: razoável	- PTE9P01M01_RH6 Promover uma ação preventiva de fiscalização - PTE1P06M01_RH6 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícola, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo
	Ribeira da Landeira (HMWB - Jusante Aç. Vale das Bicas)/ PT06SAD1194	- Pressões significativas dos setores agrícola e pecuário - Natureza: Fortemente Modificada - Potencial Ecológico: razoável	PTE7P01M09_SUP_RH6 Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Sado e do Mira
	Ribeira da Marateca/ PT06SAD1195	- Pressões significativas dos setores urbano, agrícola, pecuário e industrial - Natureza: natural - Potencial Ecológico: razoável	- PTE9P01M01_RH6 Promover uma ação preventiva de fiscalização - PTE1P06M01_RH6 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícola, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo - PTE1P01M01_SUP_RH6_1Ciclo Reabilitação da ETAR de Landeira, na freguesia de Landeira
	Ribeira do Vale de Cão/ PT06SAD1201	- Pressões significativas dos setores urbano, agrícola, pecuário e industrial - Natureza: natural - Potencial Ecológico: medíocre	- PTE9P01M01_RH6 Promover uma ação preventiva de fiscalização - PTE1P06M01_RH6 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícola, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo
	Afluente do Rio Sado/ PT06SAD1295	- Pressões significativas dos setores agrícola e pecuário - Potencial Ecológico: medíocre	PTE1P01M01_SUP_RH6_1 Ciclo Reabilitação da ETAR de Landeira, na freguesia de Landeira

Fonte: 2º ciclo PGRH – RH5 e RH6: Parte 5, Anexo II.1, disponível no site da APA

As águas subterrâneas, que pertencem à Bacia do Tejo-Sado indiferenciado da Bacia do Tejo mas também ao Maciço Antigo indiferenciado da Bacia do Sado, apresentam uma pressão por setor não significativa, um estado químico bom, para além de não estarem em risco de seca, apresentando um balanço hídrico considerado bom.

6.4. QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água para consumo é um fator importante não apenas para a saúde humana como também determinante na classificação da qualidade em geral de uma determinada região. Tendo em consideração os dados disponíveis no site da PORDATA, com base em informações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), e conforme se pode verificar Quadro 6.3, o concelho de Vendas Novas apresenta uma crescente melhoria da qualidade da água para consumo, chegando muito próximo dos 100% de água segura em 2018. Da mesma forma, realizaram-se mais análises às águas, estando os valores a resvalar os 100% em 2018.

Quadro 6.3 | Qualidade da água

Água segura (%)		Análises cumprimentos da qualidade (%)		Análises realizadas (%)	
2001	2018	2001	2018	2001	2018
90,2	97,8	99,77	98,03	90,39	99,76

Fonte: PORDATA

6.5. GESTÃO DE RESÍDUOS

A recolha de resíduos apresenta-se como sendo maioritariamente indiferenciada, com cerca de 7258 toneladas recolhidas em 2002, face à recolha seletiva, com aproximadamente 44 toneladas recolhidas. Ainda assim, é de salientar o significativo aumento da recolha seletiva, chegando a atingir um valor de 1545 toneladas em 2019.

Quadro 6.4 | Recolha de resíduos sólidos urbanos

Ano	Recolha indiferenciada (T)	Recolha Seletiva (T)
2002	7258	44
2019	4998	1545

Fonte: CMVN

Analisando os resíduos selecionados, no Quadro seguinte, verifica-se que os biodegradáveis foram em 2015 os resíduos mais recolhidos, com 233 toneladas recolhidas num total de 511 toneladas, ocupando 45% do total. Esse valor sofreu uma ligeira redução em 2019, passando a ocupar uma importância de 42% face ao total das recolhas. Ainda de salientar a importância da recolha de papel e cartão mas também do vidro, que aumentou de 2015 para 2019.

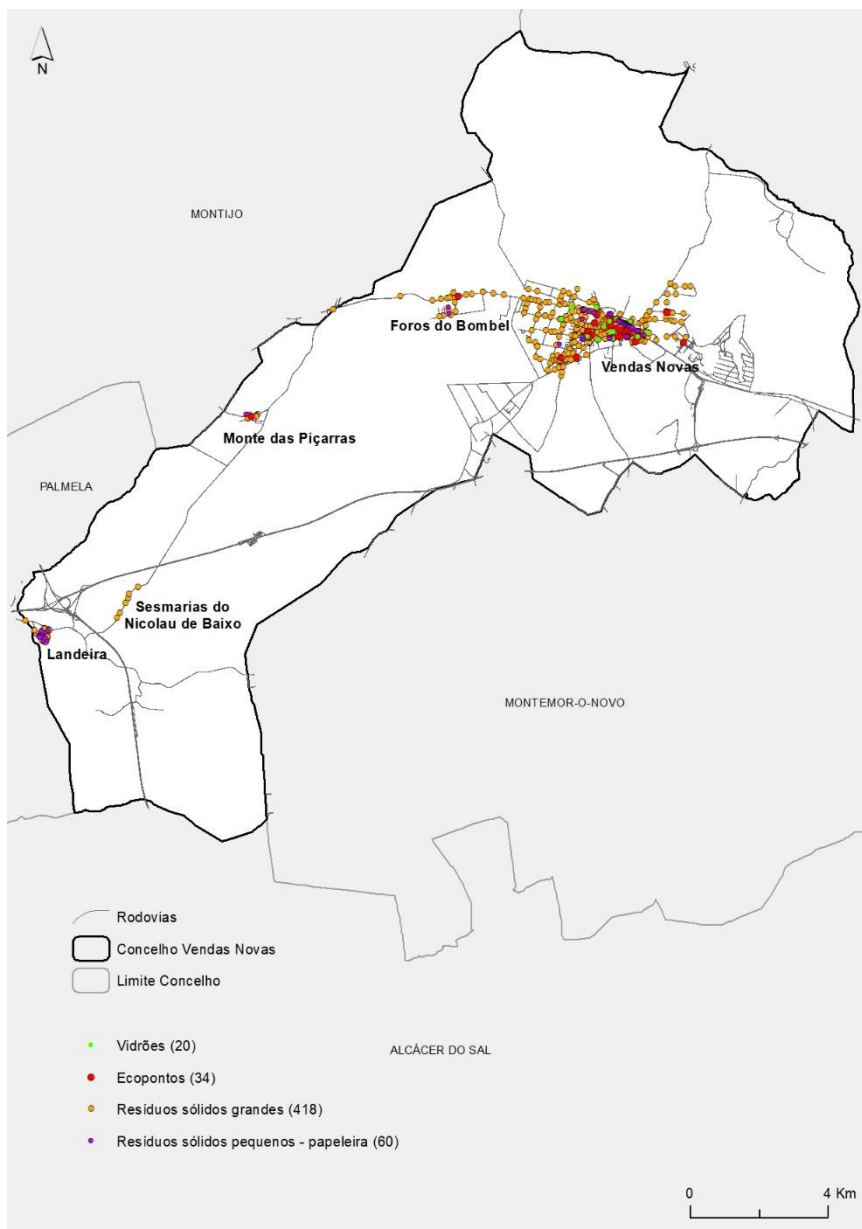
Quadro 6.5 | Recolha de resíduos sólidos urbanos

Total (T)	Papel e cartão (T)	Plástico (T)	Metal (T)	Vidro (T)	Madeira (T)	Equipamentos elétricos e eletrónicos (T)	Pilhas (T)	Volumosos (T)	Óleos alimentares usados (T)	Biodegradáveis (T)
2015										
511	97	62	0	119	0	0	0	0	0	233
2019										
635	134	82	0	142	7	1	0	0	0	269

A recolha dos resíduos indiferenciados é assegurada pela Câmara Municipal de Vendas Novas, utilizando meios próprios de locomoção e recolha. Na Figura seguinte é possível perceber a distribuição dos pontos de recolha de resíduos, comprovando-se que a sua localização é, naturalmente, em núcleos urbanos. Existe um total de 34 ecopontos de recolha seletiva no concelho, sendo que 32 estão localizados na cidade de Vendas Novas, 1 em Foros do Bombel e o outro no Monte das Piçarras. Todos os vidrões que existem no concelho estão localizados na cidade de Vendas Novas. No que toca à recolha de resíduos grandes e pequenos (papeleiras), os mesmos



estão distribuídos maioritariamente por Vendas Novas mas também se podem encontrar em Foros do Bombel, Monte das Piçarras, Sesmarias do Nicolau de Baixo e na povoação de Landeira.



Fonte: CMVN

Figura 6.1 | Localização pontos de recolha de resíduos

7. RISCOS

7.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA

A inventariação dos fatores de risco permite identificar fenómenos potencialmente perigosos, mas também avaliar as suas possíveis consequências para pessoas e bens, constituindo um elemento fundamental nos processos de planeamento de emergência e de ordenamento do território.

O conceito de risco, embora complexo dadas as suas diferentes tipologias (risco natural, tecnológico ou misto), está relacionado com a *“probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais directos ou indirectos”*¹³. Ou seja, tal como a forma como é calculado demonstra (produto da perigosidade pela consequência: $R = P \times C$), o risco corresponde ao dano que resulta da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor.

A identificação, caracterização e avaliação metódica dos riscos são fundamentais para acautelar a segurança das comunidades e das atividades económicas, nomeadamente através de uma correta ocupação, utilização e transformação do solo regulada no âmbito da definição dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, tal como foi estabelecido pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

No “Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009) são apresentados os três principais conceitos do processo de avaliação de riscos (suscetibilidade, elementos expostos e localização do risco) e a forma como se articulam, tal como representado na figura seguinte.

¹³ Retirado do Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).



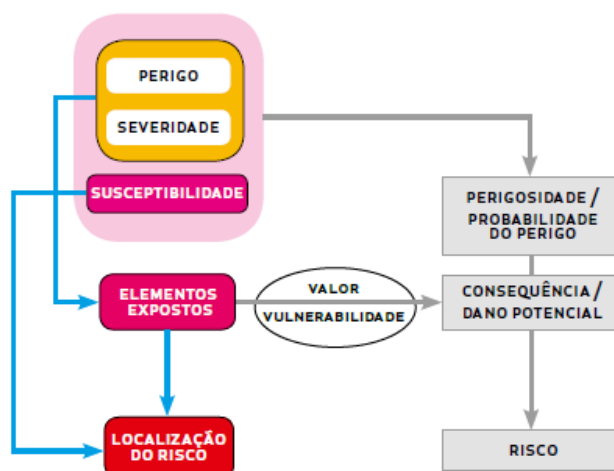


Figura 7.1 | Articulação dos conceitos fundamentais

Fonte: Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal" (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).

Os riscos presentes no concelho de Vendas Novas foram identificados e caracterizados, tal como recomendado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, recorrendo à análise de um conjunto de planos que se listam de seguida:

- Plano Regional de Ordenamento do Alentejo (PROT Alentejo), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2010.
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Sado e Mira (RH6) e Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), 2016;
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Vendas Novas, 2013;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), 2020;

Posteriormente, serão considerados os resultados da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vendas Novas, atualmente em curso.

O PMEPC de Vendas Novas procede a uma análise sistemática e pormenorizada dos riscos que incidem no concelho, sem prejuízo de poderem ser atualizados e identificados outros.

Sendo assim, considerando as várias tipologias de riscos elencadas pela ANPC¹⁴ e a análise ao PMEPC, foi possível verificar a presença no concelho de Vendas Novas dos riscos naturais, tecnológicos e mistos listados no Quadro seguinte, onde é também apresentada a classificação do risco conforme o PMEPC de Vendas Novas.

¹⁴ "Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal" (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).

Quadro 7.1 | Identificação de riscos no concelho de Vendas Novas

Identificação dos Riscos		Classificação do Risco de acordo com o PMEPC	Fonte
Riscos Naturais			
Meteorologia adversa	Vagas de frio	Risco Moderado (Grau Probabilidade Médio-Alto + Grau de Gravidade Reduzido)	PMEPC
	Ondas de calor	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Alto + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Secas	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
	Ciclones violentos e tornados	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Cheias e Inundações		Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Sismos		Risco Elevado (Grau Probabilidade Baixa + Grau de Gravidade Crítico)	PMEPC PROT Alentejo
Movimentos de Massa em Vertentes		Risco Moderado (Grau de Probabilidade Média-Baixa + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Riscos Mistos			
Incêndios Florestais		Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Acentuada)	PMDFCI PMEPC
Degradação e contaminação de aquíferos		Risco Alto definido pelo PROT Alentejo (risco não identificado no PMEPC)	PROT Alentejo
Riscos Tecnológicos			
Acidentes graves de transporte	Acidentes rodoviários	Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Acidentes ferroviários	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
	Acidentes aéreos	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Baixo + Grau de Gravidade Crítico)	PMEPC
	Transporte de matérias perigosas por via terrestre (rodovia ou ferrovia)	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Transporte de matérias perigosas por conduta	Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Incêndios Urbanos		Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Colapso de túneis, pontes ou viadutos		Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Rutura de barragens		Risco Elevada (Grau de Probabilidade Médio-Baixa + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
Acidentes industriais		Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC



Identificação dos Riscos	Classificação do Risco de acordo com o PMEPC	Fonte
Acidentes em locais com elevada concentração populacional	Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio -Baixo + Grau de Gravidade Acentuado)	PMEPC

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

Os riscos com representatividade no concelho são caracterizados no ponto seguinte e, sempre que possível, encontram-se representados na Planta 10, organizando-se em:

- Riscos Naturais - apresentam-se os riscos que resultam do funcionamento dos sistemas naturais, como são exemplo os fenómenos de meteorologia adversa, cheias e inundações, sismos e movimentos de massa em vertentes.
- Riscos Mistos – correspondem aos riscos que resultam da relação entre atividades humanas continuadas e os sistemas naturais, como são exemplo, os incêndios florestais e a degradação dos solos.
- Riscos Tecnológicos - resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana, nomeadamente acidentes graves de transportes, incêndios urbanos, colapso de pontes, rutura de barragens, acidentes industriais e acidentes em locais de elevada concentração humana.

Na Planta 10 encontra-se ainda representada a localização dos Agentes de Segurança e Proteção Civil, designadamente o Posto Territorial da GNR de Vendas Novas, Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, Bombeiros Voluntários de Vendas Novas e Centro de Saúde de Vendas Novas.

7.2. RISCOS NATURAIS

7.2.1. Meteorologia adversa

Tal como mencionado no capítulo 3.4, as características climáticas do Alentejo são típicas de uma região de domínio climático mediterrâneo, sendo caracterizado, entre outros aspetos, por um carácter estival e invernal de extremos.

Neste contexto, assinala-se, portanto, a ocorrência de ondas de calor, assim como de vagas de frio, ambas de probabilidade médio-alta (de acordo com o PMEPC de Vendas Novas), mas sendo o grau de gravidade maior no caso das ondas de calor, que são assim classificadas com Risco Elevado. Os conceitos dados pela ANPC¹⁵ são os seguintes: Vaga de frio – “Uma onda de frio corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura mínima diária é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas do período de referência (por analogia com a definição das Ondas de Calor dada pela OMM).” ; e Onda de calor – “Uma onda de calor corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas do período de referência (OMM).”

¹⁵ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

São ainda identificados pelo PMEPC, outros dois fenómenos de meteorologia adversa que constituem risco no concelho - as secas e os ciclones violentos e tornados.

A seca é descrita do seguinte modo: *“A seca (meteorológica) consiste num período de tempo seco anormal, suficientemente longo, devido à ausência ou escassez de precipitação, a qual causa um sério desequilíbrio hidrológico. Este desequilíbrio manifesta-se na considerável diminuição das reservas hídricas, como a redução significativa do caudal dos rios, do nível das albufeiras e lagos e da drástica diminuição da quantidade de água no solo e nos aquíferos (seca hidrológica). A seca meteorológica é a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal e caracteriza-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evapotranspiração. A seca hidrológica está normalmente desfasada da seca meteorológica, dado que é necessário um período maior para que as deficiências na precipitação se manifestem nas diversas componentes do sistema hidrológico.”*¹⁶

No concelho de Vendas Novas, não existe, de acordo com o PMEPC, registo de falhas no abastecimento de água, nas últimas décadas. sem prejuízo dos registos de secas meteorológicas nas bacias hidrográficas do rio Tejo e do rio Sado. O concelho é servido pela empresa Águas Públicas do Alentejo S.A., que serve outros 20 concelhos, e que dispõe de capacidade de resposta em situações de seca prolongada. O PMEPC de Vendas Novas determina que o grau de probabilidade para o risco de seca é médio, e o grau de gravidade é acentuado, determinando um risco Elevado.

No que respeita a ocorrência de ciclones violentos e tornados, o PMEPC de Vendas Novas não avalia apenas a ocorrência de tornados, por se tratar de um fenómeno muito pouco frequente em Portugal. No caso dos tornados, apesar de não existirem registos recentes de danos graves no concelho, existem registos em outros concelhos, determinando que a probabilidade será Média e o grau de gravidade acentuado, refletindo-se num grau de risco Elevado.

Estes fenómenos de meteorologia adversa não apresentam uma diferenciação espacial ao nível concelhio, e não se encontram, por isso representados na Planta de Riscos.

7.2.2. Cheias e Inundações

As Cheias e Inundações são definidas no Guia da ANPC¹⁷ como *“um fenómeno hidrológico extremo, de frequência variável, natural ou induzido pela acção humana, que consiste na submersão de terrenos usualmente emersos. As inundações englobam as cheias (transbordo de um curso de água relativamente ao seu leito ordinário, que podem ser rápidas ou lentas), a subida da toalha freática acima da superfície topográfica e as devidas à sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais dos aglomerados urbanos. As inundações são devidas a precipitações abundantes ao longo de vários dias ou semanas (cheias lentas e subida da toalha freática) e a precipitações intensas durante várias horas ou minutos (cheias rápidas e sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais).”*

No âmbito do PMEPC de Vendas Novas, são identificadas as zonas de maior suscetibilidade a inundações, em particular:

- Envolvente da Ribeira de Canha, identificada na Carta Preliminar das Zonas de Risco de Inundação do INAG, mas que não afeta nenhum aglomerado populacional.

¹⁶ idem

¹⁷ idem



- Troços terminais da Ribeira de Landeira e da Ribeira da Marateca, que no passado provocaram inundações na povoação da Landeira, e que podem (no caso da Ribeira da Landeira) danificar a Barragem de Vale das Bicas.

Na Planta de Riscos estão representadas as áreas de elevada suscetibilidade a cheias (PMEPC), que numa fase posterior serão complementadas com as zonas ameaçadas por cheia da proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (ainda em curso).

7.2.3. Sismos

Os sismos correspondem à *“Propagação de ondas elásticas através dos materiais terrestres, geradas por perturbações transitórias do equilíbrio elástico, geralmente associadas a movimentações repentinas de falhas ou a períodos de atividade vulcânica”*¹⁸.

Encontram-se representadas na Planta de Riscos as áreas de elevada suscetibilidade a sismos do território concelhio, delimitadas no âmbito do PMEPC, *“em conformidade com o facto do seu território estar enquadrado numa zona de isossistas de intensidade máxima de nível 8 na escala de Mercalli e com relativa proximidade a epicentros de sismos com grande magnitude”*.

O PROT Alentejo¹⁹ não identifica nenhuma falha ativa ou falha ativa provável a atravessar o concelho de Vendas Novas.

O Risco é classificado como Elevado pelo PMEPC, porque apesar do grau de probabilidade baixo, o grau de gravidade é Crítico, considerando a ocorrência-tipo *“de um número elevado de mortos, feridos, desaparecidos e desalojados e do funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis, bem como uma perda significativa e assistência financeira necessária”*.

7.2.4. Movimentos de Massa em Vertentes

Os movimentos de massa em vertentes correspondem a um *“Movimento de descida, numa vertente, de uma massa de rocha ou solo. O centro de gravidade do material afetado progride para jusante e para o exterior. Incluem Desabamentos (Quedas), Tombamentos (Balançamentos), Deslizamentos (Escorregamentos), Expansões Laterais e Fluxos (Escoadas). Os movimentos de vertente em Portugal são geralmente desencadeados pela precipitação, por sismos ou por redefinição morfológica.”*²⁰

De acordo com o PMEPC de Vendas Novas, não existem no concelho registos de ocorrência de movimentos de massa importantes. Na análise de suscetibilidade a este risco efetuada no âmbito do PMEPC, as áreas de suscetibilidade elevada resumem-se a pequenas manchas dispersas, totalizando apenas 3% do território concelhio e correspondendo *“a zonas de elevado declive, com litologia pouco consolidada e fraco coberto vegetal”*.

Na Planta de Riscos são representadas essas áreas de suscetibilidade elevada apresentadas pelo PMEPC, às quais numa fase posterior serão sobrepostas as áreas com suscetibilidade elevada a instabilidade de vertentes aferidas no âmbito da delimitação da REN (em curso).

¹⁸ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

¹⁹ Mapa do Sub-sistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

²⁰ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Trata-se de um Risco Moderado, uma vez que o grau de probabilidade médio-baixo está associado a um grau de gravidade moderado.

7.3. RISCOS MISTOS

7.3.1. Incêndios Florestais

*“Um incêndio florestal corresponde a um fogo incontrolado em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). Os incêndios florestais são habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana e, muitas vezes, a atos de natureza criminosa.”*²¹

O PMEPC de Vendas Novas encontra-se em conformidade com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de 2008, que foi revisto em 2020²², de modo que se opta por representar na Planta de Riscos a nova delimitação da perigosidade de risco de incêndio. A nova cartografia de perigosidade de incêndio florestal encontra-se representada na Figura 6.2 e contabilizado no Gráfico 6.1, sendo contabilizados 14,52 ha de área com perigosidade de incêndio elevada e 44.014,27 ha de área com perigosidade muito elevada, representando conjuntamente 19% da área do município.

²¹ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

²² O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Município de Vendas Novas foi objeto de parecer vinculativo positivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I. P.) em 28 de novembro de 2019, e de aprovação pela Assembleia Municipal a 28 de fevereiro de 2020.



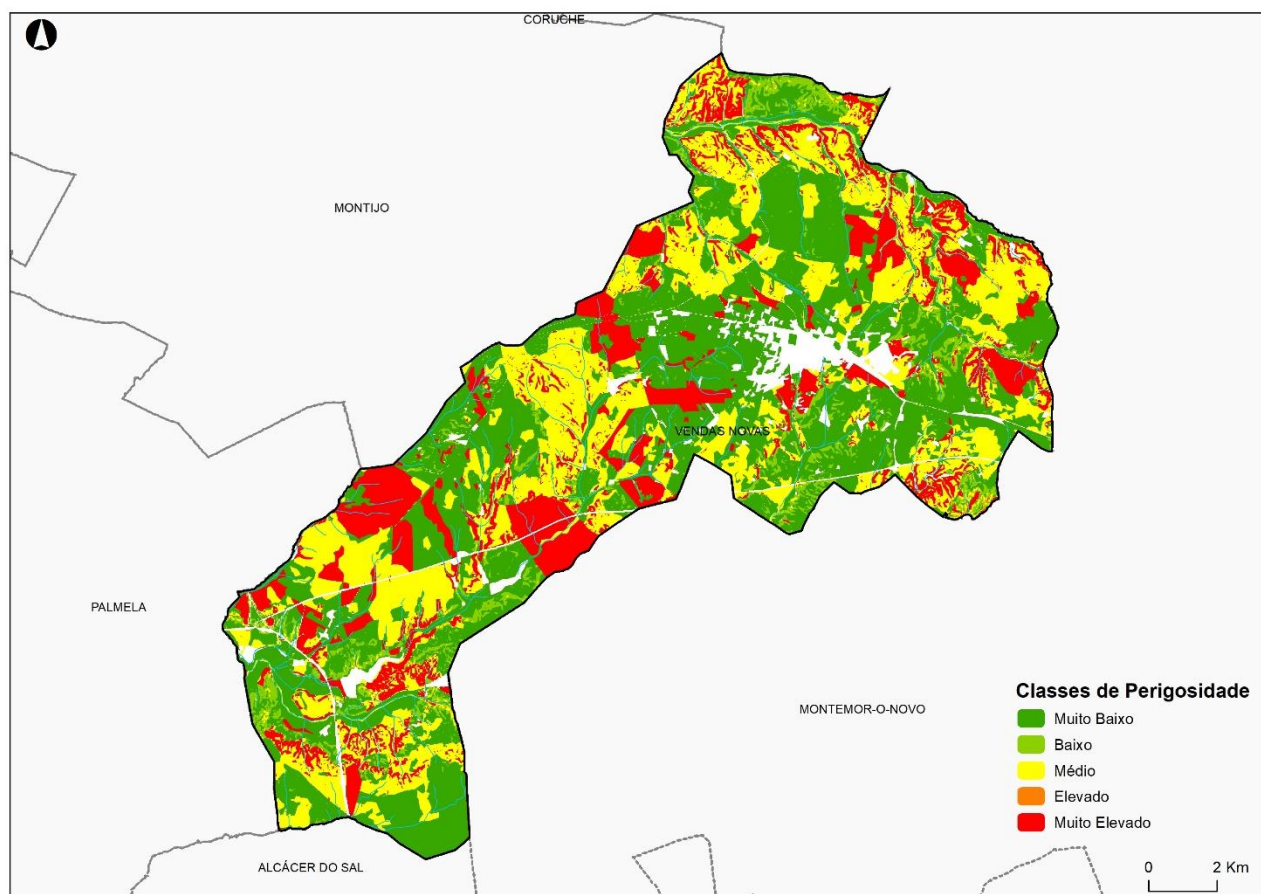
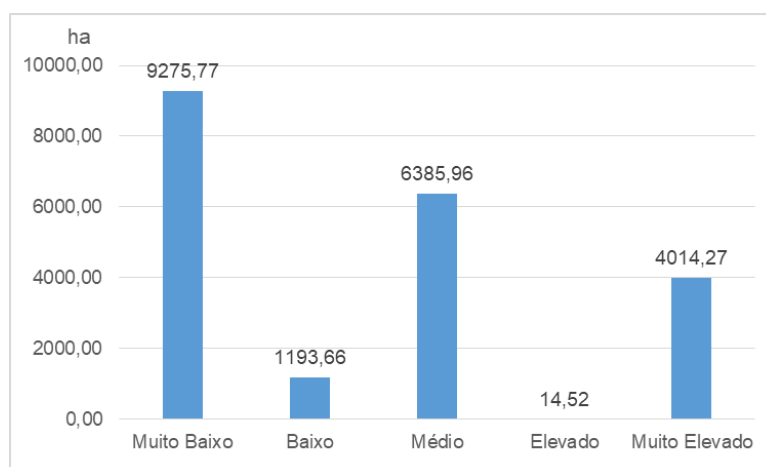


Figura 7.2 | Perigosidade de risco de incêndio do município de Vendas Novas

Fonte: PMDFCI

Gráfico 7.1 | Distribuição das classes de perigosidade de risco de incêndio no município de Vendas Novas



Fonte: PMDFCI

A perigosidade de risco de incêndio constitui também uma restrição de utilidade pública, representada na Planta de Condicionantes - Recursos Florestais e Perigosidade de Incêndio Rural, a par das áreas ardidas nos últimos 10 anos. Apesar de analisada de seguida, optou-se não representar a área ardida na Planta de Riscos, mas apenas a perigosidade de risco de incêndio.

No Quadro e Figura seguintes é apresentada a área ardida desde a aprovação do PDM em 1999²³, totalizando 629,13 ha de área ardida. Considerando apenas os últimos 10 anos, entre 2010 e 2018, verifica-se que arderam 295,62 ha, cerca de 1% do município. De um modo geral, verifica-se que a extensão de área ardida anual é muito reduzida (abaixo dos 50 ha) e que alguns anos não registaram incêndios florestais. A exceção corresponde aos anos de 2003 e 2017, que registaram uma extensão da área ardida superior a 200 ha.

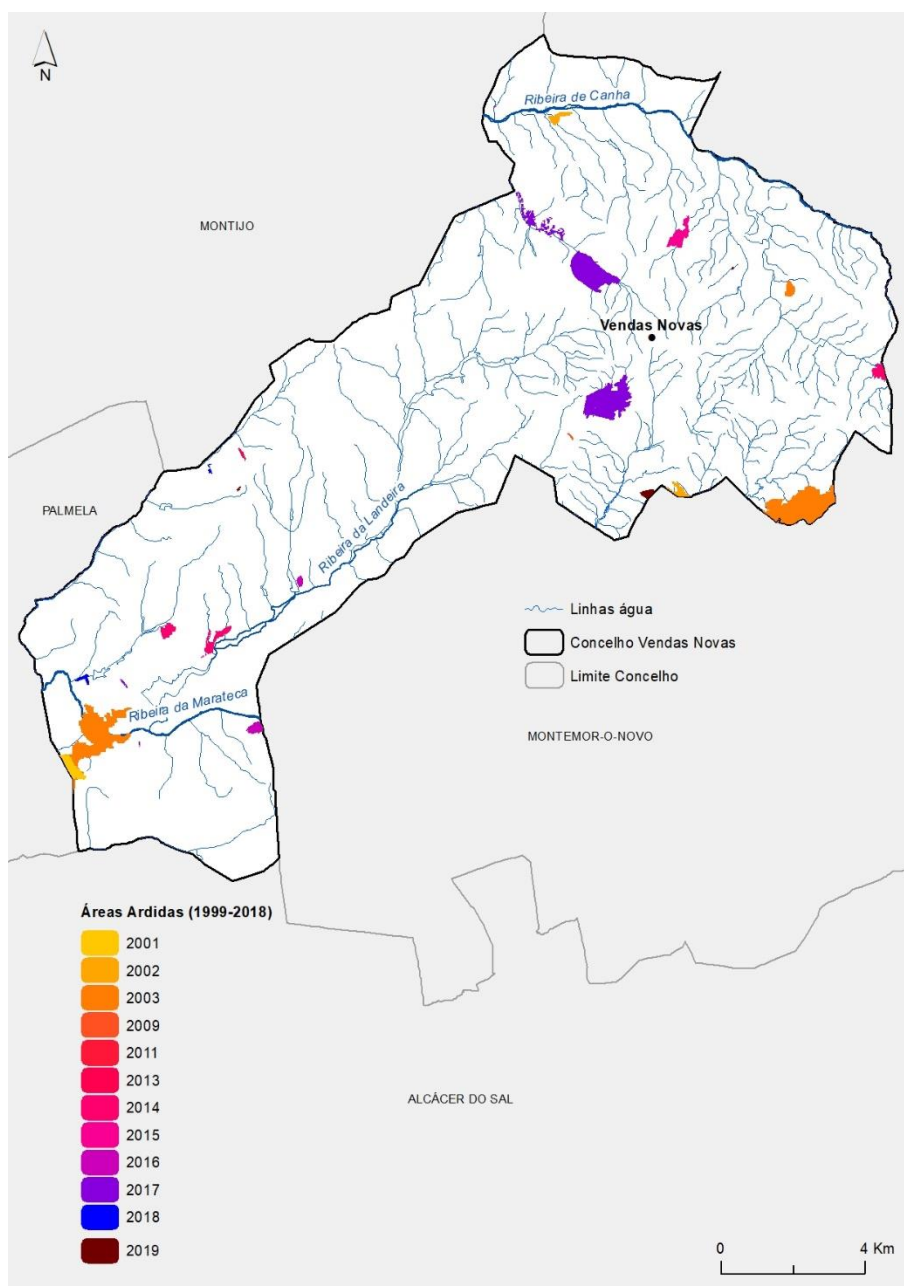
Quadro 7.2 | Extensão das áreas ardidas no município de Vendas Novas

Ano	Área (ha)
2001	21,12
2002	19,63
2003	291,62
2009	1,14
2011	0,01
2013	2,6
2014	41,42
2015	25,07
2016	14,86
2017	205,14
2018	6,52
2019	7,29
Total 2010-2019	302,91
Total 2001-2019	636,42

Fonte: ICNF

²³ Fonte: ICNF





Fonte: ICNF

Figura 7.3 | Áreas ardidas do município de Vendas Novas (1999-2019)

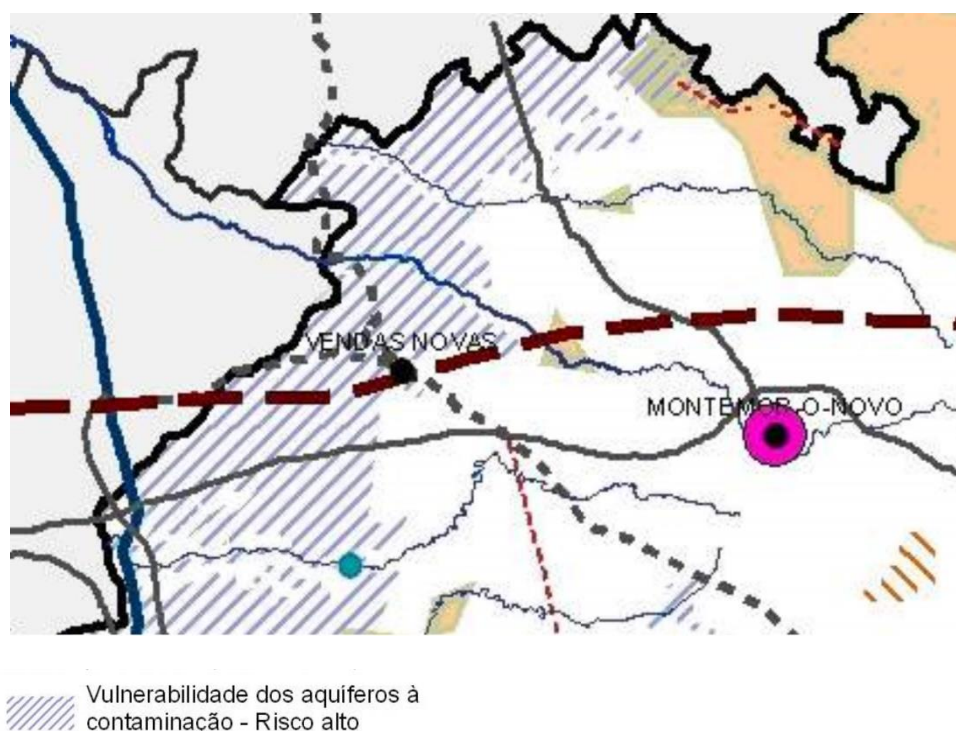
O risco de incêndio florestal é classificado pelo PMEPC como Elevado, resultando da combinação de um grau de probabilidade Médio e de um grau de gravidade Acentuado.

7.3.2. Degradação e contaminação de aquíferos

Este risco é definido do seguinte modo: “A *degradação da água subterrânea* é o processo, natural ou artificial, através do qual se perde ou reduz a qualidade da água num aquífero pela adição de

contaminantes. A contaminação consiste na introdução de substâncias indesejáveis na água, tais como microorganismos, substâncias químicas ou resíduos, em teores prejudiciais à saúde humana. A susceptibilidade à contaminação de um aquífero representa a sua propensão a ser afectado por substâncias contaminantes e depende essencialmente das características litológicas da zona vadosa e da estrutura geológica.”²⁴

Apesar de não constar do PMEPC, o mesmo encontra-se presente no concelho de Vendas Novas, tal como consta da análise do PROT Alentejo relativa aos Riscos Naturais e Tecnológicos. Este IGT identifica um risco alto de vulnerabilidade dos aquíferos à contaminação no concelho de Vendas Novas (Figura 7.4), aguardando-se pela conclusão dos trabalhos da REN para representar na Planta de Risco as áreas estratégicas de proteção e recarga de aquífero.



Fonte: PROT Alentejo, Cartografia - <https://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/ord/prot-alentejo>

Figura 7.4 | Extrato do Mapa do Subistema dos Riscos Naturais e Tecnológicos do PROT Alentejo.

7.4. RISCOS TECNOLÓGICOS

7.4.1. Acidentes graves de transportes

Acidentes rodoviários

“Por acidente rodoviário entende-se uma ocorrência envolvendo um ou mais veículos numa via de circulação rodoviária e da qual resultem vítimas e/ou danos materiais. A incidência de acidentes rodoviários, para além dos fatores relacionado com a atitude e comportamento dos condutores e

²⁴ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.



peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam.”²⁵

Os acidentes rodoviários constituem uma ocorrência significativa no concelho de Vendas Novas, num total de 224 acidentes com vítimas entre 2014 e 2018 (Quadro 7.3). Ainda assim é relevante assinalar que índice de gravidade do concelho de Vendas Novas para o mesmo período, tal como representado no Gráfico 7.2, releva a ocorrência de três anos – 2015, 2016 e 2018, em que o Índice de gravidade é zero, e em todo o período analisado apresenta o máximo de 3,33 mortos por cada 100 acidentes com vítimas. E sendo menor que o mesmo índice de gravidade calculado para o conjunto da NUTS III.

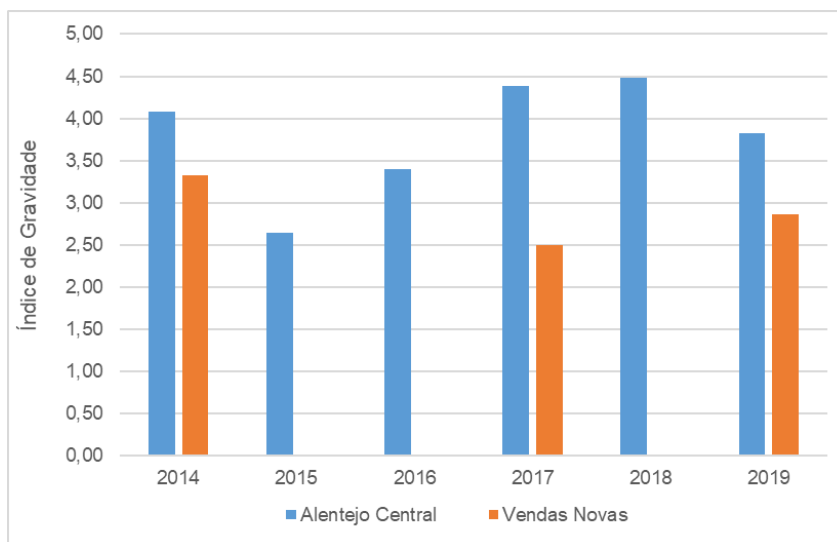
Quadro 7.3 | Acidentes de viação com vítimas no concelho de Vendas Novas, 2014-2019

Concelho de Vendas Novas	Acidentes de viação com vítimas
2014	30
2015	37
2016	44
2017	40
2018	38
2019	35*

* Dado provisório.

Fonte: INE – Dados Estatísticos

Gráfico 7.2 | Índice de gravidade, 2014-2018



Índice de Gravidade (IG) = Número de óbitos/ Acidentes de viação * 100

* 2019 - Dado provisório.

Fonte: INE – Dados Estatísticos

²⁵ PMEPC de Vendas Novas

De acordo com o PMEPC de Vendas Novas, “as zonas de maior suscetibilidade a acidentes rodoviários (classe de suscetibilidade elevada) correspondem às vias que historicamente apresentam um maior número de acidentes e vítimas ou que apresentam maior tráfego e por isso um forte potencial de sinistralidade. Desta forma, é possível destacar a EN4, a EN360, a A2, a A6 e a A13)”, estando identificadas na Planta de Riscos, a suscetibilidade elevada e moderada.

Este risco é classificado no PMEPC como risco Moderado (Probabilidade Médio e Grau de Gravidade Moderado).

Acidentes ferroviários

Os acidentes ferroviários são definidos no PMEPC de Vendas Novas como uma “*interrupção ou desvio brusco (não planeado) do movimento normal de um comboio em circulação na linha ferroviária. Este tipo de evento inclui as situações de descarrilamentos, colisões entre comboios ou colisões de comboios com viaturas, pessoas, infraestruturas ou outro tipo de bloqueio à circulação. As suas causas podem ser variadas abrangendo causas humanas (negligência, distração, etc) ou físicas originadas nas estruturas de circulação, nas composições ou em elementos externos (viaturas, derrocadas de taludes, etc).*”

A presença destes riscos no concelho de Vendas Novas deve-se à presença de infraestruturas ferroviárias, em particular a Linha do Alentejo e a Linha de Vendas Novas – Setil, a Estação de Vendas Novas (que faz a ligação entre as duas linhas), a Estação de Bombel e a Estação do Vidigal.

De acordo com o PMEPC as zonas de maior suscetibilidade a acidentes ferroviários correspondem às passagens de nível existentes, que são assim assinaladas na Planta de Riscos.

O Risco é Elevado, correspondendo a um grau de probabilidade Médio-Baixo e a um grau de gravidade Acentuado.

Acidentes aéreos

“Um acidente aéreo é definido pela Convenção Internacional de Aviação Civil (ICAO) como um evento associado à operação de uma aeronave, que ocorre entre os momentos de embarque de pessoas para voo e desembarque da última pessoa, e no qual um ou mais pessoas é grave ou fatalmente ferida, a aeronave tenha sofrido falhas e/ou danos na estrutura, e/ou tenha desaparecido ou ficado totalmente inacessível.”²⁶

No concelho não há registo de acidentes aéreos, e assinala-se também o facto de não existirem aeródromos ou heliportos no concelho ou envolvente próxima. Contudo, mantém-se a presença deste risco, representado na Planta de Riscos através da classe de suscetibilidade elevada, pelo atravessamento do concelho por um corredor do espaço aéreo inferior (G7), a Norte, mas assinalando-se a inexistência de aglomerados habitacionais sob o mesmo corredor.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Probabilidade Baixo e Grau de Gravidade Crítico).

²⁶ PMEPC de Vendas Novas



Transporte de matérias perigosas por via terrestre (rodovia ou ferrovia)

“As mercadorias perigosas correspondem às substâncias ou preparações que devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioatividade, por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão podem provocar efeitos negativos para o Homem e para o Ambiente.”²⁷

No concelho não há registo de acidentes graves no transporte terrestre (rodoviário e ferroviário) de matérias perigosas, mas existe esse tipo de transporte com relativa frequência, seja no tráfego de camiões-cisterna de abastecimento de combustível ou de gás, seja no transporte de produtos industriais perigosos com destino ou origem ao parque industrial de Vendas Novas, seja ainda no tráfego ferroviário de mercadorias perigosas.

Na Planta de Riscos estão representadas as áreas identificadas no PMEPC com apresentando uma suscetibilidade elevada nesta tipologia de risco, em particular: as “vias rodoviárias (e faixas envolventes) em que existe maior tráfego de veículos de transporte de mercadorias perigosas (fundamentalmente por camiões-cisterna), nomeadamente a A2, a A6, a A13 e a EN340” e “a linha ferroviária do Norte (e a sua faixa envolvente)”, em ambas as situações atravessando os aglomerados populacionais de Vendas Novas e Bombel. Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Média e Grau de Gravidade Moderado).

Transporte de matérias perigosas por conduta

O transporte de matérias perigosas por conduta constitui um risco associado à ocorrência de “explosões e incêndios, derrames tóxicos e libertação de gases tóxicos”, encontrando-se regulamento por diversos diplomas legais.

O concelho de Vendas Novas é atravessado por cerca de 8 Km de condutas do oleoduto multiproduto da CLC. Apesar de não existir registo de acidentes graves e de não se verificar o atravessamento de aglomerados habitacionais, o oleoduto cruza a A2 e a A6, determinando um maior risco. Na Planta de Riscos é representada a suscetibilidade elevada.

O PMEPC classifica este risco como Moderado, com um grau de probabilidade Médio e um grau de gravidade Moderado.

7.4.2. Incêndios Urbanos

“Os incêndios urbanos são incêndios que deflagram e se propagam no interior de zonas urbanas ou povoações”, estando na sua origem “quase sempre procedimentos negligentes na instalação, manutenção e uso de equipamentos elétricos e de equipamentos a gás. Os efeitos dos incêndios urbanos variam de acordo com as características dos edifícios afetados, tipo de materiais e infraestruturas que se encontram na sua proximidade e acessos ao local”.²⁸

Os locais de maior suscetibilidade a incêndios urbanos são identificados pelo PMEPC em correspondência com as zonas mais antigas da cidade de Vendas Novas, Landeira e Piçarras. A localização destes locais de maior suscetibilidade encontra-se transposta na Planta de Riscos, ressaltando-se que “O registo histórico de incêndios urbanos resume-se a pequenos incêndios limitados às habitações ou edifícios (com poucos pisos) onde estes deflagram”.

²⁷ PMEPC de Vendas Novas

²⁸ PMEPC de Vendas Novas

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Médio e Grau de Gravidade Moderado).

7.4.3. Colapso de túneis, pontes ou viadutos

*“O colapso de uma infraestrutura de grandes dimensões (ponte, túnel, viaduto, etc.) traduz-se na redução súbita ou progressiva da integridade estrutural da construção para níveis críticos, desencadeando o seu desmoronamento, total ou parcial.”*²⁹

Apesar do concelho não ter registos de colapso de túneis, pontes ou outras infraestruturas de grandes dimensões, assinala-se na Planta de Riscos, como áreas de maior suscetibilidade a este tipo de risco, a localização dos diversos viadutos sobre as autoestradas e linhas ferroviárias do concelho, tal como identificado no PMEPC.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Grau de probabilidade Médio-Baixa e Grau de Gravidade Acentuado).

7.4.4. Rutura de barragens

De acordo com o PMEPC, *“As barragens, embora sejam obras hidráulicas de grande importância na regulação de caudais e na atenuação de picos de cheia, têm o risco associado de poder provocar cheias de grande magnitude em consequência de acidentes graves devido a ruturas estruturais das barreiras de contenção.”*

O concelho de Vendas Novas não tem no seu interior ou proximidade barragens de grandes dimensões, mas assinala-se a presença de vários açudes e barragens de pequena dimensão que podem também provocar alguns danos.

O PMEPC de Vendas Novas assinala como zonas de maior suscetibilidade *“as faixas envolventes dos cursos de água situados a jusante de barragens”* (as quais são transpostas para a Planta de Riscos), das quais destaca a Barragem de Vale das Bicas (ou Barragem da Moinhola), situada na ribeira da Landeira. No caso de rutura desta barragem, a localidade da Landeira poderá ser afetada, mas esta constitui a única localidade nesta situação.

Este risco não é representado na Planta de Riscos. Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Grau de Probabilidade Médio-Baixo e Grau de Gravidade Acentuado).

7.4.5. Acidentes industriais

*“Os acidentes industriais graves são consequência do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial e podem resultar em explosões, incêndios e/ou emissões de substâncias contaminantes.”*³⁰ O regime de prevenção de acidentes graves é definido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que abrange os designados estabelecimentos SEVESO.

Apesar de não existirem estabelecimentos SEVESO no concelho de Vendas Novas, este risco é ponderado no âmbito do PMEPC, face a presença de alguns estabelecimentos industriais que

²⁹ PMEPC de Vendas Novas

³⁰ PMEPC de Vendas Novas



manuseiam matérias perigosas³¹ e à presença de postos de abastecimento de combustível, grandes depósitos de gás e armazéns de grandes quantidades de gás em botija.

Estas localizações encontram-se representadas na Planta de Riscos.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Grau de Probabilidade Médio e Grau de Gravidade Moderado).

7.4.6. Acidentes em locais com elevada concentração populacional

De acordo com o PMEPC de Vendas Novas “as elevadas concentrações de pessoas possuem o potencial de desencadear e maximizar situações de risco no domínio da proteção civil”, seja por poderem ser responsáveis por atos de desordem, seja porque na ocorrência de acidente aumentará a dificuldade de evacuação e socorro.

São identificados vários locais com elevada concentração de pessoas no concelho, incluindo:

- numa forma regular “escolas, lares de idosos, mercados municipais, igrejas, recintos desportivos e recintos militares”;
- e numa forma esporádica “festas populares, feiras e concertos musicais.”

De acordo com o PMEPC são identificadas como as concentrações de maior dimensão e vulnerabilidade as escolas, as infraestruturas desportivas, Escola Prática de Artilharia e os lares de idosos. São representadas na Planta de Riscos, as classes de vulnerabilidade elevada e moderada.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Elevado (Probabilidade Médio-Baixo e Grau de Gravidade Acentuado).

³¹ O PMEPC identifica os seguintes estabelecimentos industriais que lidam com grandes quantidades de materiais combustíveis e/ou explosivos:

- a) Amorim Isolamentos S.A (Colas aquosas e ignífugas, reagentes químicos para tratamento de água, gasóleo, óleos e gás propano)
- b) Fabrilés – Produtos Químicos, Lda (Produtos Químicos)
- c) Key Plastics Portugal S.A (Hidrocarbonetos)
- d) Lusasfal – Derivados Asfálticos de Portugal S.A. (Produtos asfálticos)
- e) Naturplast – Transformação de Plásticos, Lda (Plásticos)
- f) Futurgás – Comércio de gás, Lda (Gás)
- g) Edscha – Arjal, Sistemas Tec.s para Automóveis, Lda (Plásticos e outros materiais inflamáveis)
- h) NCD Natural (Produtos químicos para fabrico de produtos de limpeza)
- i) Karmann Ghia Portugal (Materiais Têxteis)
- j) Specalta – Produtos Sustentáveis, Lda (Produtos químicos)

Esta página foi deixada em branco propositadamente



PARTE III - DOMÍNIO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL

Esta página foi deixada em branco propositadamente



8. ANÁLISE SÓCIO ECONÓMICA

8.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente capítulo é apresentada a caracterização socioeconómica do Município de Vendas Novas. A caracterização foi organizada em estrutura demográfica, quadro socioeconómico e atividades económicas, devidamente enquadradas no contexto regional, tendo como base de análise a NUTS III – Alentejo Central.

Em termos metodológicos a análise será realizada tendo como base a evolução dos diferentes indicadores estatísticos até ao momento mais recente disponível. À data do presente documento já se encontram disponíveis alguns dados dos resultados definitivos dos Censos de 2021, que serão apresentados em seguida. Nas situações em que não se encontram disponíveis dados dos Censos 2021 foram utilizados os dados mais recentes disponíveis em complemento aos dados dos Censos 2011, sem prejuízo destes apresentarem já um importante desfazamento face o momento atual.

8.2. SOCIO DEMOGRAFIA

8.2.1. Evolução e distribuição da população

No presente subcapítulo é feita uma análise à dinâmica demográfica no município e respetivas freguesias. A análise tem como base os resultados definitivos dos Censos de 2021, sendo que em determinados indicadores, por falta de informação relativa a 2021, são utilizadas as estimativas do ano mais recente disponível.

Considerando o Quadro seguinte, constata-se que nos últimos 20 anos (2001-2021) a NUTS III Alentejo Central registou uma perda populacional na ordem dos 12,2%, tendo no ano de 2021 um efetivo populacional de 152 444 habitantes. Por sua vez, apesar de ter seguido a tendência regional, o Município de Vendas Novas assistiu a uma perda populacional significativamente inferior, posicionando-se nos 3,2% que se traduziam numa população residente de 11 245 habitantes. Quando analisados os períodos intercensitários de 2001-2011 e 2011-2021 verifica-se que, ao contrário do Alentejo Central, o Município de Vendas Novas assistiu a uma perda populacional apenas entre 2011-2021. Deve no entanto ser feita a ressalva de que os dados utilizados entre censos não refletem a tendência atual de crescimento da população, situação que é comprovada com o aumento do número de inscritos nas escolas do município.

No que às freguesias diz respeito constata-se que cerca de 94,5% da população do Município, ou seja, 10 625 habitantes, reside na freguesia de Vendas Novas e apenas 620 habitantes residem na freguesia de Landeira. Apesar das duas freguesias terem assistido a uma quebra de população entre 2001-2021, verifica-se que a freguesia de Landeira registou uma quebra de 19,17% posicionando-se, assim, significativamente superior à perda registada na freguesia de Vendas Novas (+ 17,1 pontos percentuais) e na NUTS III Alentejo Central (+6,9 pontos percentuais).

Quadro 8.1 | População Residente em 2001, 2011, 2021 e variação da população residente

Unidade Territorial		População Residente (hab)			Variação da População (%)		
		2001	2011	2021	2001-2011	2011-2021	2001-2021
NUTS III	Alentejo Central	173.646	166.822	152 444	-3,9	-8,62	-12,21
Município	Vendas Novas	11.619	11.846	11 245	2,0	-5,07	-3,22
Freguesias	Vendas Novas	10.852	11.123	10 625	2,5	-4,48	-2,09
	Landeira	767	723	620	-5,7	-14,25	-19,17

Fonte: INE – Censos 2001, 2011 e 2021; Dados Estatísticos (Pesquisa online).

Consequentemente, também a densidade populacional do Município de Vendas Novas assistiu a um decréscimo entre 2011-2021, registando no ano de 2021 cerca de 50,6 habitantes por km², valor bastante superior à média sub-regional (Quadro 8.2). Também na densidade populacional a disparidade entre freguesias é notória tendo, no ano de 2021, a freguesia de Vendas Novas registado 67,4 habitantes por km² e a freguesia de Landeira apenas 9,6 habitantes por km².

Quadro 8.2 | Densidade Populacional, 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial		Densidade Populacional (hab/km ²)		
		2001	2011	2021
NUTS III	Alentejo Central	24	22,6	20,6
Município	Vendas Novas	51,6	53,3	50,6
Freguesias	Vendas Novas	67,9	70,5	67,4
	Landeira	11,8	11,2	9,6

Fonte: INE – Censos 2001, 2011 e 2021.

8.2.2. Componentes do crescimento da população

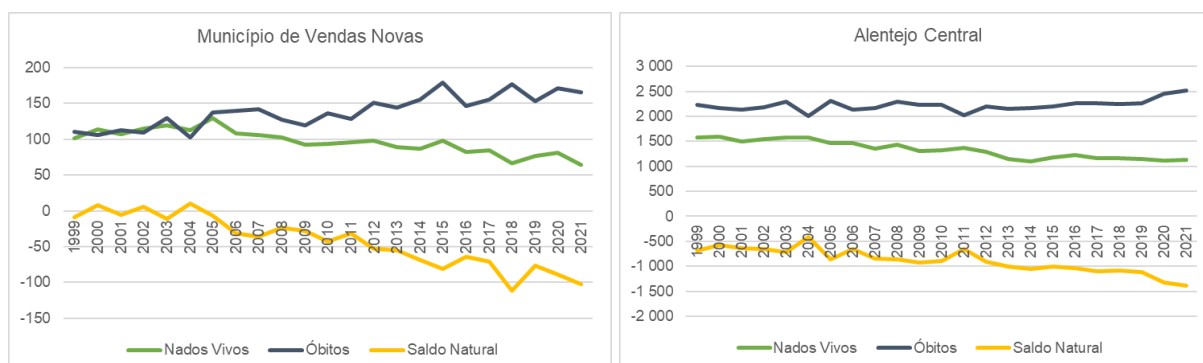
A análise das componentes de crescimento da população desde a entrada em vigor do PDM (1999), permite comprovar a tendência de perda revelada pelos dados dos resultados definitivos dos Censos de 2021. Analisando a evolução do número de nados-vivos, óbitos e saldo natural, representado no Gráfico seguinte, verifica-se que a NUTS III Alentejo Central tem vindo a assistir ao decréscimo do número de nados-vivos e tem conseguido manter o número de óbitos num intervalo de 2 000 e 2 522.

O Município de Vendas Novas tem seguido a tendência de decréscimo no número de nados-vivos, com maiores oscilações desde 2015, em simultâneo com o aumento do número de óbitos. Assim, no ano de 2021 o Município registava 64 nados-vivos (-29 face a 1999) e 166 óbitos (+44 face a 1999).

Por sua vez, o saldo natural das duas unidades territoriais (Alentejo Central e Município de Vendas Novas) não só tem assistido a um acentuado decréscimo como tem apresentado resultados negativos constantemente. Contudo, destacam-se no Município de Vendas Novas os anos de 2000, 2002 e 2004 que registaram um saldo natural positivo, ainda que pouco significativo.



Gráfico 8.1 | Evolução do número de nados-vivos, óbitos e saldo natural de 1999 a 2021



Fonte: INE – Estimativas; INE – Censos 2001, 2011 e 2021.

Para uma melhor compreensão da evolução das variáveis que contribuem para o crescimento natural, e considerando o Quadro seguinte, verifica-se que a taxa bruta de natalidade da NUTS III Alentejo Central assistiu, entre 2011 e 2020, a um decréscimo de 9,8% que se traduz numa taxa de fecundidade geral de -3,2%. Por seu turno, o Município de Vendas Novas segue a tendência da sub-região registando uma quebra na variação (2011-2020) da taxa bruta de natalidade e na taxa de fecundidade geral, que atinge os -11,1% e -11,7% respetivamente.

Deste modo, os valores apresentados denunciam a incapacidade da NUTS III Alentejo Central e do Município de Vendas Novas de assegurarem a renovação geracional. Ainda que o índice sintético de fecundidade não esteja disponível para o ano de 2020 e/ou 2021, no ano de 2011 já apresentava um resultado de 0,04 nados-vivos por mulher em idade fértil posicionando-se abaixo do nível mínimo de substituição geracional (2,1) em 2,06 nados-vivos por mulher em idade fértil. Uma vez que os demais indicadores diretamente relacionados com a natalidade apresentaram taxas de variação negativas é natural que também o índice sintético de fecundidade resultante dos Censos de 2021 tenha sofrido uma quebra significativa.

Simultaneamente, a taxa bruta de mortalidade registou aumentos significativos na ordem dos 32,0% e 40,7% no Alentejo Central e no Município, respetivamente. Assim, as estimativas para o ano de 2020 apontava uma taxa bruta de mortalidade na ordem dos 15,2%.

Quadro 8.3 | Indicadores de natalidade, fecundidade e mortalidade, 2011 e 2020 (estimativas)

	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa de Fecundidade Geral	Índice Sintético de Fecundidade	Taxa bruta de mortalidade (‰)
2011				
Alentejo Central	8,2	37,6	0,04	12,2
Vendas Novas	8,1	37,7	0,04	10,8
2020 (estimativas)				
Alentejo Central	7,4	36,4	-	16,1
Vendas Novas	7,2	33,3	-	15,2
Taxa de variação (%) 2011-2020 (estimativas)				
Alentejo Central	-9,8	-3,2	-	32,0
Vendas Novas	-11,1	-11,7	-	40,7

Fonte: INE – Estimativas, 2020; Censos, 2011.

A evolução da estrutura populacional é uma expressão direta do saldo natural³² e do saldo migratório³³, uma vez analisada a evolução do saldo natural a par das suas variáveis diretas (natalidade e mortalidade) torna-se pertinente abordar a evolução do saldo migratório bem como o seu impacto na evolução da população residente.

Considerando o Quadro seguinte, verifica-se que o saldo migratório que se apresentava positivo no Município de Vendas Novas até 2014, é entre 2015 e 2018 negativo, oscilando entre os -9 e os -66. Em 2020 o saldo migratório torna a ser positivo (20) mas pouco significativo para fazer face ao saldo natural apresentado nesse mesmo ano (-89).

No contexto da NUTS III Alentejo Central verifica-se que o saldo migratório apresenta a mesma tendência analisada no Município, sendo que em 2008 já registava valores negativos (-101) é também em 2019 que volta a apresentar um saldo migratório positivo (543). No entanto, constata-se que o saldo migratório no Alentejo Central tem um impacto menos significativo para compensar efetivamente o saldo natural negativo, podendo-se concluir que o Município de Vendas Novas apresenta um posicionamento vantajoso face o resto da sub-região.

Quadro 8.4 | Saldo natural e saldo migratório, 1999-2020

Anos	Saldo natural*		Saldo migratório*	
	N.º			
	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas
1999	-683	-9	741	152
2000	-568	8	880	159
2001	-631	-6	452	69
2002	-646	6	290	56
2003	-721	-11	156	46
2004	-417	10	63	39
2005	-858	-7	76	40
2006	-650	-32	97	41
2007	-842	-36	122	43
2008	-866	-24	-101	28
2009	-918	-28	-18	34
2010	-898	-43	-182	22
2011	-661	-32	-646	36
2012	-910	-53	-798	23
2013	-1.004	-55	-654	32
2014	-1.057	-69	-1.404	-66
2015	-1.010	-81	-1.105	-54
2016	-1.038	-64	-501	-7
2017	-1.101	-71	-570	-11

³² Saldo natural – Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período.

³³ Saldo migratório – Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período.



Anos	Saldo natural*		Saldo migratório*	
	N.º			
	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas
2018	-1.077	-111	-594	-11
2019	-1.109	-76	543	72
2020	-1.325	-89	-25	20
2021	-1.393	-102	-	-

Saldo positivo

* Saldo Migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. Saldo Natural - Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo

Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online).

8.2.3. Estrutura etária

Nos últimos 20 anos o índice de envelhecimento da população tem assistido a um aumento significativo, tanto na NUTS III Alentejo Central como no Município de Vendas Novas. Destacando-se o ano de 2021, quando o índice de envelhecimento do Município atinge os 243,1 idosos por 100 jovens, posicionando-se acima do índice do envelhecimento apresentado pela NUTS III em 19,1 indivíduos.

Considerando o índice de envelhecimento apresentado pelas duas freguesias do Município constata-se que a freguesia de Vendas Novas regista valores muito próximos aos do Município, estando acima deste apenas no ano de 2001. Por seu turno desde o ano de 2011, inclusive, que a freguesia de Landeira regista um índice de envelhecimento superior a 200 e, por isso, assiste a um envelhecimento populacional significativamente mais acentuado que o registado no Município.

Quadro 8.5 | Índice de envelhecimento 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial		Índice de envelhecimento (idosos por 100 jovens)		
		2001	2011	2021
NUTS III	Alentejo Central	160,5	183,7	224,0
Município	Vendas Novas	152,1	178,0	243,1
Freguesias	Vendas Novas	155,9	176,6	241,3
	Landeira	102,8	203,6	275,7

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 2001, 2011 e 2021.

De acordo com os dados do INE sobre a estrutura etária da população, apresentados no Quadro seguinte, verifica-se que no período intercensitário de 2011-2021 apenas os grupos etários dos 65 aos 84 anos e dos 85 ou mais anos registaram um aumento na ordem dos 1,56%. Note-se que devido ao progressivo envelhecimento da população nos últimos 20 anos os Censos de 2021 analisam mais um grupo quinquenal, face a 2011.

Por seu turno, os três grupos etários de população mais jovem (dos 0 aos 14 anos; dos 15 aos 24 anos; dos 25 aos 64 anos) registaram um decréscimo superior a 10%, decréscimo esse que se revelou mais acentuado no grupo dos 0 aos 14 anos (-16,7%).

Deste modo, no ano de 2021 o Município de Vendas Novas contava com uma estrutura etária com maior representatividade do grupo etário dos 25 aos 64 anos (48,1%), seguido dos indivíduos com 65 e mais anos (24,8%), e tendo o grupo etário dos 0 aos 14 anos uma representatividade de 12,2% e, por último, o grupo etário dos 15 aos 24 anos representa apenas 10,2% da população residente.

Quadro 8.6 | Estrutura Etária em 2021, e variação entre grupos etários, 2011- 2021

Unidade Territorial		Distribuição da População Residente (2021)										
		Grupos etários										Total
		0-14		15-24		25-64		65-84		85 ou mais anos		
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
NUTS III	Alentejo Central	18 482	12,1	14 812	9,7	77 747	51,0	33 764	22,2	7 639	5,0	152 511
Município	Vendas Novas	1 366	12,2	1 152	10,2	5 407	48,1	2 790	24,8	530	4,7	11 260
Freguesias	Vendas Novas	1 296	12,2	1 094	10,3	5 108	48,1	2 617	24,6	510	4,8	10 640
	Landeira	70	11,3	58	9,4	299	48,2	173	27,9	20	3,2	620
		Variação 2011-2021- %										
NUTS III	Alentejo Central	-16,7		-10,6		-10,9		1,6*				-8,6
Município	Vendas Novas	-18,3		8,7		-11,9		11,6*				-5,1
Freguesias	Vendas Novas	-18,3		10,2		-11,0		11,6*				-4,5
	Landeira	-16,7		-13,4		-25,4		12,9*				-14,3

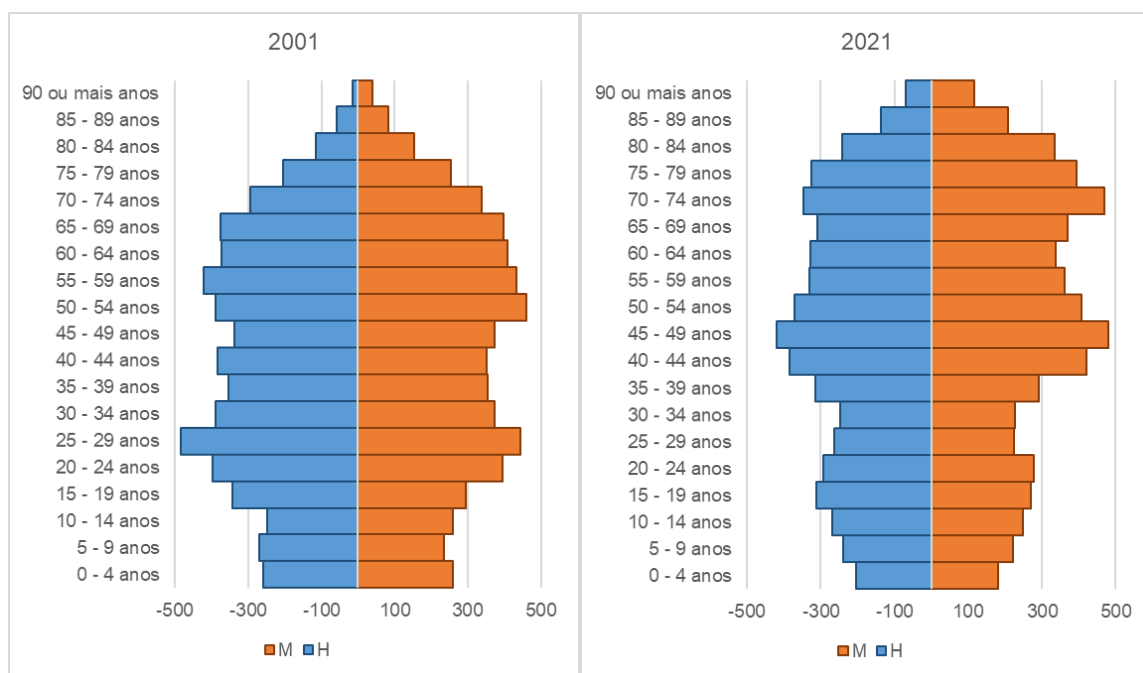
Nota: *Para este cálculo fez-se a soma dos dois grupos etários mais envelhecidos analisados em 2021, visto que à data dos Censos de 2011 o último grupo etário em análise era a população de 65 ou mais anos.

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 2001, 2011 e 2021.

Através da análise da pirâmide etária de 2021 do Município de Vendas Novas, identificam-se claramente as tendências mencionadas, nas quais se corrobora o fenómeno de envelhecimento da população, com um topo mais alargado (face a 2001), e o fenómeno de decréscimo populacional, com uma pirâmide mais estreita em quase todos os grupos etários, bem como a fraca renovação geracional, traduzida numa base mais estreita que os restantes grupos etários, face à pirâmide etária do Município de 2001.



Figura 8.1 | Pirâmides etárias da população residente no Município de Vendas Novas (2001-2021)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001 e 2021.

Note-se que, em 2011, o grupo etário com maior número de indivíduos é o grupo dos 45 aos 49 anos contando com 899 indivíduos, sendo composto por 479 mulheres e 420 homens. Por oposição, encontra-se o grupo etário dos 90 e mais anos com um efetivo de 184 indivíduos, dos quais 115 são mulheres e 69 são homens. Assim, o cenário apresentado traduz-se num acentuar das tendências verificadas em 2001: aumento do efetivo dos grupos etários da população idosa e a diminuição progressiva da população jovem.

Apesar de, em termos globais, as mulheres estarem em supremacia por 387 indivíduos a estrutura demográfica do Município de Vendas Novas revela um certo equilíbrio entre sexos, registando em 2021 cerca de 92,6 homens por 100 mulheres (apenas -0,3 pontos percentuais que em 2011). No que às freguesias diz respeito, apenas a freguesia de Landeira regista valores superiores aos do Município com 95 homens por 100 mulheres.

Quadro 8.7 | Taxa de masculinidade (2011 e 2021)

Unidade Territorial		População Residente (hab)		Taxa de Masculinidade (n.º de homens por 100 mulheres)
		Homens	Mulheres	
		2011		
NUTS III	Alentejo Central	80 261	86 465	92,7
Município	Vendas Novas	5 705	6 141	92,8
Freguesias	Vendas Novas	5 351	5 772	92,6
	Landeira	354	369	95,9
		2021		

NUTS III	Alentejo Central	73 202	79 242	92,4
Município	Vendas Novas	5 406	5 839	92,6
Freguesias	Vendas Novas	5 104	5 521	92,5
	Landeira	302	318	95

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011 e 2021.

8.3. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS NO HORIZONTE DE 2040

8.3.1. Nota Metodológica

A construção de modelos de projeção demográfica baseia-se na necessidade concomitante de apontar quantitativos populacionais futuros e de fornecer um conjunto de cenários possíveis.

O exercício prospetivo consubstancia-se no prolongamento de tendências estatisticamente observáveis, a partir de séries temporais determinadas e que se referem ao passado recente, segundo um conjunto de hipóteses de evolução. Mais que um exercício de previsão, a projeção envolve a elaboração de cenários, mais ou menos plausíveis, na medida em que simula a evolução da realidade demográfica existente, facilitando a discussão dos “futuros possíveis”.

Todavia, as certezas demográficas têm limites espaço-temporais, dentro das quais a evolução da população se deve posicionar, caso não ocorram situações excecionais, nomeadamente guerras, cataclismos ou pandemias, que consequentemente colocam em causa a utilização dos métodos tradicionais de cálculo das projeções demográficas. Importa salientar, neste âmbito, que o impacto da atual situação epidemiológica COVID-19 (SARS-CoV-2), pelo seu cariz ignoto e hodierno, não será considerado no presente exercício. Reconhece-se, porém, que as hipóteses de evolução futura das componentes demográficas possam ser afetadas, de forma ainda presentemente desconhecida.

No presente exercício optou-se pelo Método das Componentes por *Coortes*³⁴, o qual oferece um quadro evolutivo completo da população em estudo. Neste método são analisadas as variáveis micro-demográficas – Óbitos, Fecundidade e Migrações – respetivamente, cujas hipóteses de evolução são sobejamente elucidativas no que respeita ao impacto e níveis alternativos da mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios na estrutura da população.

A população de partida considerada, para o presente exercício, refere-se a 202135 e tem como limite temporal o ano de 2040 – um horizonte temporal considerado adequado, atendendo que a margem de erro associada às projeções demográficas de curto e médio prazo é menor, aumentando substancialmente para lá dos 30 – 40 anos, quando muita da população é constituída por pessoas ainda não nascidas alterando as premissas de partida (Machado, 2009).

³⁴ *Cohort* (por vezes também escrito *cohorte* ou *coorte*) define-se como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período. No modelo demográfico supramencionado, a população é dividida por sexo e por grupos etários quinquenais (o modelo 5x5 para intervalos temporais e grupos etários) e através de um processo iterativo obtém-se a população futura: os efetivos de partida são envelhecidos, aplicando-se as probabilidades de sobrevivência fixadas. Os sobreviventes das novas gerações são posteriormente envelhecidos pelo mesmo método e assim sucessivamente. De seguida procede-se ao cálculo dos nascimentos, no qual os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) são multiplicados pelas Taxas Específicas de Fecundidade (TEF). Um rácio entre sexos é assumido ao nascimento para dividir o total de nascimentos em nados-vivos masculinos e nados-vivos femininos.

³⁵ A população de partida deve ser a mais atual e fiável, normalmente, a apurada no último Censo. Neste caso, o exercício teve por base o XVI Recenseamento Geral da População Portuguesa referenciado a 19 de abril de 2021. De forma a facilitar os cálculos e a minimizar o enviesamento, os acontecimentos demográficos ocorridos entre 01 de janeiro e o momento censitário não sofreram quaisquer ajustamentos, pois consideramos que um atraso de três meses e dezanove dias não produziria um erro muito significativo. Contrariamente, poderia aumentar o erro associado às estimativas do número de óbitos e de nascimentos até essa data.



8.3.2. Análise Prospetiva das Componentes Demográficas Naturais

8.3.2.1. Projeção da Mortalidade

A projeção da mortalidade consiste em calcular o número de pessoas vivas no ano base que sobreviverão até ao ano projetado. Neste exercício, optou-se por calcular a tábua de mortalidade em detrimento da utilização das tábuas de mortalidade para Portugal, calculadas pelo INE, no sentido de obter uma maior aproximação à realidade do Município de Vendas Novas³⁶.

A construção da tábua de mortalidade fundamenta-se na metodologia desenvolvida pelo professor J.M. Nazareth (1996:139-144)³⁷ e na respetiva aplicação prática³⁸. Assim, considerando os pressupostos que envolvem o processo de elaboração das tábuas de mortalidade, obteve-se os seguintes resultados, para o Município de Vendas Novas (Quadro 8.8 e Quadro 8.9).

Quadro 8.8 | Tábua de Mortalidade calculadas para as mulheres, para o Município de Vendas Novas, em 2021, por grupos etários quinquenais

X	nm_x	nq_x	np_x	l_x	nd_x	nL_x	nP_x	T_x	e_x
Menos de 1 ano	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	100000,00	1,000000	8510347,55	85
1 - 4 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	400000,00	1,000000	8410347,55	84
5 - 9 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	8010347,55	80
10 - 14 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	7510347,55	75
15 - 19 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	7010347,55	70
20 - 24 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	6510347,55	65
25 - 29 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	6010347,55	60
30 - 34 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	5510347,55	55
35 - 39 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	0,998024	5010347,55	50
40 - 44 anos	0,000792	0,003951	0,996049	100000,00	395,10	499012,25	0,994560	4510347,55	45
45 - 49 anos	0,001392	0,006935	0,993065	99604,90	690,74	496297,64	0,988425	4011335,30	40
50 - 54 anos	0,003276	0,016247	0,983753	98914,16	1607,05	490553,16	0,980462	3515037,66	36
55 - 59 anos	0,004630	0,022883	0,977117	97307,10	2226,71	480968,75	0,976390	3024484,50	31
60 - 64 anos	0,004931	0,024355	0,975645	95080,40	2315,65	469612,87	0,959577	2543515,75	27
65 - 69 anos	0,011712	0,056893	0,943107	92764,75	5277,64	450629,65	0,953809	2073902,88	22
70 - 74 anos	0,007092	0,034843	0,965157	87487,11	3048,33	429814,71	0,958016	1623273,23	19
75 - 79 anos	0,010127	0,049383	0,950617	84438,78	4169,82	411769,34	0,900537	1193458,53	14
80 - 84 anos	0,032934	0,152144	0,847856	80268,96	12212,43	370813,73	1,108037	781689,19	10

³⁶ Após análise à evolução do comportamento das Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) verificou-se um desfasamento significativo, relativamente à média sub-regional, regional e nacional. Neste caso, entre 2001 e 2021, o Município regista uma média inferior (12,21‰) às médias registadas para a sub-região do Alentejo Central (13,60‰) e para a região do Alentejo (14,11‰). Por outro lado, o Município de Vendas Novas regista uma TBM média, para o mesmo período, superior à média nacional (10,38‰).

³⁷ Apud Nazareth, J. M. (1996). Introdução à Demografia – Teoria e Prática. Editorial Presença. Lisboa.

³⁸ Não obstante é de destacar alguns aspetos díspares, que foram considerados: enquanto na tabela apresentada por Nazareth (1996:144) o último grupo quinquenal se refere à população com 70 e mais anos de idade, por opção e face ao crescente envelhecimento da população, considerou-se que o último grupo quinquenal na tábua de mortalidade calculada para Vendas Novas, fosse 85 e mais anos de idade. Também na coluna 7 (nL_x) referente aos sobreviventes em anos completos, mais concretamente nos ponderadores da mortalidade infantil k' e k'' , face à melhoria dos indicadores relativos a esta problemática, optou-se por usar os valores de 0,05 para k' e 0,95 para k'' , em oposição a 0,15 e 0,85, apresentados pelo autor.

X	nm_x	nq_x	np_x	l_x	nd_x	nL_x	nP_x	T_x	e_x
85 e mais anos	0,165638	1	0	68056,53		410875,46		410875,46	6

Quadro 8.9 | Tábua de Mortalidade calculadas para os homens, para o Município de Vendas Novas, em 2021, por grupos etários quinquenais

X	nm_x	nq_x	np_x	l_x	nd_x	nL_x	nP_x	T_x	e_x
Menos de 1 ano	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	100000,00	1,000000	8021226,05	80
1 - 4 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	400000,00	1,000000	7921226,05	79
5 - 9 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	7521226,05	75
10 - 14 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	7021226,05	70
15 - 19 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	6521226,05	65
20 - 24 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	1,000000	6021226,05	60
25 - 29 anos	0,000000	0,000000	1,000000	100000,00	0,00	500000,00	0,993324	5521226,05	55
30 - 34 anos	0,002688	0,013351	0,986649	100000,00	1335,11	496662,22	0,988035	5021226,05	50
35 - 39 anos	0,002123	0,010560	0,989440	98664,89	1041,87	490719,76	0,992549	4524563,84	46
40 - 44 anos	0,000864	0,004308	0,995692	97623,02	420,61	487063,57	0,989984	4033844,07	41
45 - 49 anos	0,003175	0,015748	0,984252	97202,41	1530,75	482185,19	0,978836	3546780,50	36
50 - 54 anos	0,005405	0,026667	0,973333	95671,66	2551,24	471980,21	0,976651	3064595,31	32
55 - 59 anos	0,004028	0,019940	0,980060	93120,42	1856,84	460960,01	0,960555	2592615,10	28
60 - 64 anos	0,012232	0,059347	0,940653	91263,58	5416,24	442777,32	0,946374	2131655,09	23
65 - 69 anos	0,009740	0,047544	0,952456	85847,35	4081,49	419033,00	0,924440	1688877,77	20
70 - 74 anos	0,022158	0,104975	0,895025	81765,86	8583,36	387370,87	0,887865	1269844,77	16
75 - 79 anos	0,025562	0,120135	0,879865	73182,49	8791,75	343933,10	0,781971	882473,90	12
80 - 84 anos	0,078838	0,329289	0,670711	64390,75	21203,19	268945,76	1,002414	538540,80	8
85 e mais anos	0,160194	1	0	43187,55		269595,04		269595,04	6

Em que:

nm_x : taxas de mortalidade entre a idade x e $x + n$

nq_x : quocientes de mortalidade, i.e., as probabilidades de morte entre a idade exata x e a idade exata $x + n$

np_x : probabilidade de sobrevivência entre as idades exatas x e $x + n$

l_x : sobreviventes em cada idade exata x

nd_x : óbitos entre idades exatas

nL_x : sobreviventes em anos completos

nP_x : probabilidade de sobrevivência entre dois grupos de anos completos

T_x : número de anos vividos entre as idades exatas x e $x + n$

e_x : esperança de vida na idade x , ou seja, o número médio de anos que resta viver às pessoas que atingiram a idade x (cfr. NAZARETH, 1996: 141-144).



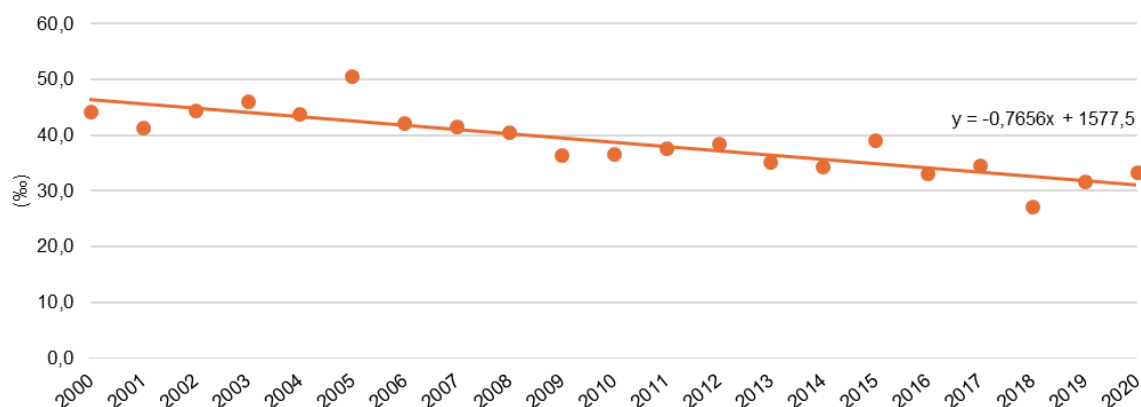
Calculadas as tábuas de mortalidade, determinou-se, entre outras funções, as probabilidades de sobrevivência, por sexo e por grupos de idade (nP_x), fundamentais à construção de cenários de evolução demográfica. Além disso, determinou-se a esperança de vida à nascença, a qual aponta uma longevidade de 85 anos para as mulheres e 80 anos para os homens.

8.3.2.2. Projeção da Fecundidade

A projeção da fecundidade é obtida através da análise à Taxa de Fecundidade Geral (TFG), cujo indicador enfatiza a relação existente entre o número de nados-vivos e o número de mulheres em idade fecunda (15 a 49 anos de idade)³⁹. Com esta variável, pretende-se estimar os nados-vivos no Município de Vendas Novas, através da escolha de um modelo hipotético de fecundidade.

Para a obtenção dos nados-vivos para os períodos quinquenais, usou-se as TFG variáveis obtidas por regressão linear dos valores entre 2000 e 2020 (**Error! Reference source not found.**).

Gráfico 8.2 | Evolução das Taxas Brutas de Fecundidade Geral para o Município de Vendas Novas (‰)



A opção por esta metodologia resultou em TFG progressivamente decrescentes (**Error! Reference source not found.**), uma situação que traduz a tendência da evolução da fecundidade verificada nos últimos anos.

Quadro 8.10 | Taxas de Fecundidade Geral estimadas para o Município de Vendas Novas, no horizonte da Projeção Demográfica para o Cenário Natural e para o Cenário Migratório I (‰)

Períodos da Projeção Demográfica		TFG estimada (‰)
Realizados os cálculos preliminares, elaborou-se o primeiro quadro de projeção, baseado na Fecundidade, Mortalidade e possibilidades de sobrevivência entre dois grupos de anos completos (os nP_x da tabela de mortalidade).	2021-2025	28,7
	2026-2030	24,9
	2031-2035	21,0
	2036-2040	17,2

³⁹ De salientar que o número de mulheres em idade fértil (com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos de idade) é naturalmente variável ao longo do horizonte temporal utilizado na projeção demográfica.

De seguida procedeu-se ao cálculo dos nascimentos, no qual os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) são multiplicados pelas Taxas Específicas de Fecundidade (TEF). Um rácio entre sexos é assumido ao nascimento para dividir o total de nascimentos em nados-vivos masculinos e nados-vivos femininos aplicando-se, posteriormente, a probabilidade de sobrevivência à nascença fixada para cada sexo.

Construiu-se, assim, o modelo natural de projeção que revela as tendências naturais da estrutura demográfica do Município de Vendas Novas, fornecendo uma imagem geral da evolução do número de efetivos do Município, não considerando quaisquer movimentos migratórios.

Por forma a proceder à comparação entre os diferentes cenários de evolução demográfica com a população de partida, isto é, aquela apurada no XVI Recenseamento Geral da População Portuguesa referenciado a 19 de abril de 2021, explanamos de seguida um resumo com as principais idiossincrasias da estrutura demográfica do Município de Vendas Novas, à data do último Censo (Figura 8.2).

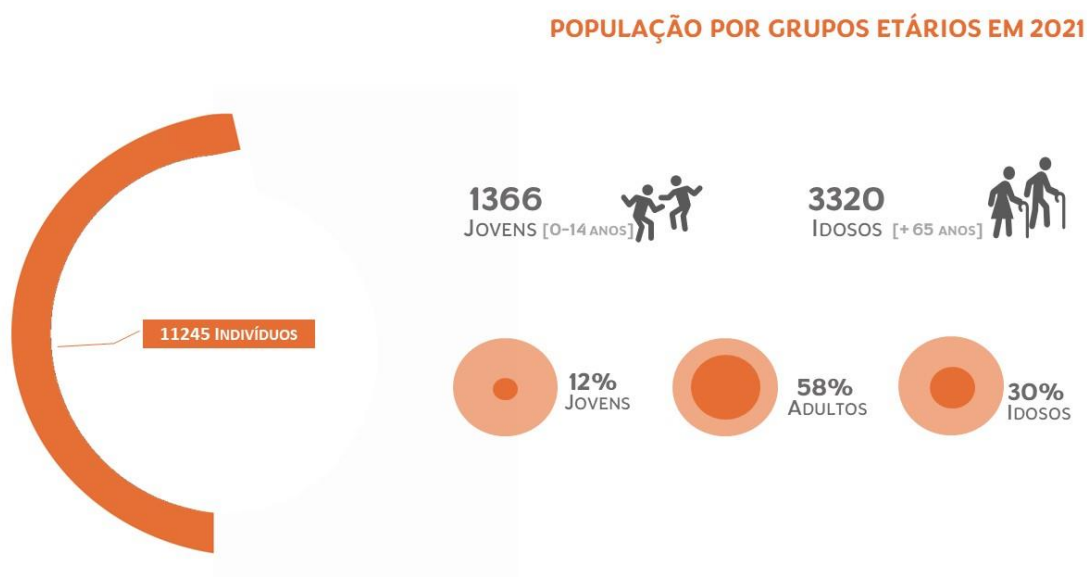


Figura 8.2 | População residente, segundo os grandes grupos etários, para Vendas Novas, em 2021

Através da figura acima, podemos verificar que o Município de Vendas Novas exibe uma estrutura demográfica envelhecida considerando que, em 2021, 30% da população residente apresentava uma idade superior a 65 anos.

Face ao exposto, poder-se-á afirmar que se trata de uma população com tendência ao declínio, patenteada por uma baixa natalidade que se alia a um elevado índice de envelhecimento (243 idosos por cada 100 jovens).

8.3.2.3. Cenário Natural

O cenário Natural⁴⁰ sugere um decréscimo populacional de 16% (-1820 efetivos até 2040) em resultado da diminuição dos baixos níveis de fecundidade. Por outro lado, apresenta a propensão

⁴⁰Vide Anexo II - Quadros auxiliares à projeção demográfica no horizonte 2040 | Cenário Natural.



para a manutenção do peso relativo da população idosa consubstanciada numa longevidade populacional, a qual remete o óbito para idades cada vez mais avançadas (85 anos para as mulheres e 80 anos para os homens)⁴¹.

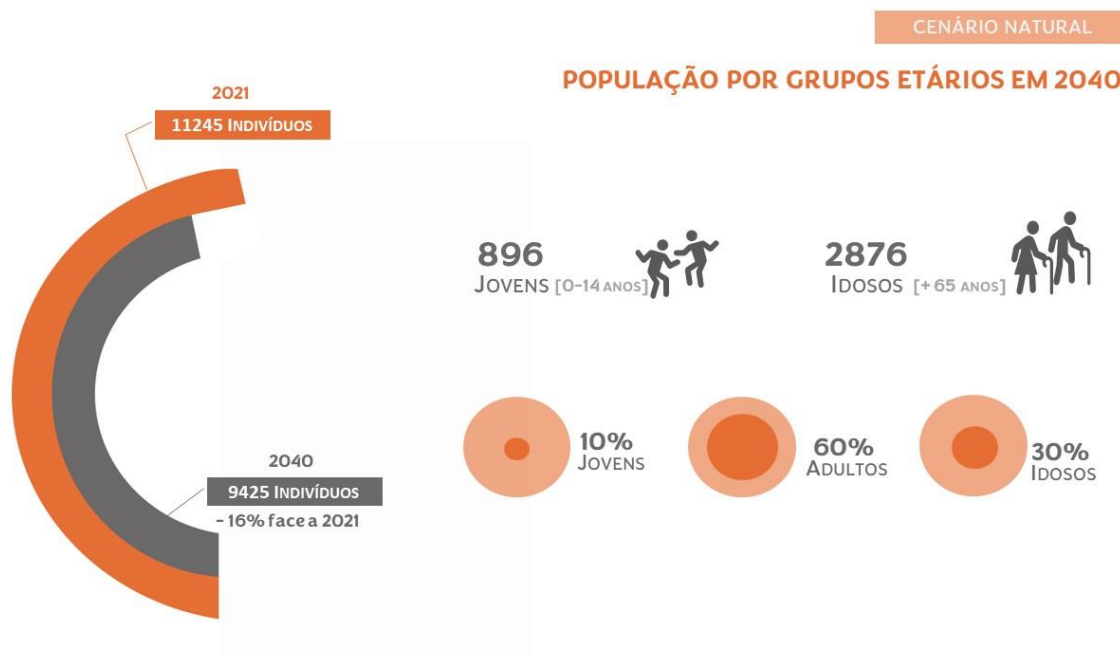


Figura 8.3 | Cenário Natural para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040

De referir que, em 2040, a estrutura demográfica – ainda que mais reduzida em termos absolutos – manter-se-á análoga à estrutura populacional registada no último momento censitário.

Neste sentido, caso as componentes demográficas naturais não sofram mutações significativas, o Município da Vendas Novas seguirá uma tendência de evolução negativa, a qual perpetua o duplo envelhecimento no topo e na base da estrutura demográfica.

8.3.3. Cenários de Evolução Demográfica

8.3.3.1. Projeção dos Movimentos Migratórios

Os movimentos migratórios, contrariamente à Mortalidade e à Fecundidade, não são um fenómeno natural. Resultam de um conjunto de deslocações de indivíduos, no espaço geográfico e num determinado período. Assim, estes são constituídos por: Emigração, Imigração e Migrações Internas.

Na prospetiva demográfica é considerada a variável mais incerta e menos “previsível”, devido ao seu cariz inconstante, geralmente associada a fatores instáveis e dificilmente conjeturáveis, nomeadamente, o contexto político, económico e social. Por outro lado, a incipiente cobertura e registo das deslocações de pessoas dificulta a quantificação dos fluxos migratórios, pelo que não existe, efetivamente, um apuramento de qualidade, no que concerne às entradas e saídas do

⁴¹Valores dos “e_x” da Tábua de Mortalidade.

território nacional. Com efeito, os movimentos migratórios na dinâmica populacional futura não se restringem, apenas, ao número de efetivos de entrada, mas também ao número de efetivos nascidos após a sua chegada ao território de acolhimento. Deste modo, na sua projeção, a população migrante é sujeita ao mesmo processo de envelhecimento, submetendo-se, igualmente, os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) às TEF, de modo a obter os nados-vivos para os quinquênios seguintes.

Considerando a evolução dos movimentos populacionais, designadamente as entradas e saídas de população residente nos últimos 20 anos, estimou-se, o saldo migratório para o período da projeção demográfica, tendo sido construídas três hipóteses sobre a evolução das migrações de acordo com os seguintes pressupostos:

- **Cenário Migratório I:** na construção deste cenário foi extrapolado o saldo migratório mínimo, registado no período entre 2000 e 2020. Neste caso, especificamente, foi considerado o ano de 2014, com uma saída de 66 efetivos, ou seja, -330 imigrantes a cada cinco anos. De referir ainda que a componente migratória foi conjugada com a TFG estimada para o Cenário Natural, apresentada no ponto 8.3.2.3.
- **Cenário Migratório II:** na elaboração deste cenário foi considerado o saldo migratório médio entre 2000 e 2020, isto é, uma entrada anual de 29 efetivos, correspondendo a 145 quantitativos demográficos por quinquénio, o qual foi combinado com a média da TFG (38,7‰) para o mesmo período.
- **Cenário Migratório III:** na sua génese foi repercutido o saldo migratório mais elevado, registado durante o período em análise, correspondente ao ano de 2000, com uma entrada de 159 efetivos, ou seja, 795 emigrantes a cada cinco anos. Este saldo migratório foi conjugado também com a TFG mais elevada dos últimos 20 anos (50,7‰, em 2005).

Na estratificação dos Migrantes, por grupos de idade, recorreu-se à Estrutura-Tipo dos Movimentos Migratórios (Nações Unidas)⁴², introduzindo estes dados no Cenário Natural, corrigindo-o, por forma a obter a projeção de cada período quinquenal até 2040.

8.3.3.2. Cenário Migratório I

De acordo com o Cenário Migratório I⁴³, no final do período projetado, a população do Município de Vendas Novas irá assistir a um decréscimo acentuado, correspondente a -27% de indivíduos face a 2021 (-2987 efetivos em 2040).

⁴² A Estrutura-Tipo dos movimentos migratórios da ONU é frequentemente utilizada em exercícios de projeção demográfica, no contexto da distribuição dos migrantes. A aplicação prática consiste na multiplicação do valor do número de migrantes de cada sexo pela respetiva taxa de cada grupo de idades

⁴³ Vide Anexo II - Quadros auxiliares à projeção demográfica no horizonte 2040 | Cenário Migratório I.



CENÁRIO MIGRATÓRIO I

POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS EM 2040

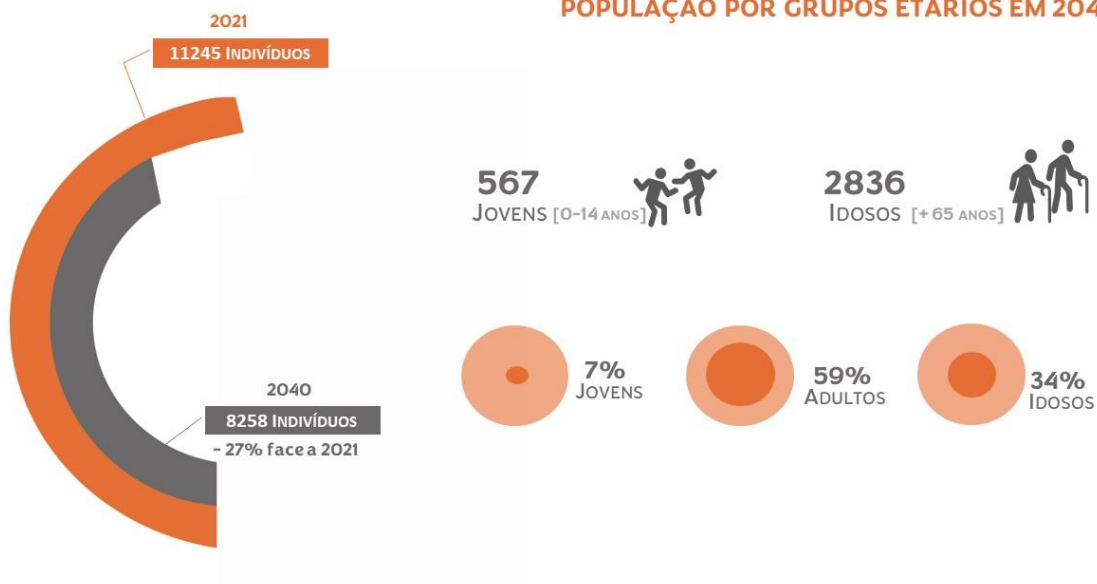


Figura 8.4 | Cenário Migratório I para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040

Relativamente à estrutura da população poder-se-á dizer que o Cenário Migratório II segue as tendências do Cenário Natural, porém, a diminuição da população jovem e o aumento da população idosa tornam-se mais proeminentes, exacerbados aqui pelo fator migratório. O grupo 0-14 anos é, indubitavelmente, a faixa etária mais assolada pelo decréscimo de efetivos, representando uma perda de 799 quantitativos, em 2040.

De salientar, que a proporção de jovens em relação à população total traduz um envelhecimento na base da estrutura demográfica, que se reflete em classes ocas.⁴⁴

8.3.3.3. Cenário Migratório II

O Cenário Migratório II⁴⁵ aponta para um ténue decréscimo populacional o que, em 2040, representará uma diminuição de 11%, face a 2021.

⁴⁴ Uma classe oca é uma classe etária que possui um número de indivíduos inferior ao número de indivíduos da classe etária seguinte.

⁴⁵ Vide Anexo II - Quadros auxiliares à projeção demográfica no horizonte 2040 | Cenário Migratório II.

POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS EM 2040

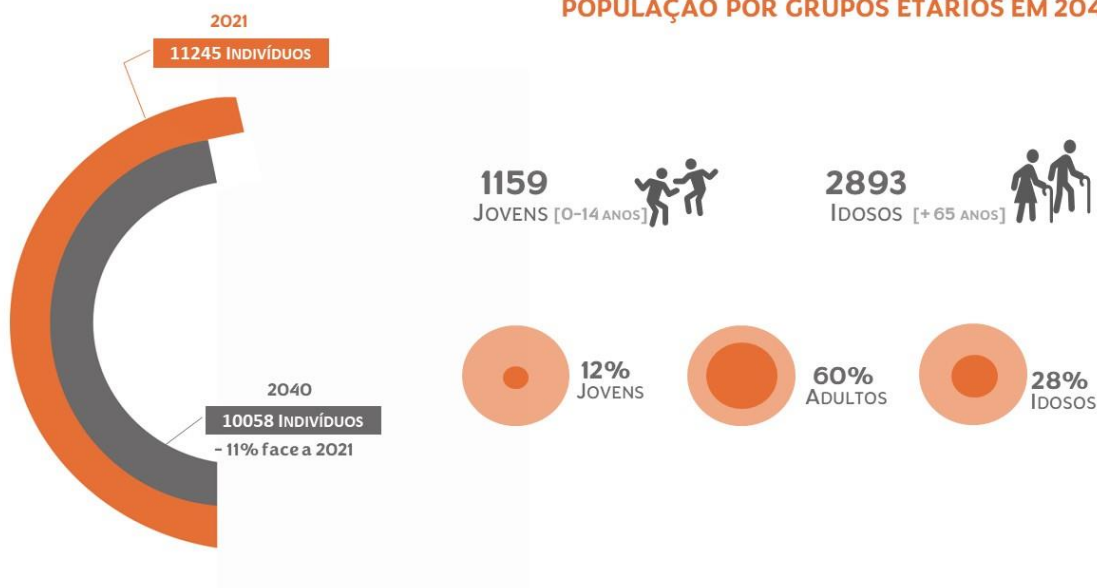


Figura 8.5 | Cenário Migratório II para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040

Importa sublinhar que apesar da evolução negativa sugerida por este cenário, a análise à estrutura demográfica revela algumas particularidades a considerar. O número de nascidos-vivos, por exemplo, aumenta ligeiramente, até 2040, seguindo cumulativamente a tendência de nascimentos registados nos últimos anos (cerca de 78 vivos anuais desde 2016). A concretizar-se este cenário, podemos verificar uma manutenção do peso relativo da população jovem (12%) que, nitidamente, é insuficiente para uma reposição geracional.

Em termos gerais, o Cenário Migratório II não aponta alterações significativas ao Cenário Natural, porém, ao integrar todas as componentes do desenvolvimento populacional – naturais e migratórias, respetivamente – surge como um cenário mais realista.

8.3.3.4. Cenário Migratório III

O Cenário Migratório III⁴⁶ distingue-se dos demais, por assinalar uma evolução positiva de quantitativos demográficos do Município de Vendas Novas. Com efeito, em 2040, a população residente apresentará um crescimento de 11% (+1205 efetivos face a 2021).

⁴⁶ Vide Anexo II - Quadros auxiliares à projeção demográfica no horizonte 2040 | Cenário Migratório III.

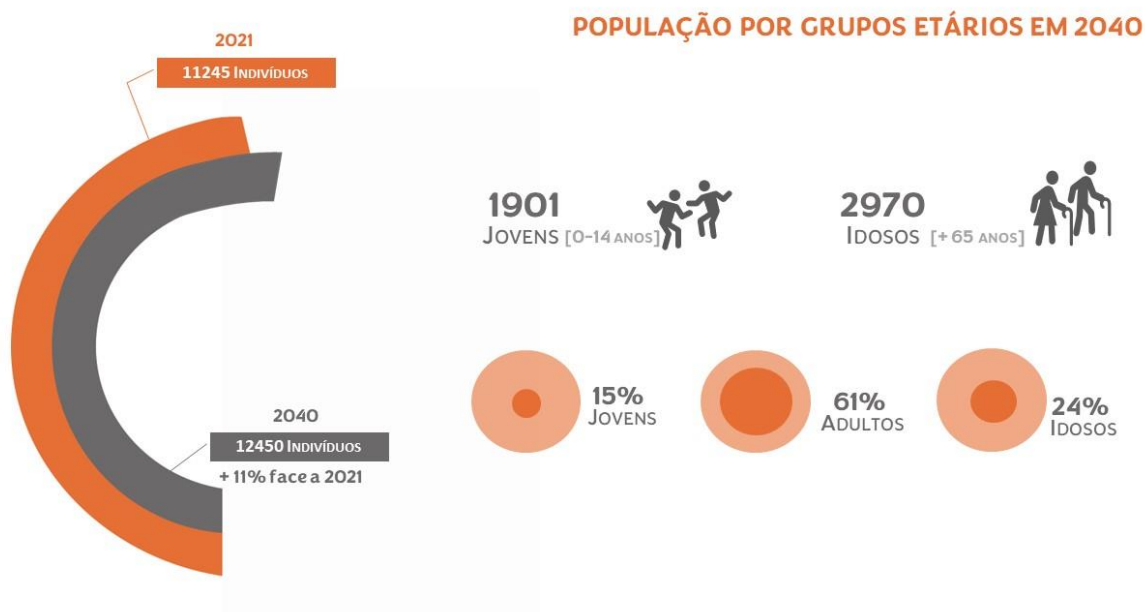


Figura 8.6 | Cenário Migratório III para o Município de Vendas Novas no horizonte de 2040

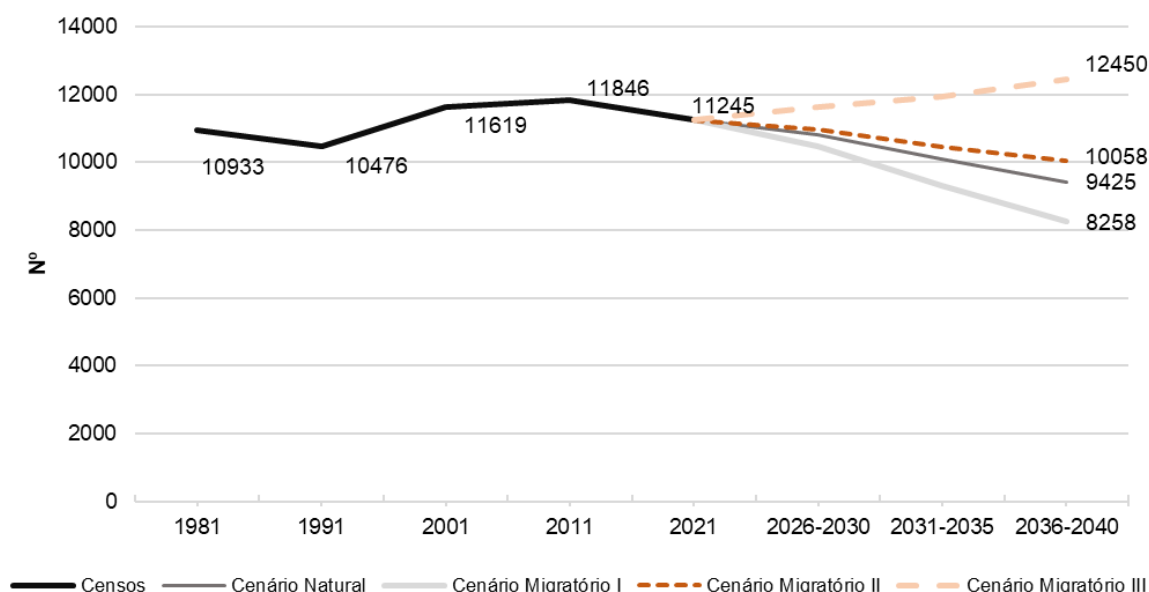
Segundo as hipóteses fixadas, a população jovem passa de 1366 efetivos, em 2021, para 1901 efetivos (+1366 quantitativos), em 2040. Já a população idosa passa de 3320 efetivos para 2970 (-350 quantitativos), no mesmo período. No cerne da estrutura demográfica, a população adulta representa 61% da população total, a população idosa 24% e a população jovem 15%, pelo que o índice de envelhecimento se mantém elevado (156 idosos por cada 100 jovens).

Todavia, trata-se de uma evolução positiva, cujo crescimento de quantitativos é coadjuvante de um rejuvenescimento populacional (o número de nados vivos passa de 76 em 2021, para 152 em 2040) não obstante o envelhecimento da estrutura demográfica.

8.3.4. Notas conclusivas às Projeções Demográficas

O valor das projeções demográficas reside na demonstração de cenários possíveis, em condições específicas e predeterminadas. A população, efetivamente, não se fixa no tempo, está em permanente alteração e vai adquirindo novas configurações. Assim, afigura-se essencial conhecer as hipóteses com que o Município se irá deparar nas próximas décadas, para que possam ser tomadas medidas tendentes, concretizar aspirações e evitar constrangimentos. Note-se que a população possível no futuro é condicionada pela estrutura e composição demográfica do momento de partida e pelos diferentes padrões de comportamento das componentes demográficas, nomeadamente os óbitos, a natalidade e fluxos migratórios. Com base nestes pressupostos, o gráfico seguinte apresenta um resumo da projeção demográfica efetuada para os quatro cenários calculados – cenário natural, cenário pessimista, cenário tendencial e cenário otimista – respetivamente. Concomitantemente, este Gráfico, enumera o número de residentes registados nos Censos entre 1981 e 2011, por forma a compararmos com o extrapolado para 2040.

Gráfico 8.3 | Síntese da Projeção Demográfica para o horizonte 2021-2040, para o Município de Vendas Novas

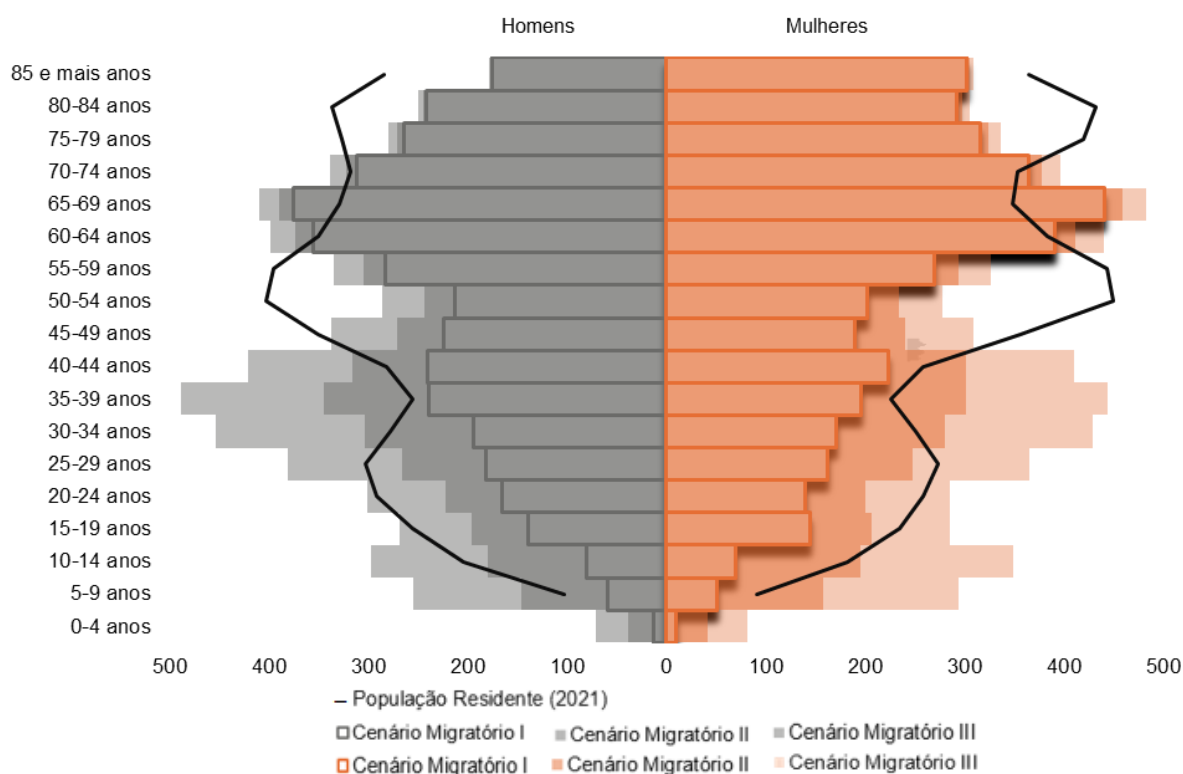


- O Cenário Natural representa o “comportamento” da população, caso fossem criadas condições para anular os movimentos migratórios baseando-se numa população “estática” e, por isso, “não-real”, tratando-se de um cenário inverosímil.
- No âmbito da presente projeção, os três cenários migratórios apresentados surgem como “reais”, uma vez que consideram todas as componentes do crescimento populacional, quer sejam naturais (nascimentos e óbitos) ou migratórias (emigração, imigração e migrações internas).
- O Cenário Migratório I representa um cenário de decréscimo demográfico, com uma diminuição de 27% da população residente, em 2040. Na elaboração deste cenário foram considerados os valores da componente natural do crescimento demográfico (apresentados no Cenário Natural) e um saldo migratório negativo, baseado no valor mais “preocupante” para este indicador, nos últimos 20 anos, o que neste caso, em particular, corresponde ao ano de 2014 (-66 efetivos). Assente nestas premissas, o Cenário Migratório I sugere uma diminuição da estrutura demográfica, sobretudo, ao nível das camadas mais baixas desta, isto é, da população jovem.
- O Cenário Migratório II assenta no comportamento médio para as componentes naturais e migratórias, entre 2000 e 2020 sugerindo um ténue decréscimo populacional, com uma perda de 11% da população residente face a 2021.
- O Cenário Migratório III surge como um cenário mais “promissor” em termos de evolução demográfica. Apesar do cariz hipotético que lhe é intrínseco, a construção deste cenário assenta em tendências registadas no passado e, portanto, plausíveis de suceder. Contudo, é importante reiterar, que este cenário pressupõe a manutenção da mortalidade, a manutenção das taxas de fecundidade na ordem dos 50,7‰, bem como, um saldo migratório positivo, que registre uma entrada anual acima dos 159 imigrantes.
- Atendendo às estimativas da população residente, calculadas pelo INE poder-se-á afirmar que é o Cenário Migratório II, o que mais se aproxima das características demográficas identificadas para o Município que, entre 2011 e 2021 tem apresentado uma perda média de 60 efetivos por ano, apresentando uma variação percentual de cerca de -5%, na última década.



- Em jeito de resenha, as projeções demográficas para o Município de Vendas Novas, sugerem algumas tendências transversais que importa considerar, nomeadamente a manifesta acentuação do envelhecimento da população residente, bem como, a propensão para o decréscimo da população jovem. Refira-se, neste aspeto, que mesmo o cenário mais expansivo revela um crescimento sustentado, essencialmente, na população em idade ativa (61%) bem como na população idosa (24%), o que resulta numa pirâmide etária invertida, com uma base estreita em resultado de uma baixa natalidade e um topo mais alargado, indicativo de uma longevidade populacional. O Gráfico 8.4 representa a estrutura demográfica de 2021 e os três cenários de evolução, em 2040, permitindo averiguar as tendências assinaladas.

Gráfico 8.4 | Pirâmide etária calculada para os cenários de evolução para o Município de Vendas Novas, em 2040



- Perante estas hipóteses de evolução, sugere-se a adoção de medidas de apoio à população idosa e o redimensionamento das estruturas de interação e assistência das faixas etárias mais elevadas, especialmente acima dos 65 anos. O envelhecimento da população coloca inúmeros desafios à sociedade em geral e às autarquias em particular, nomeadamente, a adequação dos serviços e infraestruturas, a minimização da exclusão e isolamento social dos idosos e a necessidade de dignificação do envelhecimento. Neste sentido, torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias, através das quais, o envelhecimento deixe de ser considerado um afastamento da vida social, fomentando a reintegração da pessoa idosa numa experiência participativa no seu meio de vida e integrando-a num ambiente facilitador onde existam modalidades e programas que propiciem o envelhecimento ativo.

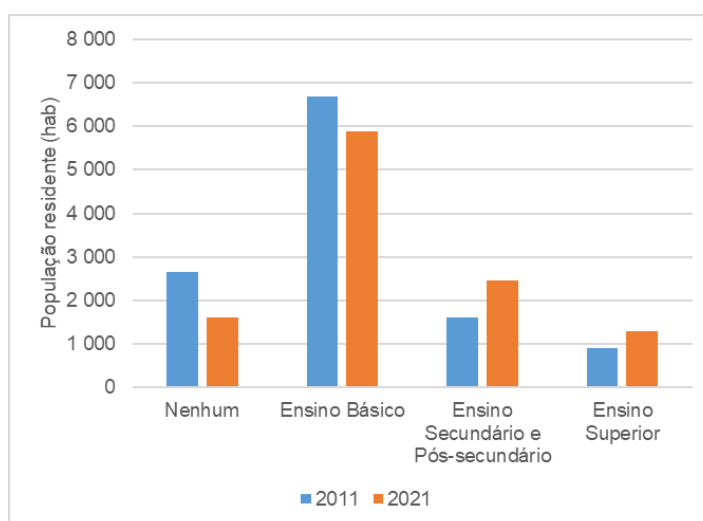
8.4. QUADRO SOCIOECONÓMICO

8.4.1. Nível Educacional da População

O nível educacional/formativo da população constitui-se como elemento fundamental na caracterização do quadro socioeconómico de um território, na medida em que está fortemente relacionado com o mercado de trabalho (oferta e procura) e, consequentemente, com a estrutura económica local.

No período intercensitário de 2011-2021 o Município assistiu a uma quebra de 39,0% de população sem qualquer nível de ensino, seguido da população com ensino básico que teve uma perda na ordem dos 12,1%. Por oposição, a população com o ensino secundário e pós-secundário apresenta um aumento de 53,4% enquanto a população com o ensino superior teve um aumento de 42,1%.

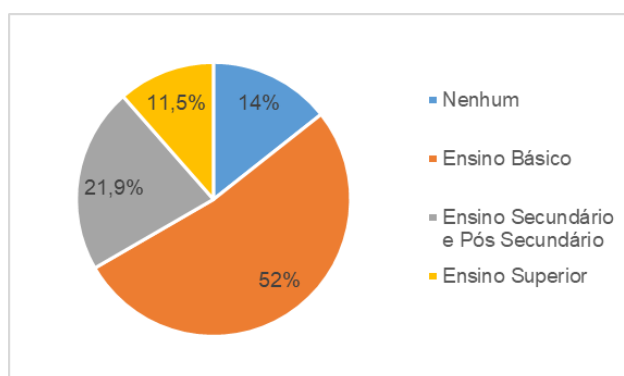
Gráfico 8.5 | Evolução da população residente por níveis de ensino, no município



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011 e 2021.

Assim no Município de Vendas Novas, em 2021, cerca de 52% (5 881) da população tem o ensino básico, seguido da população com ensino secundário e pós-secundário com uma representatividade de 21,9% (2 461 indivíduos). A população sem qualquer nível de ensino representa cerca de 14% (1 614) do efetivo populacional do Município e, por último, a população com algum grau académico do ensino superior tem um peso de apenas 11,5% (1 289).

Gráfico 8.6 | População residente no Município de Vendas Novas, por nível de escolaridade (2021)

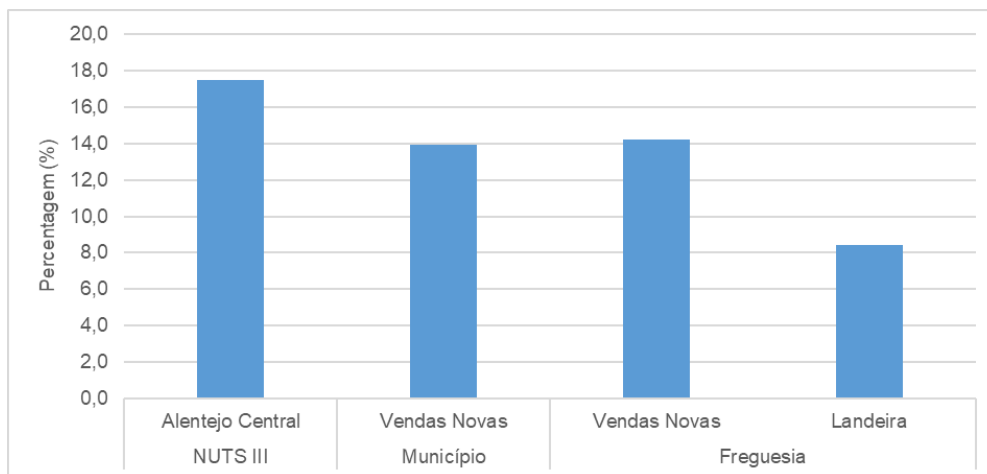


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 2021.



De acordo com o Gráfico seguinte, que representa a proporção da população residente com ensino superior completo, verifica-se que a mão-de-obra qualificada residente no Município se concentra na freguesia de Vendas Novas, onde representa cerca de 14,2% (1 509) da população residente (superior aos valores registados no Município em 0,3 pontos percentuais). Por sua vez, e apesar da proximidade à plataforma logística da Marateca, na freguesia de Landeira apenas 8,4% (52) da população tem o ensino superior completo.

Gráfico 8.7 | Proporção da população residente com ensino superior completo, 2021



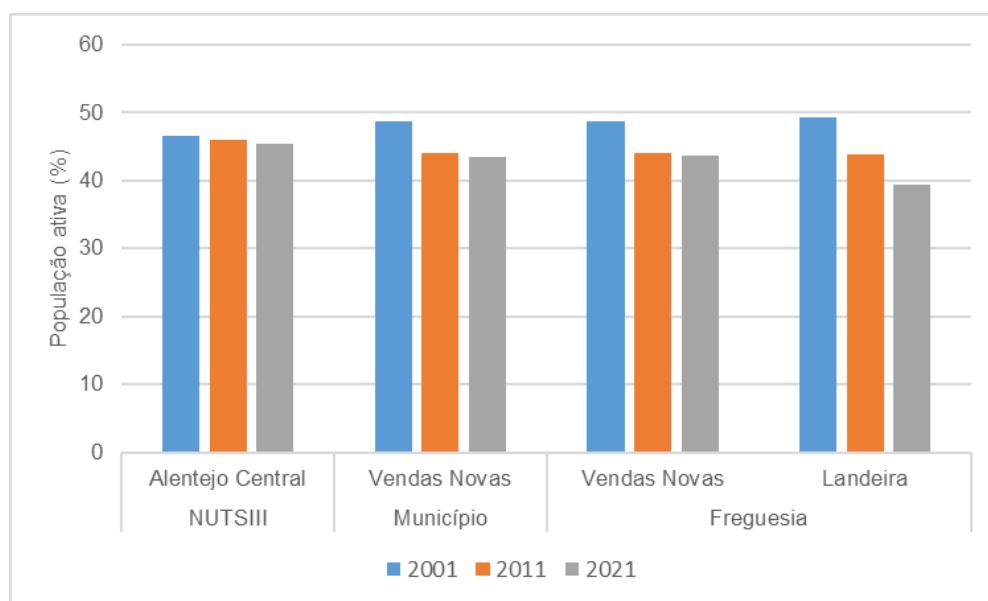
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Dados provisórios dos Censos de 2021.

Desta forma conclui-se que, à semelhança do sucedido em outros Municípios do interior, é na sede de Município (freguesia) que se concentra um maior número de população residente com maior nível de qualificação.

8.4.2. População Ativa e Desemprego

O concelho de Vendas Novas dispunha, em 2021, de uma força de trabalho constituída por aproximadamente 4 880 ativos, correspondendo a uma taxa de atividade de 43,4%. Esta taxa corresponde a uma perda de 5,4 pontos percentuais face a 2001, consequência principalmente do envelhecimento da população, mas ficando por identificar outros fatores que justifiquem esta quebra da taxa de atividade superior à média sub-regional (+4,3 pontos percentuais), onde o envelhecimento da população se apresentou mais significativo.

Gráfico 8.8 | Taxa de atividade, 2001, 2011 e 2021



Fonte: INE – Censos de 2001, 2011 e 2021.

A par de uma taxa de atividade inferior à do Alentejo Central, o município de Vendas Novas apresenta uma taxa de desemprego também inferior. Em comum à NUTS III, concelho e freguesias analisados (Quadro 8.11), assiste-se no período 2001-2021 a um ligeiro abrandamento da taxa de desemprego.

Assim, em 2021, a taxa de desemprego no concelho de Vendas Novas rondava os 5%, correspondendo a um total de 256 desempregados, dos quais apenas 10 residem na freguesia da Landeira (sem prejuízo desta freguesia apresentar uma taxa de desemprego próxima da apresentada pelo Município).

Quadro 8.11 | População desempregada e taxa de desemprego, 2001 e 2021

Unidade Territorial		População desempregada	Taxa de desemprego (%)	
		2021	2001	2021
NUTS III	Alentejo Central	4 219	6,2	6,1
Município	Vendas Novas	256	5,7	5,3
Freguesias	Vendas Novas	246	5,8	5,3
	Landeira	10	3,9	4,1

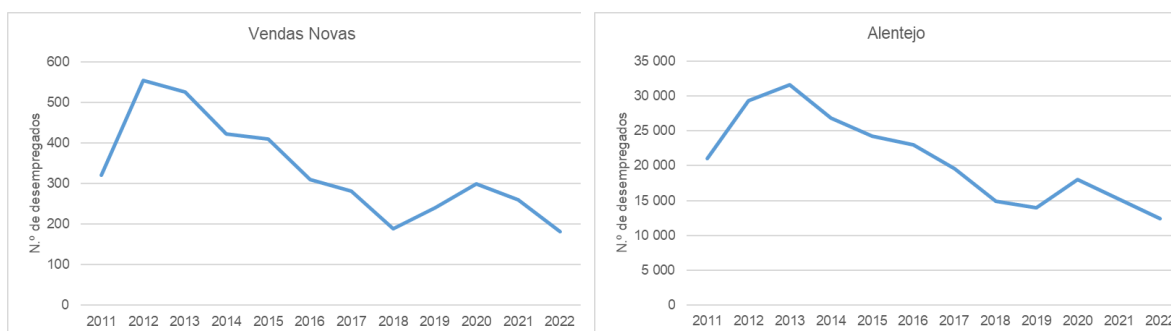
Fonte: INE – Censos 2001 e 2021.

Tendo em conta a antiguidade dos dados (Censos 2011), foram consultados os dados relativos ao número de desempregados inscritos nos centros de emprego, informação disponibilizada em estatísticas mensais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Os dados mais recentes publicados respeitam a julho de 2022, momento em que se encontravam registados 182 desempregados no Município de Vendas Novas. Da análise do Gráfico seguinte verifica-se que a evolução de desempregados, desde 2011, apresenta uma tendência de decréscimo consistente apesar da significativa inversão registada de 2018 a 2020. Esta evolução é semelhante à apresentada pela NUTS II Alentejo, e explica-se pelo crescimento económico nacional registado nos anos mais recentes, mas que foi bruscamente interrompido pela crise provocada pela situação pandémica associada à COVID-19.



Gráfico 8.9 | Evolução do número de desempregados, entre 2011 e 2022 (mês de referência: julho*)



*O mais recente disponível à data da consulta do site do IEFP, em 01-09-2022.

Fonte: IEFP. Estatísticas mensais por concelho, in <https://www.iefp.pt/estatisticas>

8.4.3. Estrutura do Emprego

No que se refere à distribuição da população empregada por setores de atividade, apresentada no Quadro seguinte, é evidente, entre 2001 e 2021, uma grande redução da população empregada no município no setor primário (-25,5%) e no setor secundário (-31,7%), sendo esta perda comum à tendência sub-regional.

Ao nível das freguesias, assiste-se também a uma redução da população empregada nestes dois setores, sendo a perda maior na freguesia da Landeira, situação consistente com a perda populacional registada neste mesmo período (apresentada no subcapítulo anterior).

Em termos gerais, a população empregada na freguesia da Landeira registou uma perda maior (-35,5%), mas registou-se também uma perda na freguesia de Vendas Novas, município e NUTS III – Alentejo Central que varia entre 12,0% e 14,2%.

Não obstante a perda generalizada da população empregada, o setor terciário registou um aumento no número de população empregada tanto no contexto municipal como de freguesia, ao contrário do sucedido na NUTSIII – Alentejo Central que regista uma perda de 0,8%. É também este setor que obtém uma maior representatividade em todos os contextos administrativos, sendo que no ano de 2001 esta representatividade variava num intervalo de 37,2% a 60,1% e vinte anos depois encontrava-se entre os 59,0% e 69,5%.

No município de Vendas Novas, o setor terciário emprega em 2021, 63,2% da população, ou seja, um total de 2 923 indivíduos, seguido pelo setor secundário – 1 317 indivíduos e 28,5% - e por fim pelo setor primário, com apenas 383 indivíduos e 8,3%. O peso do sector primário e secundário é maior na freguesia da Landeira, mas na verdade corresponde a efetivos populacionais muito reduzidos, de apenas 26 e 70 indivíduos, respetivamente.

De acordo com informação da Junta de Freguesia da Landeira, atualmente estes dados serão significativamente diferentes, revelando que cerca de 70% da população está empregada nas fábricas/superfícies comerciais instaladas em Palmela, mesmo no limite da freguesia – LIDL, Parmalat e HIP. Adianta ainda que se existisse uma zona industrial (como a prevista no Plano de Urbanização da Landeira), a aldeia poderia atrair algumas indústrias para se localizarem na freguesia, que dispõe de uma localização privilegiada.

Pelo contrário, também de acordo com a Junta de Freguesia da Landeira o setor primário terá um significado ainda menor, assinalando a reduzida mão-de-obra na agricultura (5-6 pessoas). A apanha do pinhão e a recolha da cortiça corresponde a trabalho temporário essencialmente com trabalhadores que vêm de fora em períodos específicos.

Quadro 8.12 | População empregada por setor de atividade em 2001 e 2021, e variação 2001-2021

Unidade Territorial		População empregada por setores de atividade						
		Total	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
		N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
		2021						
NUTS III	Alentejo Central	64 974	6 575	10,1	13 274	20,4	45 125	69,5
Município	Vendas Novas	4 623	383	8,3	1 317	28,5	2 923	63,2
Freguesias	Vendas Novas	4 389	357	8,1	1 247	28,4	2 785	63,5
	Landeira	234	26	11,1	70	29,9	138	59,0
		2001						
NUTS III	Alentejo Central	75 723	9 104	12,0	21 128	27,9	45 491	60,1
Município	Vendas Novas	5 350	514	9,6	1 928	36,0	2 908	54,4
Freguesias	Vendas Novas	4 987	447	9,0	1 767	35,4	2 773	55,6
	Landeira	363	67	18,5	161	44,4	135	37,2
		Variação 2001-2021 (%)						
NUTS III	Alentejo Central	-14,2	-27,8		-37,2		-0,8	
Município	Vendas Novas	-13,6	-25,5		-31,7		0,5	
Freguesias	Vendas Novas	-12,0	-20,1		-29,4		0,4	
	Landeira	-35,5	-61,2		-56,5		2,2	

Fonte: INE, Censos 2001 e 2021.

8.4.4. Poder de Compra

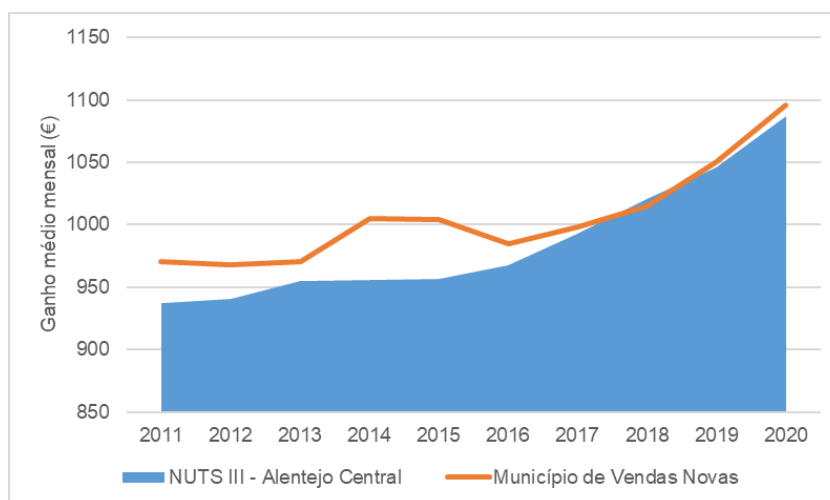
Por último, na caracterização do Quadro Socioeconómico, apresenta-se a evolução dos indicadores relativos ao rendimento da população do Município de Vendas Novas.

No período temporal de 2011-2020 o Município de Vendas Novas não só acompanhou a tendência de crescimento permanente dos ganhos médios mensais na NUTS III Alentejo Central como, à exceção do ano de 2018, se manteve sempre acima dos valores registados na sub-região. Deste modo, no ano de 2020 o Município de Vendas Novas registava um ganho médio mensal na ordem dos 1 095,40€, que se traduzia num crescimento de 12,9% face ao ano de 2011.

Destaca-se ainda os anos de 2014 e 2015 os quais o Município registou ganhos médios mensais pouco superiores a 1000€, posicionando-se significativamente acima da média do Alentejo Central em cerca de 5%.



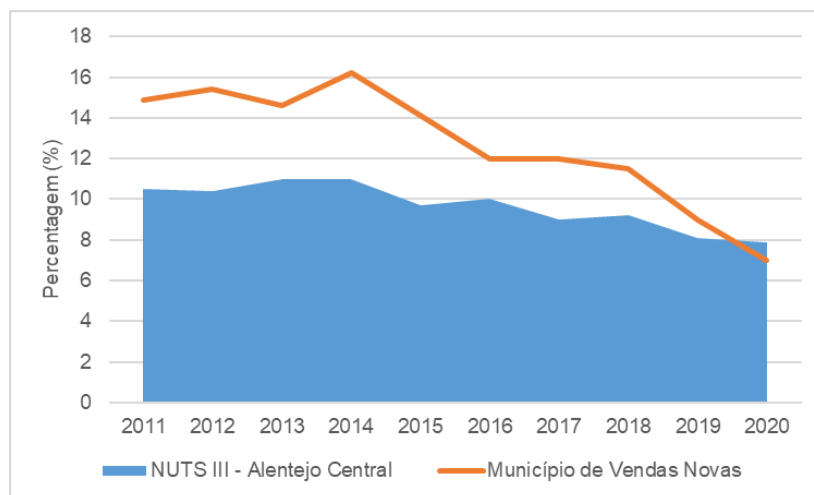
Gráfico 8.10 | Ganhos médios mensais (2011-2020) (€)



Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

No que à disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres diz respeito, os dados entre 2011 e 2020 revelam uma tendência de decréscimo tanto na NUTS III Alentejo Central como no Município de Vendas Novas. Em 2011 o Município registava uma disparidade de ganhos médios mensais entre homens e mulheres na ordem dos 14,9%, o que traduzia numa disparidade 4,4 pontos percentuais superior à do Alentejo Central. No entanto, no ano de 2020 o Município apresentava uma disparidade de apenas 7%, posicionando-se abaixo da disparidade do Alentejo Central em 0,9 pontos percentuais.

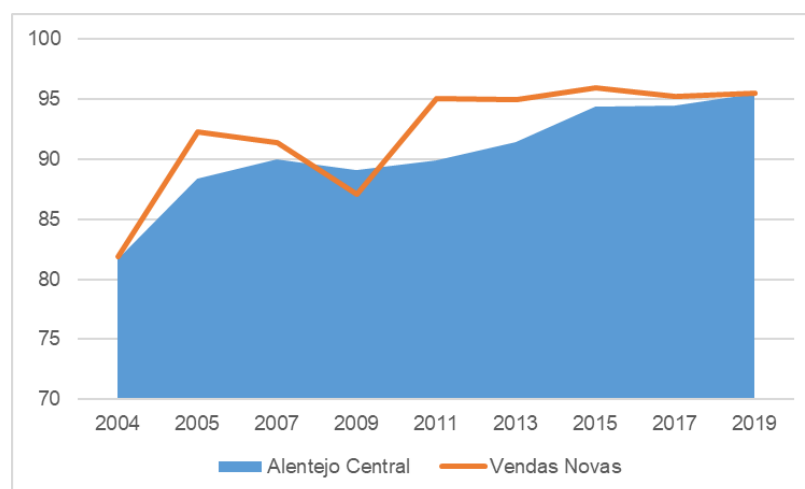
Gráfico 8.11 | Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (2011-2020) (%)



Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

De acordo com a evolução do ganho médio mensal também relativamente ao poder de compra o Município mantém-se acima dos valores registados na NUTS III Alentejo Central, à exceção do ano de 2009 que o Município registou um poder de compra *per capita* de 87,05€ (-2€ que no Alentejo Central). Assim, destaca-se o ano de 2015, ano em que o Município atingiu um poder de compra *per capita* de 95,96€.

Gráfico 8.12 | Poder de compra per capita entre 2004 e 2019



Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

8.5. ATIVIDADES ECONÓMICAS

8.5.1. Estrutura Empresarial

A atividade económica do município de Vendas Novas assenta numa cultura empresarial valorizada pela experiência acumulada da atividade industrial, que em alguns casos é tecnologicamente evoluída e com elevado nível de internacionalização, organizada em torno do Parque Industrial (apresentado em maior detalhe de seguida), que tem mostrado uma capacidade de atração de investimento e geração de emprego, quando comparado a infraestruturas semelhantes existentes na região.

No entanto, uma análise aos dados recentes sobre a atividade económica revela os constrangimentos económicos e financeiros que afetaram fortemente os fatores de desenvolvimento local, e consequentemente as atividades económicas no município, situação que importa identificar no sentido de garantir a adoção de medidas concretas vocacionados para o desenvolvimento económico do município.

No que se refere ao tecido empresarial, é já possível obter valores até 2019 e comparar a sua evolução desde 2009⁴⁷, para as empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, conforme representados no Quadro e Gráfico seguintes. Em todo o caso, ressalva-se que esta análise pode não ser representativa da verdadeira dimensão de cada atividade no município, uma vez que algumas empresas poderão ter sede fora do Concelho.

⁴⁷ Apesar do INE apresentar dados que remontam a 2004, optou-se por utilizar o ano de 2009, por questões de comparabilidade.



Quadro 8.13 | Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios agrupados por Setor de Atividade, em 2019

		Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)
		2019		
NUTS III Alentejo Central	Setor Primário	9126	8475	369096239
	Setor Secundário	4439	12702	1193502875
	Setor Terciário	25921	26723	1571229990
	Total	39486	47900	3133829104
Município de Vendas Novas	Setor Primário	436	406	16770900
	Setor Secundário	332	1420	168124632
	Setor Terciário	1798	1936	125025500
	Total	2566	3762	309921032
		2009		
NUTS III Alentejo Central	Setor Primário	6672	7320	251322967
	Setor Secundário	5493	4922	190891298
	Setor Terciário	26796	25006	1413940100
	Total	38961	37248	1856154365
Município de Vendas Novas	Setor Primário	312	378	9626369
	Setor Secundário	418	1375	82602404
	Setor Terciário	1721	1816	81271655
	Total	2451	3569	173500428
		Variação total 2009-2019		
Alentejo Central		1,3	28,6	68,8
Vendas Novas		4,7	5,4	78,6

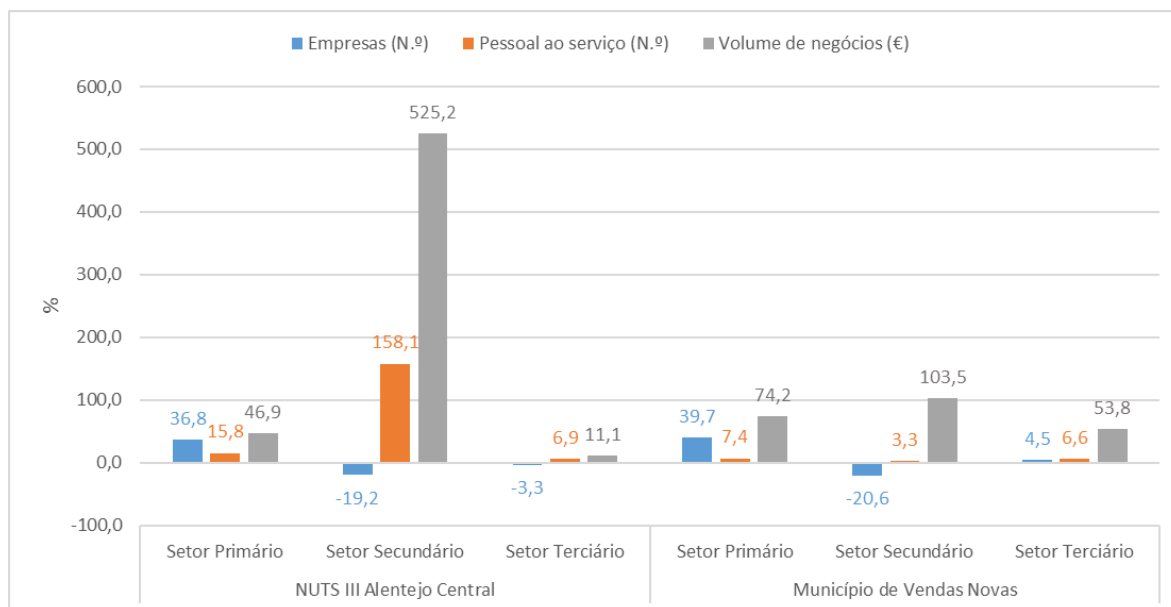
Nota: Correspondência CAE Rev 3 – conforme representada no Quadro 8.14:

Setor Primário: CAE A e B. Setor Secundário: CAE C a F. Setor Terciário: CAE G a S

Os totais podem não corresponder à soma dos vários setores de atividade, devido à existência de dados confidenciais no Quadro 8.14

Fonte: INE

Gráfico 8.13 | Variação das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios no período 2009-2019



Nota: Correspondência CAE Rev 3 – conforme representada no Quadro 8.14:

Setor Primário: CAE A e B. Setor Secundário: CAE C a F. Setor Terciário: CAE G a S

Os totais podem não corresponder à soma dos vários setores de atividade, devido à existência de dados confidenciais no Quadro 8.14

Fonte: INE

Em 2019, encontravam-se sedeadas no município de Vendas Novas 2 566 empresas, com 3 762 indivíduos ao serviço e com um volume de negócios que rondava os 309 milhões de euros (Quadro 8.13).

O número de empresas com sede no município de Vendas Novas em 2019 corresponde a um acréscimo de 4,7% face a 2009 (Quadro 8.13), superior ao apresentado a nível sub-regional. Também o pessoal ao serviço e o volume de negócios apresentam um crescimento de 5,4% e 78,6%, respetivamente. Assim, apenas na variação do número de pessoal ao serviço o Município apresenta resultados inferiores aos da NUTS III – Alentejo Central.

O



Gráfico 8.13 representa a variação do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por setor de atividade, verificando-se no Município de Vendas Novas uma redução apenas no setor secundário, nomeadamente no número de empresas existentes. Por oposição, é exatamente o mesmo setor que regista um maior aumento no volume de negócios. Quando comparado com o cenário apresentado na NUTSIII – Alentejo Central, observa-se que este apresenta decréscimos no número de empresas no setor secundário e terciário na ordem dos 19,2% e 3,3%, respetivamente.

No Quadro 8.14 é apresentada a composição do tecido empresarial em 2019, desagregada ao nível da seção (CAE Rev3), uma vez que a análise por setor de atividade (apresentada anteriormente) agrega realidades muito específicas.

Assim sendo, a principal atividade em termos de número de empresas corresponde a “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (20,8%), e é também a segunda mais importante em termos de pessoal ao serviço (17,9%) e de volume de negócios (20,6%).

A atividade mais importante em termos de pessoal ao serviço e de volume de negócios é a atividade “Indústrias transformadoras”, responsável respetivamente por 32,3% do pessoal ao serviço e por 51,7% do volume de negócios, independentemente de representar apenas 6,2% do número de empresas. Nesta atividade destaque, como principais atividades transformadoras, as indústrias alimentares (vinhos, queijos, enchidos), indústrias da cortiça e fabricação de produtos metálicos (componentes automóveis), sendo que praticamente todas as unidades industriais se localizam no Parque Industrial de Vendas Novas. Este apresenta-se em crescimento, e beneficia de uma forte ligação com a StartupAlentejo.

A segunda atividade em termos de número de empresas é “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (17,0%), representando 10,8 % do pessoal ao serviço, mas apenas 5,4% do volume de negócios, nesta destaca-se a produção florestal nomeadamente a cortiça e a pinha, bem como alguma atividade agrícola. Assinala-se a Herdade da Ajuda Velha com maior dimensão na produção agrícola, mas existem também vários pequenos produtores, contudo apenas se aponta a presença assídua no mercado municipal de uma vendedora.

Esta distribuição empresarial não difere muito do comportamento apresentado pela NUTS III – Alentejo Central, também representado no Quadro 8.14.

Quadro 8.14 | Distribuição das empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por CAE, em 2019

Setores de Atividade	CAE Rev.3 - Secção	2019					
		NUTS III – Alentejo Central			Município de Vendas Novas		
		Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)	Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)
Total		39486	47900	3133829104	2566	3762	309921032
Primário	(A) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9016	8148	351063696	436	406	16770900
	(B) Indústrias extrativas	110	327	18032543	0	0	0
Secundário	(C) Indústrias transformadoras	2124	9448	1050439344	158	1215	160305698
	(D) Eletricidade, gás, vapor, água quente e frio e ar frio	57	-	-	4	4	29004
	(E) Captação, trat. e dist. de água; san., gestão de resíduos e desp.	38	221	12793185	0	0	0
	(F) Construção	2220	3033	130270346	170	201	7789930
Terciário	(G) Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. aut. e motociclos	6686	8203	966953268	534	672	63807489
	(H) Transportes e armazenagem	622	1417	86825295	50	68	3905375
	(I) Alojamento, restauração e similares	3812	4742	162703354	218	386	13668398
	(J) Atividades de informação e de comunicação	430	629	56827265	38	111	32352757
	(L) Atividades imobiliárias	402	527	26780214	22	26	368334
	(M) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3120	2639	75424268	168	134	2860619
	(N) Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4554	4174	52339692	328	174	2170853
	(P) Educação	771	-	-	50	51	186153
	(Q) Atividades de saúde humana e apoio social	2688	2447	80234938	176	177	4124786
	(R) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1979	672	18370808	138	32	314181
	(S) Outras atividades de serviços	857	1273	44770888	76	105	1266555
		Peso face ao total - %					
Primário	(A) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	22,8	17,0	11,2	17,0	10,8	5,4
	(B) Indústrias extrativas	0,3	0,7	0,6	0,0	0,0	0,0



Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas | Volume VI - ECD

Setores de Atividade	CAE Rev.3 - Secção	2019					
		NUTS III – Alentejo Central			Município de Vendas Novas		
		Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)	Empresas (N.º)	Pessoal ao serviço (N.º)	Volume de negócios (€)
Secundário	(C) Indústrias transformadoras	5,4	19,7	33,5	6,2	32,3	51,7
	(D) Eletricidade, gás, vapor, água quente e frio e ar frio	0,1	-	-	0,2	0,1	0,0
	(E) Captação, trat. e dist. de água; san., gestão de resíduos e desp.	0,1	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0
	(F) Construção	5,6	6,3	4,2	6,6	5,3	2,5
Terciário	(G) Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. aut. e motociclos	16,9	17,1	30,9	20,8	17,9	20,6
	(H) Transportes e armazenagem	1,6	3,0	2,8	1,9	1,8	1,3
	(I) Alojamento, restauração e similares	9,7	9,9	5,2	8,5	10,3	4,4
	(J) Atividades de informação e de comunicação	1,1	1,3	1,8	1,5	3,0	10,4
	(L) Atividades imobiliárias	1,0	1,1	0,9	0,9	0,7	0,1
	(M) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7,9	5,5	2,4	6,5	3,6	0,9
	(N) Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11,5	8,7	1,7	12,8	4,6	0,7
	(P) Educação	2,0	-	-	1,9	1,4	0,1
	(Q) Atividades de saúde humana e apoio social	6,8	5,1	2,6	6,9	4,7	1,3
	(R) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5,0	1,4	0,6	5,4	0,9	0,1
	(S) Outras atividades de serviços	2,2	2,7	1,4	3,0	2,8	0,4

* Dados Confidenciais. Estes determinam que a soma das várias atividades económicas não totaliza os 100%. Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

Por fim, são dadas algumas notas com relevo para a dinâmica económica, designadamente no que se refere à localização das atividades económicas no território municipal:

- A localização da quase totalidade da indústria transformadora no Parque Industrial de Vendas Novas, sendo praticamente nula a sua presença na cidade;
- A localização da atividade comercial e de serviços na Cidade de Vendas Novas (que como já mencionado atrás concentra cerca de 87% da população do município);
- A importância da ocupação florestal do espaço rústico que contribuí para o relevo da indústria da cortiça e do pinhão no município.
- Por fim, deve ser dada a nota da criação da StartUP Alentejo® em 2017, que constitui uma incubadora de empresas multissetorial com enfoque em projetos criativos e inovadores, localizada na malha urbana da cidade de Vendas Novas. Dispõe de 4 modelos de incubação: Pré-incubação, cowork, incubação física e escritório virtual, recebendo já 48 empresas.

Parque Industrial de Vendas Novas

O Parque Industrial de Vendas Novas, que concentra a quase totalidade da indústria transformadora, foi objeto de um Plano de Pormenor, que se encontra descrito no ponto 2.3.3.1., e sobre o qual é já indicada a necessidade de revisão/expansão.

Com 80 ha, o Parque Industrial foi desenvolvido em 3 fases já concluídas:

- Fase 1 – 440 000,00 m²
- Fase 2 – 46870,00 m²
- Fase 3 – 64 025,00 m²
- Lote 70 Alv. 1/2007 – 44 500,00 m²

De acordo com a informação da CMVN⁴⁸, encontram-se localizadas no Parque Industrial cerca de 70 empresas com 1.200 trabalhadores, existindo ainda terrenos e edifícios disponíveis para arrendamento e/ou venda.

A percentagem de ocupação rondará os 67,9%, excluindo já os lotes que não estão para venda, pois são áreas de expansão de empresas já existentes, considerando assim esses lotes como área ocupada. Pela natureza das empresas localizadas e potencial logístico e de capacidade de atração de investimento, é expectável a necessidade de futuras expansões, uma vez que atualmente, embora com áreas ainda disponíveis, as mesmas podem ser rapidamente esgotadas face à tipologia de empresas que potencialmente procuram o Parque Industrial designadamente no setor da logística.

O Parque Industrial Vendas de Novas disponibiliza um conjunto de Serviços de Apoio, como restaurante, formação profissional, creche e jardim-de-infância, ginásio, limpezas industriais, jardinagem, ecocentro, entre outros, que contribuem para um melhor acolhimento empresarial e atração de investimentos.

A posição estratégica do Parque Industrial, em termos de proximidade dos grandes mercados e serviços, com boas acessibilidades e ligações intermodais de nível internacional, nacional e regional (interface Lisboa / Sul e Lisboa / Madrid, Setúbal e Évora – cruzamento A2/A6/A13), é reforçada no quadro das orientações nacionais definidas a nível portuário e logístico e da implementação de

⁴⁸ <http://www.cm-vendasnovas.pt/pt/site-investir/acolhimento/Paginas/parqueindustrial.aspx>



novas acessibilidades estruturantes a nível nacional e internacional. Neste sentido, o reforço da importância do Porto de Sines e da sua zona portuária, industrial e logística beneficiará de amplo desenvolvimento, não só no volume e diversificação de mercadorias movimentadas, mas também no desenvolvimento de iniciativas ligadas ao conhecimento e à inovação.

Em resumo o Parque Industrial dispõe de um conjunto de características distintivas que urge potenciar:

- Cluster Automóvel e Cluster da cortiça;
- Excelente posição geoestratégica associada às excelentes acessibilidades Ferro Rodoviárias, que elevam o potencial logístico;
- A localização num território com possibilidade de expansão;
- A dotação de Rede de Fibra Ótica e a possibilidade de inclusão de gás natural.

A distribuição por setores de atividade das empresas instaladas no Parque Industrial apresenta-se bastante variado, incluindo⁴⁹:

- Indústrias Transformadoras:
 - Componentes automóveis
 - Fabricação de carros e reboques
 - Cortiça e seus derivados
 - Fabricação de detergentes
 - Rações para animais
 - Fabricação de betão pronto
 - Fabricação de artigos de mármore e rochas similares
- Construção
 - Construção de edifícios
 - Construção e reparação de cemitérios
 - Construção de postos de transformação (PTS)
- Comércio e reparação de veículos automóveis
 - Comércio de veículos automóveis
 - Manutenção e reparação de veículos
 - Venda e reparação de veículos
 - Comércio de bebidas
 - Comércio de móveis
 - Comércio de produtos de higiene

⁴⁹ Apresentação do Parque Industrial de Vendas Novas, podendo diferir algumas das atividades indicadas.

- Reparação e manutenção de bens
- Comércio e reparação de motos
- Alojamento e restauração
- Restaurante
- Estabelecimento de bebidas
- Comunicações, transportes e armazenagem
- Emissão TV Satélite
- Atividades Logísticas e de distribuição
- Armazenagem
- Educação
- Cursos de formação profissional
- Serviços e atividades, principalmente prestados às empresas
- Limpeza
- Energia
- Lavagem e limpeza de veículos automóveis
- Carpintaria
- Serralharia de ferro e alumínio
- Serralharia de pressão
- Manutenção de equipamentos
- Jardim de Infância
- Ginásio

8.5.2. Turismo

O PROT Alentejo identifica orientações estratégicas para o sucesso da implementação do subsistema de desenvolvimento turístico enquadrado no modelo de desenvolvimento territorial da região do Alentejo. Neste sentido, o Município de Vendas Novas integra maioritariamente a Zona B “Envolvente de Évora” para a qual as orientações consistem, entre outras:

- *“o património natural e ambiental (e. g. sítio de Monfurado, integrado na Rede Natura 2000), pode desempenhar um papel de valorização turística desta sub-região no que se refere aos passeios na natureza, observação astronómica, da fauna e flora, orientação, BTT, entre outros, muitos deles já com atividades e percursos sinalizados ou organizados e dotados de infra - estruturas e equipamentos de apoio (e.g. Fluviário de Mora e Centro Ciência Viva de Estremoz).”*
- *“O incremento de meios turísticos de qualidade (alojamento hoteleiro, serviços de animação e restauração) e de equipamentos complementares (salas de reunião e auditórios) irá assegurar cada vez mais as condições necessárias à dinamização de um turismo de encontros, reuniões, seminários e congressos.”*



- *“O turismo industrial também pode ser uma das atividades a ter alguma representatividade na sub-região, principalmente na Zona dos Mármore, através da utilização de pedreiras inativas em percursos geoturísticos que divulguem os recursos geológicos presentes, a atividade industrial ligada ao sector e a sua articulação com o património histórico e cultural da região.”*

Neste contexto, e tal como representado na Figura seguinte, o Município de Vendas Novas conta com valores patrimoniais arquitetónicos, através de imóveis classificados e não classificados, gastronómicos, com a empada rainha e o queijo fresco da “Queijaria das Romãs”. Note-se que no caso dos produtos gastronómicos o *ex-libris* do Município de Vendas Novas são as “Bifanas de Vendas Novas”, no entanto, uma vez que é um produto comercializado em vários estabelecimentos os mesmos são apresentados mais adiante neste capítulo.

O Município conta ainda com produtos vinícolas da Herdade da Ajuda, Herdade do Monte Branco e da Herdade do Outeiro, bem como com cinco núcleos museológicos, designadamente: o Museu da Escola Prática de Artilharia, Museu Etnográfico e Agrícola do Grupo de Danças e Cantares dos Pioneiros de Vendas Novas, Espaço Etnográfico do Rancho Folclórico de Landeira, Museu Etnográfico e Agrícola do Rancho Folclórico de Piçarras e o Ecomuseu de Recursos Florestais - Horto pedagógico experimental.

Destaca-se como elementos patrimoniais com forte potencial turístico o Núcleo Edificado da Marconi e o Palácio Vidigal, este último não representado na Figura seguinte dado que não tem acesso ao público. No caso do Núcleo Edificado da Marconi, o potencial turístico deste prende-se com a reabilitação das habitações de arquitetura pré-colonial para alojamento turístico e/ou núcleo museológico, bem como a conservação e promoção da Capela de São Gabriel que possui uma arquitetura muito particular e cujos vitrais foram pintados por Almada Negreiros.

Por seu turno, o Palácio Vidigal detém, numa primeira abordagem, um potencial turístico que se prende com visitas abertas ao público, tanto no seu interior como no exterior.

Não se constata a existência de áreas de serviço para autocaravanas no Município.

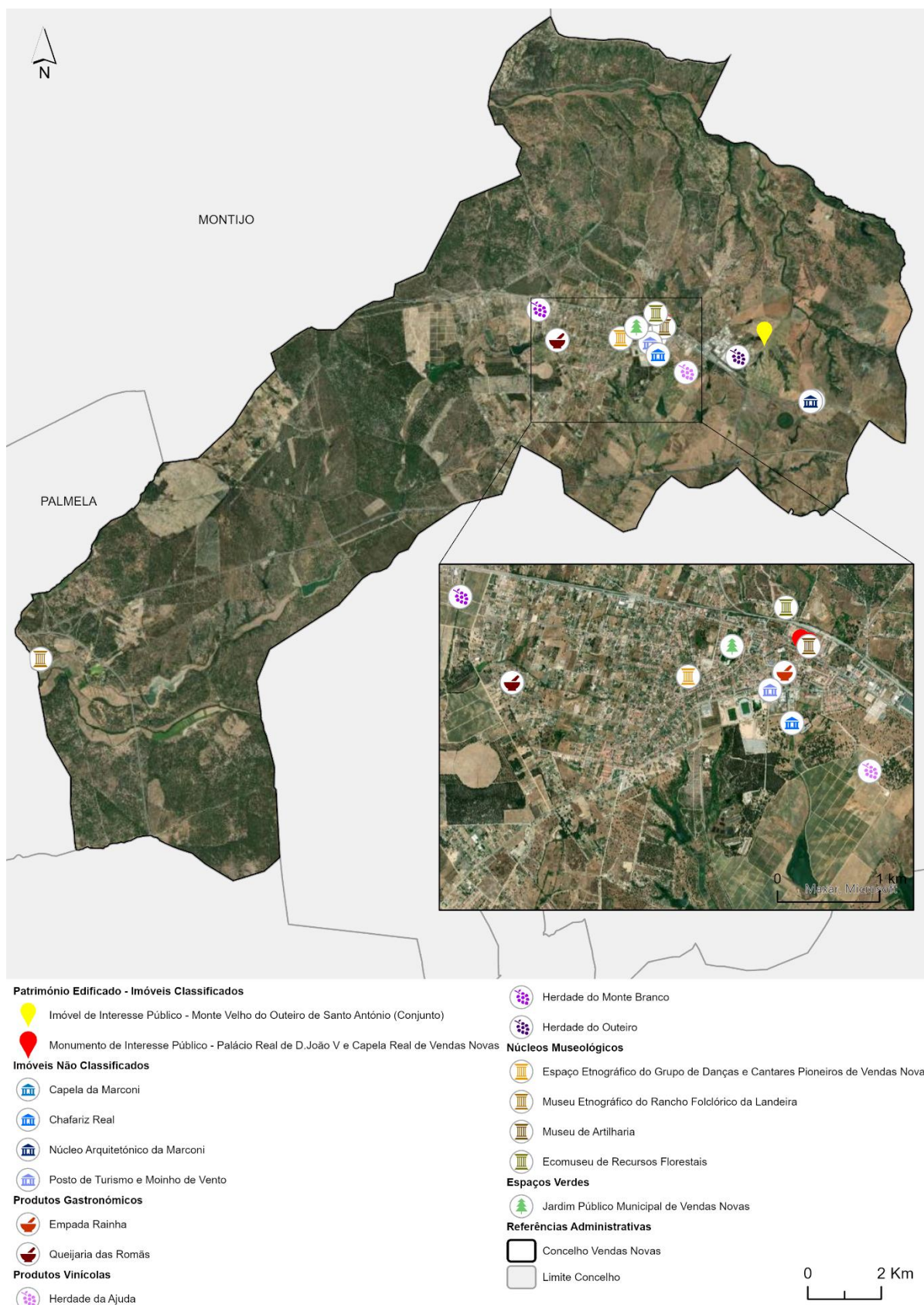


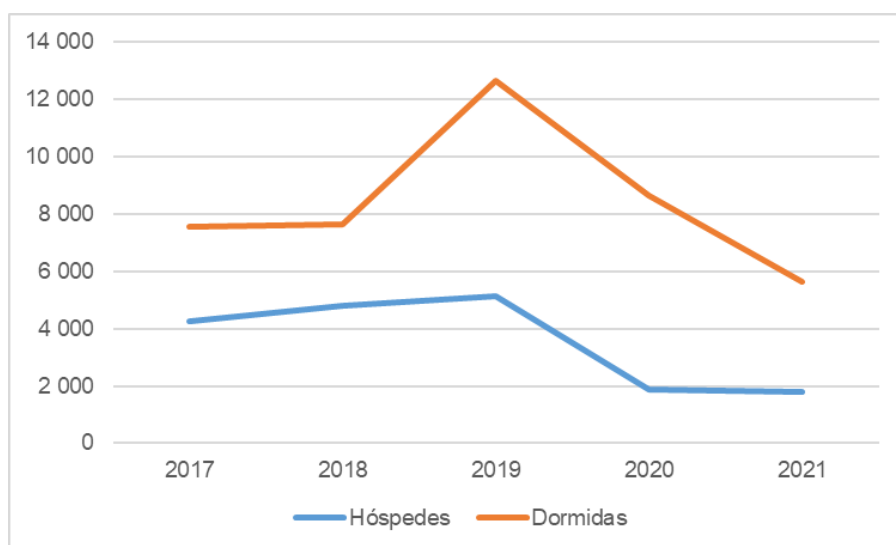
Figura 8.7 | Recursos patrimoniais com potencial turístico no Município de Vendas Novas



Segundo os dados do INE, através do inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, verifica-se um acentuado crescimento (65,1%) no número de dormidas no ano de 2019, com um aumento do número de hóspedes apenas de 6,8%. No entanto no ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, o número de dormidas no Município caiu cerca de 31,6% e o número de hóspedes caiu cerca de 63,0%.

Assim, no ano de 2021, foram registados 1 810 hóspedes no Município que se traduziram em 5 623 dormidas.

Gráfico 8.14 | Evolução do número de hóspedes e dormidas em estabelecimento de alojamento turístico no concelho de Vendas Novas, 2017-2021



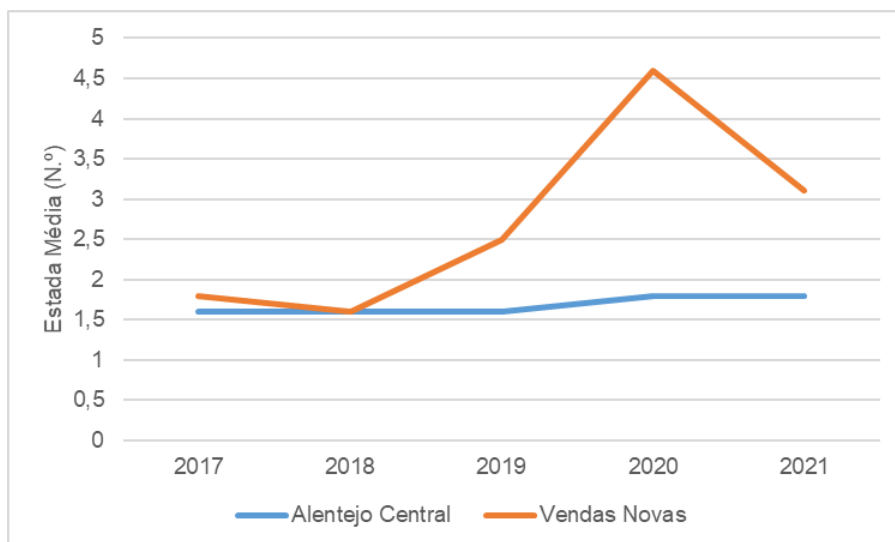
Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos.

No que respeita aos empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local alojamento, estes apresentam-se com uma presença bastante modesta, uma vez que Vendas Novas não apresenta uma tradição turística.

Contudo, tal como representado no Gráfico seguinte, desde 2017 que a NUTS III Alentejo Central e o Município de Vendas Novas têm assistido a um aumento do número de dias que cada visitante permanece no respetivo território. Enquanto a NUTS III Alentejo Central cresceu cerca de 12,5% o Município de Vendas Novas registou um crescimento na ordem dos 72,2% sendo que, à exceção do ano de 2018 onde ambos as unidades territoriais registaram uma estada média de 1,6, a estada média no Município manteve-se superior à estada média na NUTS III.

No ano de 2021 a estada média registada no Município de Vendas Novas posicionava-se nos 3,1 dias, o que se traduziu num decréscimo de 1,5 dias face ao ano de 2020.

Gráfico 8.15 | Estada média (n.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico no Município de Vendas Novas



Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos.

De acordo com o Turismo de Portugal, nomeadamente no Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR), estão presentes no Município um empreendimento turístico (ET) e 12 estabelecimentos de alojamento local. O único empreendimento turístico, o Hotel Acez, encontra-se na categoria de qualidade de quatro estrelas, tendo 25 quartos e uma capacidade para 36 pessoas. Por seu turno os estabelecimentos de alojamento local reúnem, no seu conjunto, uma capacidade de 106 utentes e distribuem-se por três tipologias, nomeadamente: moradia (5), estabelecimento de hospedagem (5) e apartamento (1).

Quanto à distribuição geográfica da oferta de alojamento turístico, constata-se que apenas três estabelecimentos estão localizados fora da cidade de Vendas Novas, nomeadamente nas localidades de Nicolaus, Afeiteira e Piçarras.

Quadro 8.15 | Empreendimentos Turísticos e estabelecimentos de Alojamento Local no Município de Vendas Novas (setembro de 2022)

Designação	Tipologia	Categoria	N.º de camas/utentes	Unidade de alojamento/ N.º de quartos	Localização, Freguesia
Empreendimento turístico					
Hotel Acez	Hotel	4*	36	25	Vendas Novas, Vendas Novas
Alojamento local					
Casa Zanzibar	Moradia	-	15	-	Nicolaus, Landeira
Solar da Afeiteira	Moradia	-	6	-	Afeiteira, Vendas Novas
Laranjal 42	Estabelecimento de Hospedagem	-	3	-	Vendas Novas
Quinta do Ribeiro	Moradia	-	4	-	Vendas Novas



Designação	Tipologia	Categoria	N.º de camas/utentes	Unidade de alojamento/ N.º de quartos	Localização, Freguesia
Passion Café	Estabelecimento de Hospedagem	-	10	-	Vendas Novas
Residencial Primavera	Estabelecimento de Hospedagem	-	23	-	Vendas Novas
Residencial Escondidinho	Estabelecimento de Hospedagem	-	24	-	Vendas Novas
Cocoon Guest House	Apartamento	-	2	-	Vendas Novas
Mix	Estabelecimento de Hospedagem	-	8	-	Vendas Novas
Casa do Avô Ezequiel	Moradia	-	7	-	Vendas Novas
Casas das Piçarras	Moradia	-	4	-	Piçarras, Vendas Novas

Fonte: SIGTUR, pesquisa online em 07-09-2022.

Não existem Projetos e Pedidos de Informação Prévia (PIP) de empreendimentos turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal, tal como identificados no SIGTUR, mas encontram-se aprovados (a decorrer o prazo de um ano para apresentação de pedido de licença de construção) os projetos de Hotel Rural (4 estrelas) e adega na Herdade do Monte Branco (CMVN, 2022). Este empreendimento turístico terá a capacidade de 115 camas/utentes.

Relativamente aos agentes de animação turística (estabelecimentos) estão presentes no Município, de acordo com o Turismo de Portugal, seis agentes. Considerando o Quadro seguinte, verifica-se que metade (3) destas dedicam-se à dinamização de atividades culturais/tours pela natureza e culturais, duas focam-se em atividades marítimo-turísticas e apenas uma reúne vários tipos de atividades, nomeadamente atividades ao ar livre/natureza e aventura, atividades marítimo-turísticas e atividades reconhecidas como turismo de natureza.

Note-se que os agentes de animação turística sediados no Município podem oferecer produtos fora do Município, bem como empresas sediadas em outros municípios podem dinamizar e promover produtos turísticos no Município de Vendas Novas.

Assinala-se ainda a oferta de campos de férias – Campos de Férias do Castor, na Quinta Contente, em Nicolaus – Landeira.

Quadro 8.16 | Agentes de Animação Turística (estabelecimentos) no Município de Vendas Novas

Designação	Tipologia
Ocean Alive - cooperativa para a educação criativa marinha, CRL	Atividades Ar Livre/ Natureza e Aventura Atividades Marítimo-Turísticas Atividades reconhecidas como turismo de natureza
LUSITANUS ALENTEJANUS - ANIMAÇÃO TURISTICA UNIPESSOAL LDA	Atividades Cultural/ Tour. Paisag. e Cultural
Sunny Routes - Tours & Transfers Ld	Atividades Marítimo-Turísticas

Designação	Tipologia
Bastirosasal Lda	Atividades Cultural/ Tour. Paisag. e Cultural
Liah Rosenfeld	Atividades Cultural/ Tour. Paisag. e Cultural
Riboat Tours, Unipessoal Lda	Atividades Marítimo-Turísticas

Fonte: SIGTUR, pesquisa online em 07-09-2022.

(1) Eventos Culturais, Festas e Romarias

Ao longo do ano o Município de Vendas Novas é palco de, pelo menos, 16 eventos culturais, festas e romarias com frequência anual e com objetivos bastante semelhantes, nomeadamente a promoção da identidade cultural. Considerando o Quadro seguinte verifica-se que apenas um dos eventos decorre na freguesia de Landeira e a maioria acontecem nos dias meses de primavera/verão.

Quadro 8.17 | Eventos culturais, festas e romarias no Município de Vendas Novas

Evento	Localização (freguesia)	Data (mês)
Comemorações Dia Internacional da Mulher	Vendas Novas	Março
Exposição coletiva “Arte é feminino”		
Semana da Juventude		
Comemorações do 25 de abril		Abril
Festas da cidade		Maio
Feira de maio		
Abertura da época balnear nas piscinas municipais		Junho
Noites de Verão – sexta, sábado e domingo		Julho e Agosto
Festas do Concelho		Setembro
Feira de setembro		Outubro/novembro
Exposição Internacional de Artes Plásticas		
Encontro de Teatro Amador de Vendas Novas		Novembro
Comemorações do aniversário da freguesia de Landeira	Landeira	
Mercado Mensal – 3.º domingo do mês	Vendas Novas	Todos os meses
Feira da Bagageira – 1.º sábado		Março, Junho, Setembro e Dezembro
Passeio de Motorizadas		Setembro

(2) Restauração e bebidas

Relativamente ao setor da restauração totalizam-se 20 estabelecimentos, dos quais se destacam o “100% Bifanas de Vendas Novas”, “Bifanas & Companhia” e “Império das Bifanas” já que têm como especialidade as tão afamadas Bifanas de Vendas Novas.



Quadro 8.18 | Estabelecimentos de restauração e bebidas no Município de Vendas Novas

Tipologia	Nome do Estabelecimento	Localização (freguesia)
Restaurante	Bela Vista	Vendas Novas
	Canoa	
	Canto dos Sabores	
	Casa Branca	
	O Escondidinho	
	A Lareira	
	A Paragem das Rainhas	
	O Prego	
	Retiro do Bom Gosto	
	Yun Tian Lou	
	A Fonte	
	Solidó	
	Pronto a Comer	
	100% Bifanas de Vendas Novas	
	Bifanas & Companhia	
Café	Café Boavista	Vendas Novas
Restaurante	A Chaminé	
	Império das Bifanas	
Café	Passion Café	Vendas Novas
Restaurante	O Silva	

(3) Percursos pedestres e cicláveis

Por último, o Município de Vendas Novas conta com uma rede de percursos cicláveis e pedonais compreendida numa extensão de cerca de 112,87 km, distribuída por três percursos, designadamente: Caminho de Santiago (Etapas 12 e 13), Grande Rota do Montado de Vendas Novas e o TransAlentejo – Rota das Bifanas.

Merecendo especial destaque a Grande Rota do Montado, por ser o percurso mais extenso com cerca de 40,66 km, e a TransAlentejo – Rota das Bifanas por ser o único percurso circular.

Note-se que todos os percursos têm troços em comum, tal como representado na Figura seguinte.

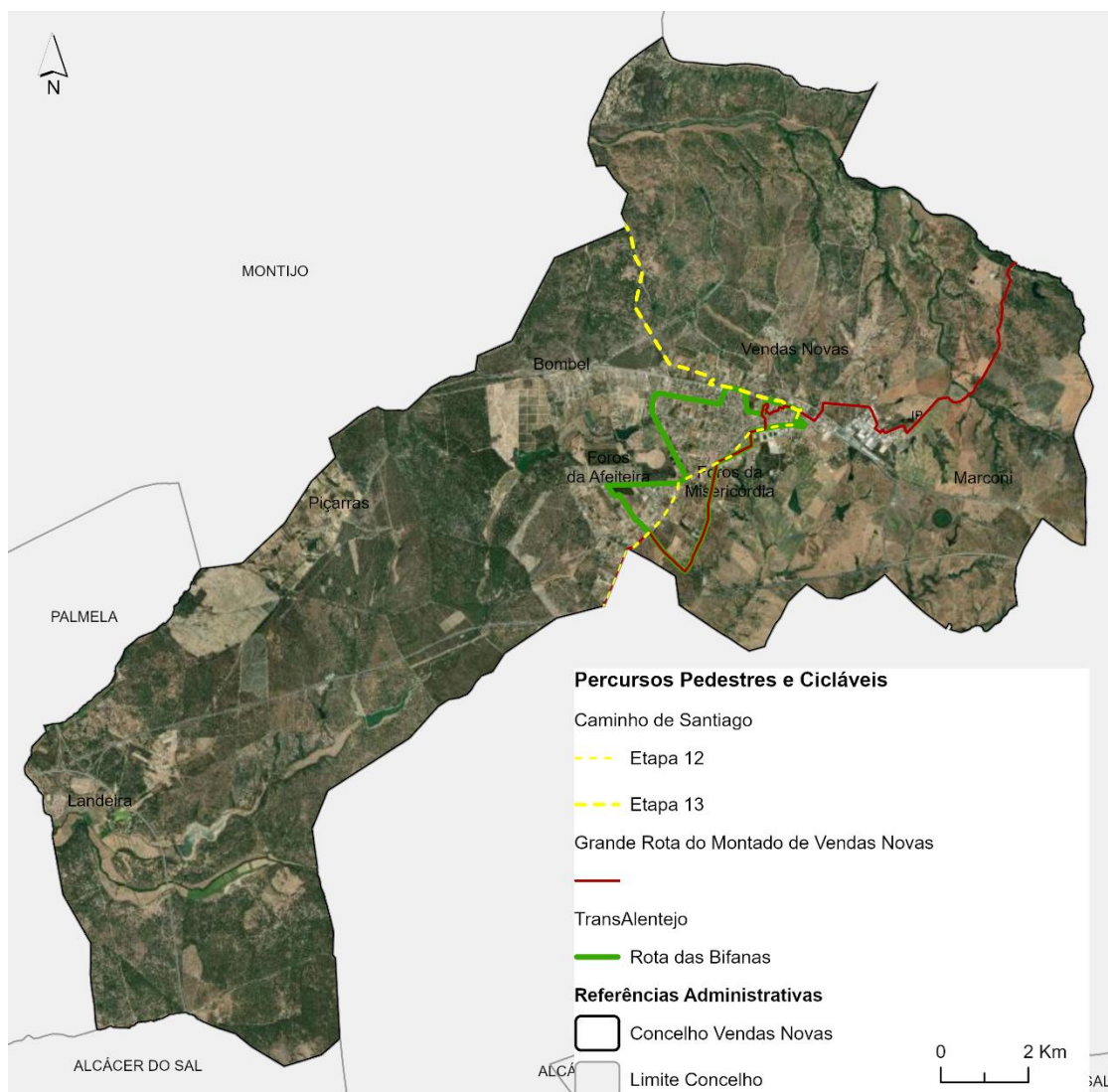


Figura 8.8 | Percursos pedestres e cicláveis no Município de Vendas Novas



9. PATRIMÓNIO CULTURAL

9.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

A metodologia geral de caracterização do património histórico-cultural existente no concelho de Vendas Novas consiste na sistematização da informação disponível, relativa a:

- Achados arqueológicos e potencial do subsolo (nomeadamente, o valor, o número e locais onde existem ou possam existir, de onde provêm notícias de ocorrência de vestígios) e elementos edificados (no que respeita a tipologias, estado de conservação, usos, cronologias, alterações, etc.);
- Desenvolvimentos da investigação histórico-arqueológica no território concelhio e os conhecimentos que permitiram alcançar sobre a evolução da ocupação humana.

Esta recolha de informação permite reconstituir a evolução histórica do povoamento do concelho, de forma coerente, fundamentada em bases científicas e devidamente atualizada.

Na implementação da metodologia de pesquisa foram considerados distintos elementos patrimoniais, nomeadamente, os materiais, as estruturas e os sítios incluídos nos seguintes âmbitos:

- Património abrangido por figuras de proteção, compreendendo os imóveis classificados e em vias de classificação ou outros monumentos, sítios e áreas protegidas por lei;
- Sítios e estruturas de reconhecido interesse patrimonial e/ou científico, que não estando abrangidos pela situação anterior, constem em trabalhos de investigação creditados, em inventários nacionais e ainda aqueles cujo valor se encontra convencionado;
- Estruturas singulares, testemunhos de humanização do território, representativos dos processos de organização do espaço e de exploração dos seus recursos naturais em moldes tradicionais, definidos como património vernáculo.

Assim, aborda um amplo espectro de realidades:

- Elementos arqueológicos em sentido restrito (achados isolados, manchas de dispersão de materiais, estruturas parcial ou totalmente cobertas por sedimentos, locais de informação paleo-ambiental);
- Vestígios de rede viária e caminhos antigos;
- Vestígios de mineração, pedreiras e outros indícios materiais de exploração de matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e delimitadoras de propriedade;
- Estruturas de apoio a actividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

A pesquisa bibliográfica permite traçar um enquadramento histórico para a área em estudo. Com este enquadramento procura-se facultar uma leitura integrada das estações arqueológicas documentadas, no contexto mais amplo da diacronia de ocupação do território. O levantamento bibliográfico baseia-se nas seguintes fontes de informação:

- Inventários patrimoniais de organismos públicos (Portal do Arqueólogo; base de dados Ulysses - Sistema de Informação do Património Classificado e SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico da Direção-Geral do Património Cultural – DGPC; bases de dados da autarquia);
- Bibliografia especializada;
- Instituições públicas ou privadas com colecções de arqueologia e um papel interventivo ao nível do património local;
- Planos de ordenamento e gestão do território;
- Projectos de investigação e processos de avaliação de impactes existentes na região.

Para além da utilidade imediata do trabalho sistematização da informação histórico-arqueológica patente no processo de revisão do PDM, que permite a compilação de informação anteriormente mais dispersa, pretende-se que esta seja uma primeira etapa de criação de um corpo informativo que, de forma planeada e sistemática, possa ser revisto e atualizado, nomeadamente através de trabalho de campo complementar, que possa vir a resultar numa carta arqueológica do concelho de Vendas Novas.

9.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Pesem embora alguns processos de prospeção arqueológica, de avaliação de impacto ambiental e acompanhamento arqueológico de obra que já ocorreram em Vendas Novas, não existe de facto um conjunto representativo de arqueossítios identificados no território do concelho.

A escassez de registo arqueológico em muito se explica pela fisionomia do território.

De facto, as características específicas da sua geomorfologia tornam-no particularmente pouco propenso do ponto de vista do potencial arqueológico.

O concelho enquadra-se quer na Bacia Sedimentar do Sado quer na Bacia Sedimentar do Tejo, que localmente se interligam através de aquíferos comuns.

A exceção às amplas áreas decorrentes de sedimentogénese relativamente recente consiste num pequeno setor a este e a sudeste da cidade de Vendas Novas, caracterizada por unidades estruturais da Zona de Ossa-Morena (ZOM) e Zona Sul Portuguesa (ZSP), integradas no Maciço Hespérico ou Maciço Antigo, com litologia ígnea e metamórfica. Este setor constitui-se num ligeiro planalto sobre-elevado em relação ao nível do mar.

Portanto, trata-se um território maioritariamente constituído por uma litologia sedimentar, com domínio de estratos greso-argilosos, argilo-gresosos, cascalheiras, aluviões e depósitos de terraço.

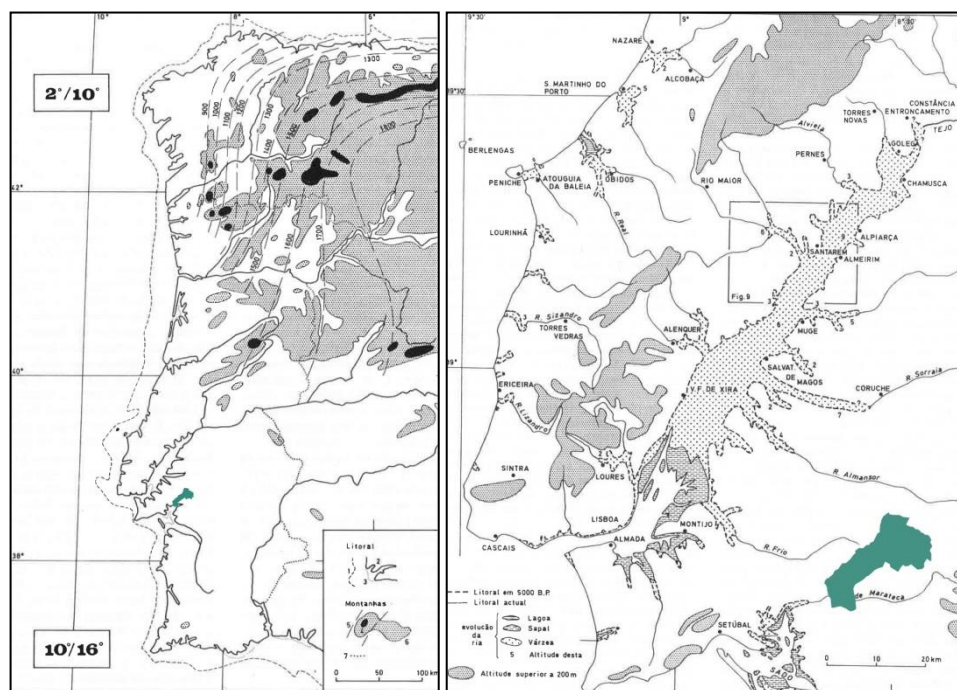
Ao nível do relevo, também é sintomática reduzida variação altimétrica, situada aproximadamente entre os 0 e os 185 metros de altitude, sendo as cotas mais baixas e a superfície mais aplanada a sul, nas imediações da ribeira da Marateca.

A escassez de registo arqueológico tende a ser um reflexo dos traços físicos específicos do território, que sofreram mudanças muito profundas ao longo dos milénios, tendo o ser humano que se adaptar e enfrentar condições ambientais muito diversas, entre máximos glaciares e processos de transgressão marinha.

Suzanne Daveau em 1980 salientou efetivamente a importância da investigação arqueológica reconstituir a extensão e configuração das terras emersas, das formas de relevo, do clima, do



coberto vegetal e da fauna, no curto, médio e longo prazo, para assim entender o seu reflexo na presença humana e no registo arqueológico inerente (Daveau, 1980, p. 13).



Fonte: Daveau, 1980, p. 24 , Fig. 5 e p. 26, Fig. 6

Figura 9.1 | Localização aproximada do território do atual concelho de Vendas Novas sobre o mapa de Portugal durante a Idade Glaciar Würm recente e sobre o mapa das rias flandrianas da Estremadura e Ribatejo (cerca de 3000 a.C.).

Nenhuma das estações arqueológicas reconhecidas no território de Vendas Novas consta na base de dados nacional Portal do Arqueólogo, da DGPC:

- Bica-Fria - estação paleolítica;
- Sesmaria de Cuncos - estação romana;
- Ferraria da Lavra de Maio (Landeira);
- Ferraria do Quintal do Henrique Rosa (Landeira);
- Olival de Amieira - estação medieval;
- Terras Frias (Moinhola, Landeira) - estação medieval.

9.3. HISTÓRIA DO CONCELHO E PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

A história de Vendas Novas encontra-se captada na monografia “Vendas Novas – História e Património” (Coelho e Marques, 1991).

E esta é uma história indissociável da história das próprias vias de comunicação, das estradas, que visavam ligar o litoral ao interior alentejano.

De forma a encurtar a distância entre a Aldeia da Golegã, Atalaia e a cidade de Évora, foi projetado o traçado da denominada Estrada Nova (a atual Estrada Nacional nº 4), com passagem por Pegões e Montemor-o-Novo, dando assim origem ao primeiro povoamento de Vendas Novas, no século XVI.

A povoação mais antiga do concelho terá sido no entanto Landeira, atual freguesia do concelho, sobre a qual existem referências datadas de inícios do Séc. XII.

Quanto ao nome do povoado terá provavelmente origem nas construções, as "Estalagens" ou "Vendas", que por serem de construção recente, eram novas, denominadas pelos viajantes como "Vendas Novas".

O crescimento inicial deveu-se às porções de terra ofertadas aos parques habitantes pelo então monarca D. Sebastião, dando origem a uma vasta plantação de pomares, vinhas e hortas, sendo a subsistência da população da vila baseada numa economia de base agrícola (Coelho e Marques, 1991).

Em 1729 D. João V manda construir o Palácio Real de Vendas Novas, embora ainda nos finais do século XVIII continuasse a ser apenas uma pequena povoação rural, definida ao longo do eixo de uma só rua, então denominada Rua do Forno e quatro núcleos populacionais, de Casas de Cima e respetiva Estalagem, Casas de Baixo e Estalagem de Baixo, duas casas residenciais e o Palácio Real.

A chegada do caminho-de-ferro coincidiu também com a construção de novos núcleos habitacionais e com o estabelecimento do pólo de artilharia e veio aproximar Vendas Novas do progresso técnico da época e das mercadorias, potenciando a instalação de novas indústrias. Nesta fase ocorre o efetivo crescimento da até então pequena aldeia.

Apesar desta fase de expansão urbana, as condições de vida da população em geral não eram as mais salubres, pelo que a epidemia de febre-amarela de 1957 teve um forte impacto. O receio de propagação da doença, levou a Câmara de Montemor a criar dois hospitais, sendo um deles instalado numa dependência do palácio Real e outro localizado no convento de São Francisco.

O século XIX é de facto um século de diversas conquistas da população de Vendas Novas, decorrentes de persistência e reivindicação. Embora já reivindicada desde 1846, a primeira escola só abre em Vendas Novas no ano de 1854. A paróquia levou cerca de dezassete anos a conseguir da Câmara de Montemor a cedência de um terreno para instalação do cemitério (Coelho e Marques, 1991).

A Casa de Bragança adquire na segunda metade do século XIX diversas herdades, que irão dar lugar ao Palácio e redondel do Vidigal, que se torna local de visita regular de D. Carlos, para caçar e assistir às corridas de touros.

Em 1898 foram instalados os primeiros candeeiros a gás, iluminação pública de Vendas Novas. Mas é posterior a 1910 a construção de um conjunto de infraestruturas básicas: canalização, esgotos, posto de socorro médico e matadouro (1916).

Nos alvares de 1920 chega a construção do hospital (1921) e o estabelecimentos das primeiras as empresas a Vendas Novas, nomeadamente as conservas de peixe em azeite, a cortiça, a petrolífera.

A 21 de Agosto de 1911, Vendas Novas vê reconhecida a sua importância com a passagem a Vila.

Embora a primeira iniciativa em prol da constituição do concelho de Vendas Novas date de 1926, este intuito foi travado pelos círculos dirigentes de Montemor-o-Novo e pela então Comissão de



Defesa d'Integridade do Concelho de Montemor-o-Novo. Sendo de 1933 uma segunda tentativa falhada.

Apenas em 1961, a então Junta Distrital do Alto Alentejo emite um parecer favorável à elevação da vila de Vendas Novas a concelho, sendo formalizada a decisão através do Decreto-Lei nº 44557, de 7 de setembro de 1962, que designa o concelho rural de 3ª classe (classe atribuída a concelhos com menos de 30000 habitantes e cujo montante de contribuições diretas anuais liquidadas para o Estado fosse inferior a 3/10000 do total das receitas).

A elevação a cidade ocorreu no ano de 1993.

Apesar da sua história recente, o concelho de Vendas Novas possui um conjunto de património edificado erudito de que é exemplo o património classificado:

- Monte Velho do Outeiro de Santo António (conjunto) constituído pela Capela de Santo António do Outeiro (antiga Capela de São Fernando), ossário, sacristia e núcleo habitacional (Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997)
- Palácio Real de D. João V e Capela Real de Vendas Novas ou Palácio Real de Vendas Novas / Palácio das Entradas / Palácio das Passagens / Palácio Real de D. João VI/ Escola Prática de Artilharia (Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 740-AB/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012).

Foi ainda objeto de proposta para classificação o imóvel dos CTT de Vendas Novas ou Estação dos Correios de Vendas Novas / Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, mas com procedimento encerrado / arquivado e sem proteção legal (Despacho de encerramento de 1-08-2007)

São também referência o Palácio e Capela do Vidigal (séc. XIX) e um conjunto de capelas e igrejas que datam desde o século XVI, entre outros imóveis notáveis do concelho:

- Capela Real do Palácio das Passagens
- Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Nazaré
- Igreja de Santo António/ Igreja Matriz
- Igreja de São Domingos Sávio
- Capela de São Gabriel - Marconi
- Igreja de Piçarras
- Capela de Nossa Senhora Auxiliadora - Afeiteira
- Capela de Nossa Senhora de Fátima - Campos da Rainha
- Capela de São Pedro - Bombel
- Capela de Nossa Senhora da Ajuda ou Capela do Monte Velho da Ajuda
- Capela de São Fernando/Santo António
- Palácio das Passagens
- Chafariz Real
- Palácio do Vidigal

- Capela do Vidigal
- Moinho de Vento da Avenida 25 de abril

9.4. NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS

A vivência e identidade das populações do concelho de Vendas Novas encontram-se documentadas por núcleos museológicos e espaços culturais:

- Museu da Escola Prática de Artilharia
- Museu Etnográfico e Agrícola do Grupo de Danças e Cantares dos Pioneiros de Vendas Novas
- Espaço Etnográfico do Rancho Folclórico de Landeira
- Museu Etnográfico e Agrícola do Rancho Folclórico de Piçarras
- Ecomuseu de Recursos Florestais - Horto pedagógico experimental
- Auditório municipal



PARTE IV – DOMÍNIO EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Esta página foi deixada em branco propositadamente



10. ACESSIBILIDADE, TRANSPORTES E MOBILIDADE

10.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente capítulo é feita a apresentação da configuração e hierarquia da rede rodoviária e rede ferroviária, a caracterização da oferta de transportes públicos rodoviários e ferroviários, e ainda a apresentação da aposta na mobilidade suave e a apresentação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.

10.2. REDE RODOVIÁRIA

De acordo com o Plano Rodoviário Nacional⁵⁰, representado na Figura que se segue, o Município de Vendas Novas é servido pela rede nacional fundamental, rede nacional complementar e estradas nacionais desclassificadas, através dos seguintes troços:

- IP1/A2, entre LC Palmela e LC Alcácer do Sal;
- IP7/A6, entre o IP1/A2 e o LC de Montemor-o-Novo;
- IC11/A13, entre IP1/A2 e o LC de Palmela;
- EN4, entre o LC Montijo e o LC Montemor-o-Novo;
- EN251-1, entre o LC Montijo e o entroncamento da EN4;
- EN380, entre o LC de Montemor-o-Novo e o entroncamento da EN4.

Note-se que a EN251-1 e a EN380 são estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP, até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal.

O Município de Vendas Novas apresenta, assim, uma boa conectividade nacional e internacional já que tem ligações diretas a Lisboa, Faro (IP1/A2), Marateca, Santarém (IC11/A13), Évora e Espanha (IP1/A6). Destaca-se ainda a EN4 que atravessa o Município, e a cidade de Vendas Novas, e que comporta um intenso tráfego já que se constitui como alternativa às autoestradas portajadas.

Dentro do território municipal, os principais eixos de mobilidade rodoviária são, para além da referida EN4, a Estrada da Afeiteira e a Estrada da Canha/EN251-1.

Apesar dos problemas associados à segurança e acessibilidade resultantes do atravessamento da cidade pela EN4, assinala-se a falta de interesse em desviar a EN4, devido ao efeito atrativo para a restauração. Outro problema associado à EN4 é o da falta de estacionamento, tendo sido criado uma bolsa de estacionamento em rua paralela (junto ao edifício da moagem) através da demolição da antiga sede do Estrela de Vendas Novas, e encontrando-se em negociação para estacionamento algumas das zonas vazias ao longo da EN4.

⁵⁰ Instituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, e alterado pela Declaração de Retificações n.º 19-D/98 de 31 de Outubro, pela Lei n.º 98/99 de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei 182/2003 de 16 de Agosto.

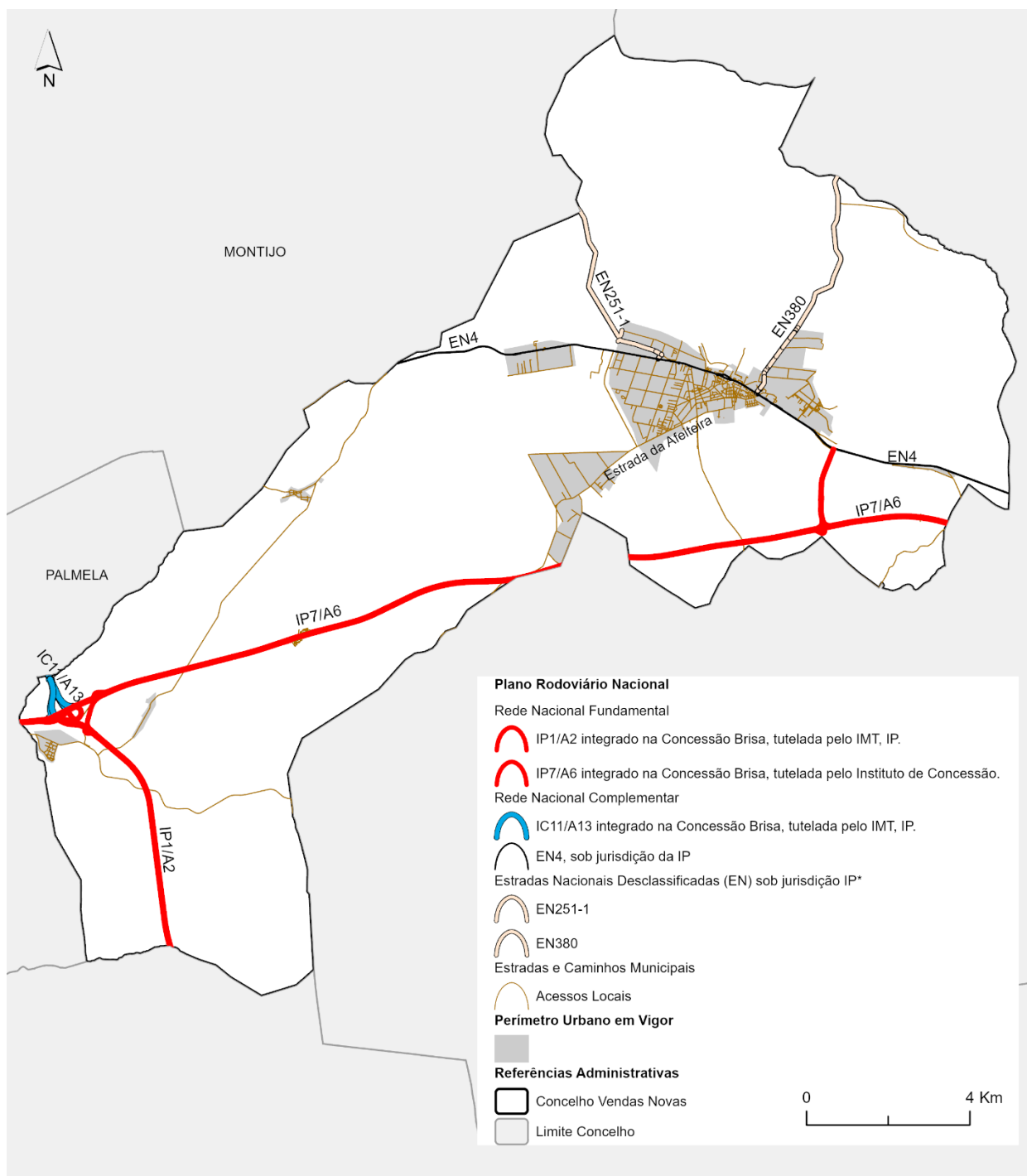


Figura 10.1 | Rede Rodoviária Nacional e Municipal no concelho de Vendas Novas

Segundo o Plano de Intervenções na Rede e Plano de Proximidade/Médio Prazo 2021-2025, da Infraestruturas de Portugal S.A., encontram-se programados os seguintes estudos/projetos e intervenções na rede rodoviária que atravessa o Município de Vendas Novas:

- EN4 PEGÕES (KM 44+257) E LIGAÇÃO P/ IP7 (A6) (VENDAS NOVAS) (KM 61+139), Projeto de Execução de Conservação Periódica a lançar (abrange os concelhos do Montijo e Vendas Novas);



- CO SUL ZONA NORTE - CONSERVAÇÃO CORRETIVA DO PAVIMENTO – 2021, Obra de Conservação/Requalificação com anúncio;
- CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/2020 - DISTRITO DE ÉVORA, Obra de Conservação/Requalificação em curso;
- EN(D)380. IC10(EN114) X EN(D)380 LAVRE (KM 0+000) E EN4 X EN(D)380 VENDAS NOVAS (KM 15+567), Obra de Grandes Reparações a lançar (abrange os concelhos de Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo e Vendas Novas);
- EN(D)380. IC10(EN114) X EN(D)380 LAVRE (KM 0+000) E EN4 X EN(D)380 VENDAS NOVAS (KM 15+567), Obra de Grandes Reparações a lançar (abrange os concelhos de Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo e Vendas Novas).

10.3. TRANSPORTES PÚBLICOS RODOVIÁRIOS

O concelho de Vendas Novas é servido pela Rodoviária do Alentejo, que assegura também o transporte escolar, através de protocolo com a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Existe ainda outra parte do Transporte escolar assegurada pela Câmara Municipal, designadamente através do serviço de táxi. Existe praça de táxis nas duas sedes de freguesia.

Por outro lado, também através da CIMAC, procedeu-se à implementação do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, que consiste na aplicação de descontos nos passes mensais de todos os residentes do Alentejo Central (nos quais se inclui Vendas Novas), que usam transportes rodoviários.

A Rodoviária do Alentejo assegura várias ligações diárias entre a sede de concelho e Évora e Setúbal, e todas as localidades do concelho dispõem de 2-3 circulações diárias de ligação ao concelho, conforme consta do quadro seguinte.

Quadro 10.1 | Ligações da Rodoviária do Alentejo entre as localidades do concelho e a sede de concelho

Localidades com ligação a Vendas Novas	Linhas da Rodoviária do Alentejo	Frequência
Foros da Afeiteira	Linha 8145 - FOROS DA AFEITEIRA - VENDAS NOVAS	Período escolar - 3 circulações ida e volta
Bombel	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 2 circulações ida e volta
Landeira	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 1 circulação ida e volta
	Linha 8902 - ÉVORA - SETUBAL	Período excecional - 3 circulações ida e volta
	Linha 8980 - CABRELA - SETÚBAL (Por VENDAS NOVAS)	Período escolar -1 circulação ida e volta
Nicolau	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 2 circulações ida e volta
Piçarras	Linha 8997 - MOINHO NOVO - VENDAS NOVAS	Período escolar - 2 circulações ida e volta

Fonte: Rodoviária do Alentejo - Pesquisa em <https://www.rodalentejo.pt/html/default.asp> 01-02-2021(horários atualizados em 29-01-2021)

A oferta da Rodoviária do Alentejo é ainda complementada pela criação, pelo município, da Rede de Transportes “Mais Perto”, com 3 percursos - Linha Verde, a Linha Azul e a Linha Vermelha, que ligam o centro da cidade aos Campos da Rainha, a Bombel e à Afeiteira respetivamente. Estas linhas operam 4 ligações diárias, conforme representado na figura em baixo. O balanço da operação é positivo, mas a Câmara Municipal considera que a tendência será para o transporte a pedido – sistema a implantar em Piçarras (3 dias por semana).



PARAGENS E HORÁRIOS

LINHA VERMELHA | AFEITEIRA

Estação	07:45	09:25	15:45	17:25
Jardim do B.º José Saramago	07:50	09:30	15:50	17:30
Lar N.º Sr.ª da Saúde	07:55	09:35	15:55	17:35
GDR Afeiteira	07:58	09:38	15:58	17:38
Restaurante A Fonte	08:01	09:41	16:01	17:41
Santa	08:02	09:42	16:02	17:42
R. José Francisco Fragoso	08:04	09:44	16:04	17:44
R. José Francisco Fragoso 2	08:05	09:45	16:05	17:45
R. Bento Gonçalves	08:07	09:47	16:07	17:47
Largo 7 de Setembro	08:10	09:50	16:10	17:50
Av. Marechal Craveiro Lopes	08:12	09:52	16:12	17:52
Piscinas	08:13	09:53	16:13	17:53
Estação	08:15	09:55	16:15	17:55

LINHA VERDE | CAMPOS DA RAINHA

Estação	08:20	10:00	16:20	18:00
Rotunda da Artilharia	08:22	10:02	16:22	18:02
Cemitério	08:24	10:04	16:24	18:04
P. Industrial - Rotunda Sul	08:26	10:06	16:26	18:06
P. Industrial - Rotunda Norte	08:28	10:08	16:28	18:08
R. António Filipe Silva Janeiro	08:30	10:10	16:30	18:10
Campos da Rainha	08:31	10:11	16:31	18:11
R. das Palmeiras	08:32	10:12	16:32	18:12
Polígono	08:34	10:14	16:34	18:14
Bairro José Dias Coelho	08:37	10:17	16:37	18:17
Av. República	08:39	10:19	16:39	18:19
Estação	08:40	10:20	16:40	18:20

LINHA AZUL | BOMBEL

Estação	08:45	10:25	16:45	18:25
Largo Serpa Pinto	08:48	10:28	16:48	18:28
Bairro Dr. Luis Viana de Sá	08:51	10:31	16:51	18:31
Boavista	08:53	10:33	16:53	18:33
Estrada de Canha	08:55	10:35	16:55	18:35
Infantes	08:57	10:37	16:57	18:37
Bombel - Nascente	09:01	10:41	17:01	18:41
Bombel Poente	09:03	10:43	17:03	18:43
R. Fernando Lopes Graça	09:07	10:47	17:07	18:47
R. Almada Negreiros Poente	09:09	10:49	17:09	18:49
R. Almada Negreiros Nascente	09:11	10:51	17:11	18:51
Av. Misericórdia	09:14	10:54	17:14	18:54
Av. Misericórdia 2	09:15	10:55	17:15	18:55
Av. 25 de Abril	09:17	10:57	17:17	18:57
Piscinas	09:18	10:58	17:18	18:58
Estação	09:20	11:00	17:20	19:00

O Mais Perto circula de 2.ª a 6.ª feira, exceto feriados.

Fonte: <https://www.cm-vendasnovas.pt/municipio/areas-de-acao/transportes/mais-perto-vendas-novas-em-movimento/>

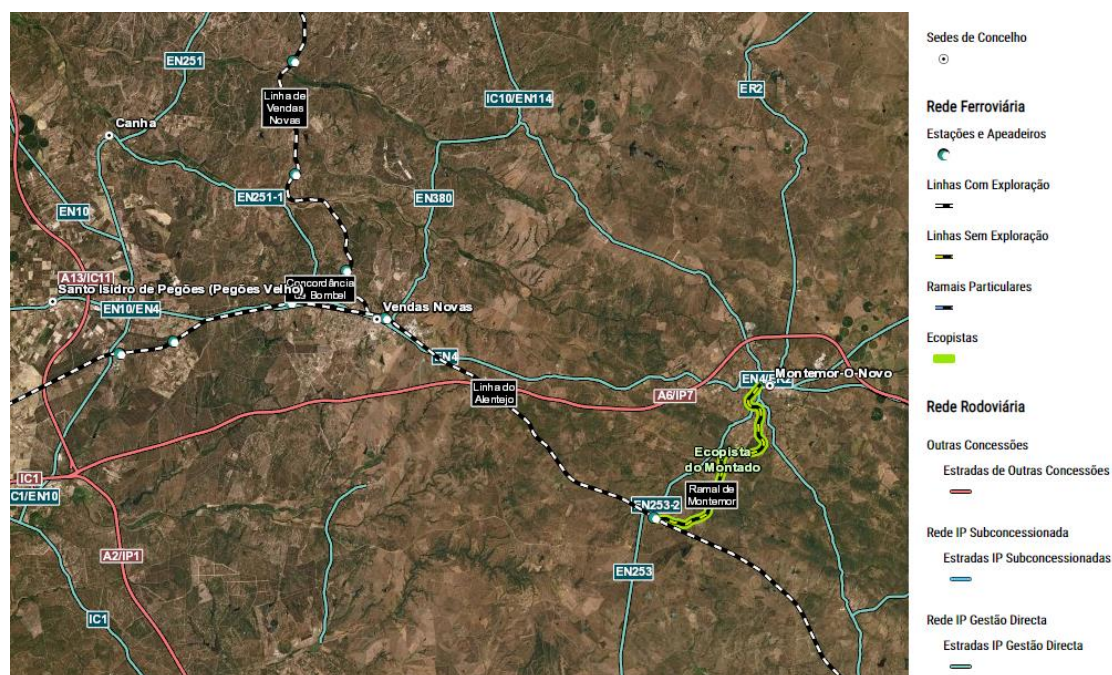
Figura 10.2 | Horários da Rede de Transportes “Mais Perto”



10.4. REDE FERROVIÁRIA E TRANSPORTES PÚBLICOS FERROVIÁRIOS

Paralelamente à rede rodoviária, Vendas Novas é servida pela linha ferroviária, nomeadamente: Linha do Alentejo, Linha de Vendas Novas e Concordeância de Bombel. Assim, o Município de Vendas Novas tem ligação ferroviária à Área Metropolitana de Lisboa, Évora e Algarve através de serviços regionais e intercidades.

A linha de Vendas Novas foi recentemente eletrificada, tornando mais rápida a ligação de Vendas Novas a Évora e Lisboa, todavia independentemente da renovação da linha, o serviço apresenta uma frequência reduzida.



Extraído de: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/rede>

Figura 10.3 | Rede Ferroviária que serve o concelho de Vendas Novas – Linha do Alentejo

O serviço de transporte público ferroviário encontra-se atualmente limitado ao Intercidades, com apenas:

- 2 comboios de manhã: saída direção Évora, às 8h18/10h10 e saída direção Pinhal Novo, às 7h06 e 9h06
- 2 comboios de tarde: saída direção Évora, às 18h10/20h10 e saída direção Pinhal Novo, às 16h57/19h06.

Esta frequência reduzida, associada ao custo elevado do passe, determina que o número de utilizadores seja inferior ao que poderia ser potenciado pela existência de um maior número de comboios diários, possibilitando até a existência de movimentos pendulares entre Vendas Novas e Lisboa. Apesar de recentemente ter sido negociada uma redução no preço dos passes, este apresenta-se ainda muito elevado quando comparado com o custo do passe dos municípios vizinhos inseridos na Área Metropolitana de Lisboa.



Extraído de: www.cp.pt

Figura 10.4 | Traçado da Linha do Alentejo

Segundo o Plano de Intervenções na Rede e Plano de Proximidade/Médio Prazo 2021-2025, da Infraestruturas de Portugal S.A., encontram-se programados os seguintes estudos/projetos e intervenções na rede ferroviária que atravessa o Município de Vendas Novas:

- L. Alentejo - Duplicação Poceirão – Bombel, Projeto de Execução a lançar (abrange os concelhos Palmela e Vendas Novas);
- L. Alentejo - Substituição de Fixações RNP por NABLA + Carril -Poceirão/Bombel - Fase 2, Obra de Conservação/Requalificação em curso;
- L. Vendas Novas - Modernização - Execução Obra de Conservação/Requalificação, com anúncio;
- L. Vendas Novas - Sinalização, Obra de Conservação/Requalificação, com decisão de contratar;
- L. do Alentejo e de Évora - Troço Vendas Novas/Évora - Fornecimento e Instalação de Telemática Ferroviária nos novos PAT, Obra de Conservação/Requalificação a lançar;
- AT-VDM Videomonitorização Corredor Internacional Sul Modernização Linha Vendas Novas, Obra de Conservação/Requalificação a lançar;
- SIP - Vendas Novas – Setil, Obra de Conservação/Requalificação a lançar;
- L. Vendas Novas - Troço Setil/Vendas Novas - Conceção/Construção de Telemática Ferroviária, Obra de Conservação/Requalificação a lançar;



- GSM-R. Implementação BTS no troço p. Novo - Poceirão - Vendas Novas (incl. conc. Poceirão) (infraestrutura), Obra de Conservação/Requalificação a lançar;
- L. Alentejo - Poceirão-Bombel – Execução, Obra de Conservação/Requalificação a lançar;
- GSM-R. - Implementação de estações base na linha de Vendas Novas (Vendas Novas - Setil) – infraestruturas, obra de implementação de GSM-R na RFN;
- Medidas de RCT+TP nos troços: concordância Bombel e Bombel (excl.) – Setil, obra de implementação de normativo de RCT+TP;
- GSM-R. Implementação BTS no troço p. novo - Poceirão – Vendas Novas (incl. conc. Poceirão) (infraestrutura), obra de implementação de GSM-R na RFN.

10.5. MOBILIDADE SUAVE

Outra importante iniciativa da Câmara Municipal foi a criação de Princesinhas – Sistema de Utilização de Bicicletas de Uso Público de Vendas Novas, que consiste numa rede de oito bicicletas partilhadas.

A melhoria dos acessos cicláveis tem sido uma aposta do PEDU, mas as ciclovias são mais utilizadas para lazer. Da experiência resulta a ideia que é preferível assegurar dois sentidos e faixas separadas da circulação pedonal.

Assinala-se, por outro lado, a ausência de sombras e, portanto, de condições de conforto para as deslocações pedonais, assinalando-se também o problema da altura dos passeios e a necessidade de intervir em todo o espaço público da cidade.

10.6. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Vendas Novas, que data de agosto de 2015, “visa a mobilidade urbana sustentável, e materializa-se em ações com vista a eficiência do sistema de mobilidade e transportes, a redução das emissões de CO₂, e a promoção da utilização de modos suaves.” Constitui um plano estratégico, cujas ações propostas deverão ser objeto de operacionalização num estudo mais detalhado, mas que importa considerar na Revisão do PDM.

De acordo com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável⁵¹: “A rede viária atual apresenta debilidades, das quais se destacam:

- Ausência de hierarquia viária
- Ausência de homogeneidade das larguras de vias
- Inexistência de ordenamento que favoreça a mobilidade em modos suaves
- Fraco controlo das velocidades
- Fracas condições de segurança para a mobilidade em modos suaves
- Estacionamento desordenado”

⁵¹ 2015. Câmara Municipal de Vendas Novas. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

De acordo com o mesmo plano “as principais prioridades têm de passar pela resolução das seguintes problemáticas:

- *Questões de segurança, ruído e emissões de carbono ao longo da EN4 que atravessa a cidade de VN, com maior evidência nos seus extremos (nascente e poente);*
- *Pouca articulação entre os interfaces dos transportes públicos e os transportes privados, dificultando o estímulo à sua utilização;*
- *Rede pedonal desconfortável e pouco atrativa. O uso do automóvel privado sobrepõe-se aos modos suaves, gerando insegurança;*
- *Demasiado espaço consumido pelos meios motorizados, quer em termos de faixa de rodagem, quer em espaço de estacionamento, originando desconforto aos peões;*
- *Existência de barreiras arquitetónicas que dificultam a circulação de pessoas com mobilidade reduzida;*
- *Dificuldade em aceder aos equipamentos e serviços centrais para a população que reside na periferia e que apresenta poucos recursos e/ou limitações físicas, ou não possui transporte automóvel;*
- *Grande extensão do perímetro urbano obriga a grande número de deslocações diárias, com longas distâncias a percorrer;*
- *Grande potencial para a existência de uma rede ciclável ou pedonal eficiente devido às características topográficas do território, no entanto esta encontra-se apenas parcialmente implementada, não funcionando como uma rede e portanto não constituindo uma verdadeira alternativa.”*

Deve ainda ser destacada a importância das propostas deste plano no contexto da revisão do PDM, destacando-se os seus objetivos específicos:

- **“1. Integração das políticas de uso do solo e de mobilidade e transportes.** *Implica o desenvolvimento de políticas concertadas de urbanismo e transportes, que disciplinem e restrinjam o crescimento urbano, e que influenciem padrões de urbanização e requalificação urbana que incrementem a acessibilidade à habitação, emprego, comércio e serviços, bem como outras atividades, sem necessidade de deslocações com recurso ao automóvel. Desenvolvimento de soluções urbanas compactas, com aposta na diversidade e complementaridade de usos e funções urbanas, de modo a favorecer a mobilidade em modos não motorizados;*
- **2. Apostar em modos de mobilidade suaves, através da *qualificação do espaço público de modo a tornar mais atraentes e seguras as deslocações a pé e de bicicleta;***
- **3. Promover o uso racional dos modos individuais motorizados.** *Implica a gestão da circulação, do estacionamento, dos transportes públicos, de modo a aumentar a eficiência dos sistemas de deslocações urbanas e promover a mudança do automóvel para outros modos de transporte mais amigos do ambiente.*
- **4. Melhorar a segurança urbana rodoviária;**
- **5. Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos pela redução dos impactes negativos (sociais, ambientais e económicos) da mobilidade.** *Criação de zonas com redução de velocidades,*



moderação e restrições à circulação automóvel, dando prioridade ao peão, que fomentem a utilização de modos suaves em condições de segurança;

- 6. *Estabelecer uma configuração eficiente do sistema de acessibilidades, de modo a garantir a qualidade e segurança. Implica uma aposta na Intermodalidade, de modo a integrar os diferentes modos de transporte, facilitar a mobilidade e o transporte multimodal sem descontinuidades;*
- 7. *Garantir níveis adequados de acessibilidade oferecida pelo sistema de transportes públicos a todos os cidadãos. Implica aumentar a eficiência e atratividade do transporte público, não só nas deslocações urbanas, como nas deslocações regionais e inter-regionais.*
- 8. *Melhorar a informação aos cidadãos sobre os sistemas de transporte e mobilidade, garantindo a existência de informação atualizada e integrada sobre o sistema de transportes e mobilidade;*
- 9. *Assegurar a participação pública nos processos de decisão associados à mobilidade, e intensificar as ações de educação, formação e sensibilização para uma nova cultura da mobilidade;*
- 10. *Desenvolver medidas com vista a melhorar a eficiência da logística urbana, incluindo a distribuição urbana de mercadorias, reduzindo simultaneamente as externalidades conexas, como as emissões de gases com efeito de estufa, a poluição e o ruído. Implica integrar as necessidades de distribuição urbana de mercadorias nos processos de planeamento urbano.”*

Por fim, e no tema usos do solo destaque do plano para a “(...) **A promoção de um Urbanismo de proximidade, com uma ocupação urbana densa, mais compacta e com maior diversidade de usos**, contribui para a realização de um maior número de deslocações em modos suaves. Adicionalmente, defende-se a promoção de um desenvolvimento urbano coordenado, orientado principalmente para aumentar a acessibilidade em modos alternativos ao automóvel, limitar as distâncias das deslocações em transporte individual, restringir de forma proactiva o espaço dedicado ao automóvel e realocar o espaço rodoviário para outros meios de transporte, renovar e melhorar a qualidade do centro urbano, estabelecendo boas ligações em transporte público e modos suaves. **Implica o desenvolvimento de políticas concertadas de urbanismo e transportes, que disciplinem e restrinjam o crescimento urbano.**” [negrito nosso]

11. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

11.1. INTRODUÇÃO - NOTA METODOLÓGICA

Definição dos domínios e tipologias dos equipamentos de utilização coletiva

Os equipamentos de utilização coletiva encontram-se definidos pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro como *"as edificações e os espaços não edificados afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil."* (...) Corresponde ao conceito de equipamentos coletivos a que se refere o artigo 21.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e ao conceito de equipamentos a que se refere o artigo 43.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

Apesar da ex-Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano considerar haver um consenso entre os sectores onde se considera a existência de equipamentos coletivos: saúde, educação, ação social, desporto, recreio e lazer, cultura, segurança, proteção civil e defesa nacional, no âmbito da sua publicação "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, 2002" procede à compilação de normas e critérios estabelecidos pelos organismos responsáveis pela programação de equipamentos apenas nas áreas da educação, saúde, solidariedade e segurança social, segurança pública e desporto.

No Glossário de Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva, da Direcção-Geral do Território (Edição Digital de março de 2014), são consideradas outras tipologias de equipamentos, e procede-se à atualização de conceitos.

Tendo por base o referido Glossário, são considerados os seguintes domínios no levantamento dos equipamentos de utilização coletiva do concelho de Vendas Novas:

- Educação⁵²
- Saúde
- Solidariedade e Segurança Social
- Segurança Pública e Defesa⁵³
- Cultura e Lazer
- Desporto
- Administração
- Investigação e Desenvolvimento
- Religiosos
- Funerários
- Comércio

⁵² Inclui os equipamentos de formação profissional. Não é por isso apresentado o Domínio Emprego e Formação Profissional.

⁵³ Optou-se por agrupar os domínios apresentados no Glossário - Segurança Pública e Defesa.



Apesar das classificações do domínio e da tipologia terem sido adaptados do Glossário de Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva, as tipologias podem divergir bastante devido a atualizações legislativas e alterações organizativas de cada Setor (Domínio).

Ressalva-se ainda que não foram identificados no levantamento, os equipamentos ligados ao Turismo⁵⁴, assim como Finanças e Justiça.

Fontes de informação

O levantamento dos equipamentos aqui apresentado considera as seguintes fontes de informação:

- Levantamento cartográfico 1:2.000.
- Pesquisa de todas as respostas sociais do concelho de Vendas Novas na Carta Social, disponível em www.cartasocial.pt.
- Pesquisa Serviço Nacional de Saúde - Prestadores Cuidados do Saúde, disponível em <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores>.
- Consulta do site da CMVN – Município – Áreas de Intervenção, disponível em <http://www.cm-vendasnovas.pt/>
- Diagnóstico Social de Vendas Novas, Conselho Local de Ação Social de Vendas Novas, maio de 2017.
- Plano de Ação 2019, Conselho Local de Ação Social de Vendas Novas, maio de 2019.
- Carta Educativa do Concelho de Vendas Novas, Relatório Final, outubro de 2006.

Cartografia de equipamentos

Nas Plantas de Perímetros Urbanos, procede-se à implantação cartográfica pontual da localização de cada equipamento (através do Código criado para o PDM, e indicado nos quadros dos equipamentos que constam do presente Relatório), remetendo-se para a fase de Proposta de Plano, a análise das situações em que se afigure ser necessário proceder à delimitação cartográfica dos polígonos para efeito da classificação e qualificação do solo.

11.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

A atual oferta de equipamentos de educação, identificada no Quadro 11.1, é resultado das intervenções executadas de acordo com a Carta Educativa de 2006, que conduziu ao encerramento de várias escolas do 1º ciclo do ensino básico dos pequenos aglomerados, integrando, na sua vertente pública, um único agrupamento de escolas, com sede na Escola Secundária de Vendas Novas.

Este agrupamento é constituído pelos níveis de ensino do Pré-escolar ao Ensino Secundário:

- No nível do Pré-escolar são identificados os Jardins de Infância de Monte Branco e da Afeiteira, existindo também educação pré-escolar no Centro Educativo Prof. Cadete Moreira, em Vendas Novas.

⁵⁴ O levantamento dos empreendimentos turísticos é efetuado na análise das Atividades Económicas.

- O 1.º ciclo do Ensino Básico é ministrado no mesmo Centro Educativo Prof. Cadete Moreira, assim como na EB dos Campos da Misericórdia, EB1 de Vendas Novas – Extensão e EB da Landeira.
- O 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico são ministrados na EB de Vendas Novas nº 1.
- E o Ensino Secundário na Escola Secundária de Vendas Novas.

Além dos equipamentos abrangidos pelo Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, encontram-se identificadas neste domínio, três Instituições Particulares de Solidariedade Social, que disponibilizam o serviço de Pré-escolar (juntamente com creche), sendo o caso de Associação de Solidariedade Social Creche 25 de Abril, Associação de Solidariedade Social Renascer de Bombel, e Associação de Solidariedade Social Os Amigos da Landeira. Esta última assegura a única oferta de ensino pré-escolar na freguesia da Landeira.

Assinala-se ainda a existência de oferta privada no nível pré-escolar, pelo Colégio Laura Vicunha, na sede de concelho, que oferece também 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.

Existe também a Associação Técnico-Profissional D. Carlos I (conhecida por Escola Agrícola), que oferece ensino profissional na área da produção agrícola e pecuária.

Assinala-se ainda a oferta de formação profissional pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e pelo Inovinter – Pólo de Vendas Novas.

Quadro 11.1 | Equipamentos do Domínio Educação

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
Agrupamento de Escolas de Vendas Novas			
E15	Jardim-de-Infância do Monte Branco	Bombel (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância
E14	Jardim-de-Infância da Afeiteira	Afeiteira (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância
E05	Centro Educativo Prof. Cadete Moreira	Vendas Novas (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico
E12	EB dos Campos da Misericórdia	Vendas Novas (Vendas Novas)	1.º Ciclo do Ensino Básico
E11	EB1 de Vendas Novas - Extensão	Vendas Novas (Vendas Novas)	1.º Ciclo do Ensino Básico
E07	EB1 da Landeira	Landeira (Landeira)	1.º Ciclo do Ensino Básico
E08	EB de Vendas Novas nº 1	Vendas Novas (Vendas Novas)	2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico
E13	Escola Secundária de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Ensino Secundário
IPSS			
E02	Associação de Solidariedade Social Creche 25 de Abril	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche e Jardim-de-Infância
E03	Associação de Solidariedade Social Renascer de Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Creche e Jardim-de-Infância
E01	Associação de Solidariedade Social Os Amigos da Landeira	Landeira (Landeira)	Creche e Jardim-de-Infância
Rede Privada			
E06	Colégio Laura Vicunha	Vendas Novas (Vendas Novas)	Jardim-de-Infância, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
E04	Associação Técnico-Profissional D. Carlos I	Vendas Novas (Vendas Novas)	Ensino Profissional



Notas:

E01 (vertente Jardim-de-Infância) corresponde ao mesmo equipamento identificado no Domínio Solidariedade e Segurança Social como SS03 (vertente creche).

E02 (vertente Jardim-de-Infância) corresponde ao mesmo equipamento identificado no Domínio Solidariedade e Segurança Social como SS04 (vertente creche).

Os seguintes equipamentos ainda identificados nas Plantas dos Perímetros Urbanos encontram-se desativados: (E09) EB1 Campos da Rainha; (E10) EB1 Campos dos Infantes; (E16) Salesianos S. Domingos de Sávio/Escola Secundária de Vendas Novas (1975-1993).

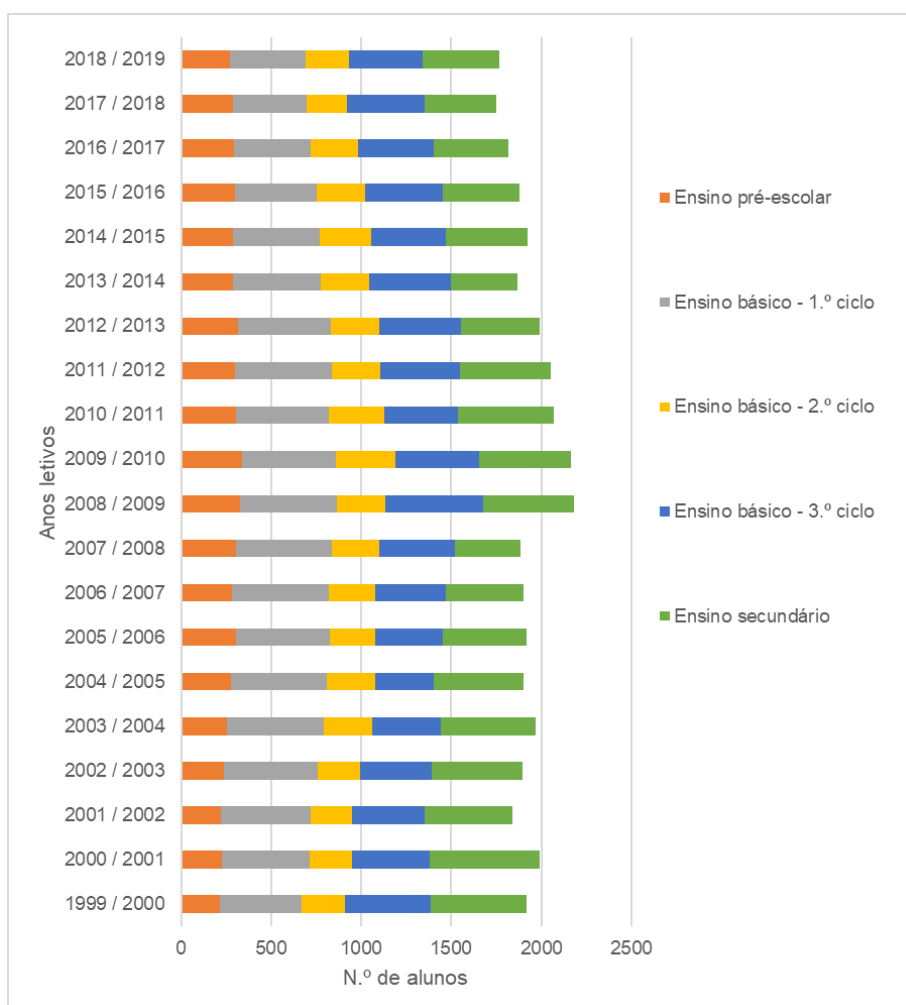
Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

O número de alunos inscritos nas escolas do concelho de Vendas Novas em 2018/2019 totaliza os 1769 alunos, correspondendo a 274 alunos no ensino pré-escolar, 417 alunos no ensino básico do 1.º ciclo, 242 alunos no 2.º ciclo, 409 alunos no 3.º ciclo e 427 alunos no ensino secundário.

Este número corresponde a uma redução comparativamente ao ano letivo de 1999/2000, ano em que totalizava os 1918 alunos, número que seria ainda ultrapassado em anos seguintes, com o máximo de 2181 em 2008/2009.

A redução referida aplica-se de um modo geral a todos os níveis de ensino, independentemente de algumas oscilações anuais.

Gráfico 11.1 | N.º de alunos inscritos nas escolas do concelho de Vendas Novas, entre 1999/2000 e 2018/2019



Fonte: INE – Dados Estatísticos, Pesquisa online, em www.ine.pt

Neste sentido, não são identificadas necessidades de equipamentos de educação, nem se encontra prevista a criação de novos equipamentos. Contudo, alguns apresentam necessidades ao nível da requalificação, por exemplo a Escola Secundária e Básica de Vendas Novas (necessidade de auditório e de abrigo exterior). A Escola Básica da Landeira encontra-se já em requalificação e vão ser iniciadas as obras de requalificação do Jardim-de-Infância da Afeiteira.

11.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A rede pública de equipamentos de Saúde do concelho de Vendas Novas insere-se no Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central e é constituída pelo Centro de Saúde de Vendas Novas, que alberga várias unidades funcionais - Unidade de Saúde Familiar; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados; Unidade de Cuidados na Comunidade

Existe ainda uma Extensão de Saúde, na sede da outra freguesia do concelho – Landeira, e o Posto de Piçarras, também associados ao Centro de Saúde de Vendas Novas. O hospital de referência é o Hospital Espírito Santo, EPE, em Évora.

Dada a distância ao hospital de Évora, o Centro de Saúde de Vendas Novas dispõe de serviço de urgência básico, e verifica-se que serve também outros concelhos.

A Junta de Freguesia de Vendas Novas fornecia também o serviço de posto de enfermagem em várias localidades, mas este serviço seria suspenso com a situação pandémica de COVID 19.

Referência ainda para a presença de várias clínicas privadas em Vendas Novas.

O concelho é servido por quatro farmácias, das quais três em Vendas Novas e uma na Landeira.

Sem prejuízo da situação excecional associada à situação pandémica de COVID 19, o concelho encontra-se bem servido de equipamentos de saúde, servindo inclusive outras localidades de concelhos vizinhos. Contudo, entre os principais problemas identificados pelo Diagnóstico Social de 2017, consta a falta de técnicos de saúde no Centro de Saúde de Vendas Novas.

Quadro 11.2 | Equipamentos do Domínio Saúde

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
Serviço Nacional de Saúde			
S01	Centro de Saúde de Vendas Novas/ Unidade de Saúde Familiar Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Saúde; Unidade de Saúde Familiar; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados; Unidade de Cuidados na Comunidade
S02	Extensão de Saúde da Landeira	Landeira (Landeira)	Extensão de Saúde
*	Posto de Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Posto médico
Farmácia			
S03	Farmácia Flor de Lotus da Landeira	Landeira (Landeira)	Farmácia
S04	Farmácia Nova de Vendas Novas, Lda	Vendas Novas (Vendas Novas)	Farmácia
S06	Farmácia Santos Monteiro	Vendas Novas (Vendas Novas)	Farmácia
S05	Farmácia Ribeiro de José António Dias Ribeiro, Unipessoal, Lda	Vendas Novas (Vendas Novas)	Farmácia

* Localização a aferir.

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.



11.4. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

As tipologias dos equipamentos de Solidariedade e Segurança Social do concelho de Vendas Novas abrangem as áreas de intervenção de Apoio a Crianças e Jovens, Apoio a Idosos, Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Perigo, Apoio a Pessoas com Deficiência, e outros, verificando-se, na maior parte das vezes, a coexistência de várias respostas sociais na mesma estrutura.

Quadro 11.3 | Equipamentos do Domínio Solidariedade e Segurança Social e respetiva capacidade/utentes

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia (Resposta Social)	Capacidade (1)	Utentes (1)
Apoio a Crianças e Jovens					
SS04	Associação de Solidariedade Social "25 de Abril" (2)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche	60	55
SS05	Associação de Solidariedade Social "Renascer" de Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Creche	35	35
			Centro de Ocupação de Tempos Livres	15	15
SS03	Associação de Solidariedade Social "Os Amigos da Landeira" – Rua Joaquim Agostinho(2)	Landeira (Landeira)	Creche	25	8
			Centro de Ocupação de Tempos Livres	35	15
SS13	CONSIGO – Cooperativa de Ensino e Solidariedade Social	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche	NI	NI
SS20	Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas – Creche Lydia Maia Cabeça	Vendas Novas (Vendas Novas)	Creche	72	58
Total do Concelho			Creche	192	156
			Centro de Ocupação de Tempos Livres	50	30
Apoio aos Idosos					
SS04	Associação de Solidariedade Social "25 de Abril" (3)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	117	67
SS05	Associação de Solidariedade Social "Renascer" de Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Centro de Convívio	40	46
SS02	Associação de Solidariedade Social "Os Amigos da Landeira" – Rua 30 de Novembro	Landeira (Landeira)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	5	3
			Centro de Dia	20	8
SS21	Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas – Rua Santo António	Vendas Novas (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	43	35
			Centro de Dia	20	13
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	60	60
			Atendimento/Acompanhamento Social	52	52
SS07	Casa do Povo	Afeiteira (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	60	14
			Centro de Dia	45	11
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	49	49
			Ajuda Alimentar a carenciados		

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia (Resposta Social)	Capacidade (1)	Utentes (1)
SS08	Casa do Povo (6)	Vendas Novas (Vendas Novas)	-	-	-
SS01	AICVN – Associação de Intervenção Comunitária de Vendas Novas (5)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	60	60
*	Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Vendas Novas - CCRPICVN	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Convívio	NI	NI
SS19	Raízes do Tempo (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Dia	5	0
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	49	48
SS15	Hospedaria São José (ENTIDADE LUCRATIVA)	Afeiteira (Vendas Novas)	Centro de Dia	6	5
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	18	18
SS14	Domus Sénior (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Dia	5	5
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	36	36
SS06	Casa de Repouso A Vivenda (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Dia	2	1
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	8	8
SS18	Quinta do Mestre (ENTIDADE LUCRATIVA)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	29	28
Total do Concelho			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	285	179
			Centro de Convívio	40	46
			Centro de Dia	103	43
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	249	247
			Atendimento/Acompanhamento Social	52	52
Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Perigo					
SS16	Lar Betânia	Vendas Novas (Vendas Novas)	Lar de Infância e Juventude	50	27
Apoio a Pessoas com Deficiência					
SS11	CERCIMOR (Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montemor-o-Novo, CRL) – Pólo 2	Vendas Novas (Vendas Novas)	Intervenção Precoce	33	33
SS12	CERCIMOR (Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montemor-o-Novo, CRL) – Pólo CAO (4)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Centro de Atividades Ocupacionais (Deficiência)	15	13
SS09	Centro de Apoio à Vida Independente Alentejo - Inovar Autismo – Associação de cidadania e inclusão	Vendas Novas (Vendas Novas)	Apoio à população com autismo e famílias	NI	NI
Outros					
SS10	Centro Distrital de Solidariedade Social de Évora – Serviço Local de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Atendimento/Acompanhamento Social	NI	NI
SS17	Liga dos Combatentes	Vendas Novas (Vendas Novas)	Apoio Social aos Ex-Combatentes e seus familiares	NI	NI



Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia (Resposta Social)	Capacidade (1)	Utentes (1)
*	Centro sociocultural da Marconi	Marconi (Vendas Novas)	Apoio à população	NI	NI

(1) Informação obtida através da consulta da cartasocial.pt, em 29-01-2021 (dados atualizados entre 2019 e 2021)

(2) Funciona também como Educação Pré-escolar, incluída nos Equipamentos de Educação.

(3) Funciona também como Lavandaria Social.

(4) Funciona também como Centro de Recursos para a Área Educativa (CRAE), Centro de Reabilitação Profissional, Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).

(5) Outras Atividades: Serviços de Apoio à Família (babysitting ou seniorsitting); Programa de Ajuda Alimentar a Carentes; Outras Respostas Dirigidas a Pessoas Idosas; Banco de Ajudas Técnicas.

(6) Foi identificada esta segunda localização da Casa do Povo, não tendo sido possível aferir quais as valências aí existentes. De acordo com a Carta Social só é identificada a localização da Estrada da Afeiteira e respetivas valências.

NI – Não identificado na Carta Social.

* Localização a aferir.

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

O levantamento dos equipamentos de Solidariedade e Segurança Social encontra-se organizado no Quadro 11.3, nas áreas de intervenção referidas, identificando as respostas sociais de cada equipamento, e sempre que possível a sua capacidade e número de utentes, de acordo com os dados constantes da Carta Social (www.cartasocial.pt). É igualmente apresentado o total de capacidade e de utentes de cada resposta social para a totalidade dos equipamentos do concelho.

No Apoio a Crianças e Jovens, assinala-se a presença de Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres em Bombel e Landeira, e de várias creches em Vendas Novas, correspondendo a capacidade do conjunto de equipamentos do concelho, a 192 lugares de creche e a 50 lugares de Centro de Ocupação de Tempos Livres, sendo o número de utentes em ambos os casos inferiores (256 e 30 utentes, respetivamente).

No Apoio a Idosos, distingue-se a componente de IPSS e a componente lucrativa, esta última com oferta de Centro de Dia e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. No conjunto do concelho, a capacidade das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (249) encontra-se praticamente toda ocupada, mesmo considerando a oferta privada. Entende-se assim, que no Diagnóstico Social de 2017 seja apontado como um dos principais problemas do concelho o insuficiente número de equipamentos de apoio à população idosa, sem prejuízo de se verificar que existe oferta excedentária ao nível de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. No caso de Centro de Convívio, são identificados dois equipamentos - Associação de Solidariedade Social “Renascença” de Bombel e Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Vendas Novas – CCRPICVN – dos quais apenas o primeiro encontra-se identificado na Carta Social com a respetiva capacidade e ocupação, revelando uma situação de sobreocupação. Toda a oferta de apoio a idosos concentra-se em Vendas Novas, com exceção da Associação de Solidariedade Social “Renascença” de Bombel, com valência de Centro de Convívio, e da Associação de Solidariedade Social “Os Amigos da Landeira” – Rua 30 de Novembro, com valência de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos.

No concelho existem também respostas sociais de:

- Apoio a crianças e Jovens em situação de perigo – o Lar Bethânia, Lar de Infância e Juventude, com uma ocupação de 27 e uma capacidade de 50.
- Apoio a Pessoas com Deficiência - desenvolvido pela CERCIMOR na vertente de Centro de Atividades Ocupacionais e de Intervenção Precoce, em ambos casos com capacidade praticamente toda ocupada, e pelo Centro de Apoio à Vida Independente Alentejo - Inovar Autismo, no apoio particularmente a pessoas com autismo e suas famílias. A falta de equipamentos e respostas sociais de apoio à população com deficiência e a alunos com Necessidades Educativas especiais constam entre os principais problemas identificados pelo Diagnóstico Social de 2017.
- Outras estruturas vocacionadas para o apoio social - Centro Distrital de Solidariedade Social de Évora – Serviço Local de Vendas Novas, Liga dos Combatentes, e Centro sociocultural da Marconi (com utilização pontual).

11.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA

Os equipamentos de Segurança Pública e Defesa existentes no concelho de Vendas novas correspondem a:

- um Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, situado na sede de concelho (Código SP03);
- os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas (Código SP01);
- a Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas (Código SP03), instalada no Palácio Real de Vendas Novas, conhecido pelo Palácio das Passagens;
- e o Serviço Municipal de Proteção Civil (Código SP04).

No caso dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, assinala-se a existência de menos profissionais e voluntários, o que foi agravado pela situação de pandemia, com vários pedidos de entrada para a reserva.

11.6. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER

A animação cultural do concelho conta com alguns equipamentos municipais de maior dimensão, todos concentrados na sede de freguesia, caso do Auditório Municipal, a Biblioteca Municipal, o Fórum Cultural “A Praça”, o Centro Sociocultural, e o Anfiteatro ao Ar Livre.

Também a sede de freguesia da Landeira dispõe de um Pólo da Biblioteca Municipal e de um Anfiteatro ao Ar Livre.

Não existem museus municipais, apenas os museus ligados aos Ranchos Folclóricos e o museu do Regimento da Artilharia, este último com horários de abertura muito limitativos.



Quadro 11.4 | Equipamentos do Domínio Cultura e Lazer

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
CL04	Auditório Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Auditório
CL06	Biblioteca Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Biblioteca
CL05	Biblioteca da Landeira, Pólo da Biblioteca Municipal	Landeira (Landeira)	Biblioteca
CL08	Fórum Cultural “A Praça”	Vendas Novas (Vendas Novas)	Auditório e Sala de Exposições
CL07	Centro Sociocultural (Vendas Novas)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Edifício Polivalente
CL02	Anfiteatro do Jardim Público de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Anfiteatro de espetáculo ao ar livre
CL01	Anfiteatro do Jardim Público de Landeira	Landeira (Landeira)	Anfiteatro de espetáculo ao ar livre
CL10	Rancho Folclórico da Landeira	Landeira (Landeira)	Sede de Rancho Folclórico Museu Etnográfico
CL03	Associação Grupo de Danças e Cantares Os Pioneiros	Vendas Novas (Vendas Novas)	Sede de Rancho Folclórico Museu Etnográfico
CL11	Rancho Folclórico das Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Sede de Rancho Folclórico Museu Etnográfico
CL09	Museu do Regimento da Artilharia (Ministério da Defesa)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Museu

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

Na promoção cultural e de atividades de lazer no concelho têm um importante papel as Associações Culturais do concelho, podendo ser identificadas as seguintes⁵⁵:

- Associação Arte dos Sons
- Associação A Oficina dos R's
- Associação Era Uma Vez o Cante
- Grupo de Danças e Cantares Os Pioneiros de Vendas Novas
- Grupo de Cantares e Música Popular Portuguesa os Reformados de Vendas Novas
- Grupo Desportivo das Piçarras – Rancho Folclórico das Piçarras
- Rancho Folclórico de Landeira
- Teatro das Artes Associação Cultural Portuguesa e da União Europeia

Por fim, merece também referência o Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural 2021-2030, elaborado pelo Serviço de Cultura e Juventude do Município de Vendas Novas, que tem por objetivo central “criar novos públicos”, reconhecendo que “Os públicos da cultura apresentam características muito específicas sendo que estas estão, por norma, ligadas a fatores sociais, económicos e sobretudo educacionais”. São estabelecidos 4 eixos de execução:

⁵⁵ Conforme identificadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural 2021-2030

- Eixo 1 - Vendas Novas Educa – tem por objetivo “proporcionar a todas as faixas etárias da comunidade uma educação artística livre, de forma a criar novos públicos, novas linguagens e atualizações/reinvenções de públicos existentes”, propondo-se intervir nos seguintes polos de atuação:
 - AEC (Atividades Extra-Curriculares) – Educação Cultural no 1º Ciclo
 - Biblioteca Municipal
 - Academia Sénior
 - Associativismo Cultural
- Eixo 2 - Vendas Novas Cria – tem por objetivo a criação de Públicos e Cultura, através do desenvolvimento dos 3 últimos projetos, que se podem articular entre si ou apostar no desenvolvimento individual de ações, cabendo ao primeiro executar o mapeamento individual de todos os artistas que vivam no concelho:
 - Procur’arte
 - Criação de um Clube de Escrita e de Poesia
 - Criação de um Grupo de Teatro
 - Criação de um Grupo de Expressão Artística
- Eixo 3 – Vendas Novas Palco – consiste em *“aumentar a oferta, numa democratização cultural, abrindo portas a novas expressões e linguagens artísticas que habitualmente não ocupam os nossos equipamentos, dando especial enfoque a programação de eventos para os públicos jovens”*
- Eixo 4 – Vendas Novas Mais Cultura – visa um conjunto de 10 medidas de intervenção *“que vise a implementação deste plano, não somente enquanto gerador de estratégias específicas, mas sim como um movimento de afirmação do sector cultural no nosso Concelho.”*:
 - Apoiar a criação, produção e exibição (apoio aos agentes culturais nas suas diversas vertentes)
 - Melhorar a relação do Município com o utilizador cultural
 - Promover a ligação e a expressão afetiva no Concelho
 - Afirmar o protagonismo da autarquia na articulação do tecido cultural
 - Promover cruzamentos de públicos na fruição cultural
 - Procurar investimento ou captação de financiamentos para a programação cultural
 - Criação de um Grupo Jovem de Programação Cultural
 - Voucher Cultural Jovem
 - Circuito de memória local
 - Fórum Consultivo para a Política Cultural Municipal

11.7. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

O levantamento dos equipamentos do domínio Desporto considera as várias tipologias de equipamentos desportivos, incluindo ainda os Espaços de Jogos e Recreio.



A distribuição geográfica da totalidade dos equipamentos desportivos revela uma evidente concentração na sede de concelho. Esta é servida por Piscinas Municipais, Estádio Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo, Campos de Padel e Ténis e por vários polidesportivos.

A sede de freguesia da Landeira tem polidesportivo e campo de futebol, existindo também polidesportivos em Piçarras e Afeiteira.

Quadro 11.5 | Equipamentos do Domínio Desporto

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
D21	Piscinas Municipais de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Piscinas
D18	Estádio Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Estádio Municipal
D20	Pavilhão Gimnodesportivo de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Pavilhão Gimnodesportivo
D03	Campos de Padel e Ténis (Parque Desportivo Municipal)	Vendas Novas (Vendas Novas)	Campos de Padel e Ténis
D28	Polidesportivo do Parque Desportivo Municipal	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D23	Polidesportivo da Landeira	Landeira (Landeira)	Polidesportivo descoberto
D01	Campo de Futebol 11 – Sporting Clube Landeira	Landeira (Landeira)	Campo de Grandes Jogos
D02	Campo de Jogos do Estrela Futebol Clube	Vendas Novas (Vendas Novas)	Campo de Grandes Jogos
D25	Polidesportivo de Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D24	Polidesportivo de Misericórdia	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D22	Polidesportivo de Afeiteira	Afeiteira (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D27	Polidesportivo do Jardim Público	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D26	Polidesportivo do Bairro Zeca Afonso	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
	Campo Sintético	Vendas Novas (Vendas Novas)	Polidesportivo descoberto
D19	Parque de Desportos Radicais	Vendas Novas (Vendas Novas)	Parque de Jogos
D05	EJR da Landeira - Landeira	Landeira (Landeira)	Espaço de Jogos e Recreio
D14	EJR junto à Creche da Landeira – Landeira	Landeira (Landeira)	Espaço de Jogos e Recreio
D16	EJR Prof. Joaquina Pegas- Afeiteira	Afeiteira (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D10	EJR do jardim do Bº José Saramago – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D17	EJR Rua Dr. Pascoal Coelho – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D04	EJR Bairro Dr. Luís Viana de Sá – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D11	EJR do Jardim Público – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio

Código	Designação do Equipamento	Localidade (Freguesia)	Tipologia
D15	EJR Praceta Dr. Benito Garcia – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D13	EJR do Loteamento da Igreja de Stº António – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D12	EJR do Loteamento da Courela da Asneira – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D09	EJR do Centro Educativo – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D06	EJR das Piçarras - Piçarras	Piçarras (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D07	EJR de Bombel – Bombel	Bombel (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D08	EJR do Bairro 07 Setembro – Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Espaço de Jogos e Recreio
D29	Salão - Sporting Clube Landeira	Landeira (Landeira)	Salão de Jogos

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.

Para a utilização destes equipamentos e na promoção da prática desportiva no concelho, contribuem de modo importante as associações desportivas do concelho, que se apresentam em grande número, sendo de seguida identificadas por principal atividade⁵⁶:

- "Os Descendentes" - Grupo de Dança Danças e Ritmos
- Associação de Caçadores e Pescadores da Landeira - Caça e Pesca
- Associação de Jovens da Landeira - Danças e Ritmos
- Associação Desp. dos Caçadores e Pescadores - Caça e Pesca
- Associação Desportiva Natura Trilhos - BTT
- Bússola - ADL - Esgrima
- Casa do Benfica em Vendas Novas - Futebol de formação (7 e 9), Dança Desportiva
- Casa do Povo de Vendas Novas - Sem atividade Desportiva
- Clube Columbófilo de Vendas Novas - Columbofilia
- Clube de Aerodelismo de Vendas Novas - Aerodelismo
- Clube de Bilhar de Vendas Novas - Bilhar e Snooker
- Clube Desportivo "Os Aliados de Vendas Novas" - Futsal Feminino de Formação e Futsal Veteranos
- Clube Desportivo Académica Salesiana - Sem atividade Desportiva
- Clube Ferroviário de Vendas Novas - Futsal, Ténis de Mesa e Ciclismo
- Desportivo Clube das Piçarras - Escola de Desporto
- Estrela Futebol Clube - Futebol, Atletismo e Basquetebol
- Fundação Salesianos Vendas Novas - Atividade Desportiva Informal
- Grupo de Danças e Cantares Pioneiros de Vendas Novas - Aeróbica

⁵⁶ Conforme identificadas no Diagnóstico Social 2017



- Grupo Desp. E Cult. Dos Trabalhadores da Brisa
- Grupo Desp. e Recr. dos Trab. da C. M. de V. Novas - Pesca
- Grupo Desportivo e Recreativo da Afeiteira Futebol - Formação e Futebol Sénior INATEL
- Grupo Recreativo "Empregados no Comércio" - Cicloturismo
- Kirugui Clube Taekwondo - Vendas Novas - Taekwondo e Defesa Pessoal
- Liga dos Combatentes - Núcleo de Vendas Novas - Sem atividade Desportiva
- Manga Rota - Associação de Pesca Desportiva de Vendas Novas - Pesca
- Moto Clube de Vendas Novas - Sem atividade Desportiva
- Núcleo de Árbitros de Futebol de Vendas Novas - Formação em arbitragem de futsal e futebol
- Núcleo Sportinguista de Vendas Novas - Futebol de Formação (7 e 9) Futsal Feminino
- Rancho Folclórico da Landeira - Secção de Cicloturismo - Cicloturismo
- Raquete Clube de Vendas Novas - Desportos de Raquete
- Sporting Clube de Landeira - Escola de Desporto

O Desporto constitui uma das áreas estratégicas de intervenção do Município, através do desenvolvimento do conceito de “Vendas Novas – Cidade Desporto”, entendendo o mesmo como *“um factor de desenvolvimento sócio-económico do concelho e da região, de qualificação e apoio à actividade do Associativismo Desportivo e Recreativo e um dos elementos de promoção da saúde e da qualidade de vida dos cidadãos.”*⁵⁷

A Estratégia de Desporto desenvolvida pelo Município visa *“Continuar a desenvolver o Programa de Infraestruturas do Parque Desportivo Municipal, designadamente da qualificação do Estádio Municipal, do Pavilhão Gimnodesportivo, dos Polidesportivos de Landeira, Afeiteira, EB1 da Misericórdia e Piçarras, da Piscina Coberta de 25 m, do Campo de Futebol (11 e 7) em piso sintético, do polidesportivo descoberto, campos de ténis, circuito de manutenção, pista de desportos radicais e em parceria (com promotores públicos e privados) o estudo da viabilidade de um Centro de Estágio Desportivo/Unidade Hoteleira e um Centro de Investigação Desportiva”*.⁵⁸

Efetivamente, o município encontra-se bem servido de equipamentos desportivos, mas muito apresentam necessidades de requalificação, sendo ainda assinalada a intenção de construção de uma nova piscina coberta e do desenvolvimento de um Centro de Estágios.

11.8. OUTROS EQUIPAMENTOS

São ainda identificados no quadro seguinte, os equipamentos classificados nos restantes domínios:

- Administrativo – é identificada a Câmara Municipal e as duas Juntas de Freguesia.
- Funerários – é identificado o cemitério municipal em Vendas novas, que serve todo o concelho.

⁵⁷ Estratégia de Desporto in www.cm-vendasnovas.pt

⁵⁸ Estratégia de Desporto in www.cm-vendasnovas.pt

- Comerciais – corresponde ao Mercado Municipal e ao Parque de Feiras e Mercados, localizados na sede de concelho.

Quadro 11.6 | Outros Equipamentos

Código	Domínio	Designação do Equipamento	Freguesias	Tipologia
A01	Administrativo	Câmara Municipal	Vendas Novas (Vendas Novas)	Câmara Municipal
A03	Administrativo	Junta de Freguesia de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Junta de Freguesia
A02	Administrativo	Junta de Freguesia da Landeira	Landeira (Landeira)	Junta de Freguesia
F01	Funerários	Cemitério Municipal de Vendas Novas	Vendas Novas (Vendas Novas)	Cemitério
F02	Funerários	Cemitério da Landeira	Landeira (Landeira)	Cemitério
C01	Comerciais	Mercado Municipal	Vendas Novas (Vendas Novas)	Mercado
C02	Comerciais	Parque de Feiras e Mercados	Vendas Novas (Vendas Novas)	Mercado

Fonte: Ver Capítulo 10.1, Fontes de Informação.



12. INFRAESTRUTURAS

12.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente capítulo é apresentada a rede de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, avaliando em particular o grau de cobertura dos perímetros urbanos.

12.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

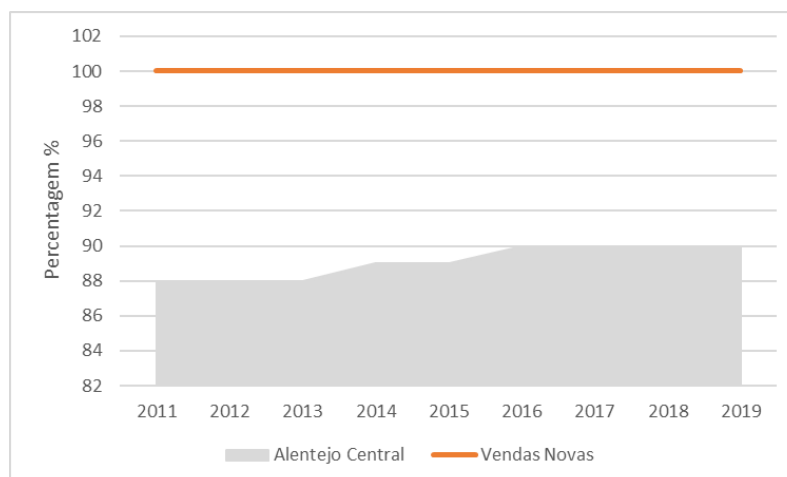
O abastecimento de água no concelho de Vendas Novas é assegurado pela empresa AGDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. responsável pelo sistema em “alta”, que incluiu as captações (furos), tratamento, condutas e reservatórios de distribuição, e pelo Município de Vendas Novas, responsável pelo sistema em “baixa”, que inclui toda a rede de distribuição, desde a saída dos reservatórios até ao ponto de entrega aos consumidores.

De acordo com a informação da Câmara Municipal, “toda a água distribuída no concelho é de origem subterrânea. Estão definidas 3 zonas de abastecimento:

- Zona de abastecimento (ZA) de Bica fria, que inclui Vendas Novas, Bombel, Afeiteira, Foros de Infantes, Campos da Rainha e Marconi;
- Zona de abastecimento (ZA) de Piçarras, que inclui a zona de Piçarras;
- Zona de abastecimento (ZA) de Landeira, que inclui Landeira e Nicolaus.”

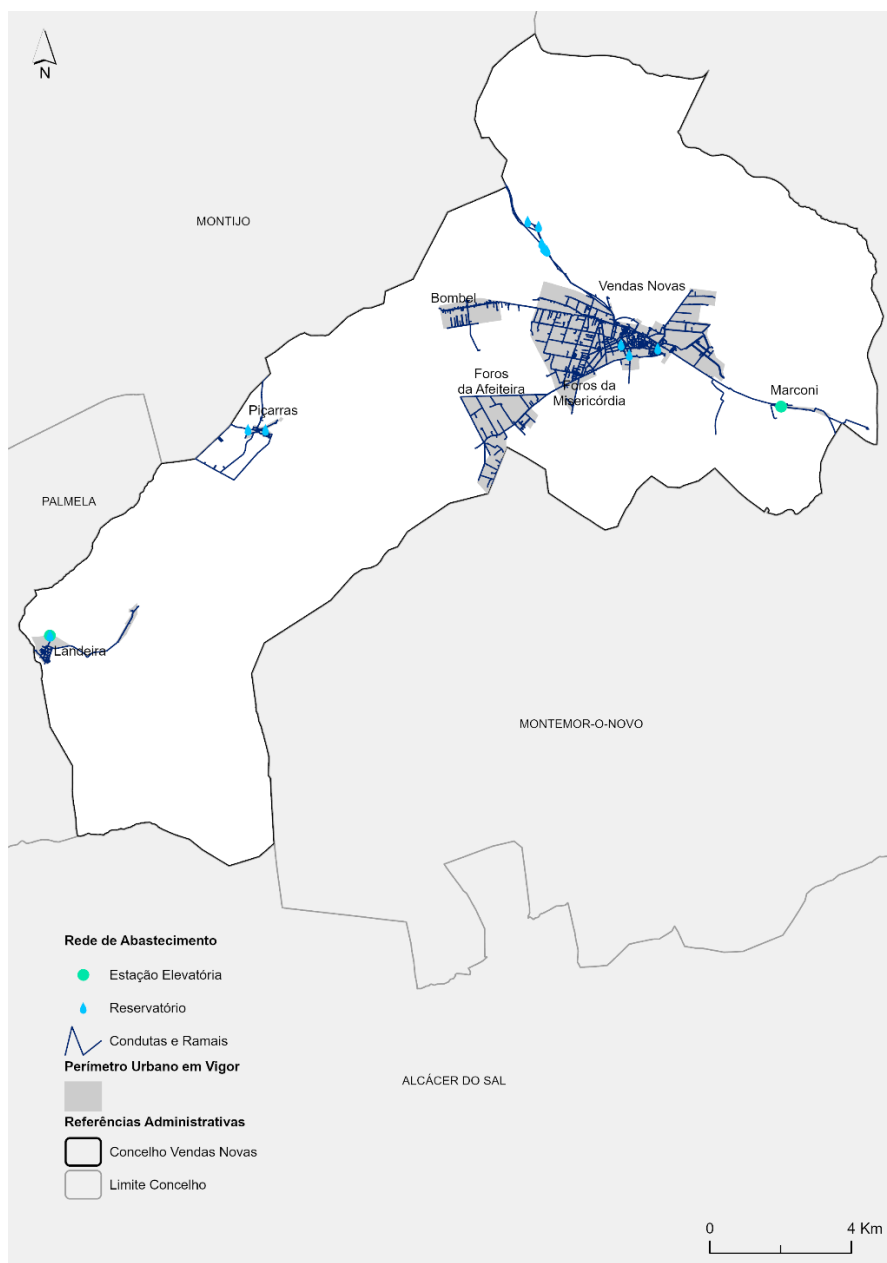
À data dos Censos de 2011 o sistema de abastecimento de água no Município de Vendas Novas apresentava uma cobertura de 100% dos alojamentos existentes, que se mantém até ao ano de 2019, data mais recente com dados disponibilizados pelo INE. Quanto à NUTS III Alentejo Central, verifica-se que em 2011 atingia uma cobertura de 88% dos alojamentos existentes, e que registou uma evolução positiva de 2,27% atingindo 90% de alojamentos servidos no ano de 2019.

Gráfico 12.1 | Evolução da proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, 2011 e 2019



Fonte: INE, última consulta em agosto de 2022.

Considerando a Figura seguinte, onde é representada a rede de abastecimento que será transposta para as Plantas dos Perímetros Urbanos para que seja possível identificar com maior detalhe as áreas servidas/não servidas, constata-se que todos os perímetros urbanos em vigor são servidos pelo sistema de abastecimento de água.



Fonte: CMVN, 2020.

Figura 12.1 | Rede de abastecimento de água no concelho de Vendas Novas

Atualmente, a regulação da qualidade dos serviços de abastecimento de água, que é feita através da avaliação do desempenho das entidades gestoras, é realizada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que todos os anos disponibiliza o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Assim, os dados recolhidos pela ERSAR têm o objetivo de avaliar três componentes principais, nomeadamente: (1) Adequação da interface com os utilizadores, (2) Sustentabilidade de gestão do serviço e (3) Sustentabilidade ambiental.



Neste contexto, e considerando o Quadro 12.1, verifica-se que o sistema em baixa, gerido pela Câmara Municipal de Vendas Novas, apresenta um desempenho satisfatório na adequação da interface com os utilizadores e na sustentabilidade ambiental do serviço. Quanto à sustentabilidade da gestão do serviço esta configura-se insatisfatória em todos os parâmetros avaliados e respondidos pelo Município.

Quadro 12.1 | Indicadores-resumo da avaliação de desempenho das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água (2021)

Componentes de Avaliação	Indicadores	Entidade Gestora	
		Águas Públicas do Alentejo	Câmara Municipal de Vendas Novas
Adequação do Interface com os Utilizadores	Acessibilidade física do serviço (%)	100	100
	Acessibilidade económica do serviço (%)	0,3	0,30
	Ocorrência de falhas no abastecimento (n.º/pontos de entrega ao ano)	NR	2,2
	Água segura (%)	98,4	99,12
	Resposta a reclamações e sugestões (%)	100	57
	Cobertura de gastos (%)	102	81
	Adesão ao serviço (%)	99,2	93,6
Sustentabilidade da Gestão do Serviço	Água não faturada (%)	8,3	35,1
	Reabilitação de condutas (%)	0,4	NR
	Ocorrência de avarias em condutas (n.º/km.ano)	40	74
	Adequação dos recursos humanos (n.º/(10 ⁶ m ³ .ano)	6,4	1,2
Sustentabilidade Ambiental	Perdas reais de água (m ³ /(km.dia))	3,2	89
	Eficiência energética de instalações elevatórias (kWh/(m ³ .100m))	NR	NA
	Encaminhamento adequado de lamas de tratamento (%)	100	NA

Legenda:

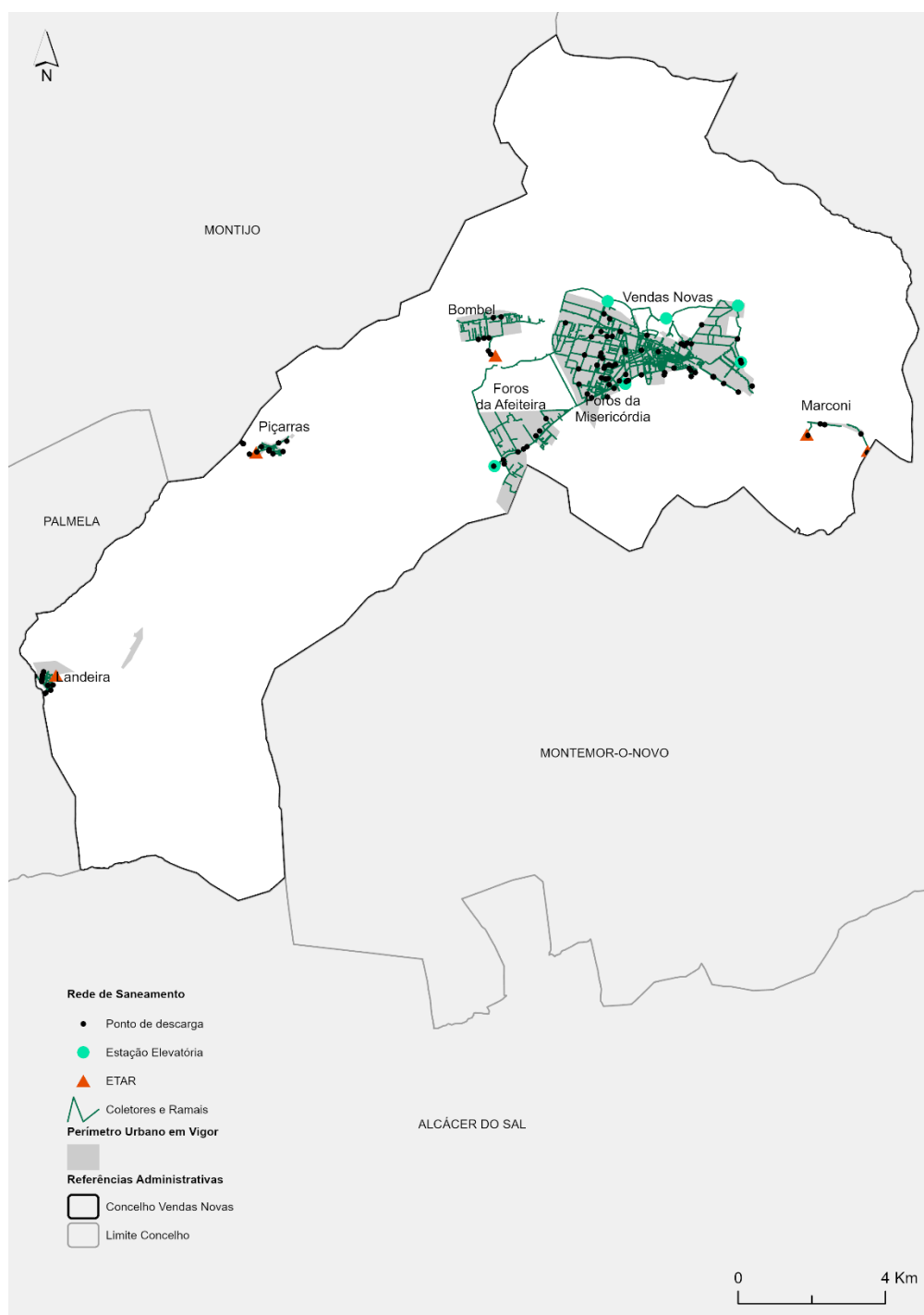
- Qualidade do serviço boa
- Qualidade do serviço mediana
- Qualidade do serviço insatisfatória
- NR Não respondeu
- NA Não aplicável

12.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O sistema de drenagem das águas residuais, que se encontra representado na Figura seguinte, é de responsabilidade da Câmara Municipal e será transposto para as Plantas dos perímetros urbanos permitindo identificar em maior detalhe as áreas servidas/não servidas, informação determinante na classificação do solo urbano.

Verifica-se que, à exceção de Nicolaus, todos os perímetros urbanos em vigor são servidos pela rede de saneamento. O Município é servido por cinco estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e seis estações elevatórias, localizadas no perímetro urbano de Vendas Novas (5) e Foros da Misericórdia (1).

Note-se que o perímetro urbano de Nicolaus procede à descarga das águas residuais através de fossa séptica, cujo transporte para a ETAR da Landeira é assegurado pela Junta de Freguesia da Landeira.



Fonte: CMVN, 2020.

Figura 12.2 | Rede de saneamento de águas residuais no concelho de Vendas Novas

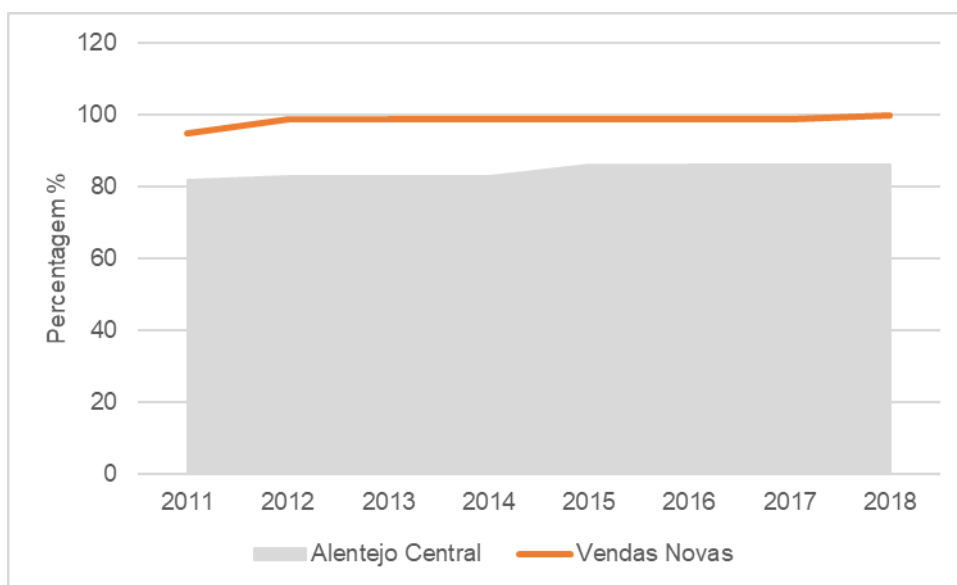
A distribuição geográfica apresentada anteriormente traduzia-se em 2018, ano mais recente com informação disponibilizada pelo INE para o Município, na cobertura total de alojamentos. Constatat-



se assim que, face aos Censos de 2011 que apontavam uma cobertura de 95% dos alojamentos, o Município de Vendas Novas assistiu a uma evolução positiva do respetivo serviço de saneamento de águas residuais.

Por seu turno, também a NUTS III Alentejo Central apresentou, entre 2011 e 2018, uma evolução gradual e positiva atingindo, no entanto, uma cobertura de apenas 87% de alojamentos no ano de 2018.

Gráfico 12.2 | Evolução da proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, 2011 e 2018



Fonte: INE, última consulta em agosto de 2022.

De acordo com os dados do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) referente a 2021, o sistema de saneamento de águas residuais do Município de Vendas Novas obteve desempenho satisfatório na adequação da interface com os utilizadores. No que diz respeito à sustentabilidade da gestão do serviço e à sustentabilidade ambiental, o desempenho apresentado classifica-se como mediano.

Assim, constituem-se como principais constrangimentos a um melhor desempenho do sistema de saneamento a falta de resposta a reclamações e sugestões, cobertura de gastos, reabilitação de coletores e o incumprimento da licença de descarga.

Quadro 12.2 | Indicadores-resumo da avaliação de desempenho das entidades gestoras do sistema de saneamento de águas residuais (2021)

Componentes de Avaliação	Indicadores	Entidade Gestora	
		Águas Públicas do Alentejo	Câmara Municipal de Vendas Novas
Adequação do Interface com os Utilizadores	Acessibilidade física do serviço (%)	100	96
	Acessibilidade económica do serviço (%)	0,3	0,11
	Ocorrência de Inundações (n.º/100 km coletor.ano)	30,6	0,00
	Resposta a reclamações e sugestões (%)	0	20

Componentes de Avaliação	Indicadores	Entidade Gestora	
		Águas Públicas do Alentejo	Câmara Municipal de Vendas Novas
	Cobertura de gastos (%)	100	62
	Adesão ao serviço (%)	82,9	98,6
Sustentabilidade da Gestão do Serviço	Reabilitação de coletores (%)	0,0	0,0
	Ocorrência de colapsos estruturais em coletores (n.º/100 km.ano)	4,0	0,0
	Adequação dos recursos humanos (n.º/(10 ⁶ m ³ .ano)	4,6	2,6
Sustentabilidade Ambiental	Eficiência energética de instalações elevatórias (kWh/(m ³ .100m))	0,83	NA
	Acessibilidade física ao tratamento (%)	100	100
	Controlo de descargas de emergência (%)	97	NA
	Cumprimento da licença de descarga (%)	95	72
	Encaminhamento adequado de lamas de tratamento (%)	100	NA

Legenda:

	Qualidade do serviço boa
	Qualidade do serviço mediana
	Qualidade do serviço insatisfatória
NR	Não respondeu
NA	Não aplicável

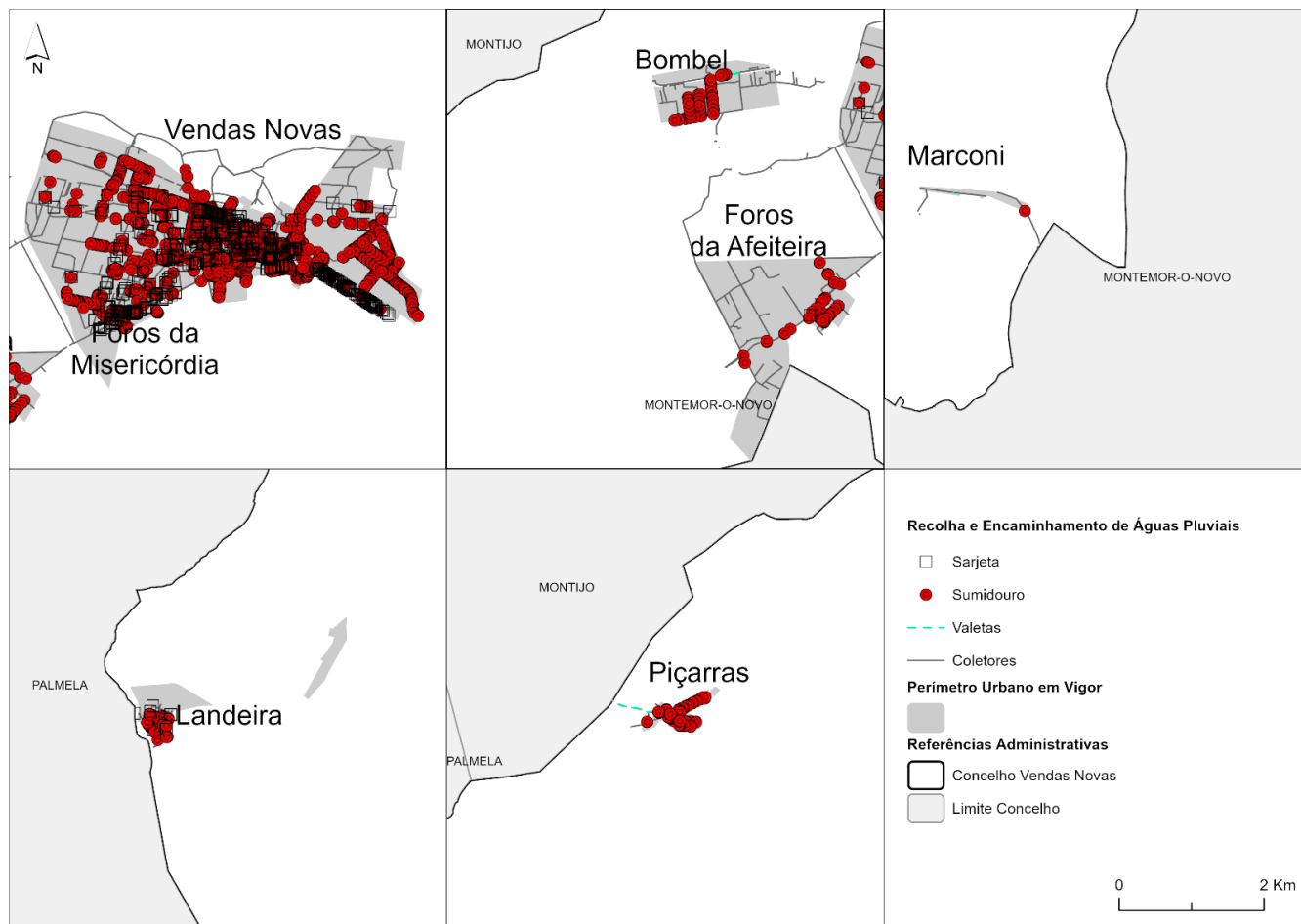
Em suma, deve o Município de Vendas Novas procurar resolver a curto-médio prazo os constrangimentos que se colocam ao bom desempenho dos sistemas de abastecimento e saneamento através, principalmente, da reabilitação de condutas e coletores, da resposta a reclamações e sugestões, da cobertura de gastos e fazer cumprir as licenças de descarga.

12.4. SISTEMA DE RECOLHA E ENCAMINHAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS

No Município de Vendas Novas o sistema de encaminhamento de águas pluviais está ligado aos coletores da rede de saneamento, não havendo um tratamento e aproveitamento distinto das águas residuais. Quanto à qualidade do sistema não existe um diagnóstico do estado da rede nem das linhas de água à qual a CMVN tenha acesso. Contudo, *“sabe-se que existem carências na generalidade, pelos diâmetros existentes, tendo em conta as bacias de influência aproximadas”* (CMVN, 2022).

Considerando a Figura seguinte, que representa o sistema de recolha e encaminhamento de águas pluviais, verifica-se que a recolha e encaminhamento é feita em meio urbano através de sarjetas, sumidouros e valetas. À exceção de Nicolaus, onde se verifica a existência de diversas fossas individuais das quais a CMVN não disponibiliza da localização, todos os perímetros urbanos em vigor são servidos pela rede de aproveitamento de águas pluviais.





Fonte: CMVN, 2020.

Figura 12.3 | Sistema de recolha e encaminhamento de águas pluviais no Município de Vendas Novas



PARTE V – DOMÍNIO URBANO

Esta página foi deixada em branco propositadamente



13. DINÂMICA URBANA E POVOAMENTO

13.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

Neste capítulo é feita uma análise aos diferentes indicadores que permitem caracterizar o parque habitacional do concelho, bem como a dinâmica construtiva.

No âmbito da caracterização geral do parque edificado, é feita a análise aos edifícios e alojamentos, de forma a identificar as carências existentes no domínio da habitação e das condições de habitabilidade, avaliando a respetiva evolução temporal. Paralelamente, a análise pretende enquadrar a situação concelhia face ao referencial geográfico mais próximo.

Esta análise baseia-se principalmente na informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo por referência principal os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2001, 2011 e 2021. As unidades estatísticas de referência espacial utilizadas foram, sobretudo, o concelho e a freguesia, comparando com a região Alentejo Central.

Esta caracterização recorre aos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística na sequência dos últimos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2001, 2011 e 2021 e tendo como referência, os dados à escala municipal, regional e nacional.

A análise da dinâmica construtiva tem em conta também os dados do Instituto Nacional de Estatística, considerando o período entre 1999 e 2019 (ano mais recente disponibilizado pelo INE).

13.2. PARQUE HABITACIONAL

13.2.1. Evolução do edificado

No Quadro 13.1, constata-se um aumento significativo do número de edifícios no Município de Vendas Novas entre 2001 e 2011 (de 8,8%). O número de edifícios passou de 4815 edifícios em 2001 para 5238 edifícios em 2011, verificando-se um ligeiro decréscimo até 2021 – 0,6% entre 2011 e 2021. Esta variação apresenta-se, em ambos os períodos, semelhante à NUTS III - Alentejo Central.

Quadro 13.1 | Edifícios em 2001, 2011, e 2021 e variação

Unidade Territorial		N.º de edifícios			Variação (%)	
		2001	2011	2021	2001-2011	2011-2021
NUTS III	Alentejo Central	73972	80100	80507	8,3	0,5
Município	Vendas Novas	4815	5238	5206	8,8	-0,6
Freguesias	Vendas Novas	4480	4893	4870	9,2	-0,5
	Landeira	335	345	336	3,0	-2,6

Fonte: INE – Censos 2011 e de 2021

48% dos edifícios do Município de Vendas Novas foram construídos no período 1981-2021, foram construídos, peso superior ao apresentado na NUTS III – Alentejo Central (40%). Outros 42% foram construídos nos dois períodos anteriores (1946-1970 e 1961-1980), pelo que apenas 10% foram construídos antes 1945.

O concelho de Vendas Novas apresenta assim um parque habitacional mais recente comparativamente com o sub-região em que se insere, e é ainda mais no caso da freguesia da Landeira.

Quadro 13.2 | Edifícios por época de construção, em 2021

Unidade Territorial		Época de construção						
		Total	Antes de 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1980	1981 - 2000	2001 - 2021
			N.º de edifícios					
NUTS III	Alentejo Central	80507	6501	12333	10815	18416	21493	10949
Município	Vendas Novas	6417	138	496	887	1788	2096	1012
Freguesias	Vendas Novas	6074	132	481	873	1664	1945	979
	Landeira	343	6	15	14	124	151	33
		% de edifícios						
NUTS III	Alentejo Central		8,08	15,32	13,43	22,88	26,70	13,60
Município	Vendas Novas		2,15	7,73	13,82	27,86	32,66	15,77
Freguesias	Vendas Novas		2,17	7,92	14,37	27,40	32,02	16,12
	Landeira		1,75	4,37	4,08	36,15	44,02	9,62

Fonte: INE – Censos

13.2.2. Evolução dos alojamentos

A evolução do número de alojamentos registou um ligeiro aumento generalizado entre 2001 e 2021. O número de alojamentos passou de 5718 em 2001 para 6417 em 2021. Trata-se de um aumento de cerca de 12,2%, apresentando-se assim, ligeiramente acima do aumento da NUTS III - Alentejo Central (Quadro 13.3). A variação estimada do de alojamentos no Município de Vendas Novas é, entre 2011-2021, bastante reduzida, o que encontra abaixo da variação identificada no contexto sub-regional.

Quadro 13.3 | Alojamentos familiares clássicos em 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial		N.º de alojamentos			Variação (%)	
		2001	2011	2021	2001-2011	2011-2021
NUTS III	Alentejo Central	89497	98068	98839	9,6	0,8
Município	Vendas Novas	5718	6416	6417	12,2	0,0
Freguesias	Vendas Novas	5378	6063	6074	12,7	0,2
	Landeira	340	353	343	3,8	-2,8

Fonte: INE – Censos 2001, 2011 e 2021

A distribuição dos alojamentos familiares por forma de ocupação (residência habitual, secundária e vago) (Quadro 13.4) revela um predomínio da residência habitual no concelho de Vendas Novas e freguesia de Vendas Novas, acima dos 70%. No caso da freguesia de Landeira aproxima-se dos 80%, mas correspondendo a um total de 281 alojamentos.

Os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária no concelho, assim como na freguesia de Vendas Novas, representam cerca de 11% do parque habitacional do concelho, menos que na NUTS III. Porém, na freguesia da Landeira os alojamentos de uso sazonal são apenas 6,2%.



Os alojamentos vagos são, em 2021, cerca de 16% no concelho e freguesia de Vendas Novas, ascendendo no caso da freguesia da Landeira, a 20%, que corresponde, em termos absolutos, a apenas 70 alojamentos. Contudo em todo o concelho, o número de alojamentos vagos era de 1010, número considerável, a atender na proposta de estratégia habitacional do concelho, sem prejuízo de corresponderem a dados já com 10 anos.

De facto, os resultados das Sessões Públicas realizadas para aferição do Diagnóstico, indicam como um dos principais problemas do concelho, a dificuldade no acesso à habitação, decorrente dos baixos rendimentos e obrigando a uma taxa de esforço muito elevada no aluguer ou compra de habitação. De um modo geral, o mercado de arrendamento é muito reduzido, dadas as dificuldades encontradas pelos investidores na cobertura das despesas que estão associadas à compra e/ou reabilitação do imóvel e ao subsequente negócio de aluguer.

Quadro 13.4 | Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação em 2021

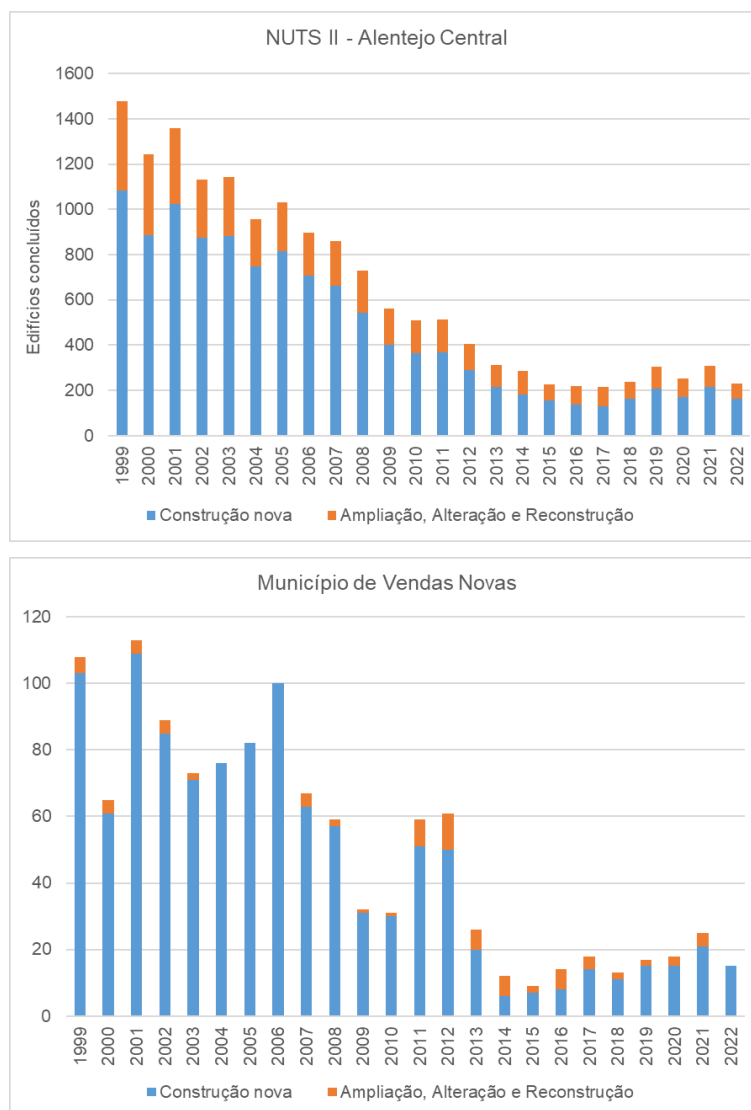
Unidade Territorial		Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação 2021			
		Total	Residência habitual	Uso sazonal ou residência secundária	Alojamentos vagos
		N.º			
NUTS III	Alentejo Central	98839	63726	19302	15811
Município	Vendas Novas	6417	4669	738	1010
Freguesias	Vendas Novas	6074	4426	708	940
	Landeira	343	243	30	70
		%			
NUTS III	Alentejo Central		64,5	19,5	16,0
Município	Vendas Novas		72,8	11,5	15,7
Freguesias	Vendas Novas		72,9	11,7	15,5
	Landeira		70,8	8,7	20,4

Fonte: INE – Censos 2021

13.3. DINÂMICA CONSTRUTIVA

Por forma a avaliar a dinâmica de construção é de seguida feita a análise da informação relativa aos edifícios concluídos por tipo de obra entre 1999 e 2023 (ano mais recente disponibilizado pelo INE). Esta análise revela que ao longo do período avaliado se apresenta no município de Vendas Novas alguma variabilidade, mantendo-se, ainda assim, um número de licenças anuais acima das 50, com exceção dos anos 2009-2010 e depois a partir de 2013 (Gráfico 13.1). Em termos globais, assiste-se a uma tendência decrescente no município de Vendas Novas, que é mais evidente na NUTS III - Alentejo Central, conforme representado no Gráfico seguinte.

Gráfico 13.1 | Edifícios concluídos – construção nova e ampliação, alteração e reconstrução – entre 1999 e 2019



Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

Por outro lado, no mesmo Gráfico verifica-se que a predominância da construção nova nos edifícios concluídos no município de Vendas Novas se mantém em todo o período analisado, sendo que globalmente que apenas 6,6% correspondem a edifícios concluídos em obras de ampliação, alteração e reconstrução.



Quadro 13.5 | Edifícios concluídos, % construção nova face ao total de edifícios concluídos – entre 1999 e 2019

Anos	NUTS III – Alentejo Central	Município de Vendas Novas
1999	73,2	95,4
2000	71,4	93,8
2001	75,4	96,5
2002	77,3	95,5
2003	77,3	97,3
2004	78,3	100,0
2005	79,2	100,0
2006	78,7	100,0
2007	77,0	94,0
2008	74,7	96,6
2009	71,5	96,9
2010	71,7	96,8
2011	72,1	86,4
2012	71,5	82,0
2013	69,8	76,9
2014	64,2	50,0
2015	69,8	77,8
2016	63,0	57,1
2017	60,9	77,8
2018	68,9	84,6
2019	68,1	88,2
2020	67,7	83,3
2021	69,7	84,0
2022	71,0	100,0
Total 1999-2022	74,0	93,1

Fonte: INE

Verifica-se que, no conjunto do período 1999-2022, no município é mais acentuado o peso dos edifícios concluídos em construção nova, na ordem dos 93,2%, face a 74,0% na NUTS III – Alentejo Central. (Quadro 13.5)

No que respeita o número de edifícios e o número de fogos licenciados em construções novas, revela-se a mesma tendência decrescente representada nos edifícios concluídos, tanto no município de Vendas Novas como na NUTS III – Alentejo Central, sem prejuízo do acréscimo registado no último ano disponível (2019).

Face aos dados apresentados, foi aferido o número médio de fogos por edifício para o período entre 1999 e 2019 (Quadro 13.6), situando-se nos 1,5 para o município de Vendas Novas (semelhante ao número do Alentejo Central), o que é indicador de que prevalecem as moradias unifamiliares.

Quadro 13.6 | Fogos e edifícios licenciados em construções novas e nº de fogos por edifício entre 1999 e 2019

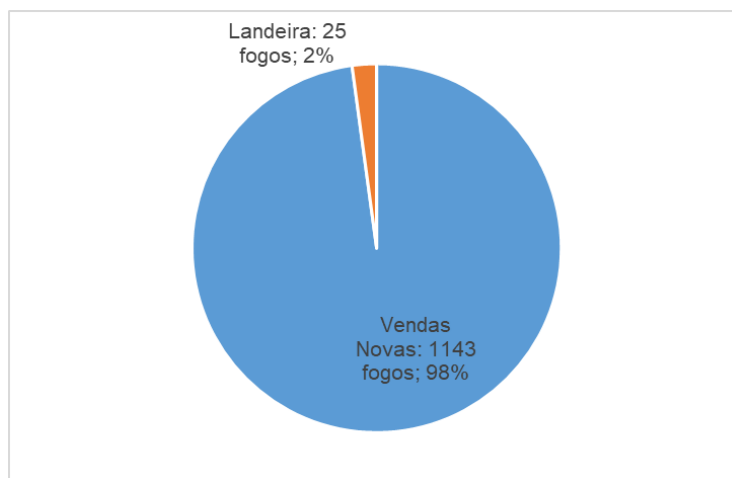
Anos	Construções novas			
	Edifícios licenciados		Fogos licenciados	
	NUTS III Alentejo Central	Município Vendas Novas	NUTS III Alentejo Central	Município Vendas Novas
1999	861	59	1680	147
2000	792	99	1262	129
2001	693	59	1088	94
2002	819	59	1143	86
2003	638	63	880	87
2004	682	66	1033	107
2005	631	89	1147	181
2006	533	71	757	104
2007	493	44	699	53
2008	368	16	493	28
2009	272	17	516	22
2010	253	27	301	32
2011	256	20	306	22
2012	173	21	193	26
2013	105	2	152	2
2014	56	2	56	2
2015	64	5	84	5
2016	97	8	105	8
2017	97	8	114	10
2018	128	8	162	9
2019	146	14	184	14
Total	8157	757	12355	1168
	Fogos/edifício			
Média 1995-2019	1,5	1,5		

Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

O Gráfico seguinte representa a distribuição dos fogos licenciados em construções novas por freguesia, verificando-se uma forte concentração na freguesia de Vendas Novas, onde foram licenciados 1126 novos fogos entre 1999 e 2018 (98% do total).



Gráfico 13.2 | Distribuição dos fogos licenciados em construções novas por freguesia, no período 1999-2019



Fonte: INE – Dados Estatísticos (Pesquisa online)

Apesar da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vendas Novas e do investimento público, na área central, os projetos privados de reabilitação não têm acompanhado esta dinâmica municipal. O negócio de reabilitar para venda ou arrendamento não se apresenta interessante, dado o elevado custo pedido pelos imóveis (mesmo quando degradados) face às perspectivas de rendimento do mesmo.

Contudo, como já referido atrás, a dificuldade de acesso à habitação constitui um problema primordial no desenvolvimento de Vendas Novas, pois afeta diretamente a capacidade de captação de população nova, e da mão-de-obra necessária para o Parque Industrial.

14. AVALIAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS DO PDM EM VIGOR

14.1. INTRODUÇÃO – NOTA METODOLÓGICA

No presente Capítulo é feita uma avaliação à situação atual dos perímetros urbanos do PDM em vigor, apresentada nas Plantas dos Perímetros Urbanos (Plantas 2 a 8), tendo em conta os seguintes critérios de análise:

- PDM em vigor
- Área
- Categorias de espaço – espaço urbanos versus espaço urbanizável
- Dinâmica urbanística
- Área ocupada
- Área comprometida – correspondente aos loteamentos disponibilizados pela CM em 13-11-2020 (e que serão ainda objeto de atualização e correção)
- Área ocupada *versus* a área comprometida

Esta análise, em sede de Proposta de Plano, foi completada avaliando, de forma integrada, um outro conjunto de indicadores como seja: o n.º de fogos e população residente, o acesso a equipamentos coletivos, a dotação de redes de abastecimento e de saneamento, entre outros. Esta informação, a par da análise no campo e da auscultação das partes interessadas permitirá detalhar com rigor as novas propostas de perímetros urbanos, tendo em consideração as regras de classificação e qualificação do solo previstas no novo enquadramento legal.

De acordo com o decreto regulamentar que define os critérios de classificação e qualificação do solo⁵⁹ devem ser cumpridos cumulativamente os seguintes critérios para a classificação do solo como urbano:

- “a) *Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;*
- b) *Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;*
- c) *Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;*
- d) *Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;*
- e) *Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.”*

⁵⁹ Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto



14.2. CONCRETIZAÇÃO DO SOLO URBANO DO PDM EM VIGOR

A análise do grau de concretização do solo urbano foi desenvolvida através da identificação das áreas efetivamente ocupadas (artificializadas) de acordo com a análise visual dos ortofotomapas da Direção Geral do Território de 2018 e da COS 2018.

A aferição da área ocupada dos vários perímetros urbanos encontra-se representada na Plantas dos Perímetros Urbanos (Plantas 2 a 8) através da representação do limite do perímetro urbano do PDM em vigor e classificação em Espaço Urbanizado/Urbanizável, em sobreposição com a área ocupada, assim como da respetiva contabilização.

A análise da concretização dos 7 perímetros urbanos do PDM em vigor (Quadro 14.1) revela que perto de 60% (811 ha e 57,11%) do solo urbano se encontra ocupado.

Quadro 14.1 | Grau de ocupação dos perímetros urbanos do município de Vendas Novas

Perímetros urbanos	Categoria	Área da Categoria (ha)	Área Ocupada da Categoria		Área do PU (ha)	Área do PU		Contributo para a área ocupada total (%)
			ha	%		ha	%	
Afeiteira	Espaço Urbanizável	230,72	96,36	41,77	268,21		43,31	18,92
	Espaço Urbanizado	37,49	19,79	52,79		116,15		
Bombel	Espaço Urbanizável	49,73	8,78	17,66	105,79		36,74	7,46
	Espaço Urbanizado	56,07	30,09	53,67		38,87		
Landeira	Espaço Urbanizável	22,74	0	0,00	44,63		34,33	3,15
	Espaço Urbanizado	21,89	15,32	69,99		15,32		
Marconi	Espaço Urbanizado	13,25	8,78	66,26	13,25	8,78	66,26	0,93
Nicolaus	Espaço Urbanizado	17,75	9,17	51,66	17,75	9,17	51,66	1,25
Piçarras	Espaço Urbanizável	6,36	0,91	14,32	20,41	6,93	33,95	1,44
	Espaço Urbanizado	14,05	6,93	49,32				
Vendas Novas	Espaço Urbanizável	539,22	289,04	53,60	947,76	614,44	64,83	66,85
	Espaço Urbanizado	408,52	325,4	79,65				
Total		1418	811	-	1418	811	57,11	

Fonte: CMVN. PDM em vigor. Área ocupada delimitada a partir do Ortofotomapa 2018 e da COS 2018.

O maior contributo de área ocupada pertence ao perímetro urbano de Vendas Novas (66,85%), que é também o maior perímetro urbano do concelho (com um total de 974,76 ha).

Vendas Novas é o perímetro urbano que apresenta uma maior percentagem de área ocupada, situando-se nos 64,83%, com exceção de Marconi (66,26%). Contudo, o perímetro de Marconi encontra-se inteiramente classificado como Espaço Urbanizado, enquanto no caso do perímetro de Vendas Novas, este tem ainda 289,04 ha classificados em Espaço Urbanizável, dos quais 53,60% estão ocupados. No caso do Espaço Urbanizado do perímetro urbano de Vendas Novas, a área ocupada representa cerca de 80%.

Além destes, apenas o perímetro urbano de Nicolaus apresenta uma área ocupada superior a 50%, mas trata-se também de um perímetro sem espaços urbanizáveis.

Nas mesmas Plantas encontra-se representada a área comprometida, ou seja, abrangida por loteamentos, que conjuntamente com a análise da área ocupada, constituem elementos que irão fundamentar a nova delimitação dos perímetros urbanos.

Estando perante um novo paradigma de gestão urbanística (alicerçado no novo RJIGT em que os espaços urbanizáveis deixam de existir), será de futuro determinante intervir no solo urbano existente, repensando os PMOT que no passado eram vocacionados para a expansão urbana. Neste domínio, assume particular relevo a existência de um quadro normativo flexível bem como o empenho do município, munícipes e *stakeholders*, através de uma participação ativa.

Independentemente de uma análise quantitativa ao solo urbano a abordagem ao PDM em vigor não se deve esgotar na delimitação do que é urbano e do que é rural (rústico de acordo com o novo RGIJT). Com efeito, na fase de Proposta de Plano será necessário avaliar igualmente a adequação dos parâmetros urbanísticos definidos no PDM em vigor às necessidades atuais.

14.3. UNIDADES DE PLANEAMENTO DO PDM

O PDM em vigor estabelece um conjunto de unidades de planeamento para os vários perímetros urbanos, a sujeitar a plano de urbanização, plano de pormenor e projetos de loteamento, conforme listados no Quadro seguinte (correspondente ao Anexo II do Regulamento do PDM em vigor).



Quadro 14.2 | Unidades de planeamento definidas no PDM em vigor

UOPG	Categorias de espaço	Definição	Plano proposto	DP máxima
Cidade de Vendas Novas				
PU	{ Todas	Proposto	Plano de urbanização	{ Alta.
	AC			Alta.
UP1	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Alta.
UP2	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP3	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Alta.
UP4	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP5	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP6	ACE	Proposto	Plano de pormenor	Equip.
UP7	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP8	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP9	Industrial	Existente	Plano de pormenor	—
UP10	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP11	Urbanizável Misericórdia	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
Afeiteira				
UP	{ Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	{ Baixa.
	AC			Baixa.
Marconi				
	AC			Baixa.
Bombel				
UP1	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
UP2	ANE	Proposto	Plano de pormenor	Baixa.
Piçarras				
	AP			Baixa.
	Urbanizável			Baixa.
Nicolaus				
	ANE			Baixa.
Landeira				
UP1	AC	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP2	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Média.
UP3	Urbanizável	Proposto	Plano de pormenor	Média.

Fonte: PDM em vigor (1999)

Contudo estas Unidades de Planeamento não foram, na sua maioria, objeto de concretização. Várias são as razões que podem ser identificadas que justificam este comportamento destacando-se:

- A sua desadequação no contexto da evolução da cidade;
- A ausência de planeamento estruturado por parte da autarquia que resultou, em parte da iniciativa privada através de operações de loteamento, que face à ausência de uma estratégia clara para a cidade surgem desgarradas.

De entre as UP identificadas:

- A UP 9 corresponde ao Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, já em vigor aquando da aprovação do PDM (1999).

- A UP6 seria alterada com a aprovação do Plano de Pormenor da Entrada Sul – Parque da Cidade de Vendas Novas (2010) (apresentado no capítulo 2.3.3.2).

Além destes dois PP apenas seria aprovado outro plano municipal de ordenamento do território - o Plano de Urbanização da Landeira (2012), que não se encontrava previsto em Unidade de Planeamento.

Encontra-se em elaboração o Plano de Urbanização de Vendas Novas, já previsto no PDM em vigor.

Na fase seguinte, de Proposta de Plano, e procedendo-se à redelimitação do Solo Urbano (excluindo os espaços urbanizáveis e outros não consolidados, tendo como base os critérios de classificação e qualificação do solo previstos no decreto regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto), verificar-se-á que parte destas unidades de planeamento deixarão de estar abrangidas pelos perímetros urbanos, devendo na sua globalidade ser reavaliadas.



15. SISTEMA URBANO – ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA

15.1. INTRODUÇÃO

O sistema urbano apresenta-se muito determinado pelas infraestruturas viárias e ferroviárias. A Linha Ferroviária (interface da Linha do Alentejo) e a EN4 conectando os núcleos urbanos: Bombel; Vendas Novas e Marconi, e a A6 e A2 esquartelando o território.

Piçarras, Nicolau e Landeira são os restantes núcleos urbanos que não interagem diretamente com a grande centralidade determinada pela Cidade, sendo assim de certo modo mais periféricos e estabilizados, revelando, no entanto, Landeira uma diferenciação positiva quer nas suas virtualidades intrínsecas na organização e na forma urbana, quer na relação com a envolvente próxima de relevância ambiental e paisagista.

A Cidade de Vendas Novas *de per si*, agregando todas as principais valências e dinâmicas socioeconómicas do concelho, potencia uma atratividade, que se tem traduzido no somatório de experiências urbanas e periurbanas muito díspares, mantendo uma forte ligação ao valor seminal da Estrada Nacional.

O desenvolvimento da Cidade aproximou e dinamizou os núcleos urbanos antes periféricos, hoje cada vez mais integrados numa vivência urbana unitária, ainda que de geometria muito variada. Este princípio constitui, no entanto, o principal tema no entendimento e no âmbito da relação do fator urbano com o ordenamento do território do concelho.

15.2. A CIDADE

A história da cidade de Vendas Novas parece revelar ao longo dos anos uma crescente consolidação de uma ideia de cidade, em particular a partir dos anos 80, mas igualmente uma persistência na existência de espaços livres e agrícolas, estabelecendo relações e formas de intraurbanidade muito peculiares, por um lado acentuando a densificação, por outro assegurando uma relação quase ‘liquida’ com o território rural.

Este duplo sentido nas formas de qualificação integrada do território urbano e da progressiva assimilação de arrabaldes por ações de consolidação, colmatação e requalificação do tecido urbano são em grande parte favorecidas pelas características morfológicas do território – a sua planura.

Esta particularidade pode facilitar a implantação de zonas verdes, a proximidade e a preservação de áreas agrícolas e de biodiversidade exigindo critérios bem determinados para o efeito.

Numa leitura prospetiva do pensamento sobre a Cidade devemos assim equacionar duas escalas de trabalho.

- A primeira numa perspetiva “metropolitana” integrando diretamente na equação os núcleos urbanos satélites: Bombel; Afeiteira e Marconi, perspetivando também a partir daqui as potencialidades e constrangimentos na interação com a Área Metropolitana de Lisboa e com os principais centros urbanos do Alentejo.

Têm neste contexto primazia a determinação de novas redes e sistemas de comunicação viária assim como a temática da edificabilidade dispersa, a relação com a atividade agrícola e a permanência de elementos naturais estruturantes no território.

- A segunda enquanto núcleo urbano estrito que, em grande medida, continua a ser determinado pelo atravessamento da EN4 e pela presença da Linha ferroviária. Esta dimensão convoca uma abordagem a dinâmicas tão diversas como a Regeneração Urbana, o Sistema Viário e as circulações em geral (viárias – nas mais diferentes categorias, cicláveis e pedonais), os valores Culturais, em destaque para o património arquitetónico e urbano, os serviços, o comércio e os equipamentos, a política habitacional, a paisagem e a biodiversidade integrada na afirmação da Estrutura Ecológica Urbana.

Neste âmbito destacam-se como área chave a correspondente ao PP Entrada Sul / Parque da Cidade e o PP Zona Industrial e a sua requalificação e expansão.

15.3. ESTRATÉGIA

De lugar histórico e remoto de passagem a lugar de estadia a cidade, neste sentido lato e centralista, revela hoje um imenso potencial estratégico como um grande ponto de venda(s) novas, na área da indústria, dos serviços, na cultura e no comércio.

Existem assim grandes desafios na perspetiva da inversão do sentido predominante de lugar de passagem para o sentido de estadia e permanência.

Neste quadro, o desenho da cidade no seu todo abrangente, do núcleo central à cintura periférica, deve privilegiar as relações socioculturais, os valores locais, as novas políticas urbanas de valorização da sustentabilidade ambiental do território, mas também a afirmação do seu potencial de criação de valor, bem estar social e inteligência, inerentes a uma ideia positiva de cidade integradora e criativa.

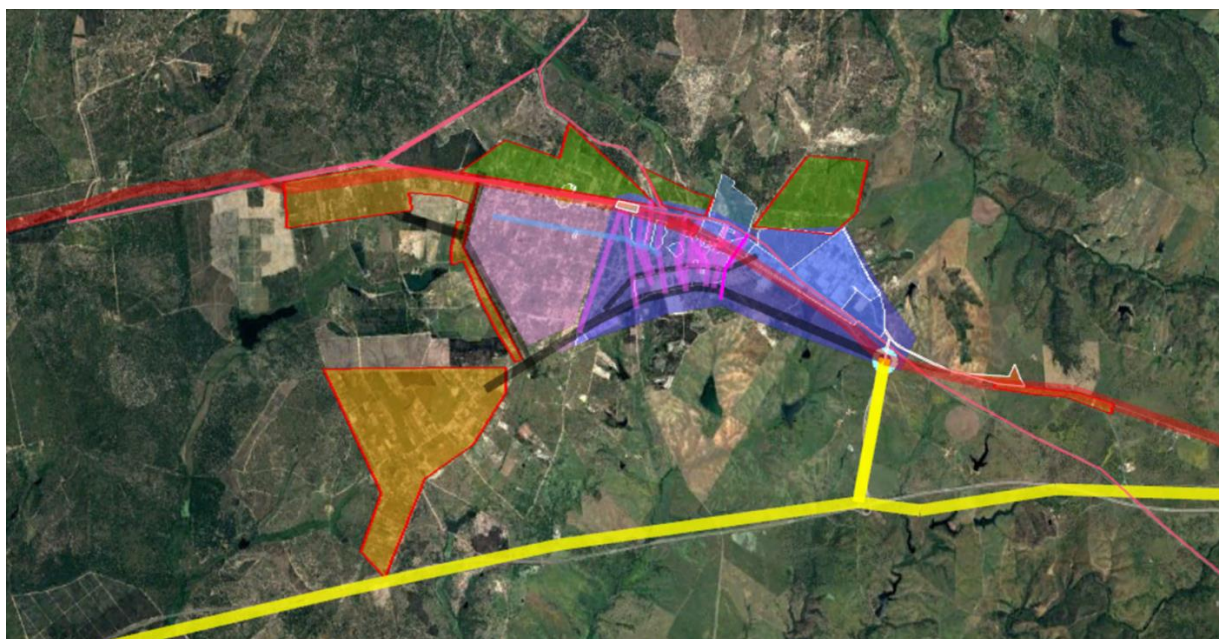


Figura 15.1 | Esquema da dinâmica urbana da cidade de Vendas Novas

A figura em cima reflete esquematicamente a dinâmica urbana da cidade de Vendas Novas no seu contexto plural, evidenciando as tensões inerentes às infraestruturas (viárias e ferroviárias), à diferenciação dos diversos assentamentos e intensidades na ocupação e uso do território e à interação com os núcleos urbanos: Bombel, Afeiteira e Marconi.

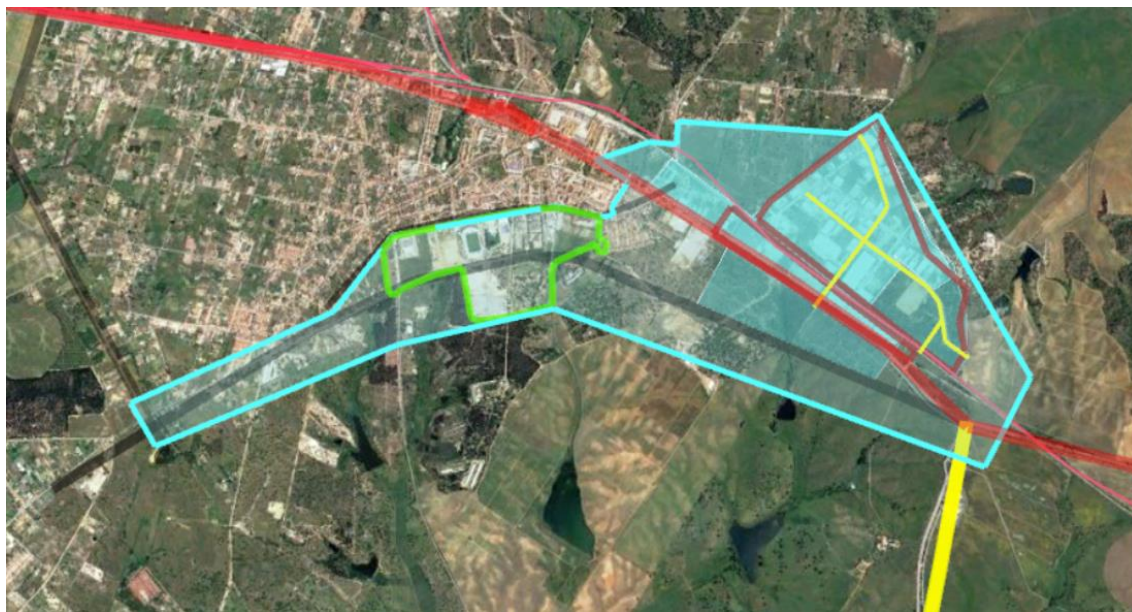


De entre os maiores desafios ao nível do reposicionamento, organização e ordenamento da cidade e do concelho em sentido genérico, destacamos a estruturação viária e circulações e a afirmação da vocação estratégica ao nível do empreendedorismo, comércio, indústria, serviços, etc.

Neste sentido os dois Planos de Pormenor em equação na cidade: Parque Industrial e Entrada Sul / Parque da Cidade, quer pela complementaridade de objetivos quer pela interação com a estrutura e o desenho do território, deverão ser abordados de forma conjunta.

Esta perspetiva poderá ser entendida no quadro de uma nova UOPG - Parque VN (global, integrando o dois PP) definida por 3 objetivos principais:

- Interpretar e assegurar o relacionamento com a cidade estabilizada, central, tendo particular atenção à interação com o parque habitacional, o comércio, e a valorização do espaço público e do património;
- Estabelecer um programa conjunto enquanto Parque de Feiras e Exposições e Parque Empresarial (e industrial) e ainda com outras infraestruturas já existentes, criando sinergias conjuntas como a Start-up Alentejo;
- Assegurar uma reestruturação na estrutura viária, acessibilidade, espaço público e circulação, tendo em conta as principais ligações existentes (EN4 e A6) e a influência e impacto com os dois objetivos descritos nos pontos anteriores.



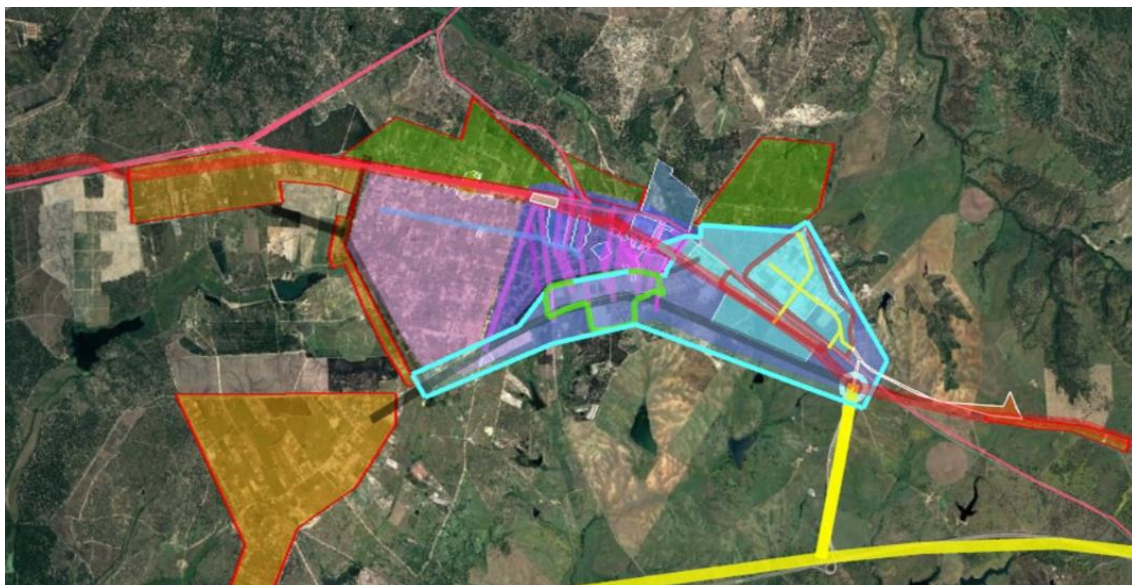


Figura 15.2 | Delimitação potencial da UOPG Parque VN, integrando os 2 PP e a interação com a cidade central



PARTE VI - DIAGNÓSTICO INTEGRADO E PROPOSTA PRELIMINAR ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA

Esta página foi deixada em branco propositadamente



16. DIAGNÓSTICO E PROPOSTA PRELIMINAR DE ESTRATÉGIA

16.1. NOTA METODOLÓGICA

No final da Fase 1 da Revisão do PDM de Vendas Novas, e em particular no âmbito do diagnóstico, pretende-se identificar os principais elementos da estratégia que irão fundamentar a futura proposta de modelo territorial.

O novo Plano Diretor Municipal requer a definição de um modelo de organização e gestão territorial sustentado que esteja em conformidade, quer com a atual situação sociodemográfica e urbanística, quer com as perspetivas de evolução.

Exige-se assim o desenvolvimento de uma proposta de Plano equilibrada, que responda às necessidades atuais e de desenvolvimento do município, e que não crie situações, nem de excessivo condicionamento, nem de desnecessário esforço de infraestruturação.

O atual quadro sociodemográfico e económico de Vendas Novas traduz-se na necessidade de definir um modelo de desenvolvimento sustentado no aproveitamento das valias internas e das oportunidades do posicionamento no contexto regional, enquanto fatores de afirmação do município.

Um Plano equilibrado não é fácil de conceber, dada a variedade de interesses e necessidades em causa.

O esquema metodológico representado na Figura 16.1 sintetiza a metodologia da definição do Modelo Territorial, estruturada nos seguintes subcapítulos:

- Diagnóstico Setorial (capítulo 16.2) – que consiste na sistematização dos principais elementos de caracterização e da evolução no período de vigência do PDM.
- Quadro Estratégico Global de Intervenção – Principais orientações estratégicas para o Município de Vendas Novas – que considera o Enquadramento da Revisão do PDM (definido no REOT) e o Quadro de Referência Estratégico (elaborado pela Equipa no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica).
- Apresentação preliminar dos elementos de estratégia para o futuro Modelo Territorial (capítulo 16.4).

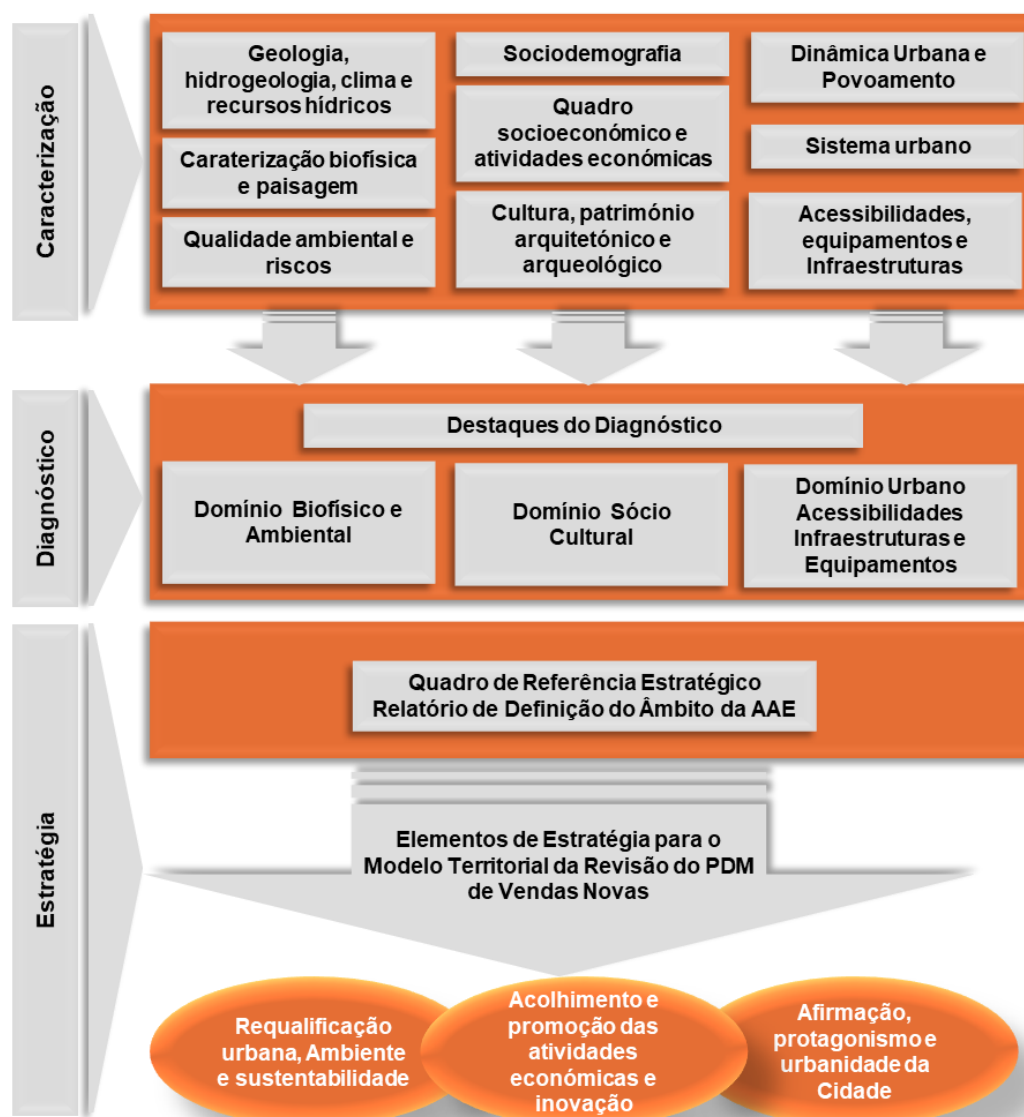


Figura 16.1 | Esquema Global do Diagnóstico Integrado

16.2. DIAGNÓSTICO SETORIAL

O diagnóstico do Município de Vendas Novas abrange todas as componentes dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico (apresentadas nos capítulos 3 a 14). Do diagnóstico resultam um conjunto de destaques estruturados em três domínios interrelacionados: Domínio Biofísico e Ambiental, Domínio Sócio Cultural, Domínio Equipamentos e Infraestruturas e Domínio Urbano.



Domínio Biofísico e Ambiental

- Em termos gerais, a altimetria do Município encontra uma dominância entre as cotas de 70 metros e 130 metros, que se caracteriza claramente pela distinção de três zonas hipsométricas distintas que se relacionam igualmente com paisagens distintas:
- Uma zona de altitude baixa (na zona sul do concelho, nas imediações da Landeira e Nicolaus, até sul de Piçarras), que se assemelha à paisagem típica da charneca do Sado, caracterizada pela presença do montado e do pinheiro manso
- Uma zona de média altitude (compreende a zona de Piçarras, oeste de Bombel e a norte da cidade de Vendas Novas), onde é marcada a paisagem da charneca do Ribatejo marcada por um relevo suave e pela presença do montado, e em que as áreas em torno dos aglomerados populacionais revelam uma ocupação dispersa.
- Uma zona de altitudes mais elevadas (cidade de Vendas Novas e a este da mesma, ao longo da EN4) que se enquadra um território já com características dos campos abertos típicos do Alentejo Central.
- Destaque no Município para a componente florestal: nomeadamente de montados sobro, por vezes associados a azinheira e de pinhais (de pinheiro manso ou bravo e mistos).
- Assinala-se a presença da ZEC do Estuário do Sado, enquadrado na Rede Natura 2000.
- O território de Vendas Novas é atravessado por três ribeiras de dimensões consideráveis, a Ribeira da Marateca, Ribeira da Landeira (pertencentes à bacia hidrográfica do Sado) e a Ribeira de Canha (pertencente à bacia hidrográfica do Tejo). A rede hidrográfica destas três ribeiras preenche na sua maioria a área do concelho.
- Município que dispõe de um clima ameno pautado por uma boa qualidade do ambiente onde apenas se denotam algumas pressões sobre os recursos hídricos essencialmente derivadas dos sectores agrícola, urbano, pecuário e industrial.
- Segundo o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, os cenários com maior probabilidade de ocorrência (Médio-Alto) são as Vagas de Frio e Ondas de Calor. Em associação com o grau de gravidade, vários são os riscos que recebem a classificação de elevado, designadamente as Ondas de calor, Secas ciclones violentos e tornados, incêndios florestais, cheias e inundações, sismos, acidentes ferroviários e aéreos, colapsos de túneis, pontes e viadutos, rutura de barragens e acidentes em locais com elevada concentração populacional. Os restantes riscos são classificados como Moderados, e não existem riscos críticos.

Domínio Socioeconómico e Cultural

- Município com crescimento populacional de 2% no período intercensitário entre 2001-2011, possuindo, em 2011, 11.846 habitantes (face aos 11.619 em 2001). Este crescimento foi apoiado na componente migratória, uma vez que se verifica um envelhecimento generalizado da população, embora seja um concelho jovem comparativamente ao Alentejo e ao Continente. Este facto reflete-se no decréscimo populacional entre 2011 e 2021, passando a registar um total de 11.245 habitantes.
- Concentração na distribuição da população. A cidade sede de concelho, com 9.246 habitantes em 2021, concentra cerca de 87% da população do concelho. Foros da Afeiteira e Landeira

(segundo e terceiro lugares com maior número de habitantes) concentram cerca de 647 e 525 habitantes, respetivamente em 2021.

- A atividade económica do Município assenta numa cultura empresarial valorizada pela experiência acumulada da atividade industrial, organizada em torno do Parque Industrial que tem mostrado uma capacidade de atração de investimento e geração de emprego, concentrando a quase totalidade das indústrias transformadoras presente no concelho.
- A posição estratégica do Parque Industrial, em termos de proximidade dos grandes mercados e serviços, com boas acessibilidades e ligações intermodais de nível internacional, nacional e regional (interface Lisboa / Sul e Lisboa / Madrid, Setúbal e Évora – cruzamento A2/A6/A13).
- Independentemente da relevância da atividade industrial, salienta-se a importância da ocupação florestal do espaço rústico, que contribuiu para o relevo da indústria da cortiça e do pinhão no município.
- Deve ainda ser salientado o posicionamento do Município de Vendas Novas na NUTS III que ocupa a 2.ª posição, a seguir ao município de Évora, num conjunto de indicadores como sejam: o volume de negócios total, o Valor Acrescentado Bruto e o saldo da balança comercial.
- A localização da atividade comercial e de serviços quase exclusivamente na Cidade de Vendas Novas (que como já mencionado atrás concentra cerca de 87% da população do município); essencialmente ao longo da EN4 onde se têm vindo a implantar as grandes superfícies comerciais.
- A criação da StartUP Alentejo® em 2017, que constitui uma incubadora de empresas multissetorial com enfoque em projetos criativos e inovadores, localizada na malha urbana da cidade de Vendas Novas. Dispõe de 4 modelos de incubação: Pré-incubação, cowork, incubação física e escritório virtual, recebendo já 48 empresas
- A atividade turística revela uma modesta presença no território embora se verifique um crescente dinamismo do setor no Município, que se traduz no aumento de estabelecimentos de alojamento turístico e no aumento do número de agentes de animação turística. Contudo, o Município apresenta um forte potencial turístico através do património edificado (Palácio Vidigal, Núcleo Edificado da Marconi, etc.), da rede de museus, dos produtos gastronómicos (vinhos, empada rainha e queijo fresco da “Queijaria das Romãs”), nomeadamente das Bifanas de Vendas Novas que são marca registada desde 2011, e do património natural e paisagístico (trilhos e percursos pedestres).
- Não existe um conjunto representativo de arqueossítios identificados no território do concelho, o que se explica pela fisiografia do território, e, de facto, nenhuma das (6) estações arqueológicas reconhecidas no território de Vendas Novas consta na base de dados nacional Portal do Arqueólogo, da DGPC.
- A história do concelho é recente e indissociável da história das próprias vias de comunicação, das estradas, que visavam ligar o litoral ao interior alentejano. Possui ainda assim um conjunto de património edificado erudito, de que é exemplo o património classificado - Monte Velho do Outeiro de Santo António (conjunto) e Palácio Real de D. João V e Capela Real de Vendas Novas – assim como o Palácio e Capela do Vidigal e um conjunto de capelas e igrejas que datam desde o século XVI, entre outros imóveis notáveis do concelho.



Domínio Equipamentos e Infraestruturas

- Posição geográfica de transição entre a AML e o Alentejo Central.
- Excelentes acessibilidades rodo-ferroviárias, mas assinalando-se importantes limitações ao nível do transporte público.
- O transporte público ferroviário, que beneficia da recente renovação e eletrificação da linha, apresenta uma frequência muito reduzida e valores tarifários muito elevados quando comparado com os municípios vizinhos, pertencentes à AML.
- Dotação de bons equipamentos ao nível da saúde e da educação, servindo uma área geográfica mais alargada que o concelho.
- Necessidade de equipamentos ao nível do apoio social à população idosa, em particular na vertente residencial.
- O município encontra-se bem servido de equipamentos desportivos, mas muito apresentam necessidades de requalificação, sendo ainda assinalada a intenção de construção de uma nova piscina coberta e do desenvolvimento de um Centro de Estágios.

Domínio Urbano

- Dificuldade no acesso à habitação, o que constitui um fator limitativo importante à atratividade do concelho.
- O sistema urbano apresenta-se muito determinado pelas infraestruturas viárias e ferroviárias. A Linha Ferroviária (interface da Linha do Alentejo) e a EN4 conectando os núcleos urbanos: Bombel; Vendas Novas e Marconi, e a A6 e A2 esquadrelando o território.
- Piçarras, Nicolau e Landeira são os restantes núcleos urbanos que não interagem diretamente com grande centralidade determinada pela Cidade, sendo assim de certo modo mais periféricos e estabilizados, revelando, no entanto, Landeira uma diferenciação positiva quer nas suas virtualidades intrínsecas na organização e na forma urbana quer na relação com a envolvente próxima de relevância ambiental e paisagista.
- A Cidade de Vendas Novas de per si, agregando todas as principais valências e dinâmicas socioeconómicas do concelho, potencia uma atratividade que se tem traduzido no somatório de experiências urbanas e periurbanas muito díspares, mantendo uma forte ligação ao valor seminal da Estrada Nacional.
- O desenvolvimento da Cidade aproximou e dinamizou os núcleos urbanos antes periféricos hoje cada vez mais integrados numa vivência urbana unitária, ainda que de geometria muito variada. Este princípio constitui, no entanto, o principal tema no entendimento e no âmbito da relação do fator urbano com o ordenamento do território do concelho.
- A cidade de Vendas Novas, sendo sede de concelho protagoniza uma dimensão funcional e simbólica ímpar, o que requer uma estruturação urbanística exigente face às dinâmicas económicas e sociais, implicando para tal uma requalificação do espaço público, reabilitação do património edificado, e o redesenho da cidade.

16.3. QUADRO ESTRATÉGICO GLOBAL DE INTERVENÇÃO

Apresentado o diagnóstico setorial, foi analisado o enquadramento estratégico e global, designadamente as principais orientações estratégicas e de intervenção que recaem sobre o Alentejo Central e sobre o município de Vendas Novas, em particular designadamente:

- Os Desafios Territoriais do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território - PNPOT;
- Os Eixos Estratégicos de base territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo - PROTA;
- Os fatores críticos de sucesso do PEDU de Vendas Novas.

A leitura integrada dos elementos acima mencionados, desenvolvida no REOT e RDA permitiu verificar a coerência dos elementos estratégicos, revelando uma forte concordância entre os vários documentos, o que desde já faz antever o enquadramento dos elementos de estratégia para a Revisão do PDM de Vendas Novas apresentados no sub-capítulo seguinte.

16.4. ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA PARA O FUTURO MODELO TERRITORIAL

Os elementos de estratégia para o Modelo Territorial resultam das componentes dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico que sobressaem no âmbito do diagnóstico integrado e que apresentam uma potencial interferência na definição de uma estratégia de desenvolvimento e do respetivo modelo territorial para o município.

Os elementos de estratégia encontram-se identificados e descritos no Quadro seguinte, tendo sido estruturados em três grandes áreas:

- Requalificação urbana, ambiente e sustentabilidade
- Acolhimento e promoção das atividades económicas e inovação
- Afirmação, protagonismo e urbanidade da Cidade



Requalificação urbana, ambiente e sustentabilidade

- Apostar na reabilitação urbana e ambiental, através de intervenções integradas de requalificação do espaço público, de criação de novos espaços verdes, de reabilitação do património edificado e de redesenho da cidade, numa abordagem que integre as preocupações atuais associadas, designadamente a qualificação ambiental e adaptação às alterações climáticas, tornando o centro mais atrativo para o investimento e para habitar.
- Afirmar uma estratégia objetiva para a implementação de uma mobilidade suave, em linha com o Plano de Mobilidade Sustentável, através, entre outros, da qualificação dos percursos pedonais e cicláveis, e da criação de uma rede de percursos acessíveis, enquadrada na estrutura ecológica urbana.
- Considerar a eficiência energética nas opções de povoamento, de mobilidade e de classificação e qualificação do solo, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.
- Apontar para uma gestão do território que considere as mais valias da Estrutura Ecológica Municipal, nomeadamente no que se refere à conservação da água (Ribeira de Canha, Ribeira da Marateca e Ribeira da Landeira) e do solo.

Acolhimento e promoção das atividades económicas e inovação

- Potenciar a localização estratégica de Vendas Novas, claramente evidenciada no PROT, tornando-a mais qualificada e atrativa para o investimento.
- Promover a revisão do Plano de Pormenor do Parque Industrial, adaptando os índices e parâmetros urbanísticos às necessidades atuais, bem como atraindo novas atividades.
- Ponderar a revisão do Regulamento do PDM, no sentido de uma maior flexibilização da localização de empresas no território municipal.
- Valorizar e potenciar o desenvolvimento do sector primário, atribuindo um papel fundamental às atividades da economia da floresta, e às novas formas de agricultura, as quais devem ser equacionadas e enquadradas na Revisão do PDM (exemplo: Apoios agrícolas e estufas de grande dimensão em zonas de transição urbano-rural, atualmente definidas no PDM como espaços urbanizáveis).
- Promover a captação de investimento relacionado com o conhecimento e inovação, dadas as excelentes condições territoriais (qualidade de vida urbana e ambiental e proximidade a Lisboa).

Afirmação, protagonismo e urbanidade da Cidade

- Promover a afirmação de Vendas Novas: de lugar histórico e remoto de passagem a lugar de estadia e a cidade.
- Potenciar a inversão do sentido predominante de lugar de passagem, para o sentido de estadia e permanência. Neste quadro o desenho da cidade no seu todo abrangente, do núcleo central à cintura periférica, deve privilegiar as relações socioculturais, os valores locais, as novas políticas urbanas de valorização da sustentabilidade ambiental do território, mas também a afirmação do seu potencial de criação de valor, bem estar social e inteligência inerentes a uma ideia positiva de cidade integradora e criativa.
- Qualificar a cidade de Vendas Novas, tornando a cidade atrativa pela regeneração do espaço público, com clara aposta na requalificação ambiental, criando uma nova identidade para a cidade, avaliar os parâmetros urbanísticos por forma a permitir uma maior compactação da cidade.
- Afirmar uma cultura de planeamento, com vista a sinalizar estabilidade e futuro ao nível do investimento, dotando o município dos instrumentos de gestão territorial necessários, apostando, posteriormente, nos processos de monitorização, como forma de os manter atualizados, enquadrando:
 - Estruturação urbanística da Cidade de Vendas Novas que, como sede de concelho protagoniza uma dimensão funcional e simbólica ímpar, requerendo uma estruturação urbanística exigente face às dinâmicas económicas e sociais, implicando para tal uma valorização do desenho e planeamento urbanístico como suporte único;
 - A aferição e avaliação dos índices e parâmetros definidos no PDM, que garanta, uma maior compactação da cidade e uma distribuição equilibradas dos usos e atividades.



PARTE VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ANEXOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFA – Associação Lusitana de Fitossociologia (2004). Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Fichas de caracterização dos Habitats Naturais. http://www.icn.pt/psrn2000/caract_habitat.htm.
- Bencatel J., Alvares F., Moura A.E. & Barbosa A.M. (2017) Atlas de mamíferos de Portugal (1a ed.). Universidade de Évora, Portugal. Dados disponíveis sob licença CC BY-SA 4.0 (Creative Commons).
- Cabral M.J., Almeida J., Catry P., Encarnação V., Franco C., Granadeiro J.P., Lopes R., Moreira F., Oliveira P., Onofre N., Pacheco C., Pinto M., Pitta M.J., Ramos J. & Silva L. (2005). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. ICNB, Lisboa.
- Capelo J., Mesquita S., Costa J.C., Ribeiro S., Arsénio P., Neto C., Monteiro T., Aguiar C., Honrado J., Espírito-Santo M.D. & Lousã M. (2007). A methodological approach to potential vegetation modeling using GIS techniques and phytosociological expert-knowledge: application to mainland Portugal. *Phytocoenologia* 37(3-4): 399-415.
- Capelo, J., Aguiar, C. & Mesquita, S. (2021). Sinopse da biogeografia de Portugal. In Capelo, J. & Aguiar, C. (coord.). *A vegetação de Portugal*. Pp. 26-30. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa.
- Carapeto A., Francisco A., Pereira P., Porto M. (eds.). (2020). *Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- Castroviejo, S. (coord.) (1986-2008). *Flora Iberica. Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares*. Real Jardín Botánico, C.S.I.C., Madrid.
- Costa, J.C., C. Aguiar, J.H. Capelo, M. Lousã & C. Neto (1998). *Biogeografia de Portugal Continental*. *Quercetea* 0: 5-56.
- CSIC - Real Jardín Botánico (2012). *Anthos Sistema de información sobre las plantas de España*. <http://www.anthos.es/>
- Equipa Atlas (2008). *Atlas das Aves Nidificantes em Portugal (1999-2005)*. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Assírio & Alvim. Lisboa.
- Equipa Atlas (2018). *Atlas das Aves Invernantes e Migradoras de Portugal 2011-2013*. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, LabOr - Laboratório de Ornitologia – ICAAM - Universidade de Évora, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (Madeira), Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Açores) e Associação Portuguesa de Anilhadores de Aves. Lisboa.
- Franco, J. A. & M. L. Rocha Afonso (1994, 1998, 2003). *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores)* vol. III. Escolar Editora. Lisboa.
- Franco, J. A. (1971, 1984) *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores)*, vol. I-II. Escolar Editora. Lisboa.
- ICNF IP. (2019). *4º Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats (2013-2018)*. Lisboa.
- LNEG (s.d.). *Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000 não harmonizada*. <http://geoportal.lneg.pt>.
- Loureiro, A., Ferrand de Almeida, N., Carretero, M.A. & Paulo, O.S. (eds.) (2008). *Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal*. ICNB, Lisboa.



Mesquita S. & Sousa A.J. (2009). Bioclimatic mapping using geostatistical approaches: application to mainland Portugal. *International Journal of Climatology*. 29 (14): 2156-2170.

Neto, C. (2002). A flora e a vegetação do superdistrito Sadense (Portugal). *Guineana* 8: 1-269.

Porto M., E.Portela-Pereira, A.Clemente, A.Carapeto, M.Raposo, A.J.Pereira, J.Farminhão, R.Caraça, P.Arsénio, C.Vila-Viçosa, C.T.Gomes, S.Mendes (2022). Concelho: vendas novas - elenco florístico. *Flora-On: Flora de Portugal interactiva*. Sociedade Portuguesa de Botânica. <http://www.flora-on.pt/#1portel> (em 25/11/2022).

Rainho, A., Alves, P., Amorim, F. & Marques, J.T. (Coord.). *Atlas dos morcegos de Portugal Continental*. ICNF, Lisboa.

Rivas-Martínez, S. (1996). *Geobotánica y bioclimatología*. Discursos pronunciados en el acto de investidura de doctor "honoris causa" de excelentísima señor S. Salvador Rivas-Martínez. Universidad de Granada.

Rivas-Martínez, S., Díaz, T.E., Fernández-González, F., Izco, J., Lousã, M. & Penas (2002). Vascular Plant Communities of Spain and Portugal. Addenda to the Syntaxonomical checklist of 2001. *Itinera Geobotanica* 15(1): 5-432.

Sequeira M. Sequeira, D. Espírito-Santo, C. Aguiar, J. Capelo & J. Honrado (coord.) (2011). *Checklist da Flora de Portugal*. http://www3.uma.pt/alfa/checklist_flora_pt.html.

ANEXOS

ANEXO I – TÁXONES COM OCORRÊNCIA CONFIRMADA NA ÁREA DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS, OBSERVADOS DURANTE OS TRABALHOS DE CAMPO OU REFERENCIADOS EM PORTO M., E.PORTELA-PEREIRA, A.CLEMENTE, A.CARRAPETO, M.RAPOSO, A.J.PEREIRA, J.FARMINHÃO, R.CARAÇA, P.ARSÉNIO, C.VILA-VIÇOSA, C.T.GOMES, S.MENDES. 2022⁶⁰.

Família	Táxone	Notas
Alismataceae	<i>Baldellia repens</i>	
Amaranthaceae	<i>Atriplex prostrata</i>	
Amaryllidaceae	<i>Allium ericetorum</i>	VU
Amaryllidaceae	<i>Allium pruinatum</i>	
Amaryllidaceae	<i>Leucojum autumnale</i>	
Amaryllidaceae	<i>Narcissus bulbocodium subsp. bulbocodium</i>	Anexo V, LC
Anacardiaceae	<i>Pistacia lentiscus</i>	
Apiaceae	<i>Anthriscus caucalis</i>	
Apiaceae	<i>Apium nodiflorum</i>	
Apiaceae	<i>Bupleurum rigidum subsp. paniculatum</i>	
Apiaceae	<i>Conium maculatum</i>	
Apiaceae	<i>Daucus crinitus</i>	
Apiaceae	<i>Daucus muricatus</i>	
Apiaceae	<i>Daucus setifolius</i>	
Apiaceae	<i>Eryngium dilatatum</i>	
Apiaceae	<i>Foeniculum vulgare</i>	
Apiaceae	<i>Oenanthe crocata</i>	
Apiaceae	<i>Peucedanum lancifolium</i>	
Apiaceae	<i>Ridolfia segetum</i>	
Apiaceae	<i>Thapsia villosa</i>	
Apiaceae	<i>Torilis arvensis</i>	
Araceae	<i>Arum italicum subsp. italicum</i>	
Araliaceae	<i>Hedera hibernica</i>	
Asparagaceae	<i>Asparagus aphyllus</i>	
Asparagaceae	<i>Dipcadi serotinum subsp. serotinum</i>	

⁶⁰ Concelho: vendas novas - elenco florístico. Flora-on: flora de portugal interactiva. Sociedade portuguesa de botânica. [Http://www.flora-on.pt](http://www.flora-on.pt) (em 25/11/2022).



Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas | Volume VI - ECD

Família	Táxone	Notas
Asparagaceae	<i>Hyacinthoides vicentina subsp. transtagana</i>	Anexo II, Anexo IV,
Asparagaceae	<i>Ornithogalum narbonense</i>	
Asparagaceae	<i>Ruscus aculeatus</i>	Anexo V, LC
Asparagaceae	<i>Scilla autumnalis</i>	
Asparagaceae	<i>Scilla monophyllos</i>	
Asparagaceae	<i>Urginea maritima</i>	
Asteraceae	<i>Achillea ageratum</i>	
Asteraceae	<i>Aetheorhiza bulbosa subsp. bulbosa</i>	
Asteraceae	<i>Andryala arenaria</i>	
Asteraceae	<i>Andryala integrifolia</i>	
Asteraceae	<i>Atractylis gummifera</i>	
Asteraceae	<i>Bidens frondosa</i>	Exótica
Asteraceae	<i>Carduncellus caeruleus</i>	
Asteraceae	<i>Carduus tenuiflorus</i>	
Asteraceae	<i>Carlina hispanica</i>	
Asteraceae	<i>Carlina racemosa</i>	
Asteraceae	<i>Centaurea africana</i>	
Asteraceae	<i>Chamaemelum fuscatum</i>	
Asteraceae	<i>Cheirolophus uliginosus</i>	NT
Asteraceae	<i>Chondrilla juncea</i>	
Asteraceae	<i>Cirsium palustre</i>	
Asteraceae	<i>Cirsium welwitschii</i>	EN
Asteraceae	<i>Conyza sumatrensis</i>	Exótica
Asteraceae	<i>Cynara humilis</i>	
Asteraceae	<i>Dittrichia viscosa subsp. viscosa</i>	
Asteraceae	<i>Galactites tomentosus</i>	
Asteraceae	<i>Helichrysum stoechas subsp. stoechas</i>	
Asteraceae	<i>Hypochaeris radicata</i>	
Asteraceae	<i>Klasea integrifolia subsp. monardii</i>	
Asteraceae	<i>Lepidophorum repandum</i>	
Asteraceae	<i>Pallenis spinosa subsp. spinosa</i>	
Asteraceae	<i>Pulicaria odora</i>	
Asteraceae	<i>Pulicaria paludosa</i>	
Asteraceae	<i>Scolymus hispanicus</i>	
Asteraceae	<i>Scolymus maculatus</i>	

Família	Táxone	Notas
Asteraceae	<i>Scorzonera humilis</i>	
Asteraceae	<i>Scorzonera humilis</i> var. <i>humilis</i>	
Asteraceae	<i>Senecio jacobaea</i>	
Asteraceae	<i>Senecio vulgaris</i>	
Asteraceae	<i>Sonchus oleraceus</i>	
Asteraceae	<i>Tolpis barbata</i> -(2)	
Betulaceae	<i>Alnus glutinosa</i>	
Blechnaceae	<i>Blechnum spicant</i> subsp. <i>spicant</i>	
Boraginaceae	<i>Anchusa undulata</i>	
Boraginaceae	<i>Heliotropium europaeum</i>	
Boraginaceae	<i>Lithodora prostrata</i> subsp. <i>lusitanica</i>	
Boraginaceae	<i>Myosotis debilis</i>	
Brassicaceae	<i>Barbarea vulgaris</i>	
Brassicaceae	<i>Cardamine hirsuta</i>	
Brassicaceae	<i>Raphanus raphanistrum</i> subsp. <i>raphanistrum</i>	
Brassicaceae	<i>Sinapis alba</i> subsp. <i>mairei</i>	
Campanulaceae	<i>Campanula lusitanica</i> subsp. <i>lusitanica</i>	
Campanulaceae	<i>Jasione montana</i>	
Campanulaceae	<i>Lobelia urens</i>	
Campanulaceae	<i>Solenopsis laurentia</i>	
Caprifoliaceae	<i>Lonicera periclymenum</i>	
Caprifoliaceae	<i>Lonicera periclymenum</i> subsp. <i>hispanica</i>	
Caryophyllaceae	<i>Arenaria algarbiensis</i>	
Caryophyllaceae	<i>Chaetonychchia cymosa</i>	
Caryophyllaceae	<i>Corrigiola litoralis</i>	
Caryophyllaceae	<i>Illecebrum verticillatum</i>	
Caryophyllaceae	<i>Silene laeta</i>	
Caryophyllaceae	<i>Silene portensis</i> subsp. <i>portensis</i>	
Caryophyllaceae	<i>Silene scabriflora</i> subsp. <i>scabriflora</i>	
Caryophyllaceae	<i>Spergula arvensis</i>	
Cistaceae	<i>Cistus crispus</i>	
Cistaceae	<i>Cistus ladanifer</i> subsp. <i>ladanifer</i>	
Cistaceae	<i>Cistus monspeliensis</i>	
Cistaceae	<i>Cistus psilosepalus</i>	
Cistaceae	<i>Cistus salviifolius</i>	
Cistaceae	<i>Halimium calycinum</i>	



Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas | Volume VI - ECD

Família	Táxone	Notas
Cistaceae	<i>Halimium halimifolium</i>	
Cistaceae	<i>Halimium halimifolium</i> subsp. <i>multiflorum</i>	
Cistaceae	<i>Halimium ocymoides</i>	
Cistaceae	<i>Halimium umbellatum</i> var. <i>verticillatum</i>	Anexo II, Anexo IV, LC
Cistaceae	<i>Tuberaria guttata</i>	
Cistaceae	<i>Tuberaria lignosa</i>	
Cleomaceae	<i>Cleome violacea</i>	
Crassulaceae	<i>Crassula tillaea</i>	
Cucurbitaceae	<i>Bryonia dioica</i>	
Cyperaceae	<i>Carex cuprina</i>	
Cyperaceae	<i>Carex durieui</i>	EN
Cyperaceae	<i>Carex helodes</i>	VU
Cyperaceae	<i>Carex hispida</i>	
Cyperaceae	<i>Cyperus difformis</i>	
Cyperaceae	<i>Cyperus eragrostis</i>	Exótica
Cyperaceae	<i>Fuirena pubescens</i>	
Cyperaceae	<i>Pycnus flavescens</i>	
Cyperaceae	<i>Rhynchospora modesti-lucennoi</i>	VU
Cyperaceae	<i>Schoenoplectus mucronatus</i>	
Cyperaceae	<i>Schoenus nigricans</i>	
Cyperaceae	<i>Scirpoides holoschoenus</i>	
Dennstaedtiaceae	<i>Pteridium aquilinum</i> subsp. <i>aquilinum</i>	
Dioscoreaceae	<i>Tamus communis</i>	
Dipsacaceae	<i>Dipsacus comosus</i>	
Dipsacaceae	<i>Pterocephalidium diandrum</i>	
Droseraceae	<i>Drosera intermedia</i>	
Elatinaceae	<i>Elatine triandra</i>	
Equisetaceae	<i>Equisetum ramosissimum</i>	
Ericaceae	<i>Arbutus unedo</i>	
Ericaceae	<i>Calluna vulgaris</i>	
Ericaceae	<i>Erica australis</i> subsp. <i>australis</i>	
Ericaceae	<i>Erica ciliaris</i>	
Ericaceae	<i>Erica erigena</i>	
Ericaceae	<i>Erica lusitanica</i>	
Ericaceae	<i>Erica scoparia</i> subsp. <i>scoparia</i>	

Família	Táxone	Notas
Ericaceae	<i>Erica umbellata</i>	
Ericaceae	<i>Erica umbellata</i> var. <i>umbellata</i>	
Euphorbiaceae	<i>Euphorbia helioscopia</i> subsp. <i>helioscopia</i>	
Euphorbiaceae	<i>Euphorbia transtagana</i>	Anexo II, Anexo IV, LC
Euphorbiaceae	<i>Euphorbia uliginosa</i>	NT
Fabaceae	<i>Calicotome villosa</i>	
Fabaceae	<i>Dorycnopsis gerardi</i>	
Fabaceae	<i>Erophaca baetica</i> subsp. <i>baetica</i>	
Fabaceae	<i>Genista ancistrocarpa</i>	NT
Fabaceae	<i>Genista triacanthos</i>	
Fabaceae	<i>Hymenocarpus hamosus</i>	
Fabaceae	<i>Hymenocarpus lotoides</i>	
Fabaceae	<i>Lathyrus hirsutus</i>	
Fabaceae	<i>Lathyrus tingitanus</i>	
Fabaceae	<i>Ononis cintrana</i>	
Fabaceae	<i>Ornithopus sativus</i>	
Fabaceae	<i>Pterospartum tridentatum</i>	
Fabaceae	<i>Pterospartum tridentatum</i> subsp. <i>tridentatum</i>	
Fabaceae	<i>Trifolium vesiculosum</i>	
Fabaceae	<i>Ulex australis</i>	
Fabaceae	<i>Ulex australis</i> subsp. <i>welwitschianus</i>	
Fabaceae	<i>Ulex minor</i>	
Fabaceae	<i>Vicia dasycarpa</i>	
Fabaceae	<i>Vicia eriocarpa</i>	
Fagaceae	<i>Quercus coccifera</i> subsp. <i>coccifera</i>	
Fagaceae	<i>Quercus faginea</i>	
Fagaceae	<i>Quercus faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>	
Fagaceae	<i>Quercus lusitanica</i>	
Fagaceae	<i>Quercus rotundifolia</i>	
Fagaceae	<i>Quercus suber</i>	
Gentianaceae	<i>Blackstonia acuminata</i>	
Gentianaceae	<i>Centaurium maritimum</i>	
Gentianaceae	<i>Gentiana pneumonanthe</i>	
Geraniaceae	<i>Geranium dissectum</i>	
Geraniaceae	<i>Geranium molle</i>	
Geraniaceae	<i>Geranium purpureum</i>	



Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas | Volume VI - ECD

Família	Táxone	Notas
Hypericaceae	<i>Hypericum elodes</i>	
Hypericaceae	<i>Hypericum undulatum</i>	
Iridaceae	<i>Crocus serotinus</i>	
Iridaceae	<i>Iris pseudacorus</i>	
Juncaceae	<i>Juncus articulatus</i> subsp. <i>articulatus</i>	
Juncaceae	<i>Juncus bulbosus</i>	
Juncaceae	<i>Juncus effusus</i> subsp. <i>effusus</i>	
Juncaceae	<i>Juncus fontanesii</i> subsp. <i>fontanesii</i>	
Juncaceae	<i>Juncus rugosus</i>	
Juncaceae	<i>Juncus subnodulosus</i>	
Juncaceae	<i>Juncus tenageia</i>	
Lamiaceae	<i>Calamintha nepeta</i> subsp. <i>nepeta</i>	
Lamiaceae	<i>Lamium purpureum</i>	
Lamiaceae	<i>Lavandula stoechas</i>	
Lamiaceae	<i>Lycopus europaeus</i>	
Lamiaceae	<i>Mentha aquatica</i>	
Lamiaceae	<i>Mentha pulegium</i>	
Lamiaceae	<i>Prunella vulgaris</i>	
Lamiaceae	<i>Scutellaria minor</i>	
Lamiaceae	<i>Stachys officinalis</i>	
Lamiaceae	<i>Stachys officinalis</i> var. <i>algeriensis</i>	
Lamiaceae	<i>Thymus capitellatus</i>	Anexo IV, LC
Lentibulariaceae	<i>Pinguicula lusitanica</i>	
Lentibulariaceae	<i>Utricularia gibba</i>	VU
Linaceae	<i>Linum bienne</i>	
Linderniaceae	<i>Lindernia dubia</i>	Exótica
Lythraceae	<i>Lythrum junceum</i>	
Malvaceae	<i>Lavatera cretica</i>	
Molluginaceae	<i>Glinus lotoides</i>	
Myricaceae	<i>Myrica gale</i>	
Myrtaceae	<i>Myrtus communis</i>	
Oleaceae	<i>Fraxinus angustifolia</i> subsp. <i>angustifolia</i>	
Oleaceae	<i>Phillyrea angustifolia</i>	
Onagraceae	<i>Ludwigia palustris</i>	
Orchidaceae	<i>Limodorum abortivum</i>	

Família	Táxone	Notas
Orchidaceae	<i>Ophrys apifera</i>	
Orobanchaceae	<i>Pedicularis sylvatica</i> subsp. <i>lusitanica</i>	
Osmundaceae	<i>Osmunda regalis</i>	
Oxalidaceae	<i>Oxalis pes-caprae</i>	Exótica
Papaveraceae	<i>Chelidonium majus</i>	
Papaveraceae	<i>Fumaria capreolata</i>	
Papaveraceae	<i>Papaver rhoeas</i>	
Pinaceae	<i>Pinus pinaster</i>	
Pinaceae	<i>Pinus pinea</i>	
Plantaginaceae	<i>Anarrhinum bellidifolium</i>	
Plantaginaceae	<i>Kickxia cirrhosa</i>	
Plantaginaceae	<i>Linaria spartea</i>	
Plantaginaceae	<i>Plantago coronopus</i>	
Plantaginaceae	<i>Veronica anagallis-aquatica</i> subsp. <i>anagallis-aquatica</i>	
Plantaginaceae	<i>Veronica scutellata</i>	
Poaceae	<i>Agrostis juressi</i>	VU
Poaceae	<i>Agrostis tenerrima</i>	
Poaceae	<i>Brachypodium distachyon</i>	
Poaceae	<i>Brachypodium sylvaticum</i>	
Poaceae	<i>Briza maxima</i>	
Poaceae	<i>Bromus rigidus</i>	
Poaceae	<i>Chaetopogon fasciculatus</i>	
Poaceae	<i>Chaetopogon fasciculatus</i> subsp. <i>fasciculatus</i>	
Poaceae	<i>Cynosurus echinatus</i>	
Poaceae	<i>Dactylis glomerata</i>	
Poaceae	<i>Danthonia decumbens</i>	
Poaceae	<i>Holcus lanatus</i>	
Poaceae	<i>Hyparrhenia sinaica</i>	
Poaceae	<i>Lolium rigidum</i> subsp. <i>rigidum</i>	
Poaceae	<i>Micropyrum tenellum</i>	
Poaceae	<i>Molinia caerulea</i>	
Poaceae	<i>Panicum repens</i>	
Poaceae	<i>Phalaris aquatica</i>	
Poaceae	<i>Phragmites australis</i>	
Poaceae	<i>Pseudarrhenatherum longifolium</i>	
Poaceae	<i>Psilurus incurvus</i>	



Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas | Volume VI - ECD

Família	Táxone	Notas
Poaceae	<i>Stipa gigantea</i>	
Polygalaceae	<i>Polygala vulgaris</i>	
Polygonaceae	<i>Polygonum persicaria</i>	
Polygonaceae	<i>Rumex conglomeratus</i>	
Polygonaceae	<i>Rumex crispus</i>	
Primulaceae	<i>Anagallis tenella</i>	
Ranunculaceae	<i>Anemone palmata</i>	
Ranunculaceae	<i>Clematis campaniflora</i>	
Ranunculaceae	<i>Ranunculus ficaria</i> subsp. <i>ficaria</i>	
Ranunculaceae	<i>Ranunculus ophioglossifolius</i>	
Resedaceae	<i>Reseda luteola</i>	
Resedaceae	<i>Sesamoides purpurascens</i>	
Rhamnaceae	<i>Frangula alnus</i>	
Rosaceae	<i>Crataegus monogyna</i>	
Rosaceae	<i>Potentilla erecta</i>	
Rosaceae	<i>Pyrus bourgaeana</i>	
Rosaceae	<i>Rosa pouzinii</i>	
Rosaceae	<i>Rubus ulmifolius</i> var. <i>ulmifolius</i>	
Rubiaceae	<i>Galium aparine</i> subsp. <i>aparine</i>	
Rubiaceae	<i>Sherardia arvensis</i>	
Salicaceae	<i>Salix atrocinerea</i>	
Salicaceae	<i>Salix neotricha</i>	
Salicaceae	<i>Salix salviifolia</i> subsp. <i>australis</i>	Anexo II, Anexo IV, LC
Salicaceae	<i>Salix salviifolia</i> subsp. <i>salviifolia</i>	
Scrophulariaceae	<i>Verbascum barnadesii</i>	
Smilacaceae	<i>Smilax aspera</i>	
Solanaceae	<i>Solanum dulcamara</i>	
Tamaricaceae	<i>Tamarix africana</i>	
Thymelaeaceae	<i>Daphne gnidium</i>	
Thymelaeaceae	<i>Thymelaea passerina</i>	
Typhaceae	<i>Sparganium erectum</i>	
Urticaceae	<i>Urtica dioica</i>	
Urticaceae	<i>Urtica membranacea</i>	
Xanthorrhoeaceae	<i>Asphodelus serotinus</i>	
Xanthorrhoeaceae	<i>Simethis mattiazzii</i>	

ANEXO II – QUADROS AUXILIARES À PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA NO HORIZONTE 2040

Anexo II.1 – Cenário Natural para o Município de Vendas Novas e respetivas freguesias

Períodos da Projeção Demográfica	Landeira	Vendas Novas	Total
2021-2025	620	10625	11245
2026-2030	609	10207	10816
2031-2035	565	9542	10107
2036-2040	523	8902	9425

Anexo II.2 – Cenário Natural para o Município de Vendas Novas, por sexo e grupo etário

População residente	2021-2025		2026-2030		20231-2025		2036-2040	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0 anos	39	37	34	33	22	21	20	19
1 - 4 anos	143	168	156	148	138	131	89	85
5-9 anos	222	240	182	205	190	181	160	152
10-14 anos	247	270	222	240	182	205	190	181
15-19 anos	269	312	247	270	222	240	182	205
20-24 anos	278	293	269	312	247	270	222	240
25-29 anos	225	263	278	293	269	312	247	270
30-34 anos	226	248	225	261	278	293	269	312
35-39 anos	292	314	226	245	225	261	278	293
40-44 anos	421	386	291	312	226	241	225	257
45-49 anos	479	420	419	382	290	303	224	234
50-54 anos	407	370	473	411	414	375	286	298
55-59 anos	360	331	399	361	464	403	406	368
60-64 anos	338	327	352	318	390	345	453	385
65-69 anos	370	308	324	309	337	294	374	319
70-74 anos	470	346	353	285	309	283	322	268
75-79 anos	395	326	450	307	338	246	296	244
80-84 anos	334	241	356	255	405	220	304	176
85 e mais anos	324	206	370	242	394	143	449	123
Total	5839	5406	5627	5189	5341	4766	4997	4428



Anexo II.3 – Cenário Migratório II para o Município de Vendas Novas e respetivas freguesias

Períodos da Projeção Demográfica	Landeira	Vendas Novas	Total
2021-2025	620	10625	11245
2026-2030	617	10344	10962
2031-2035	584	9855	10438
2036-2040	558	9501	10058

Anexo II.4 – Cenário Migratório II para o Município de Vendas Novas, por sexo e grupo etário

População residente	2021-2025		2026-2030		20231-2025		2036-2040	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0 anos	39	37	37	34	39	35	41	38
1 - 4 anos	143	168	159	152	151	140	158	146
5-9 anos	222	240	187	210	202	191	195	180
10-14 anos	247	270	226	244	192	214	206	195
15-19 anos	269	312	256	279	235	252	201	222
20-24 anos	278	293	282	325	269	292	248	266
25-29 anos	225	263	289	305	293	337	280	303
30-34 anos	226	248	233	269	297	312	301	344
35-39 anos	292	314	231	250	238	273	302	316
40-44 anos	421	386	294	315	233	248	240	271
45-49 anos	479	420	421	384	295	308	234	244
50-54 anos	407	370	476	413	418	379	294	304
55-59 anos	360	331	401	363	468	407	412	374
60-64 anos	338	327	353	319	393	348	459	390
65-69 anos	370	308	325	310	340	296	378	323
70-74 anos	470	346	353	285	311	284	324	270
75-79 anos	395	326	451	307	339	246	298	245
80-84 anos	334	241	356	255	406	220	305	176
85 e mais anos	324	206	370	242	394	143	450	123
Total	5839	5406	5701	5260	5513	4925	5328	4731

Anexo II.5 – Cenário Migratório III para o Município de Vendas Novas e respetivas freguesias

Períodos da Projeção Demográfica	Landeira	Vendas Novas	Total
2021-2025	620	10625	11245
2026-2030	654	10976	11630
2031-2035	665	11260	11925
2036-2040	688	11762	12450

Anexo II.6 – Cenário Migratório III para o Município de Vendas Novas, por sexo e grupo etário

População residente	2021-2025		2026-2030		20231-2025		2036-2040	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0 anos	39	37	58	47	69	58	82	70
1 - 4 anos	143	168	175	172	250	213	294	255
5-9 anos	222	240	212	232	262	247	349	298
10-14 anos	247	270	245	262	235	254	286	268
15-19 anos	269	312	297	317	295	308	285	300
20-24 anos	278	293	339	385	367	389	365	381
25-29 anos	225	263	341	356	401	448	429	453
30-34 anos	226	248	268	301	384	396	444	488
35-39 anos	292	314	252	269	294	326	410	421
40-44 anos	421	386	306	328	267	281	309	336
45-49 anos	479	420	431	394	317	331	278	286
50-54 anos	407	370	486	421	439	397	326	335
55-59 anos	360	331	410	371	487	422	441	398
60-64 anos	338	327	359	325	407	361	483	410
65-69 anos	370	308	330	314	350	304	397	338
70-74 anos	470	346	356	287	318	288	337	280
75-79 anos	395	326	452	308	342	248	306	249
80-84 anos	334	241	357	256	408	221	309	178
85 e mais anos	324	206	371	242	396	144	453	124
Total	5839	5406	6044	5586	6289	5636	6582	5869

